

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Taís Giacomini Tomazi

**AS NUANCES DA CIVILIZAÇÃO: CONSUMO E COTIDIANO NA
FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL, ALEGRETE (1846 – 1891)**

Santa Maria, RS
2018

Taís Giacomini Tomazi

**AS NUANCES DA CIVILIZAÇÃO: CONSUMO E COTIDIANO NA FRONTEIRA
MERIDIONAL DO BRASIL, ALEGRETE (1846 – 1891)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para a obtenção do título de **Mestre(a) em História**.

Orientadora: Prof. Dr. Luis Augusto Ebling Farinatti

Santa Maria, RS
2018

Ficha catalográfica

Taís Giacomini Tomazi

**AS NUANCES DA CIVILIZAÇÃO: CONSUMO E COTIDIANO NA FRONTEIRA
MERIDIONAL DO BRASIL, ALEGRETE (1846 – 1891)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para a obtenção do título de **Mestre(a) em História**.

Aprovado em 21 de dezembro de 2018.

Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM, presidente/orientador)

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, Dra. (UFSM)

Jonas Moreira Vargas, Dr. (UFPEL)

Beatriz Teixeira Weber, Dra. (UFSM, suplente)

Santa Maria, RS
2018

*Lá no fundo guardo um sonho
Desses que jamais vingou
Uma funda e uma isca
Da pandorga o que sobrou
Um punhado de caminhos
E outras tantas geografias
Um pedaço de esperança
Mais um tanto de alegria*

*Vai um sol já meio gasto
E uma rosa esquecida
De lugar onde refaço
Meus estragos e feridas
Dentro dela meus retalhos
Meus amores, minhas lidas
Nesta mala de garupa
Vai a vida, vai a vida
(Mala de Garupa, Mário Barbará)*

- O que o senhor quer dizer com “muito pelo contrário”? Não faz sentido.

- Talvez não. Mesmo assim...

Poirot retirou seu bloquinho do bolso e fez uma anotação.

- O que o senhor está escrevendo aí?

- Algumas coisas sobre o passado.

(Noite das bruxas, Agatha Christie)

AGRADECIMENTOS

*Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha, coração cheio de amor.
(Floriô, Zé Pinto)*

Agradecer é sempre tarefa complexa, é o momento de fechamento de um ciclo e de recordar o processo.

À Universidade Federal de Santa Maria por ter me acolhido ainda em 2011 para a graduação em História e em 2016 ter me visto ingressar em um curso de pós-graduação. É fundamental valorizarmos as instituições de ensino, principalmente as públicas como a UFSM, que contribuem de forma decisiva na produção de conhecimento de qualidade no Brasil.

À Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) por proporcionar o desenvolvimento de tantas pesquisas no Brasil, a bolsa que recebi no mestrado foi fundamental para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, coordenação anterior e atual e funcionária, pela dedicação e trabalho árduo, buscando sempre as melhores soluções e acalmando as aflições burocráticas e de pesquisa. Patrícia você tem feito a diferença!

Às funcionárias terceirizadas pela limpeza e portaria do nosso prédio, vocês são fundamentais para o funcionamento e organização da nossa Universidade.

Ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pelo excelente trabalho e ao Arquivo Histórico por sempre ajustarem as datas e possibilitar as visitas. Ao Cepal e ao Arquivo de Alegrete pela tentativa em ajudar na busca de fontes, grata!

Ao professor José Remedi agradeço pelas dicas e incentivo para seguir estudando a cultura, Professora Beatriz Weber pela mistura de determinação e afeto, Professor Adriano Comissoli pelo exemplo de dedicação e organização. Através destes agradeço cada um dos professores do PPGH.

Aos membros da banca, Jonas Moreira Vargas e Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, gostaria de agradecer pelas sempre certas contribuições seja na indicação de referências ou no trabalho com as fontes, pela análise criteriosa da qualificação e do texto final. À professora Mariana agradeço ainda por ter acompanhado a pesquisa desde a disciplina do projeto de trabalho final ainda na graduação e sempre apontado os erros e acertos da minha transformação acadêmica e contagiando com seu entusiasmo com a pesquisa em História.

Ao meu orientador, Luís Augusto Ebling Farinatti só tenho agradecimentos pelas inúmeras leituras e releituras do meu texto, a dedicação em me ajudar no desenvolvimento da

pesquisa, pelas dicas e pelos questionamentos. Considero que a escolha em começar a participar de seu grupo de pesquisa ainda na graduação foi certa, a seriedade do trabalho que é desempenhado na pesquisa em História é exemplo para mim todos estes anos e incentivo para continuar estudando o século XIX. Em todas as reuniões quando fiquei ansiosa meu orientador que me tranquilizou e mostrou os caminhos para resolver os problemas, sendo fundamental sua atuação para que eu pudesse escrever estes agradecimentos hoje.

Aos amigos e colegas da pós-graduação sou grata pelas conversas na sala de estudos e corredores, pelos momentos de descontração e também os de pesquisa. Aos colegas Marcelo Bahlis, Bárbara Textor, Gabriel Reis, Clarice Lira, Victor de Carli, Deise Pötter, Paulo Vianna, Luana Souza, Ricardo Kemmerich, entre tantos outros e outras, sou grata pela convivência nestes anos e desejo a tod@s um bom trabalho e mente tranquila. Aos colegas companheiros(as) de viagem para Montevidéu (2017) e Santa Fé (2018) em eventos da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), agradeço o companheirismo, o respeito e a companhia, que possam ocorrer muitas viagens mais, e que sejam sempre para fortalecer a pós-graduação em História e incentivar nosso contato com as pesquisas dos nossos vizinhos. Em especial agradeço ao Pablo Dobke pela colaboração na viagem à Santa Fé e pela amizade, e a Bruna Lima que pacientemente nos ajudou durante a viagem, muito grata!

Aos meus amigos pibidianos, Luciano Souza, Helen Silveira, André Haiske, Roseani Cantarelli e a Bianca Madruga sou grata pelos anos de amizade, por ainda poder encontrar vocês e ter a sensação de não ter passado o tempo.

Aos amigos do Grupo de Agroecologia Terra Sul, Isabel Cristina L. da Silva, Bruna Mazzaro, Bernardo Rodrigues, Amáble Tólio, Aline Barasuol, Josiane Melo e Nathana Diska, agradeço pela luta em comum, e que possamos retomar contatos e incentivar sempre a discussão sobre agroecologia mundo afora.

Às mulheres a seguir (e as anteriores) agradeço imensamente pela força, exemplo e feminismo. Sandra Eckhardt, grata pela ajuda em todos estes anos, pela presença nos momentos bons e ruins e pela amizade para além da vida acadêmica. Simone Margis e eu quase não tínhamos contato, mas “o que a *sucupira* uniu ninguém separa”, então obrigada pela amizade! À Aleksandra Cunha e Greice Perske (e a Maria Flor) sou grata pela amizade que respeita, pelos ensinamentos e carinho, sempre é bom estar com vocês. Para Paula Pace o agradecimento é por ter me ajudado a desgostar de academias, mas muito pela amizade que desenvolvemos. À Karina pela amizade de sempre e por ser uma mulher batalhadora e mãe do Davi, que como eu ama tomate. Às minhas amigas dos encontros de quinta, muito obrigada! Renita, Iarema, Carmen, Eliane, Eliza, Rosa, Micheli, Tania e Eliza.

Aos meus amigos do feirão Colonial, agradeço através da Márcia Buske e família a todos e todas que fizeram minhas manhãs de sábado mais felizes e por trazer alimento de qualidade para nossas mesas incentivando a agricultura familiar.

Ao Matheus Valduga, Rodrigo Marinho e Felipe Benchimol pelas visitas, churrascos e amizade, sou grata.

Ao Felipe Dagort e ao Roberto Fávoro pelas conversas, encontros com café e bolo e pela amizade.

À família Mendes de Alegrete/Santa Maria, agradeço por terem me recebido quando fui pesquisar nos arquivos da cidade e pelo carinho de sempre. Aos Mendes de Canoas o mesmo agradecimento pela hospedagem e comida caseira da Tia Maninha.

À Vanda Petry agradeço por ter me recebido tão prontamente em sua casa, pelo carinho e amizade genuínos. À minha sogra Aldeci por ser tão querida e ao mesmo tempo forte.

À Talia agradeço por ser minha irmã, por ser minha amiga. Por me ajudar nos momentos complicados e por nos respeitarmos em nossas individualidades e gostos. *“I’ll be there for you, ‘cause you be there for me too”* define minha gratidão.

Aos meus pais por terem respeitado minha escolha de profissão e pelo suporte nestes anos de vida acadêmica e estarem sempre presentes, serem prestativos e dispostos a ajudar.

Ao Adriano Avello, meu namorado companheiro e também meu amigo. Tua presença só faz bem à minha vida pessoal e profissional, acredito que nos complementamos e nos respeitamos de maneira única. Agradeço por me respeitar como sou, por aprendermos e crescermos juntos e por não me limitar, por estar ao meu lado nos momentos em que quis desistir e que a ansiedade não me deixava fazer nada. Você é inspiração pela tua força, capacidade de aprender sobre a vida e pela inteligência. Obrigada amor!

À todas e todos que (re)encontrei nestes anos, “ninguém solta a mão de ninguém”, mas se soltar que seja para lutar e defender uns aos outros. Levo vocês na minha mala de garupa, gratidão.

*Movam, desalinhem, desencaixem
Mostrem do todo a parte
Alegria e desastre
Juntos num estandarte
Ponham festa, ponham fausto
Ponham fé no que valha
Ponham febre, ponham alma
Ponham fogo no mar
Queimem os navios
(Queimem os navios, Vitor Ramil)*

RESUMO

AS NUANCES DA CIVILIZAÇÃO: CONSUMO E COTIDIANO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL, ALEGRETE (1846 – 1891)

AUTORA: Taís Giacomini Tomazi

ORIENTADORA: Luís Augusto Ebling Farinatti

Esta pesquisa tem como tema o estudo do consumo de bens de duração longa, média e perecíveis em uma região de fronteira no século XIX. O objetivo foi averiguar as características do consumo na fronteira meridional do Império do Brasil, com foco no município de Alegrete, na segunda metade do século (1846-1891), além de buscar indícios sobre o cotidiano e as novas concepções de civilização e vida social. As fontes utilizadas foram Inventários *post mortem* de Alegrete (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul), analisados a cada 5 anos dentro do período histórico da pesquisa, tendo a História serial como principal aporte metodológico. Relatos de Viajantes, Jornal Gazeta de Alegrete (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) e Código de Posturas Municipais (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) são as demais fontes que compuseram a investigação e tiveram como suporte metodológico uma leitura qualitativa relacionando tais fontes com o contexto e a historiografia. Os resultados encontrados indicam que havia uma tendência de consumo relacionada aos bens de maior uso cotidiano, ocorreram também algumas modificações no consumo de algumas tipologias destes bens mais ao fim do século XIX e mesmo o barateamento de alguns deles e talvez, um maior acesso. Por sua vez, uma análise dos bens a partir de grupos sócio-econômicos acabou por demonstrar a existência de um espaço urbano médio para a região, mesmo que ele estivesse totalmente conectado ao universo rural, que era predominante naquele contexto. Percebeu-se, ainda, que os grupos mais abastados possuíam os maiores montantes de bens em todas as categorias, mas grupos médios acabaram por ter mais bens móveis do que outros bens de produção, o que se acentua em relação aos mais pobres indicando a estratificação social na região. Ainda, é possível dizer que os bens pouco duráveis e perecíveis indicaram uma interessante movimentação comercial e de consumo, com produtos de tipos variados. O município ainda estava amparado em diversas lojas e atividades comerciais que traziam para a região as novidades do mundo atlântico europeu e platino. E, por fim, notou-se que novos produtos eram inseridos no cotidiano e acabavam por fazer parte do consumo de muitas pessoas da região, mas consideramos que apesar da inserção destes novos elementos e mesmo de concepções de “civilidade” europeias, não houve uma sobreposição cultural e sim uma interação destes aspectos, congregando as práticas cotidianas já estabelecidas com as novidades de além mar.

Palavras-Chave: Consumo, Cotidiano, Fronteira, Alegrete, Século XIX.

ABSTRACT

THE NUANCES OF CIVILIZATION: CONSUMPTION AND EVERYDAY LIFE IN SOUTHERN BORDER OF BRAZIL, ALEGRETE (1846 - 1891)

AUTHOR: Taís Giacomini Tomazi
ADVISOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

This research has as its theme the study of the consumption of long, medium and perishable goods in a frontier region in the 19th century. The objective was to investigate the characteristics of consumption on the southern border of the Empire of Brazil, focusing on the city of Alegrete in the second half of the century (1846-1891), as well as searching for clues about daily life and new conceptions of civilization and social life. The sources used were Postmortem Inventories of Alegrete (Public Archive of the State of Rio Grande do Sul), analyzed every 5 years within the historical period of the research, with serial history as the main methodological contribution. Reports of Travelers, Gazeta de Alegrete (Public Archive of the State of Rio Grande do Sul) and Code of Municipal Postures (Historical Archive of Rio Grande do Sul) are other sources that composed the investigation and had as methodological support a qualitative reading relating such sources with context and historiography. The results indicate that there was a trend of consumption related to goods of greater daily use, there were also some changes in the consumption of some typologies of these goods more at the end of the nineteenth century and even the cheapening of some of them and perhaps greater access. In turn, an analysis of the goods from socio-economic groups ended up demonstrating the existence of an average urban space for the region, even though it was totally connected to the rural universe, which was predominant in that context. It was also noticed that the wealthiest groups had the highest amounts of goods in all categories, but average groups ended up having more goods than other goods of production, which is accentuated in relation to the poorest indicating the stratification in the region. Still, it is possible to say that the durable and perishable goods indicated an interesting commercial movement and of consumption, with products of varied types. The municipality was still supported in diverse stores and commercial activities that brought to the region the innovations of the European Atlantic world and *platino*. And finally, it was noticed that new products were inserted in the daily life and ended up being part of the consumption of many people of the region, but we consider that despite the insertion of these new elements and even of conceptions of European "civility", there was not a cultural overlap but rather an interaction of these aspects, bringing together the already established daily practices with the innovations from beyond the sea.

Key-Words: Everyday. Consumption. Border. Alegrete, XIX Century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de limites aproximados de Alegrete (assinalado em vermelho – fins do século XIX)	36
Figura 2: Fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa	49
Figura 3: Itens avaliados e classificados em tipologias.....	52
Figura 4: Organização de aspectos metodológicos do capítulo	107
Figura 5: Atividades socioeconômicas da amostra pesquisada e suas residências entre 1846 e 1891 (Alegrete, RS)	149
Figura 6: Itens da Tipologia “Vestuário”	164
Figura 7:Itens avaliados e classificados em tipologias.....	190
Figura 8: Recorte de anúncio no Jornal Gazeta de Alegrete, 08 de agosto de 1889.....	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência dos tipos de bens nos inventários por década (Alegrete, 1846-1891). ..	70
Tabela 2: Exemplificação dos bens em “Meio de Transporte” em seus valores por décadas, número de inventários e quantidade, em Libras (Alegrete, 1846-1891).....	85
Tabela 3: Média da tipologia “Instrumento de trabalho” segundo sua utilização, em Mil Réis (Alegrete, 1846-1891).....	90
Tabela 4: Elementos compositores das faixas de fortuna em Alegrete (1846-1891)	112
Tabela 5: Somas dos bens nas faixas de fortuna em relação aos tipos de bens (libras)	114
Tabela 6: Porcentagens das tipologias dos bens	126
Tabela 7: Porcentagem dos tipos de bens nos inventários dos comerciantes	160
Tabela 8: Análise dos valores das tipologias de mercadorias.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologias dos bens a partir de inventários <i>post mortem</i>	68
Quadro 2: Apresentação das atividades socioeconômicas presentes em cada faixa de fortuna de Alegrete (1846-1891).....	115
Quadro 3: Relação de categorias em residências de Alegrete na segunda metade do século XIX por inventários	141
Quadro 4: Número de residências por inventário entre 1846 e 1891.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APERS** – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AHRS – Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul
MCHJC – Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
CEPAL – Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete
AHMA – Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade
ASE – Atividade socioeconômica
A – Faixa de fortuna acima de 10.000 libras
B – Faixa de fortuna entre 5.000 e 9.999 libras
C – Faixa de fortuna entre 2.000 e 4.999 libras
D – Faixa de fortuna entre 1.000 e 1.999 libras
E – Faixa de fortuna entre 200 e 999 libras
F – Faixa de fortuna menor a 200 libras
Qtd. – Quantidade
M – Média
NP – Número de processos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	31
2. AQUILO QUE SE TEM EM CASA: OBJETOS, ESPAÇOS E UTILIDADES	57
2.1 O CENÁRIO DO COTIDIANO: BENS DURÁVEIS E CONSUMO DOMÉSTICO ...	59
3. CONSUMIR E MORAR: ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS, BENS DURÁVEIS E RESIDÊNCIAS	105
3.1 QUEM CONSUME O QUE?	105
2.2 A CASA.....	138
4. O CONSUMO DO DIA A DIA: BENS DE CONSUMO POUCO DURÁVEIS E PERECÍVEIS	157
3.1 AS MERCADORIAS NOS INVENTÁRIOS DE COMERCIANTES.....	158
3.2 QUANDO DISSEMOS QUE NEM SÓ DE COURO E OSSO SE VIVEU NA FRONTEIRA	188
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
7. FONTES	206
7.1 INVENTÁRIOS <i>POST MORTEM</i> – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1846-1891).....	206
7.2 LISTAS DE MERCADORIAS.....	208
7.3 JORNAL GAZETA DE ALEGRETE.....	208
7.4 CÓDIGO DE POSTURAS DE ALEGRETE	209
7.5 RELATOS DE VIAJANTES.....	209
APÊNDICE A: POPULAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DE ACORDO COM OS CENSOS.....	211
APÊNDICE B: TRANSFORMAÇÃO DA MUNICIPALIDADE DE ALEGRETE ENTRE 1819 E 1876.....	213
APÊNDICE D: TIPOLOGIAS DE BENS DA AMOSTRA E SUAS RESPECTIVAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS	217
APÊNDICE E: ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA COMPOSIÇÃO DA PARTE URBANA DA AMOSTRA	219
APÊNDICE F: TIPOLOGIAS DE BENS POR QUANTIDADE EM RELAÇÃO ÀS DÉCADAS E VALORES POR DÉCADA.....	221
ANEXO 1:	223

1. INTRODUÇÃO

O que precisamos – disse a sra. Oliver – é de um livro como o *perguntas e estudo sobre tudo* aqui agora. Um título maravilhoso, não acha? Lembro que minha avó tinha um. Podíamos pesquisar sobre qualquer assunto. Informações legais, receitas culinárias, com tirar manchas da roupa. Como fazer pó de arroz caseiro que não prejudica a pele. Um monte de coisa. O senhor não gostaria de ter um livro desses agora?
(Noite das bruxas, Agatha Christie)

A ideia dos compêndios outrora fascinantes para qualquer pessoa curiosa transformou-se em um questionamento pessoal e, finalmente, profissional, no momento em que a sra. Oliver, pelas palavras de Agatha Christie, indicou a existência de um livro “sobre tudo”. Fez refletir o processo de pesquisa e a ausência de respostas para as tantas perguntas feitas ao longo deste estudo. Quando a personagem questiona Mr. Poirot sobre seu interesse em de ter um livro deste tipo e ele responde que “seria ótimo” também pensamos da mesma forma, porém limitaria a capacidade de inventividade e reduziria questionamentos. As respostas já estariam dadas, como por vezes ocorre em algumas temáticas de pesquisa. A produção historiográfica, por outro lado, até hoje não proporcionou aos seus pesquisadores todas as respostas ou mesmo manuais. Talvez, com isso, nossa resposta para a pergunta que iniciou esta introdução fosse um “não”, queremos um horizonte de possibilidades, queremos “saber mais”, investigar além do que é dado, mostrar aquilo que não se pode saber prontamente. A questão norteadora desta dissertação se inspira muito neste processo, buscando investigar o consumo no extremo sul do Brasil, em uma região de fronteira na segunda metade do século XIX juntamente dos elementos do cotidiano que podem ser percebidos pela sua dinâmica. Como questão agregada a esta, mas não menos importante, nos perguntamos sobre as formas pelas quais se deu a inserção destes elementos naquela região, e na incorporação de pressupostos de um processo civilizador ocidental.

Para tal tarefa foram incorporadas leituras diversas das ciências sociais, da antropologia do consumo e bens, sociologia dos processos civilizadores, questões do cotidiano e sua construção, além das temáticas mais afeitas às produções historiográficas a respeito da fronteira oeste do atual Rio Grande do Sul, o mundo platino e o contexto do século XIX, enfatizando sua segunda metade, foco temporal deste estudo.

Neste processo de amadurecimento de trabalho, um aspecto ficou claro. Apesar desta pesquisa não encontrar tão variada produção de obras semelhantes à temática na historiografia

atual (a respeito do cotidiano, consumo ou processos civilizacionais), estudos como este são necessários a fim de complementar e complexificar as compreensões sobre o passado em regiões de fronteira e, neste caso, a fronteira oeste da província do Rio Grande de São Pedro em conjunção a seus enlaces platinos.

O período estudado compreende de 1846 até 1891, na segunda metade do século XIX e foi escolhido justamente por ocorrer um incremento da chegada e popularização de itens manufaturados por fábricas europeias (principalmente inglesas) como louças, vestuário (incluindo todos os itens relativos à composição das roupas, acessórios e calçados) e tecidos para confecção (ALENCASTRO, 1994, VARGAS, 2013b) e platinas. Além disso, trata-se de uma época de maior consolidação dos limites políticos do Brasil com os estados platinos, apesar dos constantes confrontos (Guerra do Brasil contra Oribe e Rosas em 1851-1852; invasão do Uruguai pelo Brasil em 1864; Guerra do Paraguai 1865-1870; um período de paz entre 1870 e 1893, o que engloba boa parte do período pesquisado. Isso contribui para melhor compreender a dinâmica de consumo de indivíduos pertencentes ao Império e sua relação com os “vizinhos” da Banda Oriental e das Províncias Argentinas, na perspectiva de uma fronteira *manejada e dinâmica* (THOMPSON FLORES, 2007, THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009, THOMPSON FLORES, 2012). Por fim, também pode ser um período de tempo razoável para responder boa parte dos questionamentos suscitados pela *questão* de pesquisa.

Neste sentido, o objeto é a investigação referente ao consumo de itens com diferentes durabilidades e usos cotidianos dos habitantes do município de Alegrete. Algumas perguntas podem ser elencadas, como: qual era o panorama geral de consumo em uma região de fronteira? Havia preocupação com a obtenção de bens duráveis como móveis, louças, vestimentas ou artigos educativos? Como se configurava a relação entre a realidade da região e suas características com um mundo cada vez mais europeizado (e ocidentalizado) pela influência dos efeitos das fases sucessivas da Revolução Industrial? Haveria uma preocupação com o “civilizado”? No caso de uma resposta afirmativa, como isso se configurava?

Para responder a estes questionamentos foi necessário recorrer à historiografia. No que cabe à historiografia rio-grandense em geral ou em temas relacionados ao espaço fronteiriço, os estudos são bastante voltados para outras temáticas como a questão política, militar ou de elites, fazendo com que o consumo, em uma perspectiva cultural, não figurasse como elemento de análise muito comum. Por vezes, quando a região da Campanha é mencionada, seja em pesquisas ou fontes, acaba sendo identificada como atrasada, rústica (e apenas isso), onde ainda não chegou a “civilização”. Em algumas obras, os próprios conceitos de fronteira desenvolvidos ao longo dos anos acabaram por corroborar alguns equívocos, do nosso ponto de vista, a

respeito destas questões, já que ao tratar a fronteira como espaço de completa interação¹, por exemplo, ignora-se os processos locais de elaboração cultural, noção de pertencimento e identidades dos habitantes das diferentes regiões desta área de fronteira.

Por outro lado, quando se trata do estudo do comércio e contrabando na região, há pesquisas importantes que têm em seu âmago o interesse em abordar, por exemplo, a relação com o comércio atlântico, contato com outras cidades, províncias e Estados vizinhos (THOMPSON FLORES 2007; 2012, VOLKMER 2013a; 2013b). O que culminou em, transversalmente, percorrer noções sobre atividades culturais, importação de produtos em geral e a sugestão de uma movimentação comercial indicativa de que sim, a fronteira oeste tem como característica o aspecto rústico do cotidiano, mas isso não a define.

Compreender a presença da rusticidade na região oeste da província é entender que havia uma outra característica cultural e cotidiana, o que pensamos que não pode ou deve ocorrer é atrelá-la a uma ideia de atraso, barbárie e falta de civilidade (ocidental, europeia) naquilo que geralmente se concebe. Nossa proposta consiste em entender o cotidiano a partir do que nos é apresentado, buscando o afastamento de uma lógica evolucionista, tomando com inspiração o exercício antropológico e buscando uma tentativa de aproximação com o passado. Ao longo da pesquisa, fomos percebendo também que a vida cotidiana e o consumo em Alegrete eram mais ricos do que a historiografia deu a entender até hoje, mas possuíam características diferentes de outras cidades como Porto Alegre e Pelotas, com o processo de incorporação de elementos estrangeiros, ou mesmo o acesso diferenciado a itens de consumo, em razão de ser uma cidade média e afastada dos grandes centros. Dizendo isto, incentivamos outras pesquisas que busquem analisar a complexidade da vida cotidiana em cidades de pequeno e médio porte ampliando, assim, nossa compreensão em relação ao passado.

Neste sentido, algumas hipóteses foram elaboradas. Em primeiro lugar, que Alegrete bem como possivelmente a região da Campanha, possuíse características próprias em relação ao consumo de bens correlacionando suas características culturais com as novidades vindas da Europa. O *habitus* se relacionava tanto ao entendimento de mundo quanto aos interesses mais voltados aos investimentos em terras e animais, já que estes multiplicavam as posses e de certa forma a inserção naquela sociedade. Outra hipótese é que, independentemente de onde eram trazidos os produtos, Alegrete era uma cidade bem servida de itens seja no comércio em estabelecimentos (boticas, armazéns) ou pela atuação de caixeiros viajantes. Como terceiro

¹ PICCOLO, Helga. “Nós e os outros”: conflitos e interesses num espaço fronteiro (1828-1852). In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), Anais da XVII Reunião, São Paulo, 1997 (APUD THOMPSON FLORES, 2012)

ponto temos a variação dos padrões de consumo entre os grupos socioeconômicos e também entre espaços rurais e urbanos. Por fim, a presença das primeiras interações com a ideia de civilidade como algo a ser incorporado ao dia a dia seja pela educação, higiene ou comportamento.

Para isso tudo, é importante atentar para o espaço em que se propõe a análise, pois este imprime no processo de compreensão do passado elementos de uma realidade que interage espacialmente dialogando entre fronteiras e sujeitos históricos. O *locus* da pesquisa realizada é Alegrete, município situado na região de fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul (província do Rio Grande de São Pedro, no período estudado). Conforme o viajante Alexander Baguet (1997 [1845], p. 70) “Alegrete é uma grande vila a cerca de trinta e cinco léguas de São Gabriel”. Por certo, o viajante atribui à Alegrete o caráter de “grande vila” em relação a outras vilas da fronteira naquele período e não necessariamente uma comparação geral e ampla. A cidade também foi referida pelo Conde D’Eu (1981[1865]) no seu relato de viagem à Guerra do Paraguai, afirmando de mesma forma, ser uma vila até bastante estruturada, com alguns prédios e estabelecimentos, o que seria indicação de movimentação cultural e comercial².

Conforme o apontamento de Conde D’Eu em sua passagem por Alegrete torna-se necessário apresentar o panorama populacional da cidade a partir dos censos realizados ao longo do século XIX, os quais ocorreram nos anos de 1858, 1872 e 1890. Não se sabe a extensão dos dados coletados pelo censo, suas falhas e lacunas, porém ainda assim é possível reconstruir um possível panorama social do período. No ano de 1858 a população alegretense era de 10.699 pessoas, sendo destas 4.219 vivendo na sede e o restante em outros distritos do município (2.963 no Paipasso e 3.517 no Caverá). Do total da população 23% (2.525) era composta de indivíduos escravizados e 2% de libertos (209). Estes números, como apontou Farinatti (2010) são ilustrativos de uma província bastante atrelada ao trabalho escravo, bem como a quantidade de indivíduos submetidos a este tipo de coerção era bem próxima aos encontrados para outras regiões ou mesmo dos dados médios gerais³. No censo seguinte (1872, 14 anos de diferença para 1858) a configuração do *locus* se modifica um pouco com o aumento da população para 13.392 pessoas, sem a distinção entre livres, libertos e escravizados, o que é uma perda do ponto de vista de uma comparação ao período anterior.

² Não se quer dizer que não houvesse atividades culturais e comerciais antes dessa maior conexão com o mundo ocidentalizado e sim uma nova concepção de consumo e civilidade no período estudado.

³ Ver mais em FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

Porém, há ainda que se fazer uma ressalva. Quando apresentamos os dados para o ano de 1858 não foram incluídos os dados referentes às vilas de Uruguaiana e Livramento, emancipadas há pouco de Alegrete. Sendo assim, é possível perceber uma queda de 10,46% na população. A justificativa que consideramos prudente é o resultado dos conflitos perpetuados pela Guerra do Paraguai que ainda ocorria, bem como em uma migração de população para as novas cidades criadas em 1846 e 1857. Entretanto, quando nos aproximamos do fim do século XIX, ano 1890, é perceptível o aumento da população na cidade, eram naquele momento 16.250 (diferença de 18 anos para o censo anterior). No contexto a condição jurídica de escravizado já não mais existia em lei e por isso não fez parte da contagem populacional, estando assim todos livres⁴.

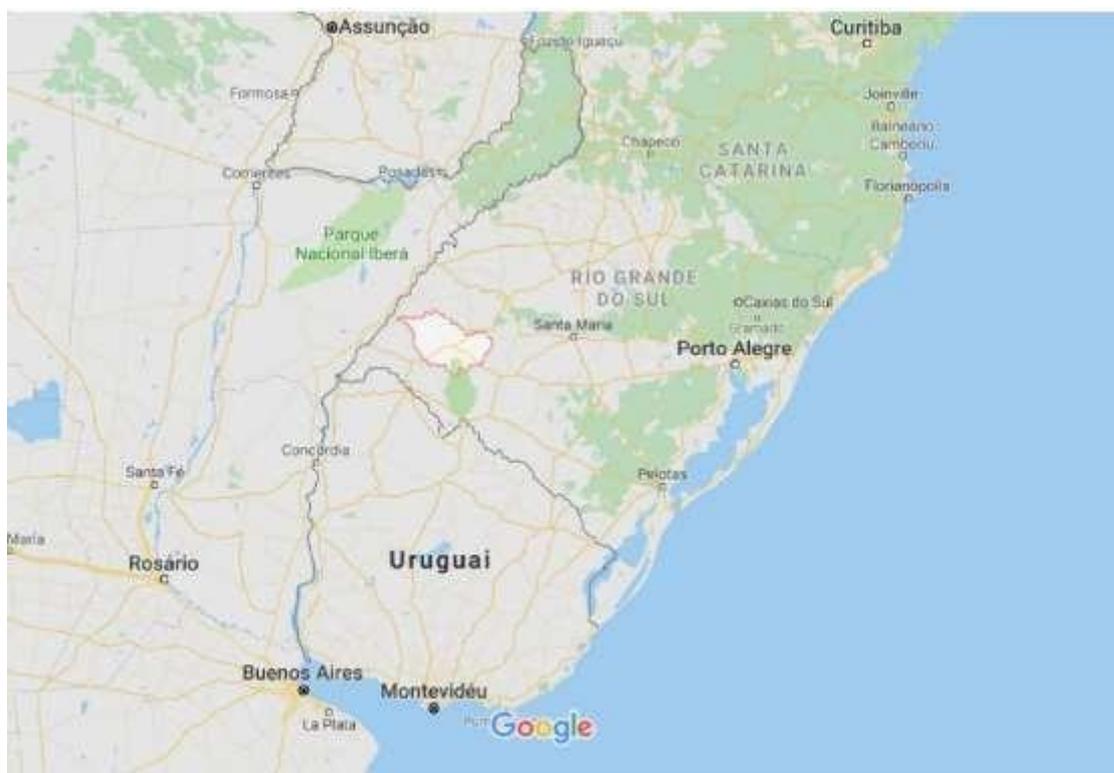
Quando somamos a população de Alegrete em 1890 com a de Quaraí (por considerar que esta cidade tenha se emancipado depois do censo de 1872) percebemos que passa de pouco mais de 16.000 pessoas para 24.583, o que ainda é bastante inferior que as cidades mais urbanizadas do período, como Porto Alegre e Pelotas e considerando que essa soma na verdade deve ter sido menor do que o total populacional indicado. O mesmo ocorre se levamos em consideração a transferência de parte da população de Rosário para a contagem de Alegrete, o que indica um crescimento um pouco maior do que considerando a população total de Alegrete em 1890. Em comparação a São Leopoldo, cidade cuja população parecia que teria um aumento significativo para o último censo, 1890, constatou-se apenas um leve aumento e as duas cidades, considerando as questões apresentadas anteriormente em razão das emancipações, parecem ter um crescimento populacional semelhante. Das cidades da região fronteira é Livramento (Santana do Livramento) que tem um grande incremento em sua população, demonstrando que a região tivera, nas últimas décadas, uma movimentação em seu número de habitantes, como é possível identificar no Apêndice A, em que aparecem os números apresentados nos censos em forma de tabela. Deve-se levar em consideração as proporções das cidades da região de forma diferenciada ao que ocorreu em Pelotas e Porto Alegre, que como apontamos, possuíam características diversas à realidade estudada⁵.

⁴ Não deveria ser necessário mencionar este aspecto, mas assim o faremos: a condição de liberdade jurídica não delegou aos libertos igualdade social e econômica mesmo após o fim da escravidão, sendo as pesquisas sobre o pós-abolição fundamentais para que possamos entender melhor este período da História brasileira.

⁵ De forma geral, segundo os também dados de Márcia Volkmer (2013a), toda a região da fronteira oeste teve um crescimento substancial no período, e isso ocorreu também em razão da imigração e migração para a região, segundo ela “o aumento populacional na fronteira do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, além do seu crescimento natural, teve grande incremento em função de distintos processos migratórios. Pode-se dizer que são três as principais correntes imigratórias que convergem para esse espaço: um grande número de moradores das províncias da Confederação Argentina, sobretudo correntinos, que aí estabelecem residência; aqueles indivíduos, sobretudo militares, provindos de outras províncias brasileiras; e os imigrantes europeus, tema deste estudo. Cada corrente tem suas motivações e períodos definidos, mas todas acabam gerando um aumento absoluto da população

Para contextualizar o leitor (a), em princípios do Oitocentos as fronteiras alegretenses vizinhavam com os emergentes estados platinos, fato que se estendeu até 1875, com a emancipação de Quaraí, não possuindo a partir de então contato direto e sim uma região de fronteira com novas cidades emancipadas, contudo não consideramos a ideia de isolamento e sim de uma nova configuração administrativa. A municipalidade foi perdendo territórios para cidades que ao longo da segunda metade do oitocentos foram se desmembrando (Apêndice B, que indica as emancipações ao longo do período por nós estudado), no qual as datas destas modificações podem ser conferidas no trabalho de Mariana Thompson Flores (2007) e que aparecem também no Apêndice A. Temos então o território de Alegrete demarcado na Figura 1, logo a seguir.

Figura 1: Mapa de limites aproximados de Alegrete (assinalado em vermelho).



Fonte: Reprodução *Google maps*, novembro 2018.

das Vilas da Fronteira e influenciando os níveis de organização política, econômica e social destas cidades” (VOLKMER, 2013a, p. 76).

No ano de 1819, Alegrete passa a pertencer para a jurisdição de Cachoeira, recentemente emancipada de Rio Pardo e em 1831, torna-se Vila passando a fazer parte dos 11 municípios criados até aquele ano. A grande extensão abrangida pela Vila diminui em grande parte pela emancipação de Uruguaiana e Santana do Livramento, respectivamente, em 1846 e 1857. Em 1875 e 1876 perdeu também os territórios de Quaraí e Rosário do Sul⁶. Estas novas cidades emancipadas ao longo da segunda metade do século XIX, mesmo período que compreende nosso estudo. Porém, consideramos que não há prejuízos do ponto de vista metodológico pois segundo nossa amostra de estudo, foram elencados os inventários abertos em Alegrete e não nestas outras localidades emancipadas ao longo do XIX.

Todos estes processos demonstram como aquela região, ainda conflituosa e dinâmica, estava desenvolvendo-se economicamente e congregando na criação de várias cidades ao longo do XIX. Alegrete perdeu jurisdição sobre parte das áreas que faziam fronteira direta com as nascentes nações platinas, isto, porém, não diminuiu o contato entre estes espaços, já que as rotas comerciais e as relações estabelecidas entre os indivíduos que realizavam o comércio estavam interligadas anteriormente e independente do traçado de fronteiras (VOLKMER, 2013a).

Esta *fronteira manejada e dinâmica*⁷ foi palco de recorrentes embates políticos ou militares e adentrando ao século XIX, o Império do Brasil tomou para si algumas disputas que podem ser qualificadas como interesse de potentados locais, com os já independentes Estado Oriental e as Províncias Argentinas, além de conflitos internos ao próprio Estado Nacional do Brasil. O traçado das fronteiras, sabe-se, não limita o contato entre pessoas que circulam pela “região de fronteira”, o que se aplica a Alegrete e as demais cidades fronteiriças aos estados platinos no século XIX, já que as relações estabelecidas entre os indivíduos ainda permanecem e não são impedidas pela definição política das linhas dos Estados. Sabe-se também que as fronteiras não são naturais nem atemporais, são elaborações e construções humanas (mas não somente) e que pela própria história do Rio Grande do Sul tais aspectos são evidenciados.

Compreende-se, então, que este trabalho apesar de leituras realizadas a respeito do conceito de fronteira distancia-se de algumas ideias clássicas a respeito do mesmo, propondo

⁶ A fim de perceber a transformação do território rio-grandense, ver FELIZARDO, Julia Netto. *Evolução Administrativa do RS*. Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

⁷ Para maiores esclarecimentos ver THOMPSON FLORES, Mariana Flores da C. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; FARINATTI, Luis Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

uma abordagem renovada das pesquisas sobre o tema. Tendo os autores Frederick Turner⁸ e Bolton como as balizadas para as diversas discussões que permearam o conceito no fim do XIX e início do XX é no fim do último que a forma como se compreende a fronteira começou a se modificar. Roberto Schmit (2008) fez uma análise geral destes conceitos ao longo do século XX e abordou a diversidade de propostas e concepções indicando as principais transformações ao longo do século, de como Turner passa a ser uma análise importante, porém não há uma universalidade para esta análise, já que os conceitos devem atentar para as realidades estudadas. Foi um autor pioneiro em relação à compreensão da fronteira, no seu caso a norte-americana o foco de seu estudo, tornando-a protagonista da história estadunidense⁹.

Percebeu-se que esta discussão acabou se reinventando, tratando a questão da “fronteira” como “una explicación fundamental de su especificidad nacional. (SCHMIT, 2008, p. 3), conforme aponta Roberto Schmit, Turner foi pioneiro em trazer o conceito para o centro do debate. Além disso, o autor indica que na América de colonização espanhola, especificamente na região platina, as influências destas abordagens acabaram refletindo a forma como pesquisadores trataram o tema nos territórios espanhóis. Estes reflexos se referiam por muito tempo principalmente à uma concepção de que “la frontera era un lugar brutal que subsistía básicamente bajo el imperio de la violencia, donde los actores sociales eran “bárbaros”, con predominio de protagonistas que vivían casi en “estado natural”, ya fueran indios, gauchos o foragidos” (SCHMIT, 2008, p. 4) e mais a fundo nesta proposição, tinha-se a visão etnocentrada nas concepções europeias sobre a região, de que se vivia em um estado semi-bárbaro (p. 5) disseminadas a partir, principalmente da perspectiva das histórias nacionais vitoriosas, a noção de atraso e de uma sociedade estática, sem transformação reiterando a concepção de barbárie da região.

Na década de 1860 temos alguns vislumbres de outras leituras e que propuseram novas abordagens, dentre elas, Hebe Clementi, que “se mostraba muy optimista sobre relevancia del tema, argumentando que la frontera podía resultar una “llave interpretativa” para comprender

⁸ TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. 2007, eBook Language: English, MARTINS, Rui Luís Vide de Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

⁹ Vale ressaltar que esta centralidade do elemento *fronteira* teve um foco fundamental para Turner, que era “na ênfase sobre a originalidade, sobre o aspecto único da Nação, do povo e das instituições americanas. Ao invés de buscar a continuidade e a proximidade com a Europa, Turner busca a ruptura. A identidade nacional é forjada em solo nativo, através da interação com o meio ambiente. Povos e instituições podem ser importados da Europa, mas sofrem profundas mudanças em decorrência do seu confronto com a natureza na América, transformando-se em novas formas culturais – em algo inédito, considerado exclusivamente “americano”.” (SOUZA, 2008, p. 39).

la sociedad en Latinoamérica (SCHMIT, 2008, p. 6 sobre Clementi, 1968¹⁰), apresentando a questão da fronteira como algo que poderia se tornar central nas pesquisas platinas, contudo ainda não se havia questionado o paradigma civilizatório das abordagens sobre a mesma.

Decorrente a isto, de forma mais explícita é a partir da década de 1890 que começam a ser feitas pesquisas que levem em consideração outros elementos, com a ideia da alteridade com colaboração da antropologia e sociologia, que “brindan nuevas herramientas para intentar alcanzar interpretaciones que superen las visiones elaboradas por los historiadores” (SCHMIT, 2008, p. 9). Diante destas novas abordagens foi possibilitada a incorporação de aspectos que levem em consideração os estudos locais, regionais e da inserção de “novos” atores sociais na reconstrução das pesquisas, e em nosso caso, o resultado desta renovação proporcionou a possibilidade de um olhar sobre o tema do consumo e do cotidiano, pouco estudado em relação à fronteira.

Sendo assim, a importância deste espaço fronteiriço tem na especificidade da região, na proximidade política e nas similaridades naturais a necessidade de uma abordagem que compreenda a pertinência e efetividade do conceito de fronteira que mais seja afeito à pesquisa em execução, e neste caso, consideramos que o de *fronteira manejada* se enquadra neste panorama. O conceito apresentado anteriormente foi desenvolvido de forma conjunta pelos professores Mariana F. da Cunha Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti¹¹, que foi iniciado como “fronteira dinâmica” na dissertação de Thompson Flores e desenvolvido com maior profundidade pela referida historiadora em sua tese¹² o qual tem aproximações profícuas para nosso estudo tanto em relação ao entendimento do espaço fronteiriço quanto das questões teóricas.

Não se considera aqui a compreensão de uma fronteira que se fundamenta no entrechoque com o outro – o inimigo – o que resultaria um sentimento nacional e de pertencimento prontamente elaborado. Contudo, também não se entende a facilidade geográfica de circulação de pessoas como responsável por uma total integração e fluidez das sociedades que viveram de um lado e de outro da fronteira (THOMPSON FLORES, 2012, p. 56).

¹⁰ CLEMENTI, Hebe. *F. J. Turner*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968. CLEMENTI, Hebe. *La frontera en América*. Buenos Aires: Leviatán. 4 v, 1968.

¹¹ FARINATTI, Luis Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

¹² THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

A ideia de que as comunidades de ambos os lados da fronteira, em função da inevitável relação que travavam, acabaram sobrepondo suas dinâmicas econômico-sociais e constituindo uma zona de transição que apresenta uma dinâmica particular, um “novo espaço”, que se diferenciava das características de origem dos países em contato, não pode ser plausível, senão acabaríamos por suprimir a existência da fronteira em si. (THOMPSON FLORES, 2012, p. 57).

Desta forma, Mariana Thompson Flores indica que seu trabalho procura partir de uma análise nova, não pautada nos elementos pré-estabelecidos, para isso utiliza Frederick Barth e propõe que a fronteira tal como se está a explicar partiu para ela de uma análise sob medida, conforme o trecho de sua dissertação, afirmando que “o que me aparenta mais acertado, portanto, é tratar a fronteira não como uma entidade, algo homogêneo que pode ser classificado com apenas uma definição, mas considerá-la através das inúmeras relações que são possíveis de serem estabelecidas de lado a lado” (2007, p. 39). Neste sentido, a fronteira é dinâmica pois revela a presença e atuação de significados diversos para agentes também múltiplos. Além disso,

Não se trata de negar as diversas relações que são travadas através da fronteira; elas são notórias. Contudo, é preciso termos em conta que a fronteira é o lugar onde soberanias e leis diferentes se encontram, e que essa dimensão institucional podia colocar empecilhos à capacidade de integração dos fronteiriços, não podendo ser suprimida. Era necessário, portanto, lidar com ela, manejá-la. (THOMPSON FLORES, 2012, p. 58).

Manejável em razão da atuação e relações estabelecidas no âmbito da fronteira, compreendendo a multiplicidade de elementos de identidade e alteridade, sendo necessário “considerar a fronteira em seu paradoxo original: enquanto fim e início de territórios contíguos, proporcionando, simultaneamente, separação e contato” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 61). Pensamos que estas concepções são profícuas, já que não consideram o espaço da fronteira como homogêneo e estático e nem seus indivíduos, também como apresenta Lilia Medrano (2001), ao afirmar sobre essa multiplicidade no trecho a seguir, indica que tanto a fronteira oeste bem como toda a região de ligação fluvial platina possuía especificidades que devem ser levadas em consideração quando do estudo de temas que tenham este espaço como foco.

Por eso, como consecuencia de la convivencia en los espacios fronterizos, de las actividades productivas con la utilización de mano de obra indígena, mestiza, negra o blanca, del comercio que intercomunicaba poblaciones y regiones alejadas y diferentes, se sentaron las bases para la formación de un espacio socio-económico-cultural, con Identidades diferenciadas, Pero entrelazadas por un pasado común (MEDRANO, 2001, p. 7).

Com este trecho de Medrano percebemos a complexidade dos estudos em espaços fronteiriços e, mesmo não podendo inferir elementos mais amplos e explícitos daquilo que consideramos características culturais desta mesma região apresentada pela autora, estamos com esta pesquisa também traçando o caminho teórico e metodológico que poderá apontar alguns aspectos desta especificidade, não só em relação à política e disputas militares, mas também no âmbito cultural e das pessoas, da importância da comunicação entre as cidades de um lado e de outro das fronteiras platinas, seja pelo comércio, tão importante na região ou mesmo pela circulação de pessoas pesquisadas por Márcia Volkmer, os imigrantes (aqueles que se estabeleciam nas vilas da fronteira oeste) ou dos migradores (indivíduos que se mudavam de vila em vila e que são difíceis de rastrear nas fontes, contudo certamente faziam um intenso intercâmbio cultural que está além da documentação oficial), que consideramos de mesmo modo, fundamentais neste processo de entendimento do cotidiano na fronteira oeste (VOLKMER, 2013a, p. 82). A pesquisa da autora demonstrou que, de forma geral foi a partir do último terço do século XIX que ocorreu um aumento substancial do número de estrangeiros vivendo nas cidades limítrofes do Império, e com isso também sua diversidade.

Outro aspecto desta fronteira que deve ser levado em consideração, diante de toda produção do conhecimento e reflexões em relação à História, é a percepção sobre o espaço em seu conceito mais amplo, na disposição espacial das coisas, pessoas entre outros agentes. Diante desta proposição, tenta-se inspiração nos argumentos de Leifh Jerram (2012). Autor que apresenta uma compreensão da espacialidade em todos os seus sentidos¹³, chamando a atenção de quem escreve para uma maior amplitude de agentes, como o espaço e como ele pode nos influenciar de diversas maneiras não apenas nós a ele. E, para uma melhor compreensão do espaço no qual este estudo se refere, citamos João Davi Minuzzi (2017)¹⁴. Em sua dissertação de mestrado, ao trabalhar com os discursos dos viajantes a respeito do Bioma Pampa durante o século XIX, Minuzzi apresentou outras percepções de como tal bioma poderia influenciar e ser influenciado pelos seres humanos que com ele interagiram e em consequência, como esta

¹³ Leifh Jerram (2012) propõe algumas categorias, uma delas é quando usarmos *space* (espaço) nos referimos a posições de aproximação física, disposição espacial de pessoas, coisas e animais em geral. Para tratar de localização de coisas na terra, superfícies e na relação entre duas localizações utilizemos então *sítio*, *local*, *distância*, *área*, e *distribuição*, dando uma ideia de termos posicionais. E, por fim, que se utilize a palavra *place* ou *lugar* para nos referimos a aspectos valorativos, significados, códigos e práticas. Isso tudo segundo ele tem fundamentação em relação aos seus significados amplos e relacionados a espacialidade, já que “space is material, location is relational or positional, place is meaningful” (JERRAM, 2012, p. 404).

¹⁴ MINUZZI, João Davi Oliveira. *Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus (1818-1858)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

interação pode, em alguma medida, agir em relação aos objetos (adquiridos) e que gestaram por muito tempo os aspectos fundadores do indivíduo morador daquele local. O que se quer ressaltar aqui é que mesmo que o espaço não apareça constantemente diante do objetivo e tema deste trabalho, sempre que se apresente esta questão, relacionada aos elementos anteriormente indicados, estarão presentes na compreensão da espacialidade da pesquisa, sejam pelos viajantes que passaram por aquela região ou outros elementos. Além disso, esta proposta de uma nova concepção do que é objeto compõe a nossa compreensão de História.

Quando procuramos informações sobre a vida cotidiana na segunda metade do século XIX, na fronteira sul do Brasil, nos deparamos com um impasse, não temos tantos detalhes para explorar e desenvolver este tipo de temática. Necessitamos, por vezes, de uma ampla investigação em diferentes fontes primárias para realizarmos a reconstrução de traços da vida cotidiana. Esta dificuldade nos lembra da afirmação um pouco penosa para quem pesquisa História no Brasil de Alba Mariani, sobre seu estudo sobre os mais diversos aspectos da vida cotidiana em Montevideu e Buenos Aires na segunda metade do século XIX, apontando que: “los testamentos e inventarios sucesorios registraban con minucioso detalle los elementos que integraban las propiedades de los habitantes de las ciudades de ambas márgenes del Plata” (MARIANI, 2007, p. 75). Não temos tantos detalhes e variedade de fontes que abordem o cotidiano com mais ênfase, mas dada a proximidade cultural que a região da campanha possui com os países platinos, algumas aproximações historiográficas foram bastante motivadoras.

A leitura de historiadoras e historiadores platinos no processo de reflexão e de realização da pesquisa foram de extrema importância pois propiciaram processos metodológicos e aportes teóricos os quais são norteadores desta pesquisa. Primeiramente, é preciso mencionar o trabalho de Laura Cabrejas (2000)¹⁵, em sua análise sobre a fronteira bonaerense e as suas características peculiares. Cabrejas demonstra elementos que conectam a questão fronteiriça e o cotidiano, ambos aspectos que permearam esta pesquisa, além de analisar a questão do consumo de bens menos duradouros, o que nos fornece subsídios para comparação historiográfica e metodológica.

Alba Mariani (2007)¹⁶, historiadora que possui uma perspectiva de estudo que enfoca a questão da vida material¹⁷ na região do Rio da Prata, mais especificamente as cidades de

¹⁵ CABREJAS, Laura Leonor. Vida material en la frontera bonaerense. In: MAYO, Carlos. *Vivir en la frontera: la casa, la dieta, la pulpería, la escuela (1770-1870)*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

¹⁶ MARIANI, Alba. *Vivienda, Alimentación y Vestimenta en el Río de la Plata (1850-1890)*. Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2007.

¹⁷ Segundo as leituras realizadas a respeito do que pode ser considerado cultura material e vida material. Não existe um conceito fechado para o primeiro e sim alguns usos mais comuns e geralmente atrelados a pesquisas arqueológicas ou mais relacionadas a pesquisas de bens materiais no sentido mais físico do termo, Daniel Miller

Montevidéu e Buenos Aires, na segunda metade do século XIX, se caracteriza pela amplitude e diversidade dos aspectos a que se dedicou, além disso   evidente que as realidades encontradas pela autora são bastante diferenciadas de Alegrete, já que são duas das maiores cidades do período. Partindo das questões de moradia, passando por comportamento, vestuário, alimenta o, temáticas primordiais para a compreensão da vida na fronteira oeste do Império Brasileiro pelas características que se relacionam.

Para o estudo do consumo, teoria do consumo e dos bens, a obra de Grant McCracken (1983)¹⁸   referência essencial por expor pontos básicos a respeito da historicidade ato de consumir e da importância deste tipo de pesquisa, além de indicar alguns caminhos para o uso do conceito de consumo e sua complexidade. Entendemos, assim, que no século XIX houve uma grande transforma o na rela o entre consumo e mudança social, e que ambos conceitos estabelecem uma rela o dial tica. Outro atributo de sua pesquisa   a ideia de que esta dial tica promoveu ainda uma auto elabora o do consumo, já que este tipo de prática vinha se constituindo desde o século XVI na Europa e atinge seu auge ao longo do Oitocentos. McCracken aponta também que os bens possuem uma significa o que ultrapassa sua utiliza o e comercializa o. Nesse sentido,   importante atentar para “na sua habilidade em carregar e em comunicar significado cultural” (1983, p. 99) e, por fim, que este significado está sempre em trânsito.

Outra obra essencial   a de Mary Douglas e Baron Isherwood (1996)¹⁹ na qual nos orientam pelo mundo dos bens e seus usos. Este trabalho ainda   importante na medida em que nos incita a refletir a respeito das mercadorias, em contrariedade a pensar que os bens possuem qualidades boas ou ruins. Além disso,   notável a reflexão a respeito dos bens, quando relacionados   sua participa o na esfera comercial, tendo em vista que estes muitas vezes têm uma carga de características como promotores da desigualdade social e econ mica, elementos próprios da atividade humana em sociedade e não inerentes aos próprios objetos. E neste sentido tentaremos tratar os objetos transformados em objetos de consumo em “um meio não verbal para a faculdade humana de criar” (1996, p. 108). A fronteira oeste   um espaço profícuo a esta

afirma que “a cultura material prospera como indisciplinada de uma disciplina:   incisiva, abrangente, original, às vezes com pesquisas e observa es peculiares”, seguimos então mais ou menos nesta perspectiva. A vida material   uma possibilidade de apropria o desta concep o e muitas vezes   confundida com o conceito anterior. No caso de Mariani fica claro que a autora se refere aos elementos do cotidiano que se referem aos objetos, móveis, alimentos, ou seja, itens *materiais* que compuseram a vida de indivíduos na região do Rio da Prata e seus usos cotidianos e culturais.

¹⁸ MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

¹⁹ DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O uso dos bens. In: _____. *O mundo dos bens: uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2004.

elaboração, já que os elementos aparentemente estão dados, mas no decorrer de uma análise mais profunda percebe-se que há mais aspectos permeando o uso e aquisição dos bens de consumo além de defini-lo como uma atividade ritual.

Incluimos neste conjunto o antropólogo cultural Daniel Miller (2013)²⁰ em seu estudo sobre o conceito de *coisas*, o que contribui na compreensão dos significados dos objetos para além do que se estabelece de imediato. Pensando que o uso dos bens nem sempre ocorre de forma funcional, então tentaremos compreender os usos e o consumo para além desta característica. Além desta questão, outro aspecto se refere à obviedade de alguns objetos e mesmo seus usos. Para isto, a proposição de desconstruir as percepções evidentes também pode colaborar na fundamentação desta pesquisa, já que para o autor, “quando algo é evidente demais, pode chegar a um ponto no qual ficamos cegos para sua presença, não lembramos dele” (MILLER, 2013, p. 79) como tende a parecer em relação à alguns bens encontrados nos inventários como os itens para montaria, comuns no dia a dia e nas fontes, mas que podem dizer mais do que apenas a atividade socioeconômica desenvolvida na região. E, por fim, é importante ter em mente que as coisas, objetos, bens, não são itens individuais, eles pertencem a um sistema e que este ajuda a formular o que somos, e no caso da pesquisa histórica, do que foram os indivíduos que viveram na fronteira oeste da província.

Diante deste quadro, ressalta-se a presença constante dos pressupostos teóricos do sociólogo Norbert Elias (1994)²¹, pois a compreensão desta dissertação a respeito da questão da civilidade e processos civilizadores parte do trabalho do autor citado. Elias possui um arcabouço complexo de elementos que tratam da forma como tornamo-nos todos *civilizados ocidentais* com diferenciações e proporções e quando for pertinente ao texto e sua maior presença tais aspectos serão trabalhados e explicitados. Por ora é importante referi-lo para que se tenha compreensão da proposta deste estudo.

Em relação à sociedade existente na fronteira sul do Brasil, há algum tempo havia uma concepção hegemônica na historiografia de que a região de fronteira estaria apenas atrelada à dicotomia estancieiro *versus* peão (ou *gaúchos*, sem família, errantes e que se deslocavam de uma fazenda a outra em razão das ofertas de trabalho). Nas últimas décadas houve, porém, uma vigorosa renovação nas perspectivas de escrita da história, principalmente, após o impulso dado pela criação de diversos programas de pós-graduação no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul. Uma série de pesquisas buscou analisar de modo mais rigoroso e sistemático a

²⁰ MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²¹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

história social daqueles espaços, partindo do pressuposto de que muitos outros elementos compunham o passado histórico da fronteira oeste da província.

Desta forma, como demonstram os autores destas novas concepções havia, sim, a existência de uma importante e pequena elite no que se refere aos aspectos econômicos e político daquela sociedade (OSÓRIO, 2004; THOMPSON FLORES, 2007; SCHMIT, 2008; FARINATTI, 2010; MATHEUS, 2012)²². Entretanto, a existência de outras possibilidades de análise encontradas nas fontes indica a necessidade da busca de mais informações sobre outros indivíduos além dos proeminentes do ponto de vista social e econômico. A documentação aponta essa dinamicidade de pessoas e vida social como grupos diversos, a exemplo disso, pequenos e médios produtores, ou mesmo indivíduos que residiam na sede da vila/cidade e que, possivelmente, atuavam em serviços e pequenos trabalhos interagindo no ambiente “urbano” ao mesmo tempo que no rural. Sabe-se ainda que o estudo sobre os grupos subalternos do século XIX é tarefa bastante complexa pela pouca quantidade de informações, entretanto, na medida em que elas aparecem não podem ser mais ocultadas. Esta pesquisa não se detém em um grupo social específico, a tentativa insistente é concentrar elementos que congreguem o maior número de informações sobre o cotidiano relacionado ao consumo de uma variedade de itens por indivíduos na segunda metade do Oitocentos. Isso não significa que consigamos chegar até as pessoas mais empobrecidas e sem recursos, pois estas pouco aparecem nos documentos, mas elas estão lá, no passado e sempre que for possível (mediante as fontes e a historiografia) serão também incluídas na análise histórica.

No Brasil, a produção historiográfica acerca do consumo e do cotidiano tem amparo em estudos clássicos, sendo interessante uma ampliação de pesquisas nesta temática. Um dos autores que são comumente citados e faz parte do escopo desta pesquisa é Luis Felipe Alencastro (1997)²³ ao trabalhar, no capítulo de um livro organizado por ele, com a relação público *versus* privado no Império e, mais essencial ainda, apontar a dinâmica de transformação do consumo a partir da década de 1850 com um ingresso mais proeminente de manufaturados na vida cotidiana dos e das brasileiras oitocentistas. Contudo, há que fazer uma ressalva em relação ao seu entendimento de que a Corte era o espaço por excelência onde os itens comercializados circulavam, como é possível perceber quando o autor menciona que na década

²² THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. SCHMIT, Roberto. La construcción de la frontera decimonónica en la historiografía rio-platense. *Mundo Agrario*, vol. 8, n. 6, primer semestre de 2008.

²³ ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida Privada e Ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

de 1850 e 1855 os bens que começaram a ser mais populares eram “destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas” (1997, p. 37). Um exemplo de que esta proposição não condiz com os dados encontrados em pesquisas diversas é o fato de estarem presentes em diversas regiões itens como pianos e máquinas de costura. Vargas (2013a, p. 164) aponta, em relação aos pianos, sua presença em “muitas cidades, como Desterro, Pelotas, Porto Alegre, São Luís, São Paulo, entre outras, desde o início do século XIX”. Aliás, ao propormos uma análise que avança em relação à ideia de que apenas a Corte representaria o foco das transformações ao longo do século XIX. Vargas afirma que havia “uma intensa circulação e trocas culturais entre as elites regionais e a presença de estrangeiros nas mais diversas cidades, o que favorecia este compartilhar sociocultural”, demonstrando que regiões mais meridionais do Império brasileiro também tinham sua compreensão de mundo e de cultura, consumo e dos elementos que os identificava enquanto grupos socioeconômicos em contato com a Europa.

O estudo que realizamos sobre as mudanças na região fronteira do Império brasileiro também são influenciadas pelo trabalho de Kátia Mattoso (1997)²⁴. Esta historiadora no mesmo período teve como enfoque a investigação a respeito da sociedade baiana e o desejo de sua elite pela opulência e o *status* de outrora, os mecanismos de diferenciação cultural e social que todas as elites buscam. Estes devaneios de um passado glorioso se intercalam com a nova configuração do “fazer-se elite” do século XIX e tais proposições de Mattoso (1997) quando confrontadas à realidade histórica de Alegrete proporciona frutíferas comparações.

Para a região do oeste paulista, temos o estudo de Elaine Abrahão (2008)²⁵, que trata dos bens da vida cotidiana de algumas famílias da elite cafeeira, tendo como fontes principais os inventários *post mortem* com foco na cultura material, dos valores culturais, sociais e econômicos compartilhados pela sociedade campineira da segunda metade do século XIX. A questão material que compôs as habitações, objetos do cotidiano – mobiliário e utensílios domésticos também foram objetivos de seu estudo, o que permitiu à autora compreender aspectos da vida privada daquelas famílias. Esta pesquisa permitiu a comparação dos resultados obtidos por Abrahão para Campinas com Alegrete, no mesmo período, demonstrando as diferenças regionais de ambas pesquisas.

²⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A Opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. *História da Vida Privada o Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁵ ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

O estudo de Jonas Moreira Vargas (2013a)²⁶ sobre a elite charqueadora da cidade de Pelotas também é importante na abordagem deste estudo ao dar espaço para questões como a distinção social e cultural, estimulando a criação de pontes entre Pelotas e Alegrete, já que trabalhos na mesma perspectiva para a região fronteira são bastante escassos. Incluímos, ainda, os trabalhos em arqueologia histórica, realizados no Rio Grande do Sul. Citamos alguns destes estudos, como o de Dieli Thomasi (2003), Fernanda Tocchetto (2010) e Jeremyas Machado da Silva (2012)²⁷. Destacamos, sobretudo, Fernanda Tocchetto que tematizou Porto Alegre na segunda metade do século XIX, estudando as lixeiras domésticas e as relacionando com o cotidiano. Os demais pesquisadores que possam aparecer ao longo da escrita do texto, trabalham com a fronteira oeste e podem contribuir substancialmente na pesquisa aqui proposta. Suas pesquisas serão debatidas com mais vagar ao longo desta dissertação.

Por sua vez, Luís Augusto E. Farinatti (2010)²⁸, contribui para o entendimento que temos de Alegrete no período estudado. Nos interessa sua abordagem e suas conclusões em relação aos grupos socioeconômicos elaborados nesta pesquisa. Além disso, a composição social da cidade a partir do censo de 1852 se comparada ao nosso processo de entendimento do censo de 1872 contribuem de forma fundamental as reflexões acerca da temática aqui tratada. Já Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2007, 2012) ao investigar a questão do contrabando na região fronteira, bem como sobre os crimes de fronteira e sobretudo sua proposta de abordagem de uma fronteira manejada e a compreensão historiográfica a respeito do mundo platino tornou-se uma leitura quase obrigatória. Por fim, Graciela Garcia (2005) é importante para a compreensão do mundo agrário do período, a disputa de terras e a influência nos processos socioeconômicos vivenciados pelos indivíduos residentes na Alegrete oitocentista.

Destacamos deste modo a importância da historiografia de forma geral, pois proporciona uma gama de leituras contextuais que complementam as lacunas encontradas, apoiando os resultados e contribuindo para a sustentação de hipóteses. Afora estes elementos,

²⁶ VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013a.

²⁷ THOMASI, Dieli Ilha. *Arqueologia História: os metais da Estância Velha do Jarau*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas da Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo: Oikos, 2010. SILVA, Jeremyas Machado *Achados do imaginário: o consumo da faiança fina em Uruguaiana no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2012.

²⁸ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010

a produção do conhecimento histórico é essencial no sentido de fortalecer o entendimento daquilo que se compreende como ciência histórica, aspectos teóricos da especificidade de conhecimento que a História elabora. Em razão disto a diversidade de obras e autores é uma característica que se busca implementar ao longo desta dissertação, além do afastamento de concepções muito estruturais ou demasiado evolucionistas. Ainda pensando em uma perspectiva interrelacional, tendo em mente algo percebido em relação à região do Rio da Prata, quando Alba Mariani (2007, p. 284) afirma que “el espacio geográfico se caracterizó por integrar regiones consideradas semisalvages al supuesto refinamiento europeo” e na prática constituiriam a característica mais forte destas regiões periféricas, a capacidade de recriar elementos em práticas culturais múltiplas.

As fontes utilizadas para esta pesquisa referentes a elementos da vida cotidiana são de diferentes tipos: os inventários *post mortem* (avaliação dos bens e listas de mercadorias), os relatos de viajantes, o jornal *A Gazeta de Alegrete* e o Código de Posturas de Alegrete (1848). A metodologia de tratamento das fontes empregada aqui tem como aporte principal a História Serial. Esta metodologia em moldes renovados tem sua base a partir do movimento da Escola dos *Annales* e que promoveu a discussão em diversas frentes. Uma delas é a própria questão metodológica. Um dos autores principais deste tipo de metodologia é Ernest Labrousse²⁹ com ênfase na História.

Posteriormente a História Demográfica e a História das Mentalidades também acabaram fazendo uso deste tipo de metodologia. A primeira deu mais visibilidade à História Serial para boas ou más percepções. Antes desta nova percepção tal aporte era muito utilizado para questões econômicas em relação às oscilações de preços. Posteriormente, François Furet³⁰ também tornou-se autor chave para as leituras sobre o quantitativo. Os autores João Fragoso e Renato Pitzer (1988)³¹ norteiam a parte de organização dos dados da pesquisa juntamente com algumas propostas de Vargas (2013b)³² e a parte mais *bruta* da atividade metodológica. A seguir temos uma figura apontando as fontes utilizadas ao longo desta dissertação.

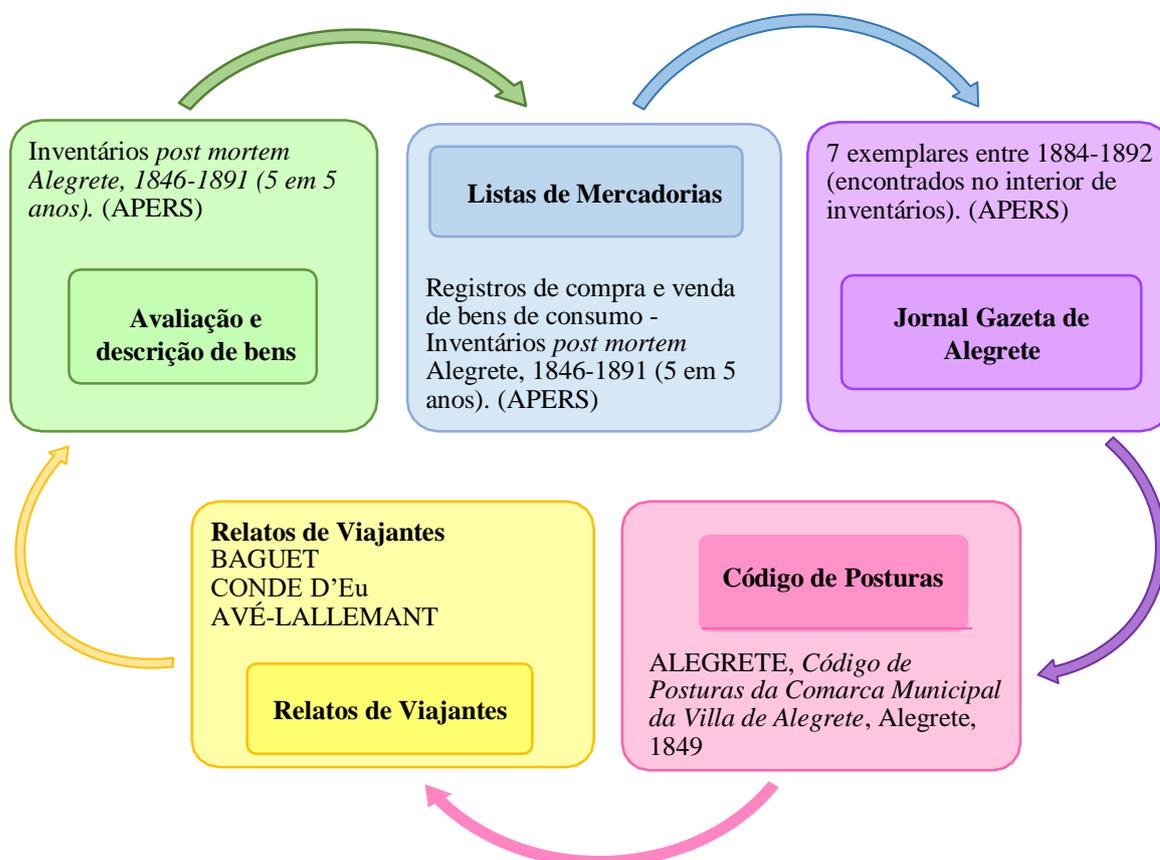
²⁹ Suas obras que podem ser citadas como precursoras de Labrousse são *Esboço do movimento dos preços na França do século XVIII* (1933) e *A Crise da Economia ao fim do Antigo Regime e às vésperas da Revolução* (1944).

³⁰ Principais obras nesta perspectiva: *A oficina da História* (1982) de François Furet e *La croissance de l'alphabétisation en France (XVIII-XX siècles)* de W. Sachs publicado na revista dos *Annales* em 1974.

³¹ FRAGOSO, João L. R.; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post mortem. *Revista Arrabalde*, Ano 1, n. 2, set/dez 1988, p. 29-52.

³² VARGAS, Jonas Moreira. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: APERS. *XI Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. V. 1. Porto Alegre: CORAG, 2013b, p. 155-180.

Figura 2: Fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

O enfoque de uma documentação serializável³³, homogênea e reiterativa (inventários *post mortem* e listas de mercadorias³⁴) permite este tipo de abordagem, de forma a dar conta da quantidade de dados que foram organizados. Sobre os inventários *post mortem* e as listas de mercadorias, são necessários alguns esclarecimentos mais específicos. Para os primeiros foram coletados todos os processos de 5 em 5 anos (1846 a 1891) sendo estes fotografados e separados

³³ Segundo José D'Assunção Barros (2012, p. 205) "A série é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou espacializada), e que permitam uma 'abordagem de conjunto' através de aportes metodológicos como a quantificação, a análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série".

³⁴ Listas de mercadorias são as listagens de itens adquiridos pelo inventariado/inventariada em algum estabelecimento ou outra modalidade de consumo requisitadas pelos comerciantes por não pagamento e anexadas no processo de inventário para cobrança dos valores. Estas listas indicam o dia/mês da aquisição, o item, quantidade, marca (se tiver ou tipo), valores unitários e totais. Os itens são bastante variados desde alimentos (arroz, chás, macarrão, pães, temperos), vestuário (tecidos, linhas, agulhas, acessórios) e outros itens em geral. Para mais informações ver o primeiro capítulo desta dissertação.

em pastas por ano e nome dos inventariados (as). Tais documentos são parte dos acervos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS)³⁵ e são de livre acesso para consulta e pesquisa.

Os inventários *post mortem* consistem em processos judiciais que eram realizados após a morte de um indivíduo, geralmente este possuía bens a serem partilhados entre seus herdeiros, bem como dívidas ativas ou passivas³⁶. O objetivo da elaboração de tal documentação foi, então, a avaliação e partilha dos bens, pagamentos de dívidas e divisão dos mesmos entre o(a) cônjuge do(a) falecido(a) e os herdeiros dos bens do(a) falecido(a)³⁷. As partes que compõem um inventário são as elencadas a seguir e em geral aparecem na maioria das documentações: **a)** abertura do Inventário; **b)** descrição e avaliação dos bens; **c)** documentos comprobatórios da avaliação e de dívidas; **d)** partilha dos bens. Todos estes elementos são trabalhados por Fragoso e Pitzer (1988) e o apontamento de aspectos para sua utilização e apresentam de forma bem mais detalhada e aprofundada, além disso, são importantes para compreender que tipo de fonte está sendo utilizada como base para esta pesquisa.

Outra referência importante, citada anteriormente, é o texto de Vargas (2013b) a respeito dos inventários *post mortem* e suas asserções a respeito de tal fonte com um foco mais próximo à realidade rio-grandense. O que é bem proveitoso do ponto de vista da análise da documentação quando pensada para esta região meridional. Além disso, como aponta a pesquisadora Cláudia Martinez (2007, p. 93), ao trabalhar com estas mesmas fontes, “nenhum outro documento permite ao pesquisador vasculhar a intimidade e com tamanha precisão de detalhes: o interior das casas, as casas de morada, as fazendas com suas terras de cultura”. Entre outros elementos aos quais acrescentamos aqui as *coisas* que preenchiam os espaços das casas e das vidas daqueles indivíduos. E, neste sentido, pensando em relacionar estes conceitos à pesquisa, a menção que Elaine Abrahão (2008) faz a respeito de Fragoso e Pitzer, afirmando que “o que era inicialmente uma fotografia torna-se um filme”, e as coisas fazem as vezes dos elementos que compõe cada retrato formando uma sequência que reconstrói traços da própria sociedade, e a autora afirma ainda que “as fontes cartorárias oferecem um mapeamento material da sociedade” (ABRAHÃO, 2008, p. 28) que é difícil encontrar em outros documentos e fontes.

³⁵ Para realização de pesquisas é fundamental entrar em contato com o arquivo em que se encontra a documentação de interesse e no caso do APERS fazer um agendamento de pesquisa por email.

³⁶ As dívidas passivas são aquelas que outrem possuía em haver para com o inventariado e as ativas eram quando o mesmo tinha a pagar, em crédito, com outros indivíduos.

³⁷ Sobre a divisão dos bens, o cônjuge já possuía uma parte da herança denominada meação e esta era a parte conferida legalmente para seu proveito sem necessidade de divisão entre outros herdeiros, se estes fossem menores de idade a configuração da divisão dos bens se dava em detrimento destes no restante dos bens juntamente com as dívidas.

Nesta pesquisa, nos valem principalmente do item b (descrição e avaliação dos bens), ou seja, a parte onde os bens do indivíduo inventariado eram listados e recebiam uma avaliação de seu valor (em alguns casos não aparecem os valores, provavelmente pelo encerramento do processo ou o julgamento por parte dos avaliadores da sua pouca importância). Eram também listados *bens de raiz* (imóveis, casas, atafonas); escravos e gado compunham os *bens semoventes*. Já os *bens móveis* compreendem o que nos interessa mais, que são os móveis: mobiliário, louças, instrumentos de trabalho entre outros itens. Uma ressalva importante é de que se deve ter consciência de que os itens arrolados na avaliação dos bens pertencem a um momento específico da vida da pessoa falecida e de sua família. Isso possivelmente distancia a fonte de uma maior realidade histórica, já que muitos bens certamente haviam sido distribuídos entre os familiares e ainda poderiam ser qualificados como pouco importantes ou sem valor monetário para serem apontados na elaboração do processo. Elementos como estes poderiam prover maiores subsídios para ampliar ainda mais o entendimento sobre o passado, o que Fernanda Tocchetto (2010) consegue efetivar em sua pesquisa pois traça o perfil de famílias e isso lhe dá probabilidade de perceber as mudanças temporais e cotidianas em um conjunto menor de informações, o que para nós não é utilizável neste momento, porém, para trabalhos mais circunscritos (como a famílias, grupos ou mesmo indivíduos) a proposta de Tocchetto é bastante instrumental e propositiva.

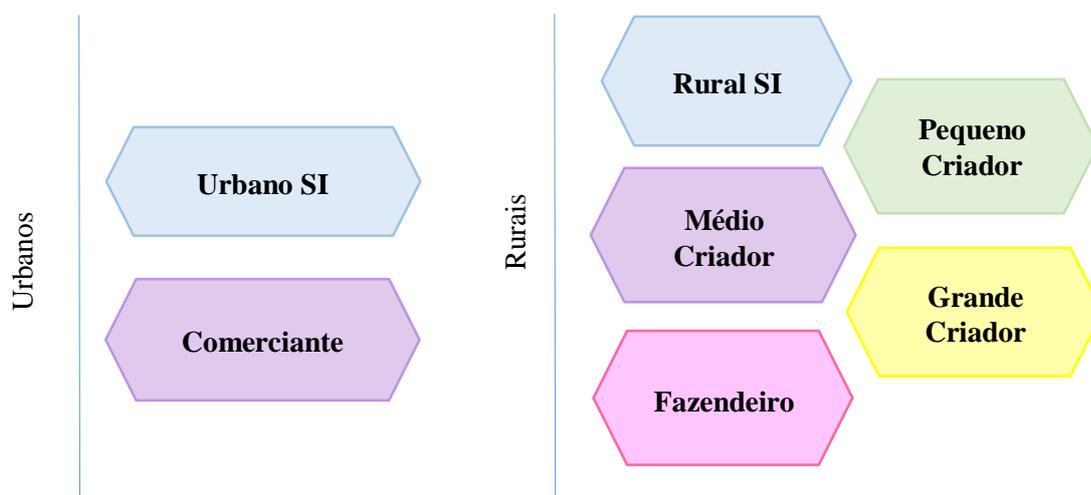
Outra fonte que possibilita o mesmo processo de serialização são as Listas de Mercadorias. Tais fontes são parte em alguns casos das avaliações dos bens de comerciantes e em outros estão listadas em separado, ainda que compondo seu patrimônio. Vargas (2013b) aponta, em conformidade ao que encontramos nesta pesquisa, que os diversos documentos que compõem os inventários também podem ser utilizados nas pesquisas históricas, para além das peças tradicionalmente utilizadas (descrição e avaliação de bens, formal de partilha). Esse é o caso, por nós denominados, das listas de mercadorias em um âmbito mais geral.

Diferentemente dos bens arrolados nos inventários, não é possível aqui determinar um período fechado para a análise das listas de mercadorias, porém, sua estrutura homogênea permite uma análise que se assemelha ao processo utilizado para os inventários *post mortem*. Estas informações organizadas indicam geralmente uma descrição com a anotação dos itens com sua quantidade, marca ou indicação de material (no caso dos tecidos se eram de chita, de seda ou mesmo a cor, no caso de calçados o “gênero” do produto e seu material e assim sucessivamente), os valores unitários e totais. Muitos destes produtos também apontavam para uma diversidade no consumo que podemos denominar genericamente de “média duração” ou

“pouca duração”³⁸. Para a bibliografia utilizada não há também uma padronização dos tipos de bens já que não são termos qualificados em muitos aspectos para o século XIX, e mesmo a bibliografia utilizada aqui não os definiu. O que queremos dizer, por fim, é que buscamos trabalhar estes conceitos de forma que ficassem o mais adequado ao espaço e tempo pesquisado.

O processo de serialização propriamente dito seguiu o mesmo caminho para ambas as fontes. Foi criado um banco de dados no programa *Excel for Windows* no qual foram estabelecidos os campos e a partir destes campos foram alocadas as informações contidas nas fontes e possibilitaram assim a organização das mesmas para a transformação em dados sobre o passado a partir de sua análise. Foram, então, elaborados os grupos socioeconômicos aos quais atribuímos os inventariados, seguindo os critérios apresentados no início do Capítulo 3. Para este trabalho ser possível, não basta fichar os bens móveis arrolados nas avaliações dos inventários *post mortem*. Foi imprescindível ainda fichar os bens semoventes (animais, indivíduos escravizados) e bens rurais (moradias, terras e outras benfeitorias). Estas informações possibilitam a compreensão de quem eram aqueles indivíduos e o que possivelmente faziam como atividade socioeconômicas para podermos “categorizá-los” nos grupos estabelecido

Figura 3: Itens avaliados e classificados em tipologias.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos inventários *post mortem* (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 1846-1891).

³⁸ Não há uma categorização de bens que, em nossa concepção, seja acertada para o Século XIX ou mesmo para a especificidade da região estudada, desta forma na compreensão geral da bibliografia que compreendem a questão do consumo e da aquisição/uso de bens em geral optou-se por categorizar os bens em duráveis e pouco duráveis, buscando assim, dar conta desta peculiaridade.

Esta análise de forma geral foi feita em duas frentes. Uma delas analisa a parte financeira, dos valores dos bens e atentando para os investimentos realizados ao longo da vida nas três esferas de bens arrolados. Outra linha pretende perceber a presença destes nos inventários, já que o processo de consumo vai além do valor empregado no momento da aquisição, mas a própria materialidade do objeto, sendo assim, catalogados por tipo e quantidade, grupo e ano. Estes pressupostos são válidos tanto para os bens arrolados quanto para as listas de mercadorias, com suas especificidades ao longo da análise das informações.

A História Serial sofreu e ainda sofre algumas críticas e que em geral se referem à criação de sujeitos modais³⁹, que são identificados como “criação do pesquisador” pois geralmente não refletem uma realidade histórica ou por vezes a homogeneizam. Vale então, dizer que este trabalho procura se afastar desta quantificação extrema e tenta compreender a diversidade da vida cotidiana na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro formulando análises diversas e recorrentes. A recorrência com que o profissional percorre suas fontes e bancos de dados possibilita um exercício de atenção e criatividade, percebendo e se inteirando dos dados, dos indivíduos e, neste caso, das “coisas”. Devemos sempre ter em mente na leitura deste trabalho que estamos tentando tratar o consumo como algo mais amplo que o processo efetivo de compra, venda e posse. Grant McCracken (1983) nos propôs pensar o consumo com um espectro amplo da vida em sociedade que envolve desejos, possibilidades e impossibilidades de compra, escolhas, imitação, entre outros muitos âmbitos de ação humana.

Outras abordagens metodológicas foram essenciais para este trabalho de acordo com as demais documentações elencadas. O Código de Posturas de Alegrete de 1848⁴⁰ é fonte que merece atenção e sua análise bastante amparada no contexto geral e específico para sua compreensão, na leitura lenta do documento procurando compreender as normativas que geriam a vida cotidiana no período em questão e que se relacionam com as mudanças gerais nas concepções de urbanização e “civilização” pelas quais passam o século XIX. Infelizmente não foi possível mapear todos os códigos de posturas modificados ou acrescentados ao longo da segunda metade do século apesar de terem sido fotografadas todos os ofícios da Câmara de Alegrete entre 1850 e o início da República, porém a leitura minuciosa e deveras lenta de cada

³⁹ Ao utilizar a proposta da metodologia serial alguns passos podem ser utilizados para obtenção de dados, como as médias ou modas. Média é e um conjunto de dados numéricos obtidos somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados. Moda é o valor mais frequente de um conjunto de dados. Ou seja, por muito tempo se relacionou a metodologia referida com a análise do sujeito modal (aquele que aparecia mais frequentemente nos dados), mas por si só não se justifica deslegitimar a utilização de uma metodologia apenas por uma tendência errônea que já foi superada pela historiografia.

⁴⁰ Documentos que reúnem o conjunto das normas municipais em todas as áreas de atuação do poder público como empreendimentos, mobilidade, ações individuais em relação à moralidade do cidadão.

documento a fim de encontrar modificações na versão utilizada aqui não permitiu que este levantamento fosse realizado em tempo, o que não exclui a realização do mesmo no futuro.

Por sua vez, os relatos de viajantes são textos interessantes para contrapor e dialogar com o que se encontra nas pesquisas em arquivos. Aqui não é diferente. As narrativas *in loco* apontadas pelos viajantes que passaram pela região oeste do Rio Grande do Sul, como Alexander Baguet ([1845] 1997), Conde D'Eu ([1865] 1980) e Robert Avé-Lallement ([1858] 1890)⁴¹ e seus textos propõe elementos à abordagem aqui pretendida, para se perceber aspectos da vida cotidiana, utensílios, vestimentas e moradias dos indivíduos desta pesquisa.

Assim finalizamos a parte introdutória, com a relação de fontes e metodologias pertinentes, juntamente com os aspectos teóricos e historiográficos e, por fim, a organização dos capítulos a seguir descrita. Sempre buscando refletir em busca de uma análise da sociedade em que a relação das pessoas com os objetos que compõem seus cotidianos possa propor o aprendizado sobre estes objetos mesmo quando parecerem insignificantes (ABRAHÃO, 2008, p. 25).

A estrutura dos capítulos se dá da seguinte forma: os dois primeiros capítulos após esta introdução tratam de questões do consumo ligadas a um consumo de média a longa duração, pois seus itens são considerados por nós “bens duráveis” como móveis, joias, itens de cozinha e que no período estudado possuíam uma longevidade maior, e principalmente no Brasil Império onde o hábito do consumo não tinha as mesmas proporções que na Europa (McCraken, 1983). O último capítulo tratará do consumo básico, em que eram adquiridos bens de pouca durabilidade ou média. Como pouco duráveis estão os alimentos e bebidas, itens de higiene e médios os itens de vestuário e papelaria e que tendo esta característica precisam de análise separada, bem como, em razão das peculiaridades da estrutura das fontes trabalhadas.

O **capítulo dois** intitulado *Aquilo que se tem em casa: objetos, espaços e utilidades*, tem como tema geral a composição das casas com os itens adquiridos em vida pelos indivíduos inventariados. O objetivo é analisar o consumo de itens duráveis, que são adquiridos ao longo da vida dos indivíduos e deixados para familiares e pagamento das dívidas, percebendo quais bens eram os mais consumidos e diferenças dentro do período pesquisado. A fonte principal são os inventários *post mortem* de Alegrete entre 1846 e 1891, analisados de 5 em 5 anos, o

⁴¹ Estes fizeram suas viagens à província do Rio Grande do Sul nos anos 1845 e 1856 respectivamente, porém existem tantos outros viajantes que serão incluídos ao longo da narrativa, sendo estes exemplos de viajantes a serem lidos e apreciados. Relatos de viagem ou literaturas de viagem são textos escritos por indivíduos que estão se deslocando por algum território por motivos civis ou militares, descrevendo os eventos que ocorriam ao longo de sua passagem, percepções e visões de mundo. Alguns foram publicados em livros logo após o retorno da viagem e outros após longo período, estes elementos variam a forma de escrita e percepção.

processo metodológico se refere à História Serial, construção de um banco de dados e da criação de categorias de análise, tipologias e organização de informações gerais que aparecem nas fontes analisadas.

O **terceiro** capítulo, *Consumir e morar: atividades socioeconômicas, bens duráveis e residências*, tem como propósito o estudo de bens duráveis apresentados no anterior, porém agora com o enfoque nos grupos socioeconômicos nos quais circulavam os bens, trabalhando com quantidades, frequência e distribuição temporal. As fontes trabalhadas neste capítulo são inventários *post mortem* no tocante aos bens avaliados, análise de jornais e relatos de viajantes. As metodologias se assemelham ao que foi estabelecido pelo capítulo anterior e tem que o intuito de complementar as análises em relação aos que eram possuidores daqueles bens analisados anteriormente.

O último capítulo (**quatro**) denomina-se *O consumo do dia: bens de consumo pouco duráveis e perecíveis*. Este capítulo tem como proposta trabalhar o consumo de bens não-duráveis, itens do dia-a-dia, aquilo que se obtinha em um primeiro momento, a fim de suprir as necessidades cotidianas e produtos perecíveis relacionados aos produtos alimentícios. O objetivo é refletir sobre os hábitos de consumo desse tipo de item e procurar identificar modificações ou não ao longo do século XIX. Para isso, é necessário trabalhar alguns pressupostos básicos da teoria do consumo e sobre como se entende essa prática no século XIX (e mesmo antes), na tentativa de mapear os elementos que caracterizaram os hábitos da população de Alegrete a partir de 1850 em relação à província e aos países platinos. As fontes são as listas de mercadorias, encontradas no interior dos inventários *post mortem*, pertencentes aos comerciantes, sendo necessário um trabalho quantitativo de alocação dos dados com categorias e subcategorias inspirado no mesmo processo pelos quais passaram os capítulos anteriores, além de anúncios do Gazeta de Alegre, Viajantes e do Código de Posturas.

2. AQUILO QUE SE TEM EM CASA: OBJETOS, ESPAÇOS E UTILIDADES

Este capítulo tem como proposta analisar o consumo de itens mais duradouros no município de Alegrete e de forma geral da região da fronteira oeste, durante a segunda metade do século XIX. Esses bens eram adquiridos ao longo da vida dos indivíduos e podiam ser deixados para outras pessoas após o falecimento. Nesses casos, ocorria a manutenção daqueles objetos na vida de familiares muitas vezes por gerações, diferenciando-os dos bens “pouco duráveis”, descartados após sua vida “útil” (TOCCHETTO, 2010). A simples aquisição de bens não responde o questionamento sobre como se dava o entendimento e a ação das pessoas a respeito do consumo (MCCRACKEN, 1983), mas, sim, um complexo de influências do período estipulado, com os jornais (que faziam o principal meio de comunicação) e da circulação de informações no período poderá contribuir nesta áspera seara. Tais questões serão trabalhadas e melhor averiguadas ao longo desta pesquisa.

No âmbito das bibliografias de apoio próximas ao tema, em boa parte se refere à questão da análise arqueológica de louças, metais, e em menor medida o vidro. Alguns textos escritos a partir de pesquisas realizadas na região oeste do Rio Grande do Sul e que correspondem ao período estudado, foram lidas, na procura por suporte. Contudo, percebemos que não são muito comuns trabalhos que sigam além da análise de louças e outros materiais arqueológicos. É possível dizer também que os trabalhos nesta área indicam alguma ênfase na sua parte técnica em detrimento dos dados mais finais, que de maneira geral são mais preciosos para nós. Isto não diminui a necessidade e importância de pesquisas na área, mas nos suscita questionamentos para além dos colocados como resultados daqueles estudos.

Além disso, em relação à historiografia mais ampla, em alguns casos a questão do cotidiano e do consumo são parte das abordagens, contudo não seu foco principal, como pretendemos aqui. Outrossim, pesquisas relacionadas ao mobiliário são pouco encontradas, segundo as pesquisas bibliográficas realizadas até o momento. Talvez a leitura de Daniel Miller (2013) com sua narrativa sobre as “coisas” possa inspirar mais pesquisadores a elaborarem projetos neste tipo de temática, bem como outros tantos autores, alguns deles citados ao longo deste texto. Quando nos referimos ao conceito “coisas” relaciona-se aos objetos em geral encontrados nas fontes relativas a este projeto, sem distinção de materialidade ou tamanho, já que, conforme Daniel Miller (2013), o conceito é abrangente e não elabora tais distinções, possibilitando as mais diversas análises em relação aos itens que fazem parte da vida cotidiana das pessoas.

Então este estudo tem uma dupla jornada. Se por um lado tenta traçar aspectos da vida cotidiana dos alegretenses oitocentistas a partir de seu consumo, por outro lado, busca construir uma análise evitando generalizações com parca fundamentação ou a descaracterização das experiências culturais de indivíduos e grupos. Além disso, um ponto positivo da lacuna historiográfica verificada é certa liberdade para circular entre metodologias e aportes teóricos, de maneira a reconstruir os elementos do passado conjecturando estes indícios.

Ao longo deste capítulo, procuraremos combinar dois procedimentos, um deles é a busca constante do aspecto contextual e historiográfico, na tentativa de conectar o estudo específico do tema proposto ao processo histórico pensado de modo mais geral. Outra diretriz é um detalhamento metodológico a ser feito de maneira a apresentar o percurso da pesquisa, desde suas prerrogativas iniciais até as análises e conclusões apresentadas ao longo do texto. Percorrendo a escrita aparecem, então, referências sobre o consumo (conceituação e utilização) e as “coisas” na busca por esclarecer e conceituar os elementos trabalhados ao longo do capítulo.

As principais fontes utilizadas neste capítulo são os inventários *post mortem*, com especial atenção para as informações contidas na avaliação e descrição dos bens, trabalhados metodologicamente na perspectiva da História Serial (FRAGOSO e PITZER, 1980; FARINATTI, 2009). Outras fontes também estão presentes, como os relatos de viajantes que percorreram a região estudada durante o período específico desta pesquisa (1846-1891). E, por último, também faremos uso de alguns apontamentos sobre fontes de imprensa, especialmente os exemplares do jornal *Gazeta de Alegrete*. Estes, apesar de serem bastante raros e de difícil leitura, devido à questão física (materiais já deteriorados pela ação do tempo, marcas de traças, falta de conservação e um incêndio que atingiu a sede do jornal em Alegrete) cone seguimos acessar esta documentação ao aparecerem exemplares anexados aos inventários *post mortem*, demonstram a circulação de ideias a respeito do consumo de bens no século XIX. Mesmo que não possam ser explorados de forma mais aprimorada, tais exemplares nos segunda metade do oitocentos ou mesmo anúncios publicitários dos estabelecimentos e indivíduos que ofereciam seus produtos e serviços no jornal.

Diante do mesmo problema apontado por Fernanda Tocchetto (2010), dizemos aqui que, apesar desta diversidade de elementos, ainda nos faltam fontes que tratem da cidade de Alegrete, tal como faltam documentos para a autora em Porto Alegre no mesmo período. Documentos estes que apontassem indícios sobre a vida cotidiana daquelas cidades e sua população, porém algumas coisas não serão possíveis de realizar neste momento da pesquisa.

E, por fim, ainda é necessário ressaltar que nas análises feitas, leituras e reflexões sobre o passado realizadas neste trabalho, o binômio primitivo/ evoluído ou bárbaro/civilizado não é utilizado como premissa para compreender a relação que os sujeitos mantinham com seus objetos, moradias, formas de perceber o mundo. Reflete-se, sim, sobre a possibilidade de acesso a recursos materiais, além da compreensão de que existem escolhas feitas durante a vida e que devem ser pensadas quando analisamos inventários, a exemplo disso, a escolha de adquirir alguns bens ou de não o fazer.

2.1 O CENÁRIO DO COTIDIANO: BENS DURÁVEIS E CONSUMO DOMÉSTICO

Na tentativa de relacionar os elementos do cotidiano encontrados nas fontes e na historiografia, com o uso de objetos e o consumo em Alegrete, percebe-se a dificuldade de acessar este tipo de informação. Contudo, foi possível mapear alguns elementos que caracterizaram um passado distante para a imaginação histórica. A casa e seu mobiliário são alguns destes exemplos.

Iniciemos pelo mapeamento mais geral dos itens que faziam parte da vida dos alegretenses na segunda metade do século XIX. Para isso, é preciso compreender que o oitocentos foi um período extenso e de mudanças significativas no mundo ocidental. O que Eric Hobsbawm chamou de *o longo século XIX* (c. 1780-1914) foi um século de grandes transformações de cunho político, social e cultural. Em seu período final, ampliou-se uma europeização (ou a tentativa) do mundo. Tais transformações influenciaram diretamente os Estados em formação na América e com o Império Brasileiro não foi diferente.

Em meados do Oitocentos, algumas mudanças são evidenciadas. A Revolução Industrial já está consolidada e a difusão dos bens industrializados se ampliou progressivamente. Tal condição apenas se encaminhava para espalhar-se mundo afora nas mesmas proporções que já estava constituído na Europa. Segundo McCracken (2003) não há um *boom* de bens na Europa do século XIX, e, sim, uma complexidade no que se refere ao tema do consumo. Para o autor, há uma trama complexa de oferta, demanda e publicidade em relação ao consumo a partir do século XVI até o século XIX, em que afirma McCracken já ser um ato comum a aquisição de bens manufaturados e a presença de estabelecimentos comerciais. Contudo, a proposição do autor (1983) de que o processo do consumo é uma atividade muito elaborada para ser analisada apenas como uma imposição do capitalismo emergente, nos é interessante, há de se refletir mais

a respeito e buscar outros elementos para compor este quadro, com certeza, sem deixar de considerar o poder de formação da desigualdade advinda deste processo.

Vamos iniciar esta incursão pelo cotidiano e moradias em Alegrete tratando dos aspectos mais gerais que compunham o cotidiano na segunda metade do século. Já é fato na historiografia que foi pós 1850 que houve um incremento na entrada e acesso a itens diversos no Brasil, de acordo com Alencastro (1997, p. 37), quando afirma que “vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados – bens de consumo semiduráveis, duráveis, supérfluos, joias, etc. – destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas”. É possível concordar com tal assertiva se for levada em consideração a proporção. Mas, se formos pensar em análises que compreendam outros contextos podemos afirmar o que, o acesso e aquisição de bens de consumo foi impulsionado em diversas regiões do Império, inclusive nas províncias mais meridionais (VARGAS, 2013b), pois o comércio e o consumo de bens já existia. Tendo em conta esta questão, como trabalhar com tais elementos em uma região de fronteira com elementos culturais tão específicos? Um primeiro indício é a própria produção historiográfica de outras regiões do Império da qual se trata ao longo deste trabalho.

Uma questão sempre presente na elaboração neste tipo de pesquisa é a relação entre o mundo rural e urbano, a qual, no entanto, ainda necessita de melhor aprofundamento. Até o momento, é perceptível a predominância do mundo rural na região de Alegrete, bastante pautado pela sua estrutura agrária bastante polarizada, em que uma minoria possuía muitas terras, uma parte média da população tinha algum acesso aos recursos produtivos para além dos animais e parte importante da camada mais empobrecida não tinha registro legal de suas terras, como trabalhou Graciela Garcia (2005), mas muitas vezes tinha acesso a outros recursos produtivos, como lavouras, instrumentos de trabalho e algumas poucas cabeças de gado. Isso não diferencia Alegrete de outros centros, já que este é um processo bastante comum ao longo do século XIX, mas sim a inclui em um quadro de transformações ao longo do mesmo. O centro urbanizado da região ainda estava se constituindo, com a presença de alguns estabelecimentos comerciais apontados por viajantes que passaram pela cidade, como Avé-Lallemant em 1858 e Conde D’Eu em 1865.

Todavia, percebeu-se também que havia uma expansão econômica surgindo, das quais são indícios a presença de estabelecimentos comerciais e os dados que podemos encontrar nas

fontes trabalhadas, com veremos a seguir. Nos inventários *post mortem* foram encontrados⁴² alguns itens de atividades comerciais de diversos ramos, além de documentos em que eram avaliados entre estruturas e estabelecimentos comerciais “completos”, os produtos e as necessárias acomodações para loja. Em outro inventário foi avaliada uma farmácia nos mesmos moldes que o anterior contendo a estrutura, além das próprias *drogas*/medicamentos e aparelhos necessários ao tipo de estabelecimento. Ambos os inventários utilizados como exemplo foram feitos no ano de 1891, o que indica que uma maior urbanização em Alegrete começou a ocorrer em fins do século XIX, mas isso ao que parece também foi realidade de outras cidades, a exemplo de Porto Alegre que passa por um processo de modificação estrutural, com a ampliação das áreas urbanas em locais onde antes existiam apenas as casas de “campo”, como afirma Fernanda Tocchetto (2010), processos diferentes que apontam as transformações da segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, Alegrete⁴³, ao menos em vulto, era bastante diferente de outras cidades da província, como Pelotas e Porto Alegre, que possuíam grande quantidade de estabelecimentos e variedade de possibilidades. Esses aspectos não eram tão evidentes em Alegrete, mas existiam e indicavam esta movimentação econômica e de consumo. No caso de Porto Alegre, Fernanda Tocchetto (2010) aponta que em 1890 havia já um importante comércio consolidado e estruturas fabris bastante estabelecidas, como: fábricas de velas, cervejas, cigarros e calçados; além de chapéus, muito importantes no período. Havia também diversas olarias que proporcionavam maior facilidade em encontrar produtos para construção.

Pelotas, principal centro charqueador em uma província cuja economia tinha como carro-chefe, exatamente, a produção de carne-salgada, era também um polo das atividades mercantis de itens manufaturados de maior destaque. Segundo Jonas Vargas (2013a), ao longo da segunda metade do século XIX, era evidente a relevância dos comerciantes na cidade, apontando também que estes indivíduos (interligados aos charqueadores ou mesmo atuando nas duas atividades) tinham proeminência econômica e destacavam-se pela distinção cultural que estabeleciam em sua vida cotidiana. O número de estrangeiros que viveu em Pelotas também demonstra isto e corrobora na análise feita por ele, já que estes indivíduos, de países diversos, viam Pelotas como um espaço para atuação seja no prestamismo, na manufatura e artesanato,

⁴² Alguns dos itens encontrados foram prateleiras e balcão de material, forrado e assoalhado, tendo contíguo ao dito armazém, um local mais baixo e mais pequeno, não sendo forrado, nem assoalhado, que serve de depósito de gêneros ou despejo da dita loja que o indivíduo possuía.

⁴³ As obras de Graciela Garcia (2005) e Luís Augusto Farinatti (2007; 2010) serão incorporadas ao longo do texto parcialmente nesta versão e com mais propriedade em revisões e versões futuras para compreensão do contexto da estrutura agrária, dinâmica social e econômica bem como a apreciação dos elementos diacrônicos apresentados por ambos autores.

bem como no comércio. Tais proposições encontram repercussão em diversos viajantes que por lá passaram. O mais entusiasmado pareceu ser, Conde D'Eu ([1865] 1980), que ao retornar de sua viagem militar à fronteira oeste da província via na opulência, como ele mesmo chama, da cidade o remanso da beleza, asseio e mais próximo daquilo que ele estava acostumado com a vida na Corte Imperial o que de alguma forma contribuiu para a reprodução de uma concepção de atraso para boa parte da província. Contudo, pesquisas recentes têm mostrado que a fronteira oeste é mais complexa do que estas abordagens apresentam, por isso o questionamento da fonte é fundamental para não perpetuarmos concepções menos precisas. Dito isto, Márcia Volkmer (2013a) indicou para as cidades de Itaquí, São Borja e Uruguaiana um dinamismo econômico e, principalmente, social naquela região, apresentando elementos diversos que comprovam a conexão entre as cidades da região e sua importância no abastecimento de produtos como estes encontrados aqui no decorrer da dissertação. A autora afirma ainda que,

Ao falar dos negócios, então, impossível entender uma cidade isolada da outra. Uruguaiana, como sede da Alfândega, era responsável pela maior introdução de mercadorias provindas dos portos do Prata. Desta cidade, seguiam em carretas ou em barcos até as cidades vizinhas. Em função disso, os comerciantes e negociantes da região transitavam constantemente entre um ponto e outro. (VOLKMER, 2013a, p. 81).

E, esta constante troca entre as cidades fronteiriças é um fator essencial que não pudemos ainda aprofundar diante dos dados principais das fontes, mas os exemplares do *Jornal Gazeta de Alegrete* indicam uma forte relação entre Alegrete e Uruguaiana a partir do transporte de pessoas, como também de outros anúncios de produtos e estabelecimentos.

Se formos ampliar a nossa compreensão desta relação entre mundo rural e urbano, podemos tomar a pesquisa de Abrahão (2008) como um interessante exemplo. A autora investiga a região cafeeira, no oeste paulista, onde o aumento da produção do café e sua comercialização no mercado atlântico proporcionou o incremento de capital na região. Ao pesquisar as moradias e utensílios em Campinas, Elaine Abrahão aponta que o sucesso da produção cafeeira na região converteu-se em um intenso contato com o mundo europeu e consequentemente em uma dinamização do consumo e das transformações ligadas a ele.

Em Campinas, os mundos rural e urbano inicialmente possuíam uma configuração onde o espaço rural era predominante, porém ao longo do século XIX a urbanidade foi se tornando mais importante e impulsionada pela presença cada vez maior dos grandes proprietários na cidade, esta passou a ser uma parte significativa no cotidiano dos campinenses. Tal como Pelotas em um primeiro momento, os cafeeiros paulistas tinham suas vidas ligadas mais

enfaticamente ao mundo rural, delegando ao centro urbano um papel acessório para demonstrar socialmente suas conquistas, através suas casas, algumas festividades e nos dias de missas. Isso se modifica em consonância com transformações no mundo europeu, nas noções de moradia, civilidade e urbanidade. Agora, não mais apenas visitar, mas morar na cidade torna-se requisito indispensável aos grupos mais abastados da sociedade em Campinas. O que se percebe diferente de Alegrete, que possuía um centro urbano em crescimento, porém com menor proporção que as cidades médias a grandes do período.

Entretanto, apesar de se diferenciar de algumas das cidades mais dinâmicas da província e do Império, Alegrete se aproximava das outras da região fronteira em estrutura e atividades comerciais indicando a diversidade de características que compuseram a província no período. O que, de certo modo, fazia sua inserção no mundo do consumo e do comércio era seu progressivo afastamento geográfico da linha de fronteira, em virtude das emancipações de outros municípios (ver Anexo A), e aproximava alguns traços de consumo de elementos culturais da região da campanha.

Deslocando-nos, agora, para mais a norte da fronteira oeste, vejamos o caso de Itaqui, cidade situada nas proximidades do rio Uruguai, divisa com a República Argentina. Márcio Rodrigues (2012) demonstrou, não obstante o pequeno vulto de seu núcleo urbano, que a cidade exercia função comercial não desprezível no espaço fronteiro que mantinha com cidades argentinas, como era o caso também de Uruguaiana. Ambos municípios se beneficiavam de sua situação de portos fluviais, compondo um importante circuito comercial de mercadorias através do rio Uruguai, interligado a portos do Uruguai e da Argentina. Rodrigues afirma, por exemplo, que a posição de Itaqui, em frente à província argentina de Corrientes, favoreceu a constituição de um comércio intimamente atrelado aos processos sociais e as políticas fiscais das áreas limítrofes. Este circuito compreendia ainda a província argentina de Entre Rios e seguia a via de comunicação, pelo Rio Uruguai, chegando até o Estado Oriental, local onde se articulavam pequenos e grandes fluxos comerciais desde Salto. Isso nos indica que haviam proporções de urbes diferentes na fronteira oeste da província, e que diferente também era o grau de integração com o comércio através da fronteira. Porém não é possível fazer afirmações mais aprofundadas neste estudo sobre o cotidiano das pessoas que ali habitavam para além do que identificamos nas fontes, nos utilizaremos de alguns elementos menos expressivos e da ideia de uma fronteira que estava aberta à circulação cultural e comercial, que se dava muito em razão dos rios que formadores da fronteira natural entre o Império e países platinos e foram essenciais neste contato, muito mais depois da abertura dos rios para livre trânsito a partir, de forma mais geral, de 1852 (VOLKMER 2013a, p. 127).

Há, neste sentido, apontamentos breves de Conde D’Eu ao passar por Itaqui, indicando que, apesar da destruição causada pelas tropas paraguaias no ano de 1865, havia boa movimentação na região, indicada pelas lojas agora em sua maioria destruídas, além de um hotel que possuía uma sala de jogos de bilhar. Tais afirmações também são referidas por Avé-Lallemant em 1858, ao indicar a existência de “pelo menos cinquenta lojas, grandes e pequenas, existem no lugar e parece que em todas se ganha dinheiro” ([1858] 1980, p. 291), contribuindo ao que disse Conde D’Eu anos depois, apesar do estado de destruição pelo qual passou a cidade.

É plausível afirmar que a presença de estrangeiros pudesse incorporar seus hábitos e comportamentos mesclando o mundo platino ao europeu. Mas, com certeza, pode-se perceber níveis menos pronunciados de volume de comércio e vida cultural nessas localidades da fronteira, sejam as portuárias ou Alegrete, se comparado a Pelotas, contudo esta proporção não quer dizer menos desenvolvimento, pois consideramos suas características como diversas. Ali, como aponta Vargas (2013a), a elite local demonstrou profundo interesse em exaltar suas características “europeias”. Tais comparações apontam as disparidades de realidades encontradas no século XIX no Rio Grande do Sul e no Brasil e, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de elementos culturais que compunham a trama de percepções sobre comportamentos e compreensões de mundo e vida, principalmente ao longo do período estudado. O mesmo é apresentado por Márcia Volkmer (2013a), ao nos mostrar o panorama de migrantes na região da fronteira oeste e como estes indivíduos foram importantes neste processo de construção sociocultural do espaço fronteiriço⁴⁴.

Neste sentido, perceber estas disparidades e particularidades considerando a eleição do civilizado contra o bárbaro ou atrasado como pouco explicativa no caso fronteiriço, é elemento essencial, pois não delega valores que não se pode imprimir ao passado sem cometer equívocos⁴⁵. Fernanda Tocchetto afirma que “embora o capitalismo seja considerado como um sistema total, penetrando nos aspectos da vida econômica, social e cultural, e ainda de alcance global, sua estrutura pode variar de localidade para localidade” (2010, p. 165). Ele pode, além do mais, configurar características singulares. Tal afirmação nos situa diante desta discussão sobre o alcance e as influências próprias do capitalismo na região fronteiriça no Sul do Brasil.

⁴⁴ Capítulo 3 de sua tese, intitulado “Pela fronteira é incalculável o movimento” – Imigrantes, migrantes e migradores nas margens do rio Uruguai” In: Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX) Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013a.

⁴⁵ A Antropologia Cultural de Daniel Miller (2013) indica caminhos possíveis para este tipo de análise. O autor propõe que não se tente impor uma percepção de um grupo sobre o outro (questão amplamente debatida, certamente, na tradição da antropologia cultural) e sim, compreender a simplicidade vista naquilo que se estuda com a noção de que aqueles elementos significam muito mais para aqueles que os produzem do que para quem busca compreender com o olhar de si.

Há que se considerar as peculiaridades que tais indícios apontam. Um processo de capitalização e de interação comercial que ainda perpassaria muito relações pessoais e de uma dinâmica de crédito já usual nesta região.

Ademais, Fernanda Tocchetto (2010, p. 186), corroborando os apontamentos de Alencastro (1997) em âmbito mais geral para o Império, aponta que toda a influência estrangeira identificada como a *modernidade*, “estava profundamente vinculada à internacionalização do capitalismo e à conseqüente dispersão por amplo mercado consumidor de bens industrializados, produzidos em massa por países europeus, inicialmente”, porém, esta realidade se difundia de forma diferente pelo mundo ocidental recém instrumentalizado nestes processos. E, na segunda metade do século XIX, há um processo de capitalização das atividades econômicas na fronteira oeste que se acelera e vai se complexificando sem, com isso, excluir formas não capitalizadas de crédito e circulação de capital. Ao mesmo tempo, consideremos que havia uma relação ainda muito próxima entre mundos rurais e urbanos.

Por outro lado, ainda que as atividades econômicas tenham se diversificado no final do século XIX, é também verdade que, pelo menos, desde meados do século já havia, em caráter menos expressivo, uma variedade de atividades socioeconômicas em Alegrete. De acordo com Farinatti (2010), o pequeno grupo dos grandes proprietários criadores de gado eram sem dúvida os mais proeminentes e os que acumulavam maior riqueza naquela economia que tinha sua base principal na pecuária, o que também foi evidenciado por Graciela Garcia (2005). Contudo, havia uma importante parcela da população que atuava em uma diversidade de atividades variando entre pequenos e médios criadores, comerciantes (que também circulavam dentre as atividades rurais) e ainda indivíduos que, ao que indicam seus inventários, poderiam ser chamados de artífices, os quais classificamos como Urbanos SI, ou de forma geral, aqueles que trabalhavam com atividades gerais, pela existência de materiais de trabalho diversos. A análise que realizamos a partir dos inventários *post mortem* corrobora essa imagem.

Um aspecto central da análise do consumo segundo a perspectiva de uma Antropologia Cultural trabalhada por Daniel Miller é de que há que se ter muito cuidado para não perpetuar ideias evolucionistas descontextualizadas. É importante esta discussão para nós porque a ideia de que a região da Campanha é atrasada já está bastante difundida, e isso ocorre pois ela é analisada com o olhar das transformações na Europa, refletindo na vida dos indivíduos no mundo platino. Miller (2013) propõe então pensarmos de forma a dar atenção as estratégias de permanência dos hábitos e não apenas na apropriação de novos elementos culturais e isto, de forma mais ampla, acaba por contribuir para a quebra do paradigma da barbárie fronteiriça. Pensamos então, que as pessoas fizeram escolhas e manejaram a ideia de civilização conforme

seus interesses e possibilidades, mesclando seus hábitos ao longo da segunda metade do século XIX.

Diele Ilha Thomasi (2010), ao estudar a Estância do Jarau (fronteira oeste da província) demonstrou, pelos artefatos encontrados, a presença de itens de trabalho como o arado e a foice, o que indica a presença de lavouras auxiliares à criação de animais. Ela afirma ainda que “nem só de carne se vivia, mas também de outros viveres, como uma pequena roça de subsistência, produzindo milho, mandioca, batata doce, abóboras, melancias, algodão e outros” (THOMASI, 2010, p. 88). Os itens utilizados para a produção destes alimentos fazem parte dos bens arrolados nos inventários desta pesquisa, indicando que a arqueologia e a pesquisa em fontes escritas se intercalam e apontam para um mesmo horizonte: a criação de gado, principalmente, era a atividade mais rentável para o período, mas outras atividades produtivas também compunham o cotidiano da fronteira oeste. Além disso, contrapõe-se a ideia de que o Pampa seria um deserto pela falta de vegetação robusta e pouca população, como apontaram os viajantes que passaram pela extensão territorial do pampa (MINUZZI, 2017).

Contudo, não apenas a ideia de deserto era disseminada como uma concepção a respeito do Pampa, mas também, de que deveria ser “civilizada” pelo homem, único com capacidade para tal empreitada, tal como aponta João Davi Minuzzi (2017, p. 29). Naquele período, a noção “de Pampa como um vazio demográfico e cultural é acentuada e usada como argumento para a marcha governamental de unificação em direção às terras que não pertenciam às zonas importantes para os interesses econômicos de até então”. Citando Maria Elisa Mäder⁴⁶, Minuzzi indica que a concepção de deserto pressupõe também outros elementos como a ausência de governo, de leis, educação, de pessoas, como já foi dito e por fim também a ausência das “luzes”, na concepção moderna e na compreensão de um mundo ainda a ser civilizado.

Na esteira da *civilização* implementada pelas mãos do homem/mulher (segundo a lógica antropocêntrica), alguns autores apontam a presença de atividades agrícolas na região. As indicações a respeito destas pequenas produções de alimento era de que ocorriam plantios de pequenas hortas, e também, nas estâncias “eram produzidos queijos, farinhas, sabão e outros, as estâncias produziam quase tudo que precisavam, com exceção do sal e de outros bens” (THOMASI, 2010, p. 89). Estes manufaturados eram trazidos até as casas das pessoas pelo comércio de mascates (vendedores que passavam de casa em casa comercializando itens diversos), ou ainda adquiridos em armazéns de campanha como já percebemos serem comuns em Alegrete desde a sua criação.

⁴⁶ MÄDER, Maria Elisa. *Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX*. In: *História Unisinos*. São Leopoldo, 2008.

Tudo o que foi apontado até o momento indica que a vida em Alegrete era mais diversificada do que o senso comum costuma repetir, contrapondo também muito da influência de antigas descrições historiográficas que indicavam apenas a proeminência nas atividades militares, disputas fronteiriças e agências de alguns grandes nomes da História. Entretanto, apenas o apontamento destas questões não propõe novas compreensões a respeito do passado, sendo assim, de acordo com a abordagem e metodologia, faz-se necessária a proposição de hipóteses que trabalhem o cotidiano e o consumo na fronteira oeste da província.

O trabalho de análise das fontes em História Serial necessita alguns pressupostos básicos já apresentados na Introdução e para este capítulo refere-se inicialmente à catalogação dos bens encontrados em Tipologias, indicadas a seguir (Quadro 1). Análise orientada pelo tipo de bem, sua quantidade, os seus possuidores, ano, valores e outras variáveis possíveis, que, ao serem organizadas e cruzadas indicam alguns caminhos em relação às hipóteses desta pesquisa.

Quadro 1: Tipologias dos bens a partir de inventários *post mortem*.

<i>L</i>	Tipologia dos bens	Características	Exemplos
1	Armamento	Armas.	Espingarda, pistola, faca.
2	Educação	Itens de cunho educacional.	Livros.
3	Entretenimento	Itens utilizados para atividades recreativas.	Jogos.
4	Beleza/Higiene/Saúde	Itens para uso pessoal de cuidado com a aparência, saúde ou higiene.	Lavatórios (mármore, madeira), saboneteira.
5	Iluminação	Itens para iluminação das residências.	Lampiões.
6	Instrumentos de trabalho	Itens usados para trabalhos no campo, com os animais, em construções de residências ou estabelecimentos.	Aparelhos de montaria, machados, picaretas, tábuas, foice.
7	Item de cozinha	Itens utilizados para cozimento, preparação e degustação de receitas e bebidas.	Talher, prato, xícara, taça, panela, chaleira, cesta.
8	Jóias	Item pessoal, carregado de valor monetário ou sentimental utilizado como adorno.	Brinco, pulseira, relógio.
9	Meio de transporte	Item utilizado para transportar pessoas e produtos em geral.	Carroças, carretilhas, carretas, carro.
10	Mobília	Itens de uso para acomodação e decoração de casas.	Sofá, cadeira, baú, armário, mesa, marquesa, cama, catre, banco.
11	Ornamento	Item que serve para decoração de ambientes.	Espelho, relógio de parede, porta retrato.
12	Religioso	Itens de cunho religioso católico.	Oratório, rosário.
13	Sem bens	Inventários cujos bens não são arrolados.	Sem bens.
14	NI	Item não identificado pelo estado da letra ou da precariedade da fotografia.	-
15	Uso geral	Itens de uso geral pela família.	Talha para água, tacho, mala, binóculo, barril.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos inventários *post mortem* (APERS, 1846-1891).

Elaboramos um banco de dados a partir da análise dos inventários *post mortem* empregando todos os processos de 5 em 5 anos, para construirmos uma amostra necessária para um trabalho baseado na metodologia da História Serial. Porém, quanto à exposição dos resultados, preferimos agrupar as informações obtidas em décadas, já que os resultados a cada 5 anos tornariam sua exposição muito longa e pouco instrumental. Para isto, foram estabelecidos os intervalos de tempo da seguinte maneira: 1846-1851, 1856-1861, 1866-1871,

1876-1881 e 1886-1891 e servirão de balizas para algumas análises ao longo deste capítulo. Além disso há análises no que denominamos período 1 e 2, que compreendem 1846 a 1871 e 1876 a 1891.

Após a elaboração do Quadro 1, na página anterior, que se deu a partir das quantidades de bens arrolados e separados nas décadas acima citadas, foi perceptível que algumas tipologias de bens não seriam muito representativas ou mesmo não tornariam possíveis entendimentos e explicações sobre o passado em específico neste capítulo. Salientamos que, algumas categorias de bens não serão exploradas aqui neste capítulo, como os alimentos ou o vestuário e sim no Capítulo 3, já que este tipo de bem tem suas especificidades na sua forma de aquisição, um consumo mais diário e não tão durável dada sua constituição. Os produtos que permanecem no arrolamento dos bens móveis são apenas uma pequena parcela que acaba sendo incluída na avaliação dos bens. Consegue-se cruzando a leitura dos Capítulo 1, 2 e 3 perceber a circulação destes itens com mais aprofundamento. Atentamos que as categorias “Sem bens” e “Não identificados (NI)” foram de uso instrumental para tabulação dos dados, mas não entram nestes valores finais.

Par iniciarmos algumas análises a respeito dos bens avaliados nos inventários *post mortem* de Alegrete entre 1846 e 1891 elaboramos a Tabela 1, abordando a frequência dos bens presentes nas fontes e organizadas por décadas.

Tabela 1: Frequência dos tipos de bens nos inventários por década (Alegrete, 1846-1891)⁴⁷.

Tipologia dos bens	1846- 1851	1856- 1861	1866- 1871	1876- 1881	1886- 1891
Armamento	7%	6%	7%	15%	4%
Educação	13%	0%	0%	5%	7%
Entretenimento	7%	13%	7%	0%	7%
Beleza/Higiene/Saúde	7%	13%	13%	20%	19%
Iluminação	20%	31%	17%	5%	22%
Instrumentos de Trabalho	40%	50%	47%	55%	33%
Item de cozinha	67%	50%	47%	50%	33%
Jóias	40%	13%	20%	20%	4%
Meio de Transporte	60%	44%	43%	40%	48%
Mobília	60%	69%	57%	60%	48%
Ornamentais	7%	13%	13%	15%	7%
Religiosidade	7%	19%	10%	0%	0%
Uso Geral	20%	3%	4%	5%	22%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos inventários *post mortem* (APERS, 1846-1891).

Junto do olhar amplo para os resultados, cruza-se pontos específicos das fontes com algumas informações de âmbito geral e historiográfica. Um exemplo desta estratégia é a visualização da diminuição do número de itens catalogados como de Uso Geral, o que pode apontar uma especialização dos usos dos objetos e enquadramento maior deste tipo de relação com os bens passando quase todo o período com pouca presença, saindo de 20% dos inventários entre 1846 e 1851 para 3%, 4% e 5% nas décadas seguintes tendo um aumento novamente entre 1886 e 1891. Analisando os bens de forma qualitativa percebemos que, em sua maioria, eram itens para carregar água e na última década quando tanto o número de inventários quanto a quantidade de itens é maior também as talhas para carregar água são a maioria. O que talvez pode indicar que a higiene pessoal e o uso da água para preparação de alimentos e limpeza

⁴⁷ No Apêndice F temos uma tabela com as quantidades e os valores gerais em mil réis por décadas.

modificou suas características, mas é uma hipótese que não pode ser comprovada com a precisão que buscávamos.

Seguindo as análises mais gerais percebeu-se que as armas não são itens muito presentes nos inventários, como é possível perceber, pois estão presentes em poucos processos - apenas em uma década (1876-1881) corresponde a uma percentagem um pouco maior. Contudo, ao invés de isso indicar que esses itens não eram comuns, sua ausência pode-se dever, ao contrário, por seu uso rotineiro, o que julgamos ser uma hipótese bastante interessante. Uma outra explicação, que se cruza com a anterior, é que estes itens já eram repassados aos integrantes da família durante a vida dos indivíduos falecidos e por isso não constam na nossa documentação, Contudo, o que não impede de existirem em outras fontes. Hipótese esta que pode ser considerada mais plausível. Ou seja, a ausência de um item não significa que este tipo de objeto não fosse comum ou utilizado, entretanto que existem diferentes relações estabelecidas entre as pessoas e seus bens, além disso, ao encontrar um processo crime de contrabando de armas (sem mais especificações) no ano de 1871, vindas do Estado Oriental, Mariana Thompson Flores (2012) nos indica que a posse das armas realmente não fosse algo incomum, apenas encontramos dificuldades em rastrear este tipo de bem e seu consumo. Se assim não fosse, não haveria necessidade da produção de facas elaboradas, com bainhas e adereços, ou mesmo aquelas feitas de prata que são as que aparecem nos inventários. O Código de Posturas de Alegrete, na sua primeira versão, aponta a regulamentação do uso de armas no centro urbano, trazendo inclusive um título específico para a questão, apresentado no texto a seguir:

Titulo 9º

Armas que poderão trazer com licença.

70§ As pessoas que conduzem tropas, e os carroceiros, *a(ilegível)*, carreteiros, e outros semelhantes, se concederá o uso da faca de ponta, e mais instrumentos de seu officio, somente no exercicio d'elle.

71§ Fica prohibido o uso de qualquer outra arma ofensiva de fogo, contundete, cortante, e perfurante, a exceção das pistolas, espadas, e floretes de mais de tres palmos de folha. Hé permitido as pessoas decentes o uso de bengalas que não tenham oculto estoque, ou qualquer ferro, a quem tambem hé permitido o uso das armas de caça. E aos viandantes as espadas, e pistolas com a condição expressa de não trazer carregadas as pistolas em povoados. Os que transgredirem esta disposição, ficão sujeitos a multa de 10\$000 além da pena em que incorrerem pelo Código Criminal. [Transcrição de acordo com o documento da época] (Código de Posturas 1848, Artigo 9 “Armas”, código 71, Alegrete).

Isso pode indicar que o uso de armas era comum, pelo tipo de limitação imposto, já que, se não houvesse a circulação de pessoas portando tais itens ou mesmo problemas decorrentes destes, a elaboração das posturas não seria necessária, como evidencio trecho que se refere aos transeuntes: “e aos viandantes as espadas, e pistolas com a condição expressa de não trazer

carregadas as pistolas em povoados”, indicando que se usasse estes itens, mas de acordo com as regras assim estabelecidas.

As coisas que circundam a vida dos indivíduos indicam caminhos diversos. Provavelmente em razão da lida rotineira do manejo dos animais, da presença reiterada da guerra e da violência, indicando os riscos de se circular pelo espaço do Pampa, o uso de instrumentos de defesa/ataque fosse comum. É possível dizer então, que além de serem repassadas entre os familiares em vida, muito possivelmente apenas aquelas feitas de um material mais valioso eram arroladas não eliminando a presença de outras tantas adagas e facas que levavam os homens à cintura.

Dentre estas protagonistas temos um exemplo do qual nos utilizamos, pertencente ao viajante belga Alexandre Baguet ([1845] 1997). Ele, ao passar por Cachoeira, tendo se hospedado na casa de “um tal” Dom Ambrósio, acaba por fazer um relato interessante, onde descreve seu anfitrião e seus empregados, “algumas horas depois, Dom Ambrósio chegou montado num lindo cavalo, cujos arreios brilhavam de tanta prata, seguido por muitos *peões* e uma matilha de cães. Levava na cintura um facão com cabo e bainha de prata, ornados de pedras preciosas” (BAGUET p. 66-67). Apesar do texto de Alexander Baguet ser sempre menos utilizado pelos historiadores, talvez por seu caráter bastante livre de escrita, muitos foram os momentos em que o viajante apontou relatos sobre sua viagem que são caros a esta pesquisa, como este, que materializa a hipótese que temos aqui a respeito do uso cotidiano de armas brancas.

Na segunda metade do século XIX, os itens de “Beleza/Higiene/Saúde” tiveram um acréscimo em produção e aquisição, principalmente nos novos mercados. Já que segundo Grant McCracken (1983), a Europa moderna já estava habituada ao mundo do consumo e dos bens manufaturados e industrializados, o que para o Brasil Imperial não era fato consumado, em sua maior parte as grandes cidades possuíam um afluxo rotineiro de produtos que chegavam a seus portos, similaridade que mantinha com os países do Prata. O que se pode indicar para a região estudada é o fato de que, se considerarmos o número de itens encontrados nos inventários *post mortem*⁴⁸ de Alegrete, poderíamos inferir que seria irrisória sua presença na vida das pessoas considerando apenas as fontes, mas a sua presença nos inventários teve um aumento importante passando de 7% na primeira década (1846-1851) para 20% e 19% nas duas últimas, o que indica crescimento no consumo destes itens em geral.

⁴⁸ Importante lembrar que estes itens eram pouco expressivos nos bens móveis dos inventários, diferentemente das listas de mercadorias que trazem outras análises da questão.

A amostra consta com 37 itens que variam entre lavatórios e outros objetos. Foram arroladas seis bacias e dois jarros, sendo que destes uma bacia e um jarro de prata faziam um conjunto com valor bem alto. Além disso a amostra compõe-se de 3 escarradeiras, quantidade muito pequena se comparada com outras cidades maiores e mais urbanizadas. Eram poucos os membros da elite local que buscavam estar amparados destes itens para melhor receberem suas visitas. A escarradeira é um item indispensável nas casas mais abastadas desde o século XVIII e com mais ênfase no século XIX para demonstração de encaixe na civilidade, mas também para a saúde, por isso foi encaixada nesta tipologia, tendo seu auge em fins do século pela popularização da faiança fina, principalmente inglesa. A pesquisadora Tania Lima (1996),⁴⁹ ao estudar lixeiras domésticas no século XIX, na Corte imperial, apontou a importância deste item para expelir substâncias nocivas ao corpo humano, como forma de cuidado com a saúde. Não sabemos a utilização prática deste item em Alegrete, mas é uma hipótese a ser considerada⁵⁰.

A maior amostra se dá em relação aos lavatórios, que podem ser de diversos materiais, indicando possibilidades de escolha e interesse de quem adquiria um destes itens, constando 17 lavatórios em que os materiais variaram entre madeira, mármore e alguns sem especificação, presentes em 15 inventários (15% da amostra), considerando a análise por décadas em 1, 2, 4, 4 e 5 inventários em cada, contanto com 1, 3, 4, 4, 5 itens em cada um deles. Não é um número grande, mas o aumento deste tipo de item ocorre mesmo que de forma pouco expressiva, se considerarmos todas as quantidades da amostra há um aumento progressivo nesta tipologia de bens (ver Apêndice C para verificar as quantidades). E pudemos identificar que os anúncios de jornal também eram uma forma de circulação de informações bastante interessante, devido à sua variedade e tentativa de influenciar o consumo, como o anúncio de lavatório a seguir, na data de 01 de agosto de 1889: “Aparelho para lavatório o que se pode desejar de mais *chic* e bom - Freitas Valle” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete 01/08/1889) bem como outros em que itens nesta tipologia de bens aparecem frequentemente.

Também encontramos uma “bandeja com tesoura” e um “estojo com navalhas”, itens que corroboram a ideia de um apreço pela aparência, corte de cabelo e barba e outros fins. Contudo, levando em consideração a realidade estudada, distâncias que dificultavam a

⁴⁹ A hipótese que a autora trabalha é de que havia relação entre o uso das escarradeiras e a prática da medicina hipocrática e da teoria dos humores. As doenças eram tratadas segundo os manuais e médicos vindos da Europa e conforme os resultados das escavações demonstrou-se que eram tratadas em certos diagnósticos principalmente pelo uso do rapé e das escarradeiras, ou mesmo como uso cotidiano na limpeza corporal evitando o desenvolvimento de enfermidades (LIMA, 1996).

⁵⁰ Devemos pensar ainda que o ato de escarrar deveria ser utilizado de forma indiscriminada sem a utilização de um objeto propício para isso e isso no chão ou qualquer outro lugar (Elias, 1994).

circulação de mercadorias em uma cidade ainda emergente, este indício pouco expressivo propõe que havia alguma preocupação com a aquisição daqueles produtos, diante de um mundo em que se modificaram as concepções de higiene pessoal (ELIAS, 1994). Além disso, provavelmente havia maiores quantidades de itens como as navalhas que não entravam nos inventários como bens, mas eram cotidianos e repassados entre os familiares. Outros tipos de fonte, como as listas de mercadorias, trabalhadas no último capítulo, é mais eficiente ao tratar destas questões, o que pode ser considerado um bom resultado, pois apresenta outras possibilidades de compreensão da questão da higiene e da beleza para a região da Campanha.

Ao compararmos com o trabalho de Alba Mariani (2007), que estuda em sua obra elementos do cotidiano na região do Rio da Prata entre 1859 e 1890 (Buenos Aires e Montevideú), percebemos que a questão da higiene na região do rio da Prata com ênfase nestas duas capitais citadas, se constituía de mais elementos do que aqueles apresentados aqui, referentes à fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Alba Mariani (2007, p. 55) indica que “el cuarto de baño se llenó de palanganas y jarros, el agua potable tardaría en ser de uso común de todas las casas”, mas o hábito de lavar as mãos, que seria segundo a autora o mais comum no período, era o grande baluarte da higiene, já que de acordo com ela, o uso das bacias e jarros com água supririam a necessidade das pessoas, e também em razão dos banheiros ainda não serem muito usados. Infelizmente não possuímos análises comparativas para estabelecermos paralelos com cidades do mesmo porte que Alegrete, e precisamos compará-la com locais geralmente muito mais urbanizados. Isso ocorre tanto com as referências platinas quanto a respeito do Brasil Império, por isso destacamos a importância de pesquisas que tenham como espaço de análise cidades pequenas e médias, de forma a realmente dinamizar o entendimento sobre o consumo ao longo do século XIX.

Em Campinas, o estudo de Elaine Abrahão nos dá uma noção do que ocorria no oeste paulista e como as realidades históricas se diferenciam, pois no caso campinense o poder aquisitivo dos cafeicultores (grupo majoritário das análises da autora) os colocava perto de um consumo muito refinado e de escolhas muito sintonizadas ao que se comercializava na Europa. Em relação à transformação da higiene pessoal, Abrahão também percebe que há esta mudança, apontando como Norbert Elias pode ser uma referência bastante precisa para este tipo de transformação. A autora propõe que “a higiene pessoal, antes da água encanada, dependia de acessórios, como bacia e ânfora de prata ou louça, presente em quartos e salas de jantar”, o que indica algo que era comum, a água era trazida para as residências e outro elemento menos corriqueiro, o uso de bens em prata em diversas residências, uma característica do consumo na região. A mesma autora faz apontamentos sobre o embelezamento, principalmente das moças,

quando afirma que “as senhoras e sinhaninhas embelezavam-se para as festas penteando-se, passando pó-de-arroz e perfumando-se” (ABRAHÃO, 2008, p. 113), e isso passou a ser algo mais comum na segunda metade do século XIX e muito em razão do incremento deste tipo de item.

Campinas (sudeste) se contrapõe a Alegrete (sul do Brasil) quanto à sua inserção geográfica. Esta cidade afastada dos grandes centros econômicos do Império e aquela no centro da região de expansão da produção cafeeira. Segundo a autora, Campinas tinha “privilegiada localização, era um centro estratégico no sistema do transporte viário da província de São Paulo” que estes vários “entroncamentos ferroviários a situavam como polo regional, permitindo-a se comunicar com as cidades da região” (2008, p. 52). Sua peculiaridade acabava por atrair para si consumidores do interior ou mesmo da capital incrementando suas casas de comércio da demanda e ao mesmo tempo da oferta de itens os mais variados. Isso fazia com que as casas de importação de Campinas mantivessem contato direto com a Europa recebendo então produtos e dinamizando a parte comercial da cidade. Tal fato se deveu principalmente às ferrovias, que passaram a ser implantadas desde o ano de 1865. E isto aponta também para nossa compreensão sobre uma das razões que dificultava uma conexão mais intensa entre o interior da província para com o comércio atlântico. A falta de boas vias, sejam por meio de estradas ou ferrovias deixava as interações comerciais mais lentas dadas as grandes distâncias entre Alegrete e as grandes cidades do período.

Para tentar reconstruir, ainda que parcialmente, a presença destes itens em Alegrete, atentamos para os resultados das pesquisas arqueológicas que, em sua maioria, trabalham com louças em detrimento de outros tipos de materiais. Entretanto estudos que buscam analisar vidros sempre apontam para restos de frascos de remédios encontrados nas escavações o que pode indicar uso de medicamentos, águas perfumadas e outros itens que eram comercializados neste tipo de frasco. Mesmo as que não trabalham apenas com essa questão, mas sim de modo mais geral com a cultura material de uso corrente, como o trabalho de Fernanda Tocchetto (2010), podem nos dar uma noção de que o uso de medicamentos era algo já difundido nos hábitos cotidianos seja em Porto Alegre ou na fronteira oeste da província em fins do século XIX. Tal hábito não exclui, certamente, a utilização de outros elementos de cura para além dos remédios, que em geral apontam para itens de uso fácil, mas esta discussão é mais verificável no Capítulo 3.

Esta transformação ampla na vida cotidiana ao longo do século XIX, principalmente na sua segunda metade e nos maiores centros urbanos da América do Sul, envolvem uma série de elementos como se pode notar até o momento, tanto Laura Cabrejas (2005) quanto Elaine

Abrahão (2008) percebem esta transformação de forma mais geral, na concepção de cidade e modernidade. Abrahão (2008, p. 83) afirma que

As cidades coloniais, como Campinas e São Paulo, foram cedendo lugar à cidade aristocrática que aspirava a modernidade burguesa, portanto, cuidados com a ventilação e iluminação natural nos diversos cômodos das casas, além das questões ligadas à salubridade, não poderiam deixar de serem observados pelos proprietários e autoridades locais.

É notável no período para cidades maiores e urbanizadas como Campinas ou mesmo Porto Alegre, onde Fernanda Tocchetto também identifica a busca por uma urbanidade específica, a qual modificou a relação dos indivíduos com a sua própria circulação na cidade, partindo também da ideia de salubridade e limpeza, além da iluminação pública.

Alguns locais terão uma iluminação pública já bastante consolidada na segunda metade do século XIX, como é o caso de Pelotas ou mesmo Porto Alegre. Outros ainda, locais onde estes elementos estavam se estruturando como Alegrete⁵¹, mas que já era percebida esta modificação. Isso pode ser verificado quando comparamos este capítulo com o último, que possui interesse especificamente em trabalhar com itens de uso cotidiano e não duráveis, como as velas. Estas mudanças na iluminação das ruas e casas também são apontadas por Fernanda Tocchetto (2010) quando indica a transformação dos hábitos de refeição e no advento de novos meios de iluminação. Afirma a pesquisadora, ao mencionar as modificações nos horários dos jantares em Porto Alegre no final do século XIX, que “recebendo os benefícios dos lampiões belgas de mecha circular e das luminárias a gás” em substituição às velas dos castiçais e outras lamparinas (óleo de peixe, de mamona ou baleia), “que mal iluminavam os ambientes” (TOCCHETTO, 2010, p. 212) estas práticas cotidianas obtiveram novos status para os moradores das casas bem como das visitas.

Não podemos afirmar nada muito específico, se não instigarmos nossa imaginação histórica, em relação a isto até o momento. No entanto, a autora explica que essa nova possibilidade de convívio social modificou as atividades em família e também a recepção de visitantes à noite, sem o espectro de invasão da intimidade anteriormente existente. Jonas Vargas (2013a) apresenta elementos que demonstram que a questão da iluminação também era de interesse na modernização de Pelotas. Dentre os muitos estrangeiros presentes na cidade, pode-se citar engenheiros e arquitetos, responsáveis por diversos projetos de urbanização além

⁵¹ Serão verificados os documentos da câmara de Alegrete para cruzamento com os Códigos de Posturas no intuito de mapear estes pontos apresentados para o Capítulo 3.

de esgotos, abastecimento de água, bem como de iluminação. Em Alegrete também percebemos alguns apontamentos nesse sentido, ainda que mais acanhados.

Na tipologia de bens “Iluminação”, a partir dos objetos encontrados nas fontes, dá indícios de certa transformação. Foram encontrados 109 itens, em sua maioria 103 castiçais de vários tipos em 18 inventários, já lampiões são 6 pertencentes a 5 pessoas. Esses itens implicavam na utilização massiva das velas. É possível inferir isto pela quantidade muito mais expressiva de castiçais e de velas adquiridas nas listas de mercadorias apresentadas no Capítulo 3. Do mesmo modo, foram arrolados poucos lampiões (quatro inventários e apenas cinco lampiões, sendo que um dos inventários não possuía valor) e, além do candeeiro de latão encontrado no inventário de Maria Innocencia Ferraz (1846), nenhum outro item que não fosse castiçais foi arrolado até 1871.

A maior recorrência de lampiões se deu a partir da segunda metade do período analisado neste estudo, dois lampiões pertencentes à Constança Severo de Abreu em 1886, um a Francisco Telles Ortiz em 1881 e o último pertencente à Clara Duarte no ano de 1891. Talvez se possa propor, através da presença deste tipo de item nos inventários, o início de uma mudança na projeção das luzes no interior das casas, o que traria uma mudança nos hábitos coletivos ao escurecer como: reuniões políticas, reuniões para oração e celebrações religiosas informais, além de saraus, festas de bailes; e hábitos individuais como: leitura, escrita e manuseio de instrumentos musicais. Como não são números expressivos na amostra podemos apenas apontar sua presença e estabelecer algumas hipóteses a respeito deste tipo de bem.

O que sugerimos é que essas atividades podem ter sofrido modificações e não que não existissem antes. De fato, Alexander Baguet ([1845] 1997), que passou pela região ainda na década de 1840, aponta em diversas passagens que acabava em hospedar-se em casas de indivíduos que tanto lhes provinham alimento e estadia como também atividades culturais como execuções de música ao piano ou canto. Em certa parte, ele indica que estavam já cansados da viagem, porém haviam de estar presentes no sarau promovido por seu anfitrião, um comandante que os recebeu para o jantar e suas filhas tocaram música italiana, dançaram um passo espanhol, e apesar da noite de festejos, disse ele, que “como sabíamos o sarau dançante era dado em nossa homenagem, era necessária nossa presença para não ofender aquela boa gente” (BAGUET, [1845], 1997). Nesse momento, ele estava em São Gabriel, município vizinho a Alegrete, e tudo indica (apesar da subjetividade da escrita do autor) que tenha sido uma festividade projetou-se até a noite. Todavia, este era um momento de festividade pelo recebimento de um viajante, sendo assim não seria esta prática a do dia-a-dia e sim apenas uma atividade excepcional, que se propõe aqui que se modifica ao logo da segunda metade do século XIX em âmbito geral.

Como dissemos, o trecho apresentado se refere ao ano de 1845, dizendo respeito ao início da amostra desta pesquisa, neste sentido o que era, provavelmente, excepcional pode ter se tornado corriqueiro com a difusão dos lampiões.

Por fim, no Código de Posturas de Alegrete de 1848 não há nenhuma referência sobre a questão da iluminação pública e apenas algumas indicações sobre a mesma no âmbito privado das casas da Vila (artigo 21, título 2º e 10º, artigo 72⁵²), indicando que Alegrete ainda não possuía um padrão de urbanização como outras cidades maiores. Porém são necessárias outras pesquisas sobre cidades de pequeno porte para podermos avaliar de forma mais uniforme esta questão. Percebemos que havia um interesse das autoridades municipais em regulamentar a questão da iluminação, como está indicado o anúncio no jornal Gazeta de Alegrete:

A “DIRECTORIA GERAL DA FAZENDA PROVINCIAL: A directoria da fazenda provincial, de conformidade com o officio do governo da provincia n. 29.55 de 24 do corrente mês, receberá propostas no dia 29 de outubro proximo futuro horas do dia para o custeio da iluminação publica das cidades de Jaguarão, Rio Pardo, Bage, S. Leopoldo, Alegrete, Cachoeira, S. Gabriel, Sant’Anna do Livramento Uruguayana, Santa Maria, Cruz Alta, Caçapava e Itaquy, durante o anno de 1890. As propostas devem ser apresentadas nesta directoria em carta fechada, por 1ª e 2ª vias, tendo por base o seguinte: A iluminação será feita com o genuino oleo kerosene e pavios ou torcidas de quinze a vinte millimetros de largura, conforme exigir a capacidade dos lampeões ou combustores existentes de iluminação de cada cidade. A iluminação das referidas cidades constará de oitocentos e cincoenta lampeões, distribuidos da seguinte fórma: para Jaguarão, Rio Pardo e Bage cem a cada uma; para S. Leopoldo, Alegrete, Cachoeira, S. Gabriel e Livramento sessenta; para Uruguayana, Santa Maria, Cruz Alta, Caçapva e Itaquy cincoenta. Será empregado na iluminação o material de propriedade da provincia existente em cada uma das referidas cidades e já collocado de modo a funcionar. Os concertos e reparos de que este material carecer serão feitos a custa de contractante que ficará obrigado a conserva-lo em bom estado e assim restitui-lo findo o prazo do contrato. O contractante dará começo á iluminação em todas as referidas cidades do dia 1º de janeiro de 1890. A iluminação se fará em todas as noites que não houver luar, ou que a lua estiver ennuclada (sic) e também nas de luar parcial. Na primeira e segunda hypotheses os lampeões durarão accesos toda a noite desde tres quartos de hora depois do ocasso (sic) do sol até tres quartos antes de seu nascimento. Na terciera hypothese, a illumina [...] [transcrição de acordo com o texto original, *com grifos nossos*] (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 31/08/1890).

Contudo, temos que considerar que todo esse processo de instalação não se efetivou instantaneamente. Pelos outros vestígios de fontes ao que parece, apenas no fim do século o uso da iluminação pública se popularizou, ao menos no centro da cidade. Mas a indicação deste tipo de questão já demonstra que a discussão sobre a urbanização das cidades e a tentativa de

⁵² 72§ Todos os que moram em casa de corredor ou escada, que depois das ave marias, não tiver luz, estando a porta aberta, pagará a multa de quatro mil reis.

disseminação de concepções modernas de civilização nos moldes ocidentais era uma preocupação.

Por sua vez, os instrumentos de trabalho foram arrolados em 46% do total dos inventários. São, se analisados por unidade, 25.782 itens distribuídos em 48 processos. Estes números tão altos são referentes a alguns tipos de materiais encontrados como tijolos e telhas, que fazem com que as quantidades fiquem na faixa dos mil itens. Como exemplo deste tipo de quantidade, em dois inventários os tijolos avaliados e quantificados por unidades aparecem no inventário de *Maria Inocencia Ferraz* (1846)⁵³, com cerca de 2.000 tijolos arrolados e no de *João Gilberto Cabral* (1891)⁵⁴, com 20.000 tijolos e 1.000 telhas. Estas presenças em quantidades grandes aparecem em menor proporção em outros inventários também. Soma-se a isto uma presença diversa de itens de construção como cal, picareta, tábuas para forro; indicando que a quantidade de tijolos pode ser explicada por um processo de construção de uma casa, possivelmente própria ou de outros, já que a quantidade de tijolos para o período poderia servir para a construção de uma residência relativamente ampla ou algum outro tipo de construção.

Mas ao trabalhar diretamente com a fonte foi possível perceber que há uma certa regularidade na presença destes itens, ficando como já foi dito, destoante em razão das quantidades apresentarem números muito elevados devido à contagem dos itens e alguns deles aparecerem na casa dos milhares. Constatou-se que a tipologia dos instrumentos de trabalho é bem variada e presente em quase metade dos inventários em todos as décadas, com exceção da última, o que pode indicar também uma presença maior de pessoas especializadas nas atividades de construção, já que é também nesta década em que aparecem a maioria dos bens de construção como telhas e tijolos e o valor total da década também cai (Apêndice C). Percebemos uma mudança importante para a última década em relação às anteriores, o que indicava um aumento da presença destes bens nos inventários a cada década apontou na realidade um decréscimo entre 1886 e 1891, passando de 55% dos inventários da década anterior para 33%. Fazemos uma ressalva de que esta diferença pode ser menor devido à quantidade de inventários de cada década. Porém, o que não pode ser relativizado é o valor total da última década, que já vinha diminuindo na década anterior, mas se acentua na última, sendo que a quantidade de bens ainda é muito grande mesmo sem a inserção dos tijolos e telhas que extrapolam a casa dos milhares.

⁵³ Auto 73, maço 5, estante 65, ano 1846, nome Maria Inocencia Ferraz.

⁵⁴ Auto 618, maço 45, estante 65, ano 1891, nome João Gilberto Cabral.

O que queremos dizer com tudo isso é que ao que parece os valores dos bens desta tipologia diminuíram de valor e isso pode ter ocorrido em razão de uma profissionalização de algumas atividades, bem como da popularização e barateamento dos bens. Dizemos isso pois dos 47 tipos de bens diferentes (sem considerar as quantidades) desta década final 21 pertencem ao inventariado João Gilberto Cabral (1891) e consistem em moldes de telhas e tijolos, estes produtos prontos bem como e balanças, o que pode, de forma tangencial, indicar que algumas atividades passaram a ser delegadas à profissionais em detrimento de serem feitas em casa. No caso deste inventariado não aparece nenhuma menção à posse de uma olaria, apenas consta uma casa, contudo imaginamos que pudesse exercer este tipo de atividade pelos instrumentos de trabalho que foram indicados no documento e sendo assim estes itens são mais que bens de consumo, mercadorias, ainda que possivelmente ele utilizasse uma parte destes produtos para uso próprio.

Se retiramos os valores gerais das telhas e tijolos arrolados ainda podemos identificar que os instrumentos de trabalho constam entre os mais numerosos das tipologias, abrangendo outras variedades de itens, constando outros 84 itens, além de alguns outros inventários que possuíam também telhas e tijolos em menor quantidade, os quais podemos classificar como bens de consumo. Mas quando nos referimos aos instrumentos de trabalho sem estes itens encontramos pás, machados, arados, serras, máquinas de costura (que fazem parte da tipologia de trabalho doméstico) além de todos os itens relacionados à lida com o gado como arreios, esporas e estribos.

A caiação das casas parece ter sido uma prática comum em Alegrete, bem como outras cidades da província, como apontou em sua viagem Conde D'Eu ([1865] 1981). Este, ao chegar em Alegrete aponta como características principais as paredes brancas das casas e os tetos de telha (o que podemos relacionar com a produção e aquisição de tantas telhas ao longo da amostra pesquisada). Não era uma cidade muito grande como já foi possível perceber, mas isto não é exclusividade sua, a maioria das cidades eram também de pequeno porte e a atividade de consumo a partir dos estabelecimentos comerciais acaba sendo mais proeminente em fins do século. No período em que Conde D'Eu passa por algumas destas cidades, aponta que a maioria não tinha calçamento nas ruas, apresentavam um comércio em desenvolvimento em diferentes escalas, o que nos aponta que Alegrete bem como outras cidades que compunham a fronteira oeste não devem ser entendidas como atrasadas ou aculturadas se comparadas com outras mais urbanizadas.

Uma proposta de análise é considerar que a região foi a última da província a ser incorporada no século XIX (GARCIA, 2005; THOMPSON FLORES 2007; FARINATTI,

2007; 2013), tornando um pouco mais tardia a sua inserção no comércio de manufaturados e nas relações estabelecidas a partir do consumo de bens em maior escala e buscando ainda suas próprias características. Lembremos que a imposição de uma concepção externa do que pode ser considerado como uma civilização em moldes europeus só contribui para incutir proposições anacrônicas, baseadas em uma ideia de civilização mascarada por uma tentativa de sobrepor uma fundamentação cultural completamente diversa sobre outra que ainda está a compro suas características principais (STAROBINSKY, 2001).

Chamou-nos a atenção a diversidade de itens para construção, a fim de perceber que as reformas e construção de residências ou outro estabelecimento era comum, ação identificada pela presença de tintas, instrumentos para tal atividade e itens em geral, demonstrando que a partir de suas formulações, recursos e possibilidades a cidade de Alegrete modificava-se ao longo da segunda metade do século XIX. O que foi dito até o momento a respeito dos instrumentos de trabalho e, sobretudo, aqueles que se referem aos de reforma foi no intento de apontar um panorama mais geral.

A presença de alguns tipos de itens corrobora a pesquisa aqui desenvolvida para com a historiografia produzida até o momento. Algumas atividades específicas podem ser identificadas pelos tipos de bens, como no inventário de *Clara da Cunha* nos relembra o que foi apontado por Dieli Thomasi (2010, p. 86), ao propor que diante dos artefatos encontrados nas pesquisas arqueológicas, “o tosador”, indivíduo que faz a tosa dos animais, “possuía uma ferramenta específica, a tesoura de tosquia, uma tesoura manual, com que realizava a tosa a martelo”, em detrimento disto, há possibilidade de que sua família fizesse este tipo de atividade.

Dos instrumentos de trabalho braçal passamos aos itens educativos, os livros. Como é possível visualizar na Tabela 1, são poucos os inventários que possuem este tipo de bem. Sua distribuição se dá em 4 inventários, sendo que dois são de comerciantes. Os livros arrolados pertenciam dois a Manoel Alvares dos Santos (1846)⁵⁵, dois a Clara Gularte (1891)⁵⁶ e dois a Delfino Alves Gavião (1876)⁵⁷. O processo que mais apresentou livros foi o do Dr. José Gonçalves Marques⁵⁸, em um total de 64 obras, com títulos de direito em maior parte e outra de economia⁵⁹, presume-se que eram de posse pessoal, tal aspecto destoa dos demais indivíduos,

⁵⁵ Auto 74, maço 5, estante 65, ano 1846, nome Manoel Alvares dos Santos.

⁵⁶ Auto 613, maço 45, estante 65, ano 1891, nome Clara Gularte.

⁵⁷ Auto 397, maço 32, estante 65, ano 1876, nome Delfino Alves Gavião.

⁵⁸ Auto 819, maço 45, estante 65, ano 1891, nome Dr. José Gonçalves Marques.

⁵⁹ *Dr. José Gonçalves Marques* possuía ainda um (01) piano em seu inventário, demonstrando seu apreço por atividades culturais concebidas na época como dignificantes de um bom “homem da sociedade”, e advogado como possivelmente o era. Mas, a respeito dos pianos trataremos desta questão mais enfaticamente no capítulo seguinte.

dos quais os livros não eram um item de valor ou mesmo de presença em suas vidas, dada a raridade deles nos bens dos inventários (diferenciando-se do Capítulo 4, no qual outra forma de acesso a este tipo de item era um pouco mais comum) ou mesmo em razão de não serem arrolados no processo do inventário. Podemos dizer que tal inventário represente menos de 1% dos inventários totais, podendo ser considerada irrisória sua importância, mas se considerarmos que trabalhamos com uma amostra de inventários bem como avaliação ínfima de livros nos inventários, talvez houvessem outros indivíduos com poucos itens que não se tornaram presentes nos autos de avaliação e descrição de seus bens, como apontam as listas de mercadorias em que aparecem alguns livros entre os produtos comercializados⁶⁰. Os livros arrolados podem indicar a atividade socioeconômica ligada à advocacia, talvez, e indicam que não eram apenas itens de lazer, mas sim quase que meios de trabalho já que são temáticas relativas a profissões liberais no período.

O mesmo processo ocorre com Pelotas, em que Jonas Vargas (2013a) aponta que não conseguiu mapear os livros nos inventários dos charqueadores pesquisados, pois, apesar da grande disponibilidade destes itens nas livrarias locais, estes objetos não eram parte dos processos de inventário, e ainda que “apesar dos inventários *post-mortem* muitas vezes não arrolarem a biblioteca dos seus proprietários, eles podiam indicar as estantes para livros, mas no geral não o faziam” (2013, p. 425), toda esta ausência não tem uma explicação muito evidente, mas presume-se que não se considerava este tipo de objeto com valor suficiente para se perpetuar na vida das famílias. Um elemento apontado por Vargas (2013a, p. 425) e que pode, indiretamente, contribuir nesta resposta é de que “se o gosto pela leitura talvez não ocupasse grande parte da vida da maioria dos charqueadores, certamente o era pelos seus filhos, esposas e genros doutores que frequentavam seus casarões”, demonstrando uma transformação geracional tanto de consumo destes itens, relação de significação deste consumo de livros quanto de uma noção de ser no mundo e lazer, na leitura e apreciação das “letras”. Na nossa amostra de dados apenas uma estante foi arrolada, pertencente ao mesmo indivíduo apontado anteriormente, *Dr. José Gonçalves Marques*, o que, presume-se, servisse para alocar seus livros apesar da descrição não informar a utilização do bem.

Mas, ainda temos o exemplo de Clara Gularte⁶¹, inventariada que possuía dois títulos de livros, um possivelmente de literatura, “*Memórias de Um Médico*” (em dois volumes) cuja pesquisa aponta para a obra de Alexandre Dumas, escrito entre os anos de 1846 e 1853, porém

⁶⁰ Isto será melhor trabalhado no Capítulo 3.

⁶¹ Auto 613, Maço 45, Estante 65, Ano 1891, nome Clara Gularte.

não temos outras informações a respeito da obra indicada, outro título foi “Manual do procurador dos feitos da fazenda” (também em dois volumes) que pode ser a obra “Manual do procurador dos feitos da Fazenda Nacional nos juízos de primeira instancia”, do ano de 1873 realizado pelo Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Estas duas posses de livros, bastante diferenciadas e disparez apontam um elemento comum, os livros tiveram uma presença que precisa ser analisada com cautela, contudo também apontam questões interessantes sobre a sociedade. Não eram abundantes de acordo com o que se conhecia na Europa, onde a imprensa era fato comum. Não havia no Brasil uma disseminação da leitura e da educação já que as atividades do dia-a-dia eram voltadas para o trabalho (militar, do campo – agricultura e criação – ou dos serviços) e como se sabe, o analfabetismo era comum no período. Mesmo os jornais não eram tão abundantes longe dos grandes centros do Império. Em Alegrete, o Jornal “O Americano” teve pouco tempo de duração (1842-11843) e uma temática mais atrelada à questão do conflito farroupilha e posteriormente a isto, foi criado “Gazeta de Alegrete” que existe até os dias atuais. Também “O Til”, que ficou bastante conhecido na região, mas não conseguimos encontrar muitos exemplares e assim não pudemos inseri-lo neste trabalho.

O que temos por hipótese é uma transformação leve deste quadro a partir da inserção de obras educativas (moralizantes e religiosas) que acabaram por influenciar alguns aspectos simbólicos da vida dos sujeitos estudados. Há que se considerar aqui esta análise feita em detrimento de um tipo de fonte específica, o inventário onde se arrolavam os bens que haviam permanecido na vida familiar e seriam repassados ao cônjuge vivo, pagamentos de dívidas e aos filhos. Sendo assim, os livros são objetos que primeiro não são comuns no âmbito do cotidiano e segundo, que sozinhos não apontam para significado algum, apenas um uso como de qualquer item que exija leitura pois como qualquer objeto ou pessoa, isolado em si mesmo não pode promover explicações, precisa estar em seu meio, contextualizado (MILLER, 2013). Porém, quando analisado em outras fontes pode apontar outros caminhos e melhor ainda, quando cruzados os diversos âmbitos em que o objeto é encontrado mais “reais” podem ser os apontamentos sobre o passado.

Conforme a amostra levantada para a pesquisa, foi possível perceber que havia circulação de bens de consumo na região oeste da província. Torna-se primeiramente necessário ter em mente as localizações das vilas no território, as quais contribuem para um maior ou menor acesso ao consumo de bens os mais diversos. Podemos visualizar este ponto se retornarmos ao mapa da Figura 1 ou ao Apêndice B e perceber que a sede do município de Alegrete, embora pertencesse a uma extensa zona fronteiriça, estava também já mais distante das linhas de fronteira do Império com os países platinos, e não era uma cidade portuária do rio

Uruguai, como era o caso das cidades que faziam fronteira com a Argentina, como Itaqui. Márcio Rodrigues (2012) ao traçar a composição do comércio na referida cidade apontou grande fluxo comercial e, ao analisar as listas da Alfândega nos anos de 1857 e 1858, o autor verificou que estas “destacaram a grande quantidade de gêneros que constituíam esses fluxos fluviais, compatível ao momento proposto por Barrán (1992) quando destaca a interligação entre esses mercados constituindo uma economia de caráter regional” (RODRIGUES, 2012, p. 47).

Neste sentido, para além das análises referentes à frequência dos objetos nos processos de inventário, propomos agora algumas tentativas em relação aos valores dos bens em suas tipologias já apresentadas anteriormente. Os resultados obtidos a partir do banco de dados para o período geral da pesquisa estão alocados na Figura 4, e apresentados a seguir.

Como foi possível perceber, há quatro tipologias de bens receberam maior peso em valores, são estas Instrumento de Trabalho, Item de cozinha, Meio de transporte e Móvel. A parte inicial deste capítulo foi interessante em dois pontos. O primeiro se refere ao esforço metodológico de construção de um panorama geral da análise, em um quesito quantitativo e não em relação aos valores dos objetos avaliados nos inventários. O segundo ponto demonstra que é imprescindível a variação nas elaborações das análises quando da observação dos dados de uma pesquisa. Se permanecêssemos apenas na forma de compreensão conforme a Tabela 1 ficaríamos limitados para com as possibilidades de novos resultados e percepções diacrônicas desta pesquisa.

Os bens agrupados na tipologia “Meios de transporte” de animal, de carga ou pessoas se dividiram basicamente entre carretas, carretilhas e dois carros de quatro rodas (diligência), além de uma canoa. Tais itens contabilizaram 110 objetos⁶², presentes em 49 inventários, em média 2 por inventário, o que mascara um pouco a realidade, pois metade destes inventários possuíam apenas um dos itens relacionados, sendo assim uma outra parcela possuía dois ou mais carroças ou carretilhas. E apesar de estarem em quantidades aproximadas com os livros (Educação) e os castiçais e lampiões (Iluminação) são extremamente mais caros do que estes objetos apresentados, custando em média 93.000 réis cada (certamente que a variação de valores era muito grande, sendo estipulados de acordo com o estado dos bens e certamente de seus donos, com carretas de 20.000,00 réis até 600.000,00).

Encontramos itens diferenciados, que passam a ser vistos na região apenas no fim do período estudado e conseqüentemente do século XIX, como as carruagens. Ao que se sabe, elas

⁶² Objetos ou coisas podem ser utilizados para denominação de qualquer item, não possui limitação de tamanho ou materialidade (MILLER, 2013).

eram mais comuns apenas nas cidades mais urbanizadas como Pelotas, como indica Conde D’Eu em seu relato o que é corroborado pela pesquisa de Vargas (2013b), “ainda entre os bens considerados móveis podemos encontrar carros, seges e carruagens, utilizados pela locomoção na cidade, e as embarcações de pequeno e grande porte” (VARGAS, 2013b, p. 166). Ou seja, temos um cenário bastante diferente na fronteira oeste da província, que iniciava sua inserção no mundo urbanizado da segunda metade do Oitocentos. Vejamos a seguir uma tentativa em comparar valores, quantidades e número de inventários.

Tabela 2: Exemplificação dos bens em “Meio de Transporte” em seus valores por décadas, número de inventários e quantidade, em Libras (Alegrete, 1846-1891).

<i>Década</i>	1846- 1851	1856- 1861	1866- 1871	1876- 1881	1886-1891
<i>Número de inventários</i>	9	8	14	7	13
<i>Número de itens</i>	27	22	22	15	35
<i>Valor Réis</i>	156,912	197,12	162,206	88,38	270,16
<i>Média por item</i>	5,81	8,96	7,37	5,89	7,71

Fonte: Elaboração própria, a partir dos inventários *post mortem* (APERS, 1846-1891).

De forma geral, se considerarmos a tabela anterior, é possível perceber que a década de 1876-1881 teve uma decaída nos valores finais em várias das diversas categorias principais, não é possível aventar nenhuma hipótese consistente, porém ao que parece os indivíduos que faleceram neste período tiveram dificuldades financeiras, pois mesmo considerando o número de inventários de cada década, não foi esta a razão dos baixos números. Nos meios de transporte não foi diferente, como é possível notar foram avaliados apenas 12 objetos em 6 inventários dentre os 10 inventários da década, que destoa muito das décadas anteriores e da posterior que possui o maior número de itens. O que a princípio pode parecer uma maioria concentração deste tipo de objeto por inventário, mas as médias de todas as décadas se parecem muito variando de 3 a 1,4 por inventário. A década de 1866-1871 parece ser a que tem um maior equilíbrio entre inventários e bens⁶³. Em relação à última década do período estudado, há que se considerar em

⁶³ Não é possível afirmar com certeza, mas a década de 1866 e 1871 parece ter sido a mais produtiva para Alegrete, ao longo do trabalho de análise era perceptível este volume maior de itens, contudo, também de inventários. Isso

relação à pesquisa e a historiografia que esta é uma fase em que possivelmente há uma maior diversificação de atividades e um centro urbano mais proeminente, tal como ocorre em outras cidades, inclusive a própria Porto Alegre oitocentista. Além disso, como afirma Graciela Garcia (2005) em fins do século a terra passa a ser o bem mais valioso na região, superando o valor do gado. Isto se deveu ao processo de aplicação da Lei de Terras (a partir de 1850) e do início do cercamento dos campos no período final desta análise e conforme o que apresenta a autora em sua pesquisa. Podemos dizer que ocorreu também uma maior dinamicidade das atividades, tendo também, por isso a terra incrementado seu valor comercial. Um exemplo disto é a presença de carros de rodas, chamados de diligências e que serviriam para o transporte de pessoas e não como antes, carroças que poderiam transportar pessoas e outros objetos ao mesmo tempo.

Tais carros tiveram sua ausência muito sentida por Conde D'Eu em sua viagem militar à província em 1865 não especificamente em Alegrete, mas sim na maioria das cidades em que ele esteve ao longo da viagem, D'Eu apenas cita a existência deste tipo de item quando chega a Pelotas⁶⁴, última cidade no caminho de retorno ao Rio de Janeiro. Isto não significa que não houvessem e sim que não eram comuns ou que ele não teve tempo de saber. Sabe-se que Pelotas tinha uma vida urbana bastante ativa e na busca de seu ideal bastante europeizado, mudanças patrocinadas pelo comércio atlântico do charque e que possibilitaram um cenário tão diverso do resto da província. Na tabela anterior foi possível perceber que na última década apesar do aumento da quantidade de itens arrolados na tipologia meios de transporte e do valor médio ser maior que nas décadas anteriores, ao que parece não houve muita mudança nesta categoria, em que apenas uma carroça é arrolada no valor de 1 conto de réis, acabando por destoar seu valor em relação aos demais itens da categoria, talvez pela inventariada ter sido uma pessoa de prestígio social e este ter sido o único bem móvel em seu inventário⁶⁵. Mas não só nos inventários que estes bens são encontrados. O Jornal Gazeta de Alegrete corrobora esta noção de que o fim do século trouxe algumas mudanças na mobilidade e nos transportes. Encontramos um anúncio de venda de um carro, possivelmente usado para transporte de produtos, “vende-se: um carro de 4 *roda*, em bom estado com 11 cavalos *puchadores* e comedores de milho, tratar com o dono do Hotel Alegretense” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 01 08 1889) e por outro lado diversos anúncios de passagens entre Alegrete e Uruguaiana, como indicado a

pode ter relação direta com a Guerra do Paraguai tanto nos falecimentos quanto na proeminência da região em detrimento das cidades mais fronteiriças.

⁶⁴ Trecho: “as suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo seus edifícios [...]” ([1865], 1989, p. 134-135).

⁶⁵ A inventariada é Senhorinha de Lima Bica, categorizada como Fazendeira em 1886.

seguir, sugerindo que o contato entre as cidades da região aumentou nesse período final do Oitocentos seja em relação ao comércio, cultura e facilidade, já que os trilhos do trem apenas chega à região na virada do século e no período eram o transporte que poderia agilizar e facilitar o transporte de pessoas e cargas entre as cidades. A ligação pela ferrovia vai conectar Uruguaiana a Alegrete em 1897 apenas⁶⁶, com o trajeto Quaraí-Uruguaiana-Itaqui, e foi inaugurada efetivamente no ano de 1907. A ligação entre Porto Alegre e Uruguaiana iniciou em 1883 como uma empresa federal e a partir de 1898 pela Cie Auxilaire, empresa belga que operou até 1905, esta realidade era um dos problemas apresentados em diversas fontes como os Relatórios de Presidente de Província e são apontados para toda a região da fronteira oeste, como demonstra Márcia Volkmer (2013a):⁶⁷

As estradas de carretas, além de demoradas, também estavam em más condições. A falta de pontes em vários pontos do interior impossibilitava o trânsito das mercadorias em épocas de muita chuva. Os trilhos eram inexistentes e nem projetados, sendo que as ferrovias chegam a essa região somente ao findar do século XIX, e a ligação de Uruguaiana ao Porto de Rio Grande é possibilitada somente na primeira década do século XX (VOLKMER, 2013a, p. 121).

Ou seja, no nosso período de pesquisa o contato entre as cidades ainda basicamente pelas carretas conectado as diversas regiões, rurais ou urbanas, além das linhas de diligência que faziam o transporte de passageiros e encomendas, como indica o anúncio a seguir “Empresa - Santos e Cia - linha de diligências entre Alegrete e Uruguayana - fazendo 4 viagens ordinárias por *mes* e extradordinárias quando assim for preciso: Passagens: assinante: 15\$. Não assinante 20\$. Bagagem kilo 25\$ ou 250\$. Encomendas 25\$ ou 250\$. Viagens quando houver *hurgencia*” ou por espécie de agendamento combinado entre os passageiros e aqueles que promoviam estas viagens (GAZETA DE ALEGRETE, 1889).

Outro aspecto interessante na análise dos bens é que as joias são o quinto tipo de bem em que os valores são mais altos e possui apenas 89 itens e uma média de 110.100 réis cada um. Variam entre relógios, brincos, braceletes, cruces e correntes de ouro e prata distribuídos entre 19 inventários. Analisando as frequências destes bens nas décadas percebemos que há um decréscimo na última, e que, de certa forma, talvez esta tipologia de bens estivesse sub-representação nos inventários pelo tipo de item, que poderia ser repassado como presente antes mesmo do falecimento aos herdeiros (as), já que estamos trabalhando com grupos familiares e

⁶⁶ http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/alegrete.htm, acesso em dezembro de 2018.

⁶⁷ Para outros detalhes, ver VOLKMER, 2013a, p. 121 e 122, onde aparecem mapas da malha ferroviária em fins do século XIX.

não apenas indivíduos isolados. Mas, se fossemos considerar outros bens os quais não foram alocados aqui e sim na tipologia “Instrumento de trabalho”, sendo objetos para montaria e de certa expressividade em seus valores (principalmente os de prata) poderíamos dizer que, conforme as leituras feitas a respeito dos objetos e seus significados, estes exercem funções múltiplas na sociedade. A tarefa de elaborar proposições a respeito do que torna algo significativo ou não nas pesquisas realizadas nos relembra o apontamento de Mary Douglas e Baron Isherwood (2004, p. 111-112) quando questionam sobre o que é significado, instigando ainda mais a questão. Os autores ainda dizem que é realmente um caminho difícil de tratar, e que “quando aplicado a um conjunto de pistas, se transforma. Uma pessoa percebe um padrão e outra, outro completamente diferente, a partir dos mesmos acontecimentos, vistos um ano mais tarde, assumem um aspecto mais uma vez diferente”, nos propondo a refletir sobre o estudo do consumo como um caminho complexo, porém não impossível de ser trilhado em direção ao estudo do cotidiano.

Ainda em relação aos relógios, podemos conjecturar sobre a gradual racionalização do tempo, pelo controle pessoal das horas a partir dos relógios pessoais ou mesmo familiar, dada a presença também destes bens para residências como itens de decoração. Apontando que este tipo de prática (uso recorrente dos relógios) demonstra o contato com uma noção de tempo diferente da contagem das horas e do aproveitamento dos dias antes do seu uso, o que atrelado à concepção capitalizada das produções e da vida social que exigia comportamentos “adequados” nos parece demonstrar a inserção destes novos elementos no cotidiano em Alegrete.

Os arreios de prata podem ser utilizados para a lida diária simplesmente pelo fato de que o manejo do gado exige o uso constante do cavalo. Contudo, podemos ainda afirmar que um aparelho deste tipo e com o material utilizado para sua fabricação também indica o interesse por demonstrar poder, dar visibilidade a estes indivíduos que tem em boa parte das profissões o trabalho com animais, não lhes restando tempo livre para demonstrarem suas posses ou mesmo uma questão de moda. Além disso todo o complemento do couro que compõe a indumentária era de essencial presença, já que foi um material de grande prestígio ao longo do século XIX, pela diversidade da indústria do couro como aponta Jonas Vargas (2013a) em Pelotas. Tal fato também é notado por Conde D’Eu, que faz comentários em relação às indústrias mais proeminentes da cidade que classifica como as dos arreios e a dos couros, “a dos couros lavrados, cinzelados, coloridos, bordados de mil maneiras” ([1865] 1981, p. 135). Mas sabe-se que o comércio do couro era algo comum no período e não somente na região

charqueadora, como podemos perceber pelos anúncios do Gazeta de Alegrete, a exemplo do que apontamos a seguir.

Casa de comércio de Olyntho Mallmann
 Couro da russia e outros vários tipos. Empermeáveis, calçadeiras, abotoaduras, botões, salteiras, etc. Botinas de elástico, de abotoar, enfiar, trançar, sapatos bordados, para noivas, bailes, etc. Botinas, sandalias, chinelas, diversos gostos, brinzea-se calçados que "fica novo". (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 01 08 1889).

A exemplo disto se destacam as atividades artísticas existentes em diversas cidades da província, como Pelotas, com diversos teatros e saraus, com a elegância dos vestuários vindos da Europa sempre a trazer novidades. E, certamente que em âmbito de Brasil Império, temos diversos outros exemplos a citar, um deles é a busca incessante das elites baianas em manter seu *status* pelos objetos que as circundavam (MATTOSO, 1997). Mas tais elementos eram bastante diversos da realidade fronteiriça aqui estudada. Apesar da inserção da região no comércio atlântico na segunda metade do século XIX, os elementos da vida cotidiana particulares à realidade de Alegrete tinham a tendência a mesclarem as influências advindas dos países “civilizados” com seus próprios espaços de experiência. É perceptível pela fala de diversos viajantes que, de forma geral, não se via uma preocupação torrencial dos indivíduos em se encaixarem completamente. Baguet ([1845] 1997) ao passar pela região da campanha aponta que o vestuário de forma geral era bastante simplificado, “tendo por vestimentas apenas camisa e ceroulas, os pés descalços armados com enormes esporas (*chilenas*), deixando flutuar ao vento seu *poncho*, que o mais das vezes é apenas um pedaço de tecido de lã vermelha” (BAGUET, p. 64). Além deste tipo de percepção, Baguet (p. 67) ainda aponta informações minuciosas sobre as aparências dos arreios, vejamos o trecho a seguir:

É incrível o luxo que se exhibe nos arreios dos cavalos, no Sul do Brasil e nas províncias do Rio da Prata. As esporas, enfeitadas de correntinhas com rosetas de ferro de uma polegada de diâmetro, são de prata maciça, assim como o cabo do mesmo metal. As correias são rodeadas de prata em uma palavra, existe lá uma abundância, um luxo, desconhecidos na Europa. Vi arreios que tinham custado quantias consideráveis.

Este trecho demonstra bem o que havíamos apontado anteriormente que os arreios e todo o aparelho de montaria também poderia variar entre categorias, implicando aí num dos principais focos de investimento dos recursos materiais dos indivíduos da sociedade fronteiriça, pois ainda segundo Alexander Baguet era este o principal elemento que compunha a aparência

de um morador da região oeste da província⁶⁸. Exemplificamos esta percepção do viajante com o trecho a seguir que compõe o apresentado anteriormente: “nosso guia, que possuía como vestuário apenas o que levava no corpo, gastou quase todo o seu salário em ornamentos de prata para sua sela” ([1845] 1997, p. 67).

De forma a demonstrar um pouco deste apreço para com os itens para uso do cavalo e manejo dos animais, percebemos que na Tabela 3 relacionada aos seus valores totais, lembrando que, como já mencionamos, há uma grande quantidade de tijolos e telhas em alguns inventários. É possível visualizar muito claramente que os instrumentos arrolados para lida do campo incluídos os itens mencionados pelo viajante Baguet, são realmente muito caros e acabam formando mais de 50% do total de réis investidos por aquelas pessoas ao longo de suas vidas. Isto é explicado pelo material destes itens geralmente de prata e outros adereços igualmente valiosos.

Tabela 3: Média da tipologia “Instrumento de trabalho” segundo sua utilização, (Alegrete, 1846-1891).

Década	Total da década (Mil Réis)	Equipamentos/ Construção (Libras)	Lida do campo (Libras)	Moinho/ Forno (Libras)	Trabalho doméstico (Libras)
1846-1851	1\$715,760	16,54	22,53	0,00	0,00
1856-1861	1\$738,780	7,52	22,17	7,04	0,00
1866-1871	1\$295,980	1,28	10,59	3,84	0,32
1876-1881	730,700	0,55	6,91	0,18	4,05
1886-1891	968,250	6,89	8,07	0,80	1,06

Fonte: Elaboração própria, a partir dos inventários *post mortem* (APERS, 1846-1891, 52 inventários).

Neste sentido, um item excepcional encontrado, um único tear na amostra total, pertenceu a Bento Manoel Ribeiro⁶⁹, cujo inventário foi realizado no ano de 1856. Isto não pode dizer nada de conclusivo, apenas algumas hipóteses. Uma delas se refere ao fato de serem os

⁶⁸ Conde D’Eu faz a mesma afirmação, percebendo este traço em todas regiões por onde passa e corrobora o que também afirmou Avé-Lallemant ([1858] 1980), sendo então um traço comum na província e em toda a região da fronteira oeste e para além desta.

⁶⁹ Auto 152, maço 11, estante 11, ano 1856, nome Bento Manoel Ribeiro.

teares itens não muito comuns ou fora de uso (apesar da que o objeto arrolado possuía indicação de estar em bom estado). Outra possibilidade é a do trabalho com tecelagem não fosse tão comum no período, mas em período anterior, já que o inventário de Bento Manoel é do ano de 1856, primeiros dez anos da amostra desta pesquisa, porém não se pode identificar mais elementos a respeito. O que se pode dizer de conclusivo é que a partir da dinamização de produtos e serviços modificou com certeza o processo de costura das vestimentas e outros itens domésticos. Pois, se o tear é um objeto não mapeável em relação ao seu papel social, as máquinas de costura por outro lado são bem evidentes nas fontes e como resultado da implementação de todo o processo de modernização ao longo do século XIX. A máquina de costura, instrumento utilizado na costura de produtos diversos com tecido, foi criada no ano de 1851, tendo demorado praticamente vinte e cinco anos para aparecer em um inventário *post mortem* em Alegrete, todavia se considerarmos a velocidade da criação de artefatos e na mudança da concepção de tempo que ocorre no mundo moderno, esta inserção até pode ser considerada um tempo curto.

O fato é que as únicas máquinas de costura da amostra foram encontradas nos anos de 1876, 1881 e 1891, ao todo seis unidades distribuídas entre 6 inventariados. Os usos podem variar de costura familiar, para produção de vestuário para a família ou para o trabalho “remunerado”. A exemplo disso, temos a inventariada Anna Fernandes da Silva⁷⁰ possuía uma das máquinas, isso pode indicar que exercia atividade de costura, já que era o único bem que possuía em seu inventário. Em relação às máquinas de costuras, consideramos que sua inserção nos anos finais de nossa amostra se referem à popularização deste tipo de item, mas também considerando que as máquinas de costura eram produtos consumidos que exigiam um transporte que as levasse às cidades distantes dos portos ou dos caminhos dos trens, como Alegrete. Embora encontramos no comércio local possibilidades de compra, como aparece no anúncio da casa Freitas Valle, em 1889, e 1890 foi encontrado outro anúncio muito semelhante, apenas com alguns ajustes nos valores.

F. VALLE & C.

Agentes das legitimas machinas de Singer, acabam de receder (sic) uma grande partida que vendem aos seguintes preços:

Machinas de mão simples 30\$

Ditas de pé simples 46\$

Ditas de pé simples e mão com tampa 68\$

Ditas de pé com duas gavetas, simples 58\$

Ditas de pé mediana simples 66\$

Ditas de pé vibratória com tampa gothica 90\$

A' DINHEIRO" (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 31 08 1890)

⁷⁰ Auto 610, maço 45, estante 65, ano 1891, nome Anna Fernandes da Silva.

No sentido de perceber a relação do consumo em uma região de fronteira com suas atividades cotidianas a atenção para objetos de ornamentação, talvez, seja um bom caminho. Ademais é possível identificar que havia certo interesse em consumir itens que servem sumariamente para embelezamento e composição dos ambientes, com exceção dos relógios e espelhos, que possuem a função de apontar as horas do dia e para embelezamento. Os aparadores são itens que aparecem em alguns inventários e são mesas estreitas e utilizadas geralmente para sustentação de vasos, porta-retratos ou outros tipos de objetos pequenos, geralmente os aparadores compõe a mobília da sala e são até os dias atuais muito apreciados. São 16 aparadores em 5 inventários, os anos dos inventários são para dois inventários de 1856 e 1866, respectivamente, e os demais itens aparecem todos após 1871, indicando uma leve popularização deste bem mais ao fim do nosso período de pesquisa. Se formos seguir a lógica de análise de uma fronteira onde “reina a barbárie” e a rusticidade (lembrando que esta última é uma das características da região e não pode ser atrelada à compreensão de pobreza cultural), porque razão haveriam as pessoas em Alegrete adquirirem aparadores para suas casas? Porque tal percepção já esta ultrapassada historiograficamente e em razão de estarem inseridos em um comércio atlântico e buscando trazer para seu dia-a-dia elementos que julgassem interessantes, em uma conjunção de aspectos que à primeira vista podem ser considerados contraditórios e incoerentes. Um exemplo de comparação é Campinas, Elaine Abrahão afirma que o aparador era usual nas salas de visitas, de música e de jantar das residências paulistas. (2008, p. 97).

Isto indica que o uso de aparadores era comum ao longo do século XIX e passa a ser item presente nas moradias, no caso de Alegrete era assim também. Mas vamos seguir trazendo à cena alguns outros objetos e percepções. Percebemos também alguns espelhos, geralmente grandes ou acoplados a um aparador, além de alguns vasos. Foram arrolados ao todo 14 espelhos entre 9 inventários, sendo que um destes não possuía valor em seus bens. As datas correspondem a um espelho em 1846 e outro em 1866, sendo o restante encontrado a partir de 1871, o que bem como os aparadores, indica um lento interesse combinado com possibilidade de aquisição no último quarto do século. Importante lembrar que os espelhos não eram em obtidos nem utilizados em tamanha quantidade como os dias atuais, por isso sua presença é, mesmo que pouco expressiva, bastante interessante para o contexto aqui pesquisado.

No século XIX, eles faziam parte das vidas cotidianas ou em pequenos tamanhos para uso individual ou da forma como estão arrolados nos inventários de Alegrete, grandes, com molduras e a disposição de todos e todas, apontando certo interesse por um requinte (até porque nem todas as casas tinham espelhos como estes, são alguns apenas) ou a tentativa de busca-lo.

A presença de alguns quadros liga Alegrete ao outro extremo da província, quando Jonas Vargas (2013a) descreve alguns inventários de charqueadores demonstrando exatamente isto, que estes itens não eram de grande distribuição social, mas “não foi incomum encontrar quadros entre os bens inventariados dos charqueadores de maior fortuna” (VARGAS, 2013a, p. 431).

Para explicitar sua abordagem a respeito desta questão Jonas Vargas usa como exemplos o Coronel Anibal Maciel e sua esposa e o Barão de Corrientes. Os primeiros possuíam vários quadros com retratos e outros com representações de navios. Já o Barão “além dos móveis de mogno e seu piano, possuía 11 quadros decorando o interior do seu sobrado na cidade”, isso aproxima o Rio Grande do Sul do século XIX da região platina pelo o interesse das pessoas em investirem em itens não necessariamente indispensáveis para sua sobrevivência e sim para o afago dos egos e aparências. Como aponta Alba Mariani (2007, p. 90), “no sólo muebles alhajaban las viviendas, sino que también, se compraban gran cantidad de espejos de marcos dorados, candelabros de plata y mates” e cita ainda relógios e pianos, objetos bastante comuns à nossa pesquisa. Podemos visualizar então, que as análises por década são instrumentais, pois como neste caso, demonstram uma ascendência nos gastos com itens utilizados para ornamentação das casas, que apesar do decréscimo da penúltima década e conforme é possível visualizar na Tabela 3, onde constam os valores proporcionais. Passa de fazer parte de 7% dos inventários em 1846-1851 para 15% na penúltima década (1876-1881), havendo uma diminuição entre 1886-1891 onde aparecem em 7% dos inventários novamente, isso pode se dar em função da amostra, mas o que nos chama atenção é que são 23 itens distribuídos em 2 inventários nos quais a média de valores por item cai na última década. Isso quer dizer que, mesmo não aparecendo em mais inventários dando continuidade ao crescimento que tendia a indicar, os valores dão a impressão de terem diminuído. Lembrando que muitos bens acabavam não entrando na avaliação ou mesmo já tinham sido repassados para outras pessoas da família antes da elaboração do inventário⁷¹. Ademais, tais itens indicados nesta tipologia “completavam a decoração os vasos em opalina, relógios de mesas. Paredes forradas com papel de parede coloridos e quadros de paisagem, de membros da família ou retratos de suas propriedades finalizavam a decoração” (2008, p. 97). Este trecho indica que Campinas na segunda metade do século XIX possuía um padrão de consumo de itens de ornamentação muito maior do que o de Alegrete, porém os itens encontrados nos inventários alegretenses indicam que, dadas as proporções, havia o interesse por deixar os ambientes mais apreciáveis diante do gosto da época. E como compreendemos que a região da fronteira oeste da província possuía sua própria

⁷¹ O Apêndice C possui os valores e quantidades.

concepção destes elementos, consideramos interessante a presença destes itens mesmo que em quantidade reduzida.

Além de buscarem deixar suas casas (algumas delas ao menos) ornamentadas com itens que já eram comuns no período, as pessoas ainda tinham interesse em itens para “Entretenimento”. O primeiro item já se destaca, uma mesa de bilhar no valor de 20.000, pertencente a um comerciante, Manoel Alves dos Santos. Imaginamos que esta mesa não fosse tão comum e a atividade sócio econômica de seu dono contribuiu para pensarmos nisso, já que os comerciantes conseguiam circular por diferentes espaços e estavam mais conectados com as novidades vindas do outro lado do oceano. A rota que trouxe este item também não o sabemos. Pode ter chegado através de Uruguaiana ou Itaqui, por comércio lícito (RODRIGUES, 2012) ou ilícito (THOMPSON FLORES, 2007), pois como aponta Conde D’Eu quando esteve visitando a fronteira oeste, a entrada de produtos contrabandeados certamente seria muito simples, como indica o trecho a seguir, no qual

os consumidores brasileiros, que todavia pagam as mercadorias como se elas tivessem passado pelas nossas alfândegas. E este contrabando não abastece unicamente as povoações situadas sobre o Uruguai, mas toda a metade ocidental da Província do Rio Grande do Sul, para a qual é mais vantajoso vir aqui prover-se que em Porto Alegre, por ser assim menor a distância, que as mercadorias têm que percorrer por terra ([1865] 1981, p. 112).

E, bem como apontamos em uma menção a Conde D’Eu, este visitou um Hotel em Itaqui que possuía também mesas de bilhar, ou seja, estes itens não eram pequenos nem baratos, mas chegavam à região e compunham a vida cultural de algumas famílias. Foram analisados 18 itens que formaram esta tipologia de bens, presentes em 7 inventários completos. Foram avaliados dois pianos no valor de 200.000 cada um, nas décadas de 1866-1871 e 1886-1891, demonstrando que ainda era um item de difícil aquisição, porém bastante prestigioso.

Retomo aqui Conde D’Eu para apresentar uma de suas experiências, quando esteve pernoitando na casa de uma “senhora de apelido Cunha” que vivia na zona rural de Alegrete e era viúva de Miguel Cunha. Segundo o relato do conde, vivia esta senhora com 7 filhas e tendo mais 3 já com suas famílias, nesta casa que disse ele ser de extrema beleza, havia também um piano, no qual uma de suas filhas tocou algumas músicas, faltando-lhe instrução e rebuscamento, não sendo então (para ele) tão bem executadas as melodias já que contribuía para isto o desafinamento do instrumento musical. Tal trecho indica que não podemos considerar análises generalistas que afirmam ser a região da campanha um local atrasado, é imprescindível perceber as várias nuances que tem esta ideia de civilização. Algumas famílias

buscavam introduzir em suas vidas elementos de refinamento, educação europeia e saberes culturais exteriores à realidade em que viviam, como as filhas da senhora Cunha, até mesmo em razão de suas posições sociais e da condição de mulheres necessitando de dotes culturais e femininos, outros indivíduos interpõem suas experiências de vida criando um novo exemplar de indivíduo civilizado como o Fazendeiro Francisco Telles de Souza, aquele que arrola seu violão no valor de 6.000 réis e sua guitarra por 8.000 réis, no ano de 1861, indicando o interesse neste tipo de bem importante para o convívio social e familiar. Laura Cabrejas, em sua pesquisa sobre a fronteira bonaerense também aponta a presença de itens para música, ao indicar que “sin lugar a dudas, otro gran pasatiempo fue la música. En 7 negocios fueron tasadas guitarras” (2005, p. 16) o que segundo a ideia da autora, era indicativo deste tipo de atividade como comum no período. Mas como estamos tratando ainda de uma sociedade moderna e ainda muito rural, não é impossível pensar que os móveis contidos nos inventários desta amostra de pesquisa possuíssem também apreço por parte de seus donos. Na tentativa de demonstrar *status*, certo poder ou mesmo apreço pela família.

Os móveis são uns dos bens mais arrolados em inventários (relembrando a Tabela 1) e tem uma grande variedade de itens, alguns são mais difundidos entre as moradias e outros são mais raros nesta amostra. Poderíamos afirmar que dentre todos os itens os móveis que compunha todas as casas seriam três: cadeiras, mesas e catres. Em uma amostra de 106 inventários ao todo, sem considerar algumas especificidades, praticamente todas as residências teriam estes itens acima citados, mesas em grande variedade, para jantar e marquesas, além de cadeiras de tipos diversos e em quantidades razoáveis, podendo uma casa ter uma ou duas ou mais de 10. Somando as quantidades das caixas e baús podemos dizer que eram estes itens comuns ao cotidiano na região estudada, porque eram os móveis utilizados para guardar roupas e outros itens, já que os armários para roupas e guarda-roupas irão chegar às residências apenas no fim do período estudado. Demonstrando como já se mencionou, uma especialização dos usos dos objetos em fins do século XIX os baús e caixas passariam a servir para outros fins menos belos, a guarda de roupas era feita em armários próprios para isto, como móveis de cozinha ou armários para louça, muito mais comuns ao longo do século XIX.

Simples era o mobiliário comum dos alegretenses no período, mas é possível traçar algumas transformações. Os sofás são um destes itens que vai chegar ao longo do período estudado e compor os ambientes das salas, os mais abastados obtinham a mobília completa como indica a última linha da tabela onde aparecem duas mobílias completas contendo diversos itens como os ditos sofás que aparecem em 7 inventários, sendo um onde os valores não são indicados. A frequência em que aparecem é de 1 sofá em 1856, 1866, 1871, 1881, 1886 e 1891,

apontando um aumento deste item a partir de 1871. Os valores foram bastante variados em todos os anos em que aparece e que possibilitaria averiguar se as atividades socioeconômicas dos indivíduos influenciavam nos valores dos seus bens avaliados. Cadeiras também apresentam algumas peculiaridades, pois estes itens estes que eram parte da composição do teatro social, na recepção de visitas para diversão ou trabalho e manutenção do *status* de alguns indivíduos ao longo de suas vidas. Dando então, uma ideia de continuidade da influência e do poder exercido por alguns mais proeminentes socialmente, lembrando que quanto mais o indivíduo tivesse acesso a recursos os mais diversos, mais ele iria procurar perpetuar este tipo de conduta em seu grupo familiar a partir de alianças que partiam principalmente dos casamentos.

Quando analisamos quantidades, inventários e valores em relação ao período temos os seguintes dados: entre 1846 e 1866 foram 146 cadeiras distribuídas em 14 inventários, muitas vezes sendo arrolados tipos diferentes de cadeiras num mesmo inventário. Os tipos mais populares neste período foram as cadeiras de palhinha e americana, sendo que os valores individuais das cadeiras variavam de 600 réis à 5.000, porém a maior parte delas era arrolada por 1.000 ou 2.000 réis, somando um total de 341.400 mil réis e uma média de 2.340 réis cada. Além disso, ocorria de serem geralmente indicadas em dúzias ou meias dúzias, o que pareceu pelas fontes algo comum e aponta para um padrão de mobília e conseqüentemente da composição dos espaços nas residências, como percebemos até mesmo no jornal como algo comum, no consumo de cadeiras em conjunto, indicadas, por exemplo, no anúncio extraído do *Gazeta de Alegre* de 31 de agosto de 1890, “52:000 – 1 *duzia* cadeiras de palhinha - Vende José A. Alves, Rua dos Andradas” (*GAZETA DE ALEGRETE*, Alegre, 31 08 1890).

Entre 1871 e 1891 foram 214 cadeiras distribuídas em 20 inventários, neste período percebemos que mais inventários possuíam 1 tipo de cadeira apenas, e outros possuíam dois a 3, o que indica uma concentração deste bem. Encontramos também mais cadeiras com a indicação de serem feitas de madeira, o que pode apontar para uma maior circulação deste material. Os valores mantiveram-se quase os mesmos, se considerarmos a maioria dos bens, porém alguns itens se sobressaíram nos valores sendo avaliados em até 22.000 réis cada cadeira, sendo as cadeiras de balanço as que receberam maiores valores nas avaliações, mas não é um padrão já que metade das mesmas receberam os mesmos valores das cadeiras comuns. Queremos dizer com isso que alguns itens foram avaliados acima da média, indicando que eram novos ou de matérias mais caras, de qualquer forma estas informações não são possíveis de serem averiguadas profundamente. Percebemos que de forma geral os preços destes bens diminuíram no segundo período, pois mesmo com o aumento na quantidade o valor médio de

cada cadeira foi de 2.380 mil réis somando 509.400 mil réis ao todo, e com isso, nossa hipótese é de que as cadeiras se tornaram mais baratas e populares no fim do século XIX.

Em sentido contrário, temos as marquesas, que nos apresentam os seguintes números: somatório de 340.780 mil réis, com 52 itens distribuídos em 12 inventários no período de 1846-1866. Entre 1871-1891 20 marquesas em 13 inventários somaram 177.000 mil réis. As médias de valor foram de 6.550 e 8.850 mil réis respectivamente, demonstrando que este tipo de móvel não foi popular da mesma forma nos dois períodos e seus valores também apontam isso, indicando que após 1871 as marquesas não eram tão comuns quanto no período anterior.

Este tipo de mobiliário era bastante diferente entre os charqueadores pelotenses, não podemos afirmar nada em relação a outros estratos da população. Ainda que, mesmo com menos recursos diante de um maior acesso a este tipo de itens pudessem também pessoas menos favorecidas economicamente possuírem bens variados em suas residências. Retornando aos charqueadores, Vargas (2013a) encontrou nos inventários de sua amostra uma pompa evidente, no arrolamento de móveis bastante caros e de prestígio pelos mais ricos, como no trecho a seguir,

Dentre as muitas peças do mobiliário do barão e da baronesa de Butuí, por exemplo, destacavam-se 1 mobília de mogno com 14 cadeiras de encosto, 4 de braços, 4 aparadores e 1 mesa redonda, 1 mobília de jacarandá com 18 cadeiras, 4 aparadores e 1 mesa redonda, 2 dúzias de cadeiras de jacarandá de palhinha, 1 aparelho de porcelana, além do piano, das cômodas, dos guarda-roupas, entre muitos outros móveis (VARGAS, 2013a, p. 424).

O mesmo ocorre quando o pesquisador analisa outro inventário, do Coronel Aníbal Maciel encontrando “1 mobília francesa de mogno, 3 camas francesas, 1 mobília de jacarandá, 4 lavatórios em pedra mármore, 1 aparelho de porcelana azul com friso dourado para jantar, 1 aparelho de porcelana para chá, entre outros” (op. cit, 2013, p. 424), o que demonstra um interesse nestes indivíduos adquirirem tais produtos mas também maior facilidade em obtê-los, já que se considerarmos o trajeto de uma cama de jacarandá desde o local onde era produzida e comercializada pela primeira vez até Alegrete por quaisquer uma das vias possíveis é perceptível, neste exercício criativo, notar que era provavelmente uma grande viagem, o que não excluiu a possibilidade de alguns destes tipos de móveis aparecerem nos inventários desta amostra. Porém, em muito menor quantidade. Como as distâncias eram substancialmente menores para Campinas, em razão da facilidade e rapidez das ferrovias, este tipo de bem era de forma geral comum na vida das famílias mais abastadas da região. Uma listagem de bens do inventário do Tenente Coronel Antonio Manoel Teixeira, indica esta disponibilidade. Isto

enfim, para afirmarmos que cada local possui sua peculiaridade em relação aos bens e usos destes.

um piano usado com coberta de [oelada] da fabrica de Brue e Companhia, 400\$000; quatro **consoles de jacarandá** envernizados, já usados, 36\$000; doze **cadeiras de cabiúna envernizadas**, pouco usadas, com assento de palhinha, 60\$000; 1 **sofá de cabiúna envernizado**, pouco usado, com encosto tecido de palhinha, 60\$000; cinquenta e sete cadeiras de palhinhas, mais usadas, sem envernizar, 114\$000; (...) dois pares de canastras envernizadas de sala com [prégas] douradas, 20\$000; uma mesa de jantar, 3\$500; uma outra mesa de jantar, 3\$400; (...) dois bancos compridos, 2\$560; (...) dois castiçais de casquinha grandes com mangas de vidro, 10\$000; (...) um sofá jacarandá usado, tecido palhinha, 45\$000; **dezoito cadeiras jacarandá envernizadas tecidas de palhinha**, 90\$000; (...) uma mesa de abrir envernizada, 5\$000; (...) dois **consoles de mármore cor de cinza**, 51\$240; uma **mesa redonda jacarandá**, 16\$000; um sofá grande novo envernizado tecido palhinha, 20\$000; vinte e quatro cadeiras envernizadas com assento de palhinha, 72\$000; quatro [Floranas] com jarras de porcelana e mangas de vidro, 32\$000; cinco mangas de vidro lisas, 10\$000; quatro jarras de vidro douradas, 6\$000; um espelho de cristal com molduras douradas em bom uso, 20\$000; um quadro grande com moldura dourada e retrato de sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro I, 10\$000; um quadro pequeno com o retrato de sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro II, \$800; um retrato de Napoleão I em um pequeno quadro, 1\$000; um bilhar com todos os pertences, usado, 50\$000 (ABRAHÃO, 2008, p. 105/106 [grifos nossos]).

Muitos destes bens indicados nas fontes pesquisadas por Elaine Abrahão apontam a fabricação dos mesmos em manufaturas locais ou regionais (Minas Gerais, Rio de Janeiro ou outras cidades da região campinense). Para Alegrete não podemos descartar que ocorresse a fabricação local de bens em geral, uma vez considerando a pouca disponibilidade de madeira na região, questão que é atestada pela historiografia, temos a tendência a imaginar que a maioria destes objetos eram adquiridos fora podendo vir de Uruguaiana e da fronteira oeste (inclusive de cidades dos estados vizinhos) ou de outras cidades da província.

Este apreço pelas mobílias francesas não era de todo exclusividade de Pelotas, já que esta cidade tinha grande interesse em aproximar-se do mundo europeu com mais ênfase e menos flexibilidade, era também interesse de alguns indivíduos da fronteira oeste da província, como apontam as fontes. Além destas duas cidades podemos inferir que este era um processo bastante global, já que em suas pesquisas Alba Mariani também encontra este apreço, afirmando que durante todo o período estudado por ela os móveis franceses exerceram atração ao luxuoso que representavam.

Seguindo neste sentido das análises, percebe-se que a lógica interna da aquisição dos bens é muito particular a cada realidade e desejo de ter um ou outro item, e que estes desejos estão sempre referidos às possibilidades de compra bem como da intenção por trás dela. Para

Mary Douglas e Baron Isherwood (2004) estes elementos devem ser sempre considerados, para entendimento das práticas cotidianas do consumo. Segundo eles,

as práticas cotidianas, não formalizadas e que seguem lógicas internas também estão relacionadas ao 'fazer com', isto é, ao processo de apropriação associado ao uso dos materiais em práticas de consumo. O consumidor produz, a partir de práticas significantes, de maneiras próprias e particulares de uso, de 'maneiras de fazer' e 'fazer com'. (2004, p. 171-172)

Estes elementos de apropriação e produção de significados são essenciais quando se analisa este tipo de material, já que apenas a sua generalização dentro de um esquema de análise serial sem esta variação serial unicamente o apontamento de tipos gerais. Se não queremos incorrer em estudos que homogeneizem pessoas e grupos sociais, não o faremos também com os objetos, por vezes, atores importantes na vida cotidiana dos indivíduos que os possuem. Neste sentido, como apontam os autores acima citados, existem diversas formas de relação entre consumidores e seus itens de consumo e que estão diretamente relacionados a sua compreensão do mundo em que vivem.

Por isso, apontamos que a sociedade habitante da fronteira oeste da província do Rio Grande de São Pedro era uma sociedade em transformação, isto não significa, entretanto que entendamos isto como um processo evolutivo do qual saíram de um ponto atrasado (social, culturalmente) para outro evoluído (urbanizado, civilizado). Consideramos que há uma interlocução entre os elementos sejam eles pessoas, coisas ou o espaço que estejam saindo de cena e aqueles que estejam procurando seu espaço. Desta forma, Mary Douglas e Baron Isherwood (2004) nos propõe a pensarmos em entender a sociedade como um processo contínuo de transformação, em que um elemento se coloca enquanto outro deixa de ser essencial.

Se nos interessamos pelos móveis que ocupavam os espaços das casas, também nos interessa traçar algumas características do espaço de cozinha e compartilhamento dos alimentos nas refeições. Foi perceptível que os investimentos de recursos se deram em maior parte na obtenção de talheres em sua diversidade como conchas, facas, colheres e garfos. Nas amostras identificou-se que os itens eram arrolados conjuntamente em boa parte das vezes, formando faqueiros desformes com quantidades diferentes de itens, por exemplo não encontramos nenhum garfo arrolado sozinho, apenas em conjunto com facas e/ou colheres. O que isso pode significar que seu uso não era comum ao cotidiano devido às suas práticas cotidianas. Identificamos que colheres aparecem muitas vezes sozinhas (235) e sozinhas correspondem a um valor de 478.360 réis, em sua completa maioria de prata. Conjecturamos dizer que era mais

usual a utilização de facas e colheres na vida cotidiana do que os próprios garfos, devido talvez ao tipo de alimentação. Além disso, tentamos traçar uma análise temporal tentando perceber que isto seria uma especificidade de algum período, contudo a mesma característica se perpetua ao longo do tempo. Os faqueiros inteiros ou em partes foram encontrados em diversos anos da amostra de inventários e os materiais variaram entre prata, ferro e marfim, os últimos em menor quantidade.

Um ponto é claro nesta análise, os talheres eram essenciais, não eram baratos em se adquirir, entretanto não estavam presentes em todos os inventários, foram encontrados em 27 inventários, que corresponde a 26% do total de inventários (103). A distribuição deste tipo de bem se deu em 511 itens distribuídos em praticamente todos os anos da amostra, de 1846 a 1866 foram 285 talheres e 226 no restante do período. Entre 1871 e 1891 foram 35 menções de talheres em 12 inventários sendo distribuídos geralmente em dúzias de tipos, ou meias dúzias. Com a predominância de colheres de tipos diferentes para chá e sopa, e também se constatou uma grande maioria dos talheres como sendo de prata. Entre 1846 e 1866 foram arroladas 29 indicações de talheres distribuídos entre 15 inventários, percebe-se que comparando com o período posterior, há menos indicação de que estes talheres eram de prata, mas o número de faqueiros foi maior, ainda que reduzido, sendo encontrados 5 faqueiros. Uma grande diferença foi no valor total de cada período, entre 1846 e 1866 chegou à 2\$387.680 contos de réis, já entre 1871 e 1891 há uma redução bastante significativa, para 772.440 mil réis o que pode indicar que este tipo de bem de consumo era mais facilmente adquirido do que anteriormente, isto, porém, não significa que fosse um item desconhecido, como vimos pelas quantidades. O resultado nestes números, insinua o material dos talheres, como mencionado, sua maioria era feita de prata, mas não conseguimos saber em que medida os talheres de ferro estavam presentes nas casas dos demais inventariados da amostra. Conforme o proposto por Dieli Thomasi em sua pesquisa com arqueologia histórica sobre os metais da Estância do Jarau (2010, p. 77), os talheres eram bastante raros e passaram a se popularizar apenas na segunda metade do século XIX, assim ela afirma que

Eram objetos raros, usados em grandes ocasiões, como o jantar oferecido a um alto dignitário da igreja. No mesmo local de escavação encontrou-se um garfo artesanal, rústico e grosseiro, feito a partir de arames retorcidos, com três dentes e cerca de 22cm de comprimento, contrapondo à delicadeza e refinamento dos outros pequenos garfos, apresentando-se como uma adaptação de hábitos.

Os artefatos encontrados pela autora em suas pesquisas entram em conformidade com aquilo que estamos tentando compreender e apresentar aqui, de que havia uma interlocução entre os itens que chegavam da Europa, como uma novidade e possibilidade de se “encaixar” nos modelos externos com as práticas culturais que faziam parte de seus hábitos cotidianos.

Se quisermos comparar os valores à quantos itens se referem a cada categoria é possível fazê-lo utilizando o Apêndice C em que aparecem as quantidades por inventário e valores por décadas. Relacionando-os foi possível perceber que os talheres além de serem os que mais representam financeiramente a amostra são os que aparecem em maior número, depois temos as panelas que apesar de custarem pouco são bastante numerosas e de diversos tipos e tamanhos. A categoria bacias e similares que em relação aos valores são o segundo maior item tem 85 objetos arrolados, mas por serem geralmente feitos de prata e este tipo de item também pode ter sido utilizado para diversas atividades nas residências, pois se considerarmos as proposições de Grant McCracken (1983) de que a Europa havia passado pelo *boom* do consumo ainda no século XVIII, o século XIX já se apresentou com um leque de possibilidades e especializações dos usos dos objetos, diferentemente de outras regiões do mundo no período por nós pesquisado. Levando em consideração ainda, que as pessoas poderiam utilizar os bens domésticos sem necessariamente tomá-los como itens apenas “funcionais”, o que segundo Daniel Miller (2013) geralmente tomamos como pressuposto para o uso dos bens. Sendo assim, mesmo com a concepção pré-estabelecida de quais usos poderiam ser feitos para as bacias, não podemos alcançar a sua totalidade como objeto e sim conjecturar o uso para servir alimentos, lavar e armazená-los, lavar rostos (apesar de aparecerem bacias juntamente a vasos específicos para isso) e mãos ou mesmo banhos, ou seja, diversas possibilidades e usos.

Não é possível mapear os tipos de pratos e louças na amostra, pois não são avaliações muito descritivas, mas podemos tentar apontar algumas características a partir de estudos arqueológicos. Jaqueline Pes e Saul Milder (2011) ao escavarem as ruínas da Estância Santa Clara, na atual cidade de Quaraí (RS), propuseram que o advento da industrialização modificou a forma com que as pessoas se relacionavam com os objetos ao seu redor, até mesmo na aquisição de novos, e que as louças não eram simplesmente itens sem significado, e que neste processo as funções se modificaram também assumindo novos aspectos. Segundo as pesquisas arqueológicas os materiais dos pratos e louças eram geralmente de faiança ou *ironstone*⁷², sendo

⁷² Faiança: louça feita com base de cerâmica, porém esmaltada geralmente em tonalidade branca ou bege. *Ironstone*: tipo de louça branca, aproximando-se da porcelana em termos de permeabilidade, mas sendo considerada de qualidade abaixo. Mais popular ao final do século XIX. Definições retiradas das leituras em arqueologia citadas ao longo deste trabalho. Há que se considerar que existem outros diversos tipos de louças, com diversos tipos de decoração que influenciavam nos valores e qualidades dos itens.

o primeiro mais caro mas mais acessível em relação à porcelana e o segundo um material mais barato e comum.

A análise por décadas indica alguns elementos, um deles é que alguns itens diminuem consideravelmente seus valores como os cestos, as chaleiras os itens para churrasco, as garrafas que passam a ser itens mais populares no fim do século XIX. De 1846 a 1866 os valores totais destes bens acima citados foram de 1\$841.220 contos de réis em 14 inventários com um total de 100 itens, já entre 1871 e 1891 foi de 471.990 em 19 inventários somando 106 bens. Por outro lado, objetos com funções específicas como medidores e máquinas para massa tem valores mais altos nas comparações entre os períodos estabelecidos, além disso, até 1871 encontramos apenas balanças e um fogão, já para o restante do período são acrescentadas as máquinas de massa e 3 fogões, indicando que itens mais especializados vão surgir mais ao fim do século XIX, tais como roupeiros e máquinas de costura.

Os viajantes que passaram pela região indicaram para nossas análises que não havia um padrão completo de que tipo de bens haviam nas casas. Se por um lado indivíduos possuíam aparelhos de jantar e chá completos, outros não tinham talheres em suas residências. Conde D'Eu, como já foi citado, vivenciou a estadia em uma destas residências extremadas para o requinte, na casa da senhora Cunha, onde após o concerto de piano que fez uma das filhas da referida senhora, o conde afirma que , “nada falta, nem mesmo um esplendido aparelho: vidros dourados e bela porcelanas de beira verde com o nome do falecido esposo da dona da casa escrito em letras de ouro” ([1865], 1981, p. 124), o que certamente pode ser considerado uma exceção pois tais aparelhos eram bastante caros e geralmente as pessoas adquiriam um item por vez e não todos em um conjunto. As pesquisas arqueológicas realizadas na região apontam também esta questão de variedade dos conjuntos. O que diferia consideravelmente dos bens da Senhora Cunha, que possuía o conjunto com as letras escritas em ouro, causando espanto ao Conde D'Eu, já que foi fato raro até aquele ponto da sua viagem pelo requinte e refinamento de tais bens. O comércio de bens era realizado em grande proporção por vendedores viajantes e estes vendiam itens em separado, então, uma família podia adquirir pratos variados entre padrões e materiais. Tal ato já considerava tais pessoas incluídas em um contexto mais amplo de consumo e comportamento. Já outros grupos buscavam manter um padrão em suas louças. Isso demonstra uma disparidade de recursos para compra deste tipo de objeto e também certo despreendimento em relação ao padrão das louças em que se servia a comida.

Isso pode ocorrer em razão do hábito da alimentação cotidiana e familiar no qual provavelmente não se comia nas louças compradas e sim em outros objetos, bem como na pouca existência de alguns deles como o garfo, que como afirmamos estava presente apenas em

faqueiros e não foi um item avaliado individualmente em nenhum dos inventários, possivelmente indicando que a dieta não exigia sua presença constantemente.

Ainda sobre os fogões e fogareiros e as máquinas (duas máquinas de massa) citados anteriormente, estes itens que não tinham sido avaliados anteriormente e demonstram as especializações das atividades e das possibilidades de novos hábitos constantemente elaborados pelo capitalismo que se inseria nos mais distantes locais. Mas também apontam para a valorização monetária de alguns bens anteriormente não avaliados como os fogões, pois imagina-se que fogões de pedra fossem comuns para cozimentos, o que ocorreu talvez foi a mudança no consumo de carnes assadas para outros pratos cozidos, valorizando este tipo de item.

Todos os elementos apresentados até o momento indicam que a partir da segunda metade do período analisado houve a entrada de itens antes não encontrados com tanta facilidade e disponibilidade, tais como as máquinas de costura, o carro (diligência) e o binóculo. Isto indica que apesar do Brasil se inserir no comércio de manufaturados de forma mais efetiva a partir de 1850, Alegrete se inseria neste processo com características relacionadas à sua realidade ainda muito rural, onde o centro urbano ainda pequeno, com as distâncias que dificultavam o envio de mercadorias para áreas mais afastadas e as poucas estradas gerais ligando as cidades da província. Como é sabido, as estradas eram uma preocupação da província por todo o século XIX, em razão, principalmente, de perceber que a província queria e precisava interligar suas cidades para trânsito de pessoas e informações e trânsito de mercadorias, como é perceptivo para Alegrete. As preocupações são evidentes nos Relatórios de Presidentes de Província e em seus resultados entregues pelos engenheiros responsáveis pelas obras de construção de estradas, como também aponta Elaine Abrahão (2008).

Na primeira metade do século XIX, as mercadorias europeias chegavam a São Paulo oriundas do Porto de Santos ou da região do Vale do Paraíba. O transporte era feito em comboios no lombo de mulas ou em carroças e demoravam de quinze a vinte dias nesses percursos. Com a instalação da malha ferroviária ocorreu uma revolução na cultura dos paulistas e em Campinas. Os trens possibilitaram a distribuição de produtos importados de grande volume, peso e dimensões, de forma mais rápida e segura para outras localidades, antes de difícil acesso. Os espaços quase vazios dos interiores das residências passaram a ser preenchidos com um mobiliário que surgia bastante adequado ao clima e ao modo de vida brasileiros (ABRAHÃO, 2008, p. 92).

Até o momento da nossa investigação foi possível compreender que Alegrete apesar de estar afastada de outras cidades grandes da segunda metade do século, conseguia se inserir no

mundo do consumo pós Revolução Industrial, ainda que com as limitações de uma cidade de porte médio para o período. Havia certa variedade de bens, porém não havia uma distribuição homogênea dos mesmos e sua quantidade era reduzida. Constatou-se a inserção de alguns bens na parte final do período estudado como itens de mobília (sofás, guarda-roupas), itens de cozinha como máquinas de massa e fogões e carros de diligência. Por fim, percebemos que estes elementos apontam para pequenas mudanças no último quartel do Oitocentos, tanto nas questões que envolveram o consumo de bens bem como o incentivo à imprensa, que de certa forma contribuía no contexto da aquisição de itens a partir dos anúncios de venda nos jornais locais, em especial o Gazeta de Alegrete.

3. CONSUMIR E MORAR: ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS, BENS DURÁVEIS E RESIDÊNCIAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa em relação aos grupos socioeconômicos e seus hábitos de consumo de acordo com os inventários *post mortem* pesquisados. Além disso, buscamos indicar elementos identificados nas fontes que se referiram às residências destes grupos pois, além de fazer um levantamento sobre as condições de moradia, também assumimos a importância material e simbólica das residências nos processos de distinção social. Intentamos ainda, abordar as diferenças entre tais grupos percebendo se haviam distinções evidentes entre eles e quais estas características, tentando por fim, perceber a relação entre os espaços rurais e urbanos, ponto mais difícil de ser abordado, já que mesmo a historiografia do período não define os contornos básicos de cada espaço, ficando a cargo de cada pesquisa e contexto organizar estes elementos.

Para que isso fosse possível, foram elaborados os seguintes caminhos da pesquisa: primeiramente, foram elencadas as referências bibliográficas essenciais para a compreensão do contexto, bem como do processo metodológico da pesquisa. Em um segundo momento, em conjunto à uma análise metodológica específica, se deu a apreciação dos dados obtidos a partir das fontes e que foram trabalhados de forma mais ampla no capítulo anterior. E por fim, identificamos a existência de diversas informações a respeito das residências em que viviam os alagretenses oitocentistas, isto implicou no interesse deste trabalho em também abordar aspectos gerais desta questão.

3.1 QUEM CONSOME O QUE?

Em relação ao aporte bibliográfico retomamos a *Introdução* deste trabalho, onde foram apresentados os autores principais que norteiam esta pesquisa, sendo neste momento necessário lembrar algumas questões a respeito. Algumas leituras como Carlos Mayo (2000), Laura Cabrejas (2000) e Alba Mariani (2007), as quais muito já se mencionou nesta dissertação, são peças fundamentais no trabalho de reconstruir as partes desconexas do passado, a diversidade de fontes e metodologia.

Ademais, as abordagens diferenciadas que estes autores apresentam são fruto também de uma transformação da compreensão da escrita e da pesquisa em História. Um dos processos pelo qual a ciência histórica passou a apontar estes novos rumos foi a partir da Escola dos

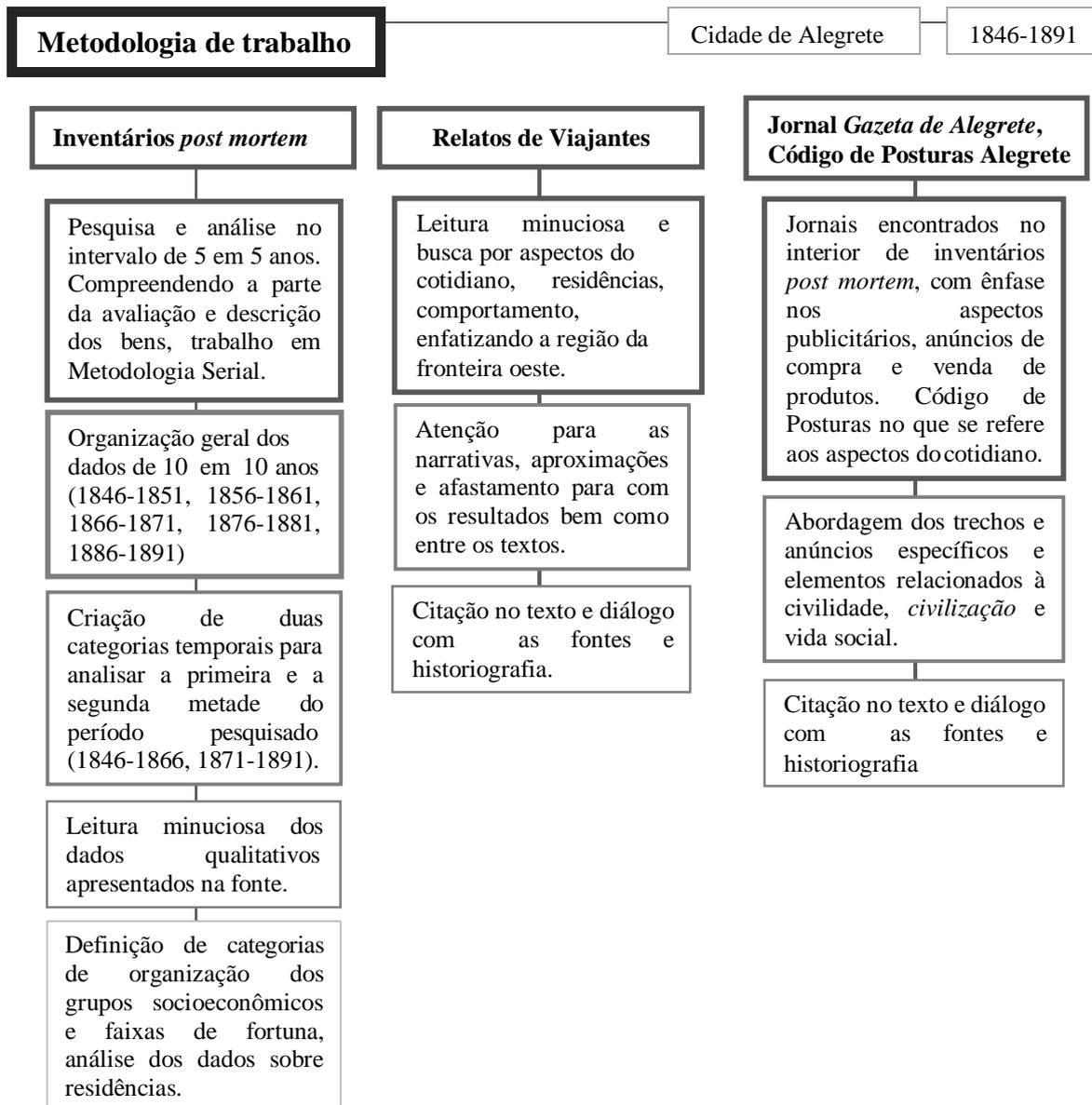
Annales como já é sabido na historiografia e que, esta mudança, apontada por Alba Mariani (2007) corrobora o caminho pelo qual este projeto se fundamenta.

Neste sentido, além da importância de uma nova abordagem para a História é preciso também rever os paradigmas internos ao tema de estudo. Um destes seria uma certa limitação no número de pesquisas que tenham como temática aspectos da cultura, com a especificidade para o consumo. Conforme a análise feita a partir da leitura da obra de Alba Mariani é possível avaliar as possibilidades e importância de estudos como este. A autora aponta ainda que a cultura material é essencial para a compreensão do mundo, já que “el conocimiento de la vida material permite comprender los vínculos tanto en espacio público como en el privado” (2007, p. 19). Ou seja, há uma gama de questões que podem ser investigadas colaborando para a tentativa de compreensão do passado e aqui, a região de Alegrete, na fronteira oeste do Império do Brasil. Ademais, não estudamos Alegrete, investigamos sim, a partir deste local, elementos que designados como históricos fazem parte de um passado que não acessamos mais diretamente, mas que pode contribuir para uma maior complexidade no entendimento de regiões afastadas dos grandes centros do século XIX, como é o caso da vila estudada por nós.

Sendo assim, neste subtítulo trataremos basicamente dos bens móveis arrolados em inventários *post mortem* de Alegrete em relação às atividades socioeconômicas dos inventariados, que perfaziam a vida cotidiana das pessoas apontadas na amostra e que podemos denominar genericamente de bens de consumo duráveis, já que se referem a itens como móveis, bens de cozinha, transporte, trabalho e outros vários que, conforme o período estudado tinham uma durabilidade que varia de média a longa (dependendo do material, uso e poder aquisitivo do indivíduo que a possui⁷³). A seguir, a Figura 4 apresenta os aspectos básicos da parte metodológica utilizada em todo o trabalho e que nortearam o trabalho deste capítulo.

⁷³ Pessoas mais abastadas possivelmente podiam adquirir novos bens com mais tranquilidade financeira, e assim o bem que antes passava gerações na casa da família era trocado ou descartado com mais facilidade. Porém, não podemos fazer mais do que suposições pois nossas fontes não puderam, conforme a metodologia e proposta, indicar mais a fundo questões como estas.

Figura 4: Organização de aspectos metodológicos do capítulo.



Fonte: Elaboração própria.

Elaboramos um banco de dados a partir da análise dos inventários *post mortem* no intervalo de 5 em 5 anos de acordo com o que foi apresentado no capítulo anterior, com os dados organizados em décadas e posteriormente em dois períodos, 1846-1866 e 1871-1891, buscamos seguir os elementos básicos para um trabalho baseado na metodologia da História Serial para os inventários, já que se adequava mais ao tipo de fonte e objetivos do trabalho. Outras abordagens foram utilizadas para outros documentos como Relatos de viajantes e o jornal, e aparecem ao logo da narrativa quando pensamos necessário.

Posteriormente, organizamos as Atividades Socioeconômicas (ASE). Para estabelecê-las buscamos nas referências lidas sobre a região, como Luís Augusto Farinatti (2010) e Graciela Garcia (2010) do ponto de vista da história agrária. Por sua vez, visando compreender o contexto ambiental da fronteira oeste incorporamos o trabalho de João Davi Minuzzi (2017), bem como outros tantos autores e autoras que orientaram esta contextualização. A partir disso e do processo reflexivo com as fontes desta pesquisa chegou-se aos seguintes resultados para os grupos socioeconômicos: espaço rural “*Fazendeiro*”, “*Grande criador*”, “*Médio criador*”, “*Pequeno criador*” e “*Rural SP*”. Já no espaço urbano, “*Comerciante*” e “*Urbano SP*”. Os elementos norteadores de cada categoria foram apresentados no Quadro 4. Comparando a historiografia a respeito deste tipo de organização social e econômica, verificou-se que Farinatti (2010) havia classificado diferentes posses de bens, incluindo as de rebanhos de animais em diferentes perspectivas, sobretudo em razão da importância central da pecuária na economia de Alegrete. Essa abordagem serviu como inspiração para definir as ASE’s indicadas acima, de forma que pudéssemos organizar os indivíduos desde os grupos menos favorecidos aos mais abastados. Complementamos assim os aspectos apresentados pelo autor citado anteriormente e podemos comparar alguns aspectos de forma a compor o panorama de praticamente todo o século XIX para a região de Alegrete.

Em cada categoria foram analisados tipos de bens separadamente (móveis, raiz e semoventes – animais e escravizados) e em conjunto, em seu contexto. Um ou outro indivíduo da amostra passou de uma categoria mais baixa para uma mais alta, porém isso não representou números expressivos, ocorreu apenas em casos em que era notável que o momento do falecimento e da realização do inventário não representava o contexto de vida daquela pessoa falecida e sua família⁷⁴. Este é um cuidado que temos sempre em mente ao trabalhar com este tipo de fonte. O inventário representa um momento da vida do inventariado e de sua família. Porém, ao tratarmos de uma temática como esta que envolve o consumo, o cotidiano e aspectos culturais em uma região fronteira do Império, fazemos esta ponderação a fim de, utilizando uma metodologia serial, possamos traçar um panorama daquela sociedade estudada, com vistas para futuramente expandir a pesquisa intercalando aspectos quantitativos e qualitativos. Até o momento, os inventários demonstraram um potencial significativo para tal temática e

⁷⁴ Como é o caso de Bento Manoel Ribeiro (1846)⁷⁴, o qual não tinha mais em seu inventário muito mais que 1.000 reses, isso se deveu à pagamento de dívida aos herdeiros do General Fructuoso Rivera na soma de 5.000 reses e que acabaram não constando na avaliação do inventário e sim em outras partes do mesmo, estes esclarecimento se baseia na pesquisa de Luís Augusto Farinatti (2010, p. XX) e culminou no acréscimo destas 5.000 reses ao somatório geral de animais do referido inventariado.

possibilitam que se possa acessar aspectos da vida privada não muito pesquisados com este tipo de documentação.

Este tipo de categorização das pessoas do passado é um processo complexo e intensamente reiterativo. Retomamos estas questões a todo momento da análise, procurando estabelecer os melhores parâmetros possíveis. A exemplo destas reflexões está a relação entre os espaços rurais e urbanos em Alegrete. Insistimos que não é possível separar totalmente esses âmbitos, já que estamos sempre relacionando um ao outro e também pelo fato de que o contexto era preponderantemente rural, estando o núcleo urbano muito integrado ao agrícola que o envolvia. No entanto, tomadas em conta essas ressalvas, consideramos que estabelecer os grupos “rurais” e “urbanos” é uma atividade que se apresenta operativa para a análise, pois o processo de pesquisa mostrou que existiam especificidades, ainda que leves, que diferenciam um e outro espaço.

Conforme metodologia corrente nos estudos de história social e econômica do mundo rural, foram elencadas as categorias dos grupos e suas respectivas características. Por exemplo, para enquadrar algum indivíduo como “urbano” se consideram as pessoas que possuem bens nas sedes das cidades não tendo bens rurais relevantes em seus inventários. Para os “rurais” há a posse de bens em zonas rurais, sem haver a posse de casas de empreendimentos em áreas urbanas. Em diversos casos é bastante clara esta diferença, em outros não. Há indivíduos que possuíam entre seus bens urbanos apenas terrenos ou casas (em suas mais diversas formas) na vila, conforme o documento indica, não tendo presença de animais e se houvessem, o era em pouca quantidade e poucas rezes de criar (balizas desta classificação). Nos casos em que os inventariados possuíam bens em ambos os espaços identificamos que seriam apenas referentes ao mundo rural, sendo o espaço urbano apenas para lazer, as atividades socioeconômicas eram ligadas à pecuária, talvez tendo como horizonte os novos conceitos de moradia tal como ocorreu em Pelotas onde a posse de casas na cidade demonstrava seu poder econômico e social. Mas mesmo assim, tais indivíduos ainda são predominantemente rurais.

Para a divisão interna dos grupos classificados como “Rurais”, a diferenciação principal advém da quantidade de gado bovino que os indivíduos possuíam. Isso ocorreu em função da já referida importância da pecuária bovina na economia de Alegrete (FARINATTI, 2010). A extensão desses rebanhos influencia na compreensão do que deve ser considerado um pequeno, médio ou grande criador, a qual se dá na grande quantidade destes animais e relação com outros bens como indicação de moradia em campos e/ou sesmarias como indica a fonte. Assim, aqueles que possuíam mais de 2.000 rezes de gado bovino foram classificados como “Fazendeiro”, abaixo desse número, entre 1.000 e 2.000 rezes considera-se “Grande Criador”.

Quando um indivíduo era listado em seu inventário como possuidor de 500 a 1.000 reses de gado bovino era considerado um “Médio Criador” e de 50 a 500 reses, um “Pequeno criador”. Os indivíduos listados com até 50 reses e possuindo ou não algum bem de raiz em espaço rural foi classificado como “Rural SI (sem identificação)”.

Na crítica a fonte, há a questão de uma grande maioria da população que não realizava o processo do inventário, em um esforço de cunho reflexivo pode-se imaginar a existência de uma grande massa de pessoas que viviam com pequenas quantidades de animais, ou uma variedade destes (cavalos, éguas, mulas, entre outros) e que não se pode alcançar a partir de tal fonte, como aqueles que não possuíam nenhum tipo de bem de produção, apenas seu trabalho. As possibilidades de estudar os grupos mais desfavorecidos ainda é uma questão complexa na pesquisa histórica devido à falta de fontes produzidas por tais pessoas, mas que não exime a possibilidade do cruzamento com outras fontes.

Voltando à metodologia de classificação dos grupos, temos os “Urbanos”. Estes também possuem suas especificidades de categorização. “Urbano SI (sem identificação)” é aquele que possui casa na sede da cidade ou outro tipo de bem relacionado e não possui bens rurais e instrumentos de trabalho em sua maioria⁷⁵, o que demonstra que os indivíduos que fazem parte de tal grupo não possuíam rendas ou ligação direta com o ambiente rural que fosse influenciar em suas atividades de ganho financeiro.

Na categoria de “Comerciante” se enquadram aqueles que não possuíam bens rurais de significância dentre os bens inventariados, além de possuírem ou não casa na sede da cidade e aparecerem em seus inventários mercadorias em quantidades apontáveis como fora do padrão dos demais, listas com mercadorias e listas de cobranças de dívidas. Destaca-se, ainda, que em alguns poucos casos, alguns comerciantes podem possuir riqueza suficiente para possuir tanto a sua atividade comercial e fazendas ou grandes extensões de terra, mas para ser classificado nesta categoria deve haver uma ligação essencial do indivíduo com a atividade comercial. Resta apontar que a denominação, quando ocorrer, das categorias de atividades socioeconômicas em forma masculina não exclui a presença das mulheres nas fontes, aliás elas representam quase metade dos inventários pesquisados e estão inclusive entre atividades como fazendeiras ou grandes criadoras. Como compreendemos o período estudado, entendemos as pessoas

⁷⁵ Os bens rurais podem ser elencados como casa, terras, partes de campo, algum estabelecimento rural que caracterize a residência do indivíduo em área rural, quando estes bens não aparecem, apesar da presença de alguns animais e a classificação de acordo com a metodologia estabelecida e apresentada durante o texto, o indivíduo é classificado como Urbano, pois não há como afirmar que ele viva em alguma propriedade rural seja como proprietário ou agregado, além da questão dos instrumentos de trabalho, e da possibilidade das relações familiares estarem presentes na constituição do inventário, a continuidade da pesquisa poderá corroborar ou refutar esta ideia com maior precisão metodológica e pela quantidade das fontes, que será ampliada.

estabeleciam laços com familiares e possuíam redes de relacionamentos, então quando pensamos no inventário devemos considerar isso como o conjunto familiar, que agregava homens e mulheres, mesmo que estas estivessem em posição menos privilegiada levando em consideração o contexto histórico.

A análise dos dados relacionados aos grupos produtores das fontes deu-se pela sua organização cronológica como apontado anteriormente, pelos grupos classificados e por sua interlocução com os tipos de bens. Isto a fim de perceber quais grupos adquiriam mais e que tipo de bem e qual a evolução (transformação) ao longo da segunda metade do século XIX destes itens adquiridos. Além disso, para conseguir organizar os grupos nos campos há um prévio levantamento a partir do conjunto dos bens de cada inventariado, em que consistiam os principais aspectos de suas fortunas, se em bens rurais ou urbanos, caros ou mais básicos.

No cruzamento dos dados muitos outros elementos serão apresentados. Por ora era necessário demonstrar como foram elencados os grupos e quais os motivos que levaram as conclusões estabelecidas, deixando o processo claro e objetivo. Destacamos que a organização dos grupos socioeconômicos foi desenvolvida a partir da leitura historiográfica de autores como Farinatti (2010), o qual já mencionamos anteriormente e por este ter estudado justamente a mesma região, porém em período anterior ao desta pesquisa. Indicamos ainda Vargas (2013a), principalmente em seu estudo sobre os charqueadores pelotenses no âmbito das suas preferências culturais e da organização socioeconômica. Além disso, também foram considerados os trabalhos de Claudia Martinez (2007) sobre Bonfim (Minas Gerais), relacionando riqueza e escravidão e Elaine Abrahão (2008) para Campinas (SP) no âmbito do estudo do cotidiano naquela cidade e sua relação com seus grupos mais abastados. Todos esses pesquisadores trabalharam com grupos de elite e hierarquia social de forma geral e nos proporcionaram a reflexão de qual seria a forma mais correta de procurar organizar as categorias que estão acima citadas.

Compreendemos que nossas escolhas possam em alguns momentos gerar questionamentos, principalmente quando pensamos que após a década de 1870 há uma mudança importante no acesso e disponibilidade de gado *vacum* e terras. Porém, considerando a realidade específica de uma região baseada na pecuária, grandes propriedades e concentração de recursos, as categorias aqui expostas são consideradas operativas para esta pesquisa no momento em que ela se encontra. Resta dizer ainda, que além das atividades socioeconômicas que foram estipuladas, buscamos também fazer análises por faixas de fortuna a partir dos valores finais dos inventários de cada indivíduo da amostra (indicadas de A à F) e que serão apresentadas a seguir e alguns pontos de ambas análises poderão ser relacionados e comparados.

As características de cada Faixa de fortuna estão apresentadas no quadro abaixo e nortearão as análises para este tipo de abordagem.

Tabela 4: Elementos compositores das faixas de fortuna em Alegrete (1846-1891)

Faixa	Característica da ASE por faixa de fortuna	Número inventários	%
A	Possui mais que 10.000 libras	2	2%
B	Possui de 5.000 a 9.999 libras	2	2%
C	Possui entre 2.000 a 4.999 libras	8	8%
D	Possui entre 1.000 e 1.999 libras	23	22%
E	Possui entre 200 e 999 libras	41	40%
F	Menos que 200 libras	27	26%
Totais		103	100%

Fonte: Elaboração própria.

Esta classificação foi elaborada para verificarmos se a sociedade alegretense era, bem como outras cidades do período, estratificada e tão desigual quanto o processo de construção da dissertação indicava quando pensada para além dos grupos socioeconômicos. Para isto, a leitura de Vargas (2013a) foi importante já que em sua pesquisa sobre os charqueadores pelotenses demonstrou a grande desigualdade econômica em Pelotas ao longo do século XIX. Quando pensamos em fazer isso para Alegrete, era também para perceber quais eram os grupos que mais se sobressaíam na segunda metade do XIX e procurar perceber que tipo de bens mais investia cada faixa de fortuna.

Para o quadro anterior temos algumas análises interessantes, percebe-se nas camadas superiores um número diminuto de inventários, como geralmente ocorre em análises como esta, apontado esta estratificação social. Contudo a presença de fazendeiros em outros estratos aponta talvez que estes indivíduos tivessem investido em um tipo de bem, geralmente de produção, acabando por limitar um pouco suas posses, dizemos isso pois entre os anos de 1871 1886 o valor da libra estava bem abaixo dos anteriores e mesmo posteriores, apontado que naquele

período houve certa recessão. Também sempre temos que considerar que os bens e posses arrolados nos inventários são o resultado de um processo de divisão dos mesmos que pode ocorrer antes do falecimento, então a posse de animais que regulamentou principalmente a classificação de indivíduos com atividades socioeconômicas mais abastadas representou um estado de propriedade que já tinha perdido certa proporção nas demais posses

Na Tabela 6 constam os somatórios dos tipos de bens em relação às faixas de fortuna, constando ainda a porcentagem dos bens de acordo com cada faixa. Foi possível perceber que, em um primeiro olhar as faixas superiores não tem tanta representatividade dentro dos valores totais dos bens somados, mas se considerarmos o número de inventários em cada faixa vemos que há uma significativa expressão e se somamos as três primeiras faixas isso fica bastante evidente. Os bens móveis ficam bastante expressivos na camada E, porém, esta mesma possui 69 inventários, estando aí explicada sua pouca expressividade média. Estes grupos têm em certa medida uma relação bastante evidente com o consumo de bens móveis, já que compreende principalmente as ASE's medianas rurais e boa presença das urbanas. Tal como os aspectos anteriormente citados em relação às atividades socioeconômicas e as tipologias de bens foi possível perceber que estes grupos adquiriam mais bens móveis do que os mais abastados em razão, no caso dos urbanos da vivência "urbana" e como ela modificou o cotidiano de quem viva neste espaço. Para os rurais médios seria a forma de inserção no mundo em transformação a partir da inserção de bens em geral bem como uma busca por aproximação dos grupos mais abastados. É mais plausível compreender que os bens móveis eram comuns e estavam presentes em todas as faixas, mas como é possível perceber de acordo com os percentuais, não eram em geral o que se investia mais pela característica econômica e cultural da região

Tabela 5: Somas dos bens nas faixas de fortuna em relação aos tipos de bens (libras)

Faixa de fortuna	Bens móveis	%	Bens Semoventes	%	Rezes	Escravizados	%	Bens Raiz	%	TOTAL	%
A	50,47	1%	5,55	0,000627	4.040	516,42	3%	20272,53	25%	20844,97	18%
B	542,52	12%	5,89	0,000665	7.880	952,00	5%	9570,05	12%	11070,46	10%
C	1229,35	28%	12,13	0,001371	0	3619,80	18%	20381,25	25%	25249,38	22%
D	1199,18	27%	3250,80	0,367336	16.587	8136,47	41%	19012,20	24%	31598,66	28%
E	936,65	21%	5091,64	0,575348	10.864	6408,28	32%	9886,66	12%	22323,23	20%
F	408,10	9%	483,66	0,054653	1.490	259,85	1%	1308,24	2%	2459,84	2%

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* (Alegrete, APERS, 1846-1891).

De forma geral, as primeiras três faixas são mais expressivas quando em conjunto, apontando que aqueles 12 indivíduos possuíam muito mais bens do que os 91 outros restantes da amostra. Abaixo elaboramos um quadro explicativo indicando as atividades socioeconômicas compositoras de cada faixa, tornando visível a presença de grupos abastados nas três primeiras faixas.

Quadro 2: Apresentação das atividades socioeconômicas presentes em cada faixa de fortuna de Alegrete (1846-1891)

Atividades socioeconômicas de cada faixa de fortuna

A	Fazendeiro,
B	Fazendeiro, Grande criador
C	Fazendeiro, Médio criador
D	Fazendeiro, Grande, Médio e Pequeno criador, Urbano SI
E	Urbano SI, Rural SI, Comerciante, Pequeno, Médio, Grande Criador, Urbano SI
F	Rural e Urbano SI, Pequeno Criador

Fonte: Elaboração própria.

A ASE que pode ser vista como exceção na faixa C é na verdade uma interessante análise a ser feita. Já que o indicado como médio criador é o inventariado Dr. Gonçalves Marques no ano de 1891 (ver apêndice D, onde constam os bens do inventariado), classificado assim pelos seus bens acordarem com as proposições para cada atividade socioeconômica (possuía a quantidade de reses e seus bens de raiz faziam referência a terras e moradia rural), porém foi possível visualizar em seu inventário uma lista interessante de bens. Além de possuir móveis de sala, alguns itens de decoração e itens de prata em seu inventário, o mesmo ainda tinha uma estante e uma grande diversidade de livros, os mais variados, como é possível visualizar no Apêndice B, indicando que este possuía outros interesses além da atividade rural na qual sua atividade socioeconômica foi estipulada. Infelizmente não sabemos mais detalhes da vida deste indivíduo, contudo, é possível pensar que ele exercesse outras funções ou que

tivesse algum interesse cotidiano em temas como direito e administração, de acordo com as obras arroladas em sua avaliação. Além disso, possuíam uma variedade de bens que indica sua busca em ter uma casa mobiliada de acordo com o que se usava no período, como os móveis de palhinha para a sala e itens para compor o ambiente.

Retomando a questão das atividades socioeconômicas daqueles que na segunda metade do século XIX foram inventariados em Alegrete, é possível perceber ainda que a faixa F é a aquela onde os indivíduos que a constituíram eram todos com poucos bens e poucas possibilidades de ganho financeiro, pois sendo estes Urbanos e Rurais SI não tinham muitas formas de melhorarem suas finanças dada a pouca quantidade de bens de produção em suas posses. Os Urbanos SI ainda eram os que investiam mais em bens móveis, mas isso provavelmente se deve ao tipo de atividade profissional que exerciam, talvez com serviços seja no espaço urbano ou mesmo no rural, de forma sazonal. E assim tendiam a adquirir bens que se adequassem às suas vivências cotidianas na Vila de Alegrete e possibilidades de consumo limitadas. Supomos que os rurais possuíssem animais em terras de outrem, morando como agregados ou arrendatários, pois em muitos casos não aparecem bens rurais, porém estas pessoas vivam em algum lugar, e, imaginamos que seja bastante difícil acessar estas informações, exigindo do pesquisador que se interessar pela temática bastante pesquisa documental. Consideramos que esta é a faixa mais desprivilegiada da amostra, mas nos faz pensar em quantos outros indivíduos também não tivessem condições de fazer seus inventários *post mortem* e como foi identificado na própria amostra geral, muitos declaravam não possuírem bens e conseqüentemente sua pobreza.

A fonte nos apresenta uma parcela do passado e sendo assim, é possível perceber que como na sua primeira metade, a segunda metade do oitocentos também demonstra a desigualdade social e econômica na região da fronteira oeste da província. Nas camadas D e E foi possível identificar toda sorte de grupos, sendo a E com maior diversidade de atividades socioeconômicas bem como a maior quantidade de inventários, demonstrando que a grande maioria da sociedade representada na amostra da pesquisa oscilava suas atividades, interagindo entre espaço urbano e rural. Bem como os comerciantes que acabaram estando presentes apenas na faixa E e não são de grande expressividade na amostra. Porém, isso não significa pouca importância na vida cultural e econômica alegretense. Um dos motivos que nos indicam isso é a presença constante dos caixeiros viajantes que foram essenciais para circulação de mercadorias as mais diversas em todo o Império brasileiro.

A exemplo disso, a autora Claudia Martinez (2007) aponta a presença destes indivíduos como comum na cidade de Bonfim, Minas gerais e afinar que a inserção “desse tipo de

negociantes no interior do Brasil foi fato. Percorriam as fazendas, vilas e cidades oferecendo tecidos finos, badulaques importados e joias aquelas famílias que podiam pagar por tais mercadorias” (2007, p. 147) o que demonstra que esta atividade socioeconômica era comum ao período. Conectando as famílias aos novos costumes advindos do exterior e possibilitando o contato com o mundo em transformação. Em Alegrete, para esta pesquisa que foi feita, percebemos a presença de comerciantes que possuíam algum espaço físico de comércio e que circulavam na região na venda e aquisição de produtos, mas é sabida a importância também de outros indivíduos que faziam o tipo de comércio apontado por Claudia Martinez. Estes dois tipos de atividade de comércio faziam com que se abrangesse duas esferas, a da vida urbana e do comércio em locais próprios a isso bem como do alcance de pessoas que não se deslocavam às vilas com frequência e conseqüentemente acabavam ficando desprivilegiadas da variedade do consumo.

Na fronteira oeste da Província este fato também era comum, muitas pesquisas arqueológicas encontram por vestígios metais e vidros (frascos de bebidas ou medicamentos) em locais bastante distantes das vilas, indicando que mesmo nas longínquas sedes das propriedades o consumo de itens como os citados era habitual. Esta presença não é algo que se pode descartar como objeto de pesquisa, porém neste ponto da pesquisa não temos como elaborar mais precisamente sobre estes indivíduos que faziam este comércio e sim, apreciar algumas aproximações historiográficas. Os resultados encontrados por Mariana Thompson Flores (2007) também apontam para a uma presença significativa deste tipo de atividade na fronteira oeste da província. Tanto as apreensões de pequenos ou grandes contrabandos indica a atividade comercial no interior da região fronteira do Império. A própria movimentação de fronteira indicava que havia uma interação entre os lados da fronteira e o contrabando estava sempre muito entranhado nas atividades comerciais e muito se parecia ao comércio lícito na região. Mariana Thomson Flores (2007) aponta ainda que as mercadorias que eram contrabandeadas não significavam produtos proibidos e sim contravenções ao pagamento dos impostos de importação e exportação, tornando a prática ainda mais difícil de ser rastreada pelo seu caráter semelhante ao comércio legal.

Nossa concepção de fronteira se alinha ao que foi pesquisado pela autora e também ao contato entre a região fronteira do império com as capitais platinas, já que Mariana Thompson Flores apresenta documentos oficiais municipais de Uruguiana confirmando que o contato entre estes espaços fronteiros era constante, onde circulavam na direção de Montevideu e Buenos Aires “carregamentos de erva, farinha, fumo, cachaça e algum couro” (2007, p. 63) e de lá vinham produtos manufaturados europeus que faziam seu “caminho até a fronteira” (p.

63), como tecidos, acessórios de vestuário, utensílios domésticos e outros produtos, que iam de itens “acessíveis, ou comuns, aos mais refinados” (p. 64).

Entre as mercadorias que entrava, a maior incidência de importação era, sem dúvida, de fazendas de todos os tipos: das mais baratas e comuns as mais refinadas e custosas. Os demais artigos como, utensílios (anelas, louças), bebidas, baralhos, chapéus, sapatos, cortes de roupas e objetos para senhoras como meias de seda e pregadores de cabelo. (THOMPSON FLORES, 2007 p. 64).

Mas para além da historiografia, podemos perceber a partir do uso de jornais a dinâmica do consumo e, ao investigarmos os anúncios de casas de comércio e compra e venda em geral, as quais se dividem naquelas onde há indicação de casas específicas ou compra e venda de itens de forma menos organizada. O jornal “A gazeta de Alegrete” que iniciou sua circulação na cidade em 1882 é uma fonte interessante para este tipo de questão. Apesar de começar a circular apenas no fim do período estudado consideramos bastante frutífera sua utilização como fonte, já que os jornais para estudo de anúncios de compra e venda e publicidade é bem reduzido e não obtivemos retorno significativos de pesquisas que tratem de tais temas. Contudo apresentamos os trechos a seguir, os quais apontam a venda de terras, demonstrando que a atividade comercial na região era bastante diversificada e sendo o jornal uma das formas de acesso ao consumo.

Na perspectiva da análise deste aspecto da pesquisa, foi possível perceber que os maiores investimentos dos indivíduos da amostra ocorriam em relação aos bens de raiz já que para a região e o período eram estas as opções que mais indicavam status econômico e social. E conforme aponta o antropólogo cultural Daniel Miller (2013) “objetos materiais são um cenário” e no caso de Alegrete o conceito de objeto material se estende das moradias e outras benfeitorias até as propriedades de campo em posse dos inventariados(as)⁷⁶. De acordo com esta noção, a composição do cenário alegretense a que esta pesquisa busca elaborar seu esboço demonstra o que era [provavelmente] comum, nos conscientizando do que é apropriado e inapropriado no contexto estudado. Consideramos assim, que o mais apropriado era o investimento em bens de longa duração, e apesar de considerarmos tal questão como de difícil compreensão, os indivíduos escravizados também podem ser considerados como *bens* importantes a serem adquiridos. E já que a sociedade escravista do século XIX tinha na posse de escravos o seu maior elemento de demonstração social, quando Miller diz que os objetos (no caso dos bens, os escravizados em Alegrete) “nos dizem que isso é um casamento, aquilo é uma

⁷⁶ Relembremos que o conceito de objeto de Daniel Miller (2013) não é limitado ao material, e sim abrangente sem tamanho ou forma, por isso cabe a sua utilização para tratar deste tema.

atividade impura. Mas funcionam de modo mais efetivo quando não olhamos para eles, quando apenas os aceitamos” (2013, p. 78) a presença da escravidão como elemento comum é um demonstrativo da questão escravista no período.

Não considerados, de forma geral, como pessoas, os negros trazidos da África ou mesmo traficados internamente no Império eram parte de um contexto de escravidão que colocava em risco mesmo aqueles e aquelas libertos, tornando essa marca invisibilizada um traço cultural que perdura até os dias atuais. Por isso, quando olhamos as faixas de fortuna e as atividades socioeconômicas dos indivíduos inventariados percebemos que a posse de escravos em Alegrete pode ser considerada elemento comum. Os grupos com suas diversas atividades socioeconômicas possuíam um ou mais escravizados em seu inventário. Na faixa E, da qual fazem parte uma grande diversidade de ASE's a presença da escravidão é evidente, pois apesar de as faixas A até C serem as mais abastadas não possuem a grande maioria dos escravos arrolados no período. 81% do montante total da amostra pertencem às faixas D, E e F. Ou seja, todos os elementos caracterizam uma sociedade bastante estratificada que buscava seguir alguns elementos básicos daquele contexto, geralmente regularizados pelos investimentos em bens de raiz (terras e benfeitorias) e semoventes (animais, principalmente reses e escravos).

Por fim, foi possível perceber que no que se refere aos bens móveis, os indivíduos da amostra demonstraram uma variedade de escolhas, cada atividade socioeconômica estabeleceu-se a partir de aspectos próprios. Os grupos urbanos investiram mais em bens móveis que o restante da amostra e os grupos mais abastados rurais procuraram investir em outros bens ao longo da vida como terras e animais, na busca por reiterarem suas posições e seguindo a lógica de uma região que tinha nestes dois a sua característica econômica mais evidente, além da posse de escravos que ocorreu em todo o período e em todas as ASE's categorizadas nesta pesquisa, desmontando a ideia de que não havia escravidão na fronteira oeste, ou que era mais branda, para isto basta averiguar a presença constante de indicações sobre escravos doentes ou com ferimentos, que erram arrolados nos inventários *post mortem* e que apontam para esta desmitificação historiográfica.

Para os grupos e suas atividades socioeconômicas buscamos fazer diferentes análises para perceber quais e se ocorreram transformações ao longo da segunda metade do século XIX. Pela historiografia é possível dizer que a segunda metade do oitocentos foi palco de transformações em diversos âmbitos. As novas noções culturais, ideias de vida em sociedade e um novo elemento, a expansão do consumo, fizeram deste período um campo fértil para pesquisas em diferentes áreas. Fernanda Tocchetto (2010) nos mostrou, a exemplo de Porto Alegre, as modificações na vida urbana privada e pública a partir da arqueologia histórica e

pesquisa documental escrita. Apontou algumas das modificações do espaço, sua ocupação e concepções destes ou mesmo, a partir das reformas nas residências e da iluminação nas ruas. Se na capital da Província estas foram algumas das mudanças, outras cidades viram alguns de seus aspectos culturais ganharem ou perderem elementos. Pelotas passou de um centro urbano de pouca expressividade para uma movimentada vida urbana cheia de novidades e um contato intenso com o mundo atlântico e a Europa, como demonstrou Jonas Vargas (2013a). Isso pode ser atestado tanto pela historiografia quanto pelas narrativas de viajantes que passaram pela citada cidade, apontando sua singular composição.

Se é possível verificar estas novidades ao longo da segunda metade do século na Província, em outras partes do Império também o foram identificáveis. Em Campinas, Elaine Abrahão (2008) demonstrou que a ferrovia inclui a cidade em um circuito de consumo e comércio muito ligado à Europa, transformando uma região de característica rural, fazendo desta um centro para comércio de bens diversos vindos do exterior. Assim, a partir da reconstrução de alguns traços do contexto no qual esta pesquisa está inserida, pudemos perceber formas diferentes de transformação das diversas regiões apontadas como exemplos, e assim pudemos perceber que cada uma desenvolveu aspectos diferentes e em conformidade com seus próprios contextos socioeconômicos e culturais anteriores.

A cidade de Alegrete ao ter se tornado espaço de pesquisa, na busca por compreender suas formas de consumo e elementos cotidianos, foi percebida desde o início como uma tela em branco, na qual as cores e texturas foram aos poucos se mostrando, tentando reconstruir algumas de suas partes. Sendo assim, não é possível impor as mesmas expectativas e proporções de regiões mais movimentadas e urbanizadas do período. Identificou-se, analisando as avaliações dos bens dos inventários que compõem a amostra (bens de raiz e suas localizações, escravos, bens móveis com os diferentes tipos de animais e os bens móveis e suas especificidades) que a sede de Alegrete era sim um espaço onde circulavam mercadorias, concepções de higiene (Códigos de Posturas) e informações. Mas estes elementos foram mais brandos se comparados aos locais anteriormente citados, já que a localização do município acabou por proporcionar maiores dificuldades em conectar os seus locais mais distantes e a ferrovia, que no caso campinense pesquisado por Elaine Abrahão (2010) modificou com propriedade a vida urbana daquela cidade, chegou à fronteira oeste apenas nos últimos anos do século XIX.

De acordo com isto, a compreensão das atividades socioeconômicas exercidas pelos indivíduos que compõem a amostra analisada foi um caminho encontrado para buscar estas transformações no consumo. Para isso, buscamos saber se, e quais as modificações pelas quais

passou Alegrete na segunda metade do oitocentos. Percebeu-se, que, de forma geral o grupo indicado como *Fazendeiro* na amostra perdeu expressividade para os bens móveis duráveis após o ano de 1861, em que não foram catalogados bens móveis nesta atividade socioeconômica. Imaginamos que pode ter ocorrido algum problema com a amostra para que isso ocorresse, já que apenas um inventário teve bens móveis avaliados. Porém de acordo com a proposta metodológica desta análise e dado o tempo não foi reformulada a abordagem da amostragem. Neste caso, ao que parece conforme as fontes, passaram a ter uma maior parte do valor de seu patrimônio alocada em outros tipos de bens como os de raiz. Isso, no entanto, se deu em razão de uma valorização extrema que o capital fundiário experimentou após a implementação de Lei de Terras, cuja promulgação se deu em 1850, mas cuja implementação se prolongou ao longo das décadas seguintes (Garcia, 2010). Não podemos confirmar nenhuma hipótese de forma mais decisiva, pois isso pode apenas ser um infortúnio dos anos de coleta das fontes e não fato comum.

Analisando os dados das décadas pesquisadas buscou-se verificar a relação ASE *versus* período e posteriormente ASE *versus* primeira e segunda metade do intervalo temporal pesquisado. Para isso os elementos básicos de cada atividade socioeconômica foram os indicados no quadro a seguir:

Quadro 4: Classificação das atividades sócio econômicas dos indivíduos inventariados (as) na amostra

ATIVIDADE SÓCIO ECONOMICA DOS(AS) INVENTARIADOS(AS)		
ESPAÇO	GRUPO	ESPECIFICAÇÕES
RURALS	FAZENDEIRO	Possuir mais de 2.000 rezes
	GRANDE CRIADOR	Possuir entre 1.000 e 2.000 rezes
	MÉDIO CRIADOR	Possuir entre 500 e 1.000 rezes
	PEQUENO CRIADOR	Possuir entre 50 e 500 rezes
	RURAL SI	Possuir até 50 rezes
URBANO ⁷⁷	COMERCIANTE	Possuir (ou não) imóveis rurais ou urbanos e itens em grande quantidade para comercialização. ⁷⁸
	URBANO SI ⁷⁹	Possuir muitos instrumentos de trabalho e equipamentos, ter imóvel na sede e não ter animais (reses). ⁸⁰

Fonte: Elaboração própria, a partir dos inventários *post mortem* (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 1846-1891).

Verificou-se que, para o caso de algumas categorias socioeconômicas, em algumas décadas não houve na amostra inventários ou estes não continham valores ou bens a serem avaliados, sendo assim estabelecendo-se lacunas que no momento desta pesquisa não serão possíveis de preencher de acordo com a metodologia de trabalho estabelecida de antemão. Porém, apesar disso, é possível identificar alguns aspectos interessantes. Em geral as ASE's medianas – *Médio criador*, *Pequeno criador* e *Urbano SI* – possuem os maiores montantes percentuais de bens móveis. Isso se deve ao fato de que os inventários pertencentes a ASE

⁷⁸ Podem possuir animais, mas sua ênfase financeira se refere à atividade comercial. Isto é avaliado de acordo com todos os bens e a proporção entre as três categorias, móveis, semoventes e raiz.

⁷⁹ A sigla SI se refere a itens que não foram possíveis identificar pela escrita borrada ou de difícil compreensão: sem identificação.

⁸⁰ Podem possuir ainda animais ou parte de campo, os critérios tentam ser organizativos, porém, não exigem interação ente rural e urbano dada a proximidade entre estas esferas no local e período estudados.

superiores apresentavam expressiva quantidade de bens de raiz, gado e escravos, o que diminuía a importância relativa dos bens móveis no conjunto de seus patrimônios.

Se considerarmos as ASE's indicadas anteriormente veremos que são os grupos intermediários os que aparentemente adquiriam diferentes tipos de bens, com também diferentes propósitos. Pensamos que os pequenos e médios criadores indicam uma certa mobilidade no período já que estes possuíam uma boa variedade de bens e englobavam todas as esferas indicadas nas fontes. Porém isso não significa que seu consumo era feito apenas em favor de seus desejos de consumo, e sim porque adquirir bens de produção como terras e animais não era algo disponível a todos, tornando os bens móveis um pouco mais acessíveis diante do contexto do período e ainda assim, com muitas ressalvas. Decorrente disso, está o interesse em fazer parte do círculo mais alto da sociedade no período e que poderia contribuir para alguns consumos domésticos como móveis e bens de cozinha. Para isso, cremos, buscavam investir em elementos que passaram a regular o mundo e a vida social a partir da segunda metade do século XIX, como afirmaram Alencastro (1997) e Vargas (2013a). O consumo como uma atividade cotidiana era uma novidade para os países colonizados e sendo assim, a possibilidade de aquisição de bens em geral indicava também a exposição do indivíduo perante seus pares e superiores. Podemos perceber para nossa análise certas similaridades com as conclusões de Norbert Elias (1994), quando este demonstra o ciclo de renovação das práticas civilizatórias, nas quais as classes mais altas buscam se diferenciar das que estão abaixo de si e por sua vez, estas buscam repetir ou imitar as de seus superiores.

Apontando isso, retomamos a questão dos Fazendeiros. Estes, como será possível visualizar na análise seguinte, das faixas de fortunas das quais estes são os indicados nas faixas mais afortunadas, buscavam investir em bens de raiz, principalmente terras, escravos e animais. Averiguamos que este grupo investia em todos os tipos de bens e apenas em dois casos não foram avaliados bens móveis (1876 e 1891), além de Senhorinha de Lima Bica⁸¹ em que foram declarados 1\$000.000 de réis em bens da casa, o que podemos considerar como irrisórios diante do todo dos bens arrolados. Para os escravos, esta faixa teve escravos arrolados até 1881, sendo avaliados em dois inventários (um fazendeiro⁸² e uma Rural SI⁸³).

É por estas questões que a leitura de autores da antropologia cultural e do consumo foi providencial para nos ajudar a pensar neste cenário e a entendê-lo. Os grupos mais abastados tendiam a adquirir bens de produção que potencializariam seus lucros, ainda que de modo

⁸¹ Auto 122, Maço 4, Estante 68, Ano 1886, Nome Senhorinha de Lima Bica (Dona), ASE Fazendeira.

⁸² Auto 465, Maço 36, Estante 11-65, Ano 1881, Nome Francisco Ortiz Telles, ASE Fazendeiro.

⁸³ Auto 474, Maço 36, Estante 11, Ano 1881, Nome Maria Candida de Abreu, ASE Rural SI.

menos evidente promovesse também a manutenção do seu *status* do contexto em que estavam inseridos. Assim, concordamos com a proposição do antropólogo Daniel Miller, quando este afirma que “agora está claro que, ao contrário, na cultura material estamos interessados também, e na mesma medida, em como as coisas fazem as pessoas” (2013 p. 66). Neste caso, com a diminuição da oferta de animais e do aumento do preço da terra para compra ao longo da segunda metade do século XIX (GARCIA, 2010), os que podiam se manter no topo das atividades socioeconômicas procuravam reiterar este tipo de consumo de investimento, ou seja, é o momento em que as pessoas mudam suas táticas de acordo com as “coisas” que as rodeavam. Para *Fazendeiros*, conforme a amostra, a prioridade para investimentos em bens de capital e produção, empregando-os nas suas atividades socioeconômicas a fim de obterem e multiplicarem suas rendas. Já os grupos rurais intermediários acabaram consumindo bens móveis pois estes estavam mais ao alcance de suas posses, na intenção de diversificar seus bens móveis, não lhes sendo possível acumular rendas a ponto de multiplicar seus patrimônios como faziam os mais abastados.

Ao buscarmos as porcentagens dos tipos de bens em cada ASE a fim de perceber a importância deste tipo de bem em cada grupo socioeconômico foi perceptível que os bens móveis não eram os mais custosos durante a vida dos inventariados, representando praticamente 3% do total de bens mesmo considerando a separação do período em duas partes (1846-1866 e 1871-1891), ou mesmo na apreciação ampla de todos os bens somados. Porém, ao separarmos as porcentagens para as atividades socioeconômicas, primeiramente nos períodos mencionados e finalmente no geral, percebemos que as análises gerais para um período de média a longa duração não são muito eficazes do ponto de vista de compreender o que realmente se pode extrair das fontes. Isto ocorreu nestas tentativas de averiguar os gastos dos indivíduos e por isso as comparações entre os dois períodos foram mais interessantes.

Verificamos que mesmo entre 1846 e 1866 ou mesmo 1871 e 1891 os bens móveis foram mais importantes no geral dos inventários para os grupos urbanos, Urbanos SI com 7% e Comerciantes com 6%, além daqueles classificados como Rurais SI, com também 6%, como é possível perceber na tabela a seguir, onde constam os percentuais de cada tipo de bem em relação às ASE's. Vale ressaltar aqui que os bens dos Comerciantes se referem aos itens de uso doméstico e não foram relacionadas ali as mercadorias: estas foram separadas na análise do consumo geral para que não causassem distorções. Incluir os produtos de comercialização deixaria a abordagem equivocada para vestuário (principalmente tecidos) e alimentos. A tabela a seguir é um esforço de perceber as mudanças de um período para o outro e entre os grupos e bens. As porcentagens foram obtidas em relação às atividades socioeconômicas e a quanto os

tipos de bens representaram dentro de cada amostra, podendo assim evidenciar os tipos de transformações que ocorreram. Como a inversão de investimentos de algumas ASE's, tais como Urbano SI, Rural SI e Grande criador, que corroboram a ideia de um maior investimento em bens de raiz mais ao fim do século XIX.

Tabela 6: Porcentagens das tipologias dos bens

<u>Ano</u>	1846-1866						1871-1891					
<u>ASE</u>	Bens Móveis	Animais	Escravos	Bens de Raiz	Mercadorias ⁸⁴	NP	Bens Móveis	Animais	Escravos	Bens de Raiz	Mercadorias	NP
<u>Urbano SI</u>	7%	1%	48%	44%	0%	5	13%	2%	23%	62%	0%	8
<u>Comerciante</u>	6%	0%	16%	53%	27%	2	4%	10%	10%	43%	40%	2
<u>Rural SI</u>	6%	25%	42%	27%	0%	6	2%	10%	18%	71%	0%	21
<u>Pequeno Criador</u>	2%			44%	0%	12	6%			52%	0%	12
		23%	30%					26%	17%			
<u>Médio Criador</u>	2%	68%	22%	8%	0%	8	4%	21%	8%	66%	0%	11
<u>Grande Criador</u>	3%	58%	21%	18%	0%	4	1%	32%	4%	63%	0%	4
<u>Fazendeiro</u>	3%	37%	12%	47%	0%	6	0%	31%	1%	67%	0%	3

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete/RS entre 1846 e 1891.

⁸⁴ As mercadorias dos Comerciantes serão analisadas no Capítulo 3.

Na tabela “7”, exposta acima, procuramos averiguar cada composição de cada atividade socioeconômica separadamente para avaliarmos como cada uma se comportou em relação aos bens⁸⁵. Ficou visível que nas ASE’s “urbanas” tiveram maior importância os bens móveis (que são nosso foco) nos dois períodos, além dos escravos que foram mais importantes para os Urbanos SI com 48% no primeiro período do que para Comerciantes com 22%, por sua vez que tiveram os bens de raiz como mais importantes, pois aí consideramos o poder aquisitivo e de reprodução de fortunas dos comerciantes em relação aos urbanos SI na posse de mais residências, por exemplo. No segundo, 1871-1891 percebemos uma mudança grande, já que diminuí a disponibilidade e se aproxima o fim do período escravista, os indivíduos escravizados não representaram o mesmo que anteriormente, passando os bens de raiz a passarem dos 60% das composições dos inventários.

Identificamos algumas transformações interessantes de um período para o outro. Em muitas ASE, houve transformação nos percentuais ou mesmo na estrutura dos patrimônios, muitos em função do fim da escravidão. Apenas os Rurais SI foram os que mantiveram a mesma estrutura nos dois períodos, o que pode indicar que para os mais empobrecidos do espaço rural as possibilidades permaneceram as mesmas, ocorrendo um decréscimo apenas na posse de escravos (42% para 18%) pelo motivo que já explicitamos e de bens móveis (6% para 2%), mas este ponto ainda pode ser relativizado por uma possível diminuição dos valores dos bens móveis em algumas tipologias, e pode ter influenciado no contexto geral. A mesma estrutura se repete em partes com a ASE Pequeno criador, com menos equilíbrio, porém ao contrário do que ocorreu com os bens móveis, em que há um aumento de 2% para 6% no segundo período.

Outras ASE’s como Médio criador e Grande criador tiveram mudanças significativas como diminuição da proporção de animais nos inventários e maior ainda de escravos, passando os bens de raiz a serem os mais importantes nos dois grupos passando de 8% em Médio e 18% em Grande entre 1846-1866 e 66% e 63% respectivamente entre 1871 e 1891, podemos dizer que isso se deveu pela diminuição da disponibilidade de animais no segundo e do aumento dos valores das terras em razão da política estabelecida pela Lei de Terras de 1850.

Estes elementos indicam as características socioeconômicas daquela sociedade com maior predominância do mundo rural, com seus aspectos básicos como bens semoventes e de raiz mais bem delineados para o espaço rural e menos evidentes nos grupos urbanos. Podemos assim perceber indícios mais contundentes de formação destes espaços que anteriormente não pudemos apresentar. De acordo com a amostra, os grupos urbanos representaram 17% do total

⁸⁵ Os esclarecimentos sobre a composição das atividades socioeconômicas urbanas estão no Apêndice E

de inventários pesquisados. Se compararmos este resultado com o estudo de Claudia Martinez podemos averiguar que ambos os números se aproximam, a autora encontrou uma proporção de 19% para o espaço urbano, e segundo ela podemos considerar um número razoável para a região do Bonfim em Minas Gerais. Sendo assim, os 17% (levando em consideração os comerciantes como indivíduos que circulavam nos dois espaços) dão indícios de uma vila movimentada e que já possuía traços de urbanidade. Os códigos de posturas demonstram isso, já que buscam regularizar a vida no centro urbano e nas outras vilas pertencentes a Alegrete no período. No documento das Posturas de Alegrete constam questões relativas aos mais diversos âmbitos da vida social, incluindo as estruturas das casas (portas, degraus e dejetos), circulação de pessoas livres e escravizadas e regulamentação de questões relativas ao comércio, além de outras variadas proibições e multas. Os trechos a seguir exemplificam estes nossos apontamentos:

Título 3º

Limpeza e despachamento de Praças, divagações de animaes ferozes e daninhos

34§ No recinto da Villa, não serão tolerados cães soltos, a exceção dos pperdigueiros, d'agua e dogues. Os fiscais mandarão matar todos os mais por conta das despesas da Camara e enterrar em lugar distante.

35§ Ninguem poderá ter porcos, soltos pelas ruas e Praças da Villa, sob pena de pagar o respectivo dono 4\$000 de multa pela primeira vez, seja qual for o numero deles., e 6\$000 por cada huma reincidência, e no caso de senão saber aquem pertença será apreendido pelo fiscal, e vendido em leilão, e recolhido o seu produto ao cofre da Camara.

Título 6ª

Casas de negócios e atravessadores

59§ Os donos, caixeiros, sócios ou administradores das tabernas, ou outros quaesquer casas publicas, em que se acharem reunidos ou parados quatro escravos de ambos os sexos, incorrerão na multa de 6\$000. [Transcrição de acordo com grafia da época] (Código de Posturas de Alegrete, 1848, Título 3º)

Conforme o que conseguimos averiguar a respeito das atividades socioeconômicas dos indivíduos pesquisados compreendemos que se ainda concebêssemos a ideia dicotômica que se estabeleceu sobre a fronteira oeste da província compreendendo-a como dividida entre apenas grandes donos de terras (os *Fazendeiros* e *Grandes criadores*) e peões (possivelmente *Rurais SI*) e com insignificante papel da escravidão, tantas destas e outras (inúmeras) perguntas feitas ao longo do trabalho de pesquisa não fossem colocadas em questão. Ao contrário, a análise foi possível porque adotamos uma grade classificatória mais complexa, como apontam os historiadores Graciela Garcia (2005) e Farinatti (2010) que pesquisaram a mesma região ao longo do século XIX. Muitas das hipóteses que não se pode comprovar são resultados do exercício constante de questionar o passado e, se concordamos com a proposição de Laura

Cabrejas, que há muito mais que couro e osso, isso pode também se confirmar para a região platina estudada. Tornando-se assim imprescindível questionar, pois assim como afirma Farinatti (2010), não estaremos limitando as análises ao longo da pesquisa. O autor afirma que

Ali, foi-se estruturando uma sociedade muito mais complexa do que costumam admitir algumas ideias-força da historiografia. A produção pecuária vicejou, aproveitando os estímulos mercantis para a produção bovina e de carne salgada, fornecidos pelas economias de agroexportação de outras regiões do Brasil. Apesar do indiscutível protagonismo dos grandes estancieiros, eles não eram os únicos a desempenharem essa atividade (2010 p. 27).

A questão apontada fica evidente quando verificamos as posses de animais nos inventários, acabando por formar uma diversa pirâmide socioeconômica onde médios e pequenos produtores eram personagens daquele período. Conforme nossas análises, é possível identificar algumas mudanças de um período para o outro. Como apontou Graciela Garcia (2010) para a metade final do século XIX, o gado passou a ser menos abundante e consequentemente aumentando seu valor e distribuição. Assim, é perceptível também nesta pesquisa que efetivamente há algumas semelhanças de resultados.

Percebemos que, talvez pela dificuldade em acessar outros bens como escravos ou terras, os grupos medianos acabavam adquirindo bens móveis que estivessem dentro de suas possibilidades de consumo, tornando sua composição patrimonial dividida entre os tipos de bens de forma mais uniforme, já que geralmente os bens de raiz e semoventes tomavam boa parte dos patrimônios.

Os comerciantes são um grupo que neste tipo de análise acabam ficando sempre subrepresentados. Não é o intuito aqui trabalhar os bens de consumo diário, que está a cargo do último capítulo desta dissertação e sim os bens móveis que faziam parte da vida dos indivíduos inventariados nesta amostra. Isso se deve a especificidade dos itens que os comerciantes vendiam e que aparecem nos documentos, ficando bastante difícil catalogar bens como móveis, itens de cozinha e de trabalho juntamente com alimentos e tecidos, que são bens que aparecem na maioria das vezes em grande quantidade nos inventários deste tipo de atividade socioeconômica. A análise destes itens juntamente com o restante sempre se apresentou como uma máscara, tendenciando os resultados dando a entender que estes tipos de produtos eram avaliados regularmente nos inventários em geral. Em razão disso, a escolha em analisar os bens de moradia dos comerciantes separadamente dos bens de venda.

Podemos visualizar os resultados na Tabela 08 para os grupos rurais e Tabela 09 para os grupos urbanos, a seguir e a partir dela algumas proposições.

Tabela 8: Rurais: Valores dos bens por tipologias de bens e comparativo entre 1846-1866 e 1871-1891. (libras)

ASE	Rural SI		Pequeno Criador		Médio Criador		Grande Criador		Fazendeiro	
	1846-1866	1871-1891	1846-1866	1871-1891	1846-1866	1871-1891	1846-1866	1871-1891	1846-1866	1871-1891
Tipologias dos bens										
Armamento	0,00	0,75	0	0,144	0	1,458	3,5904	0,0891	0	0
Educação	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0
Entretenimento	0,12	0,00	0,33	1,827	0	1,827	0	0	1,54	0
Beleza/Higiene/Saúde	0,00	0,09	0,715	0,4455	0	2,052	0,22	0	2,86	0
Iluminação	0,00	0,00	1,32	1,21725	0,319	0,252	0,3168	0	32,791	0
Instrumentos de Trabalho	9,02	2,90	50,16	5,62365	44,4224	4,1823	24,5652	2,088	309,397	0
Item de cozinha	4,78	0,87	11,66	6,255252	24,0812	8,44002	15,763	0,09	540,947	0
Jóias	0,00	0,34	110	5,238	0	0	14,96	0	99,22	0
Meio de Transporte	41,36	2,84	88	4,365	59,18	11,286	33	7,65	237,93	9
Móveis	3,96	2,59	22,03663	8,0235	23,5158	8,0721	26,0788	1,4814	207,449	0
Ornamentais	0,00	0,18	1,65	0,819	2,2	0,5436	1,1	0	0	0
Religiosidade	0,44	0,00	1,1	0,09	3,3	0	5,06	0	16,5	0
Uso Geral	0,00	0,01	1,87	0,00459	1,76	0,198	1,32	0,18	13,86	0

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete (1846 - 1891)

Tabela 9: Urbanos: Valores dos bens por tipologias de bens e comparativo entre 1846-1866 e 1871-1891. (libras)

ASE	Comerciante		Urbano SI	
	1846-1866	1871-1891	1846-1866	1871-1891
Tipologias dos bens				
Armamento	0,00	1,04	0,00	0,28
Educação	2,20	0,16	0,00	0,05
Entretenimento	2,20	0,00	0,00	0,00
Beleza/Higiene/Saúde	1,76	0,09	0,00	1,67
Iluminação	1,76	0,00	0,00	0,44
Instrumentos de Trabalho	0,17	3,08	67,37	6,58
Item de cozinha	6,55	0,82	33,35	5,10
Joias	3,52	0,88	31,21	0,00
Meio de Transporte	0,00	1,26	17,60	10,54
Mobília	50,05	1,97	31,72	5,75
Ornamentais	0,11	0,23	2,31	0,97
Religiosidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Uso Geral	2,20	0,00	3,85	0,15

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete (1846 - 1891)

A relação entre as atividades socioeconômicas e os bens móveis corroboram algumas das questões já apresentadas. Este tipo de bem não representava grande proporção no interior das avaliações, sendo os bens de raiz e semoventes os mais importantes dado o contexto histórico do local onde se está pesquisando. Começaremos a apreciação individual de cada ASE, iniciando pelas “urbanas”.

Para os Urbanos SI os bens móveis consistiram entre 1846 e 1866 apenas em 3 tipologias de bens, instrumento de trabalho, item de cozinha e mobília. Sendo assim, pouca variedade de bens, mas alguns itens básicos como cadeiras, baús, catres e mesmo um talher (sem especificação) de prata, demonstrando que mesmo diante da austeridade do contexto adquirir um bem de prata era o esforço comum. Foram avaliados diversos instrumentos de trabalho e isso aponta para a o exercício de serviços que pudessem promover algum ganho de dinheiro. Entre 1871 e 1891 há um aumento substancial dos bens móveis. Em relação aos apresentados anteriormente ocorreu um incremento grande nos valores e quantidades, além de uma maior variedade de itens de cozinha como açucareiros, outras colheres de prata e máquinas de massa. Isso aponta esta transformação de um período para o outro, e possivelmente em uma urbanidade

mais estabelecida que propiciou o exercício de trabalhos diversos e a consequente aquisição de bens móveis com mais ênfase.

Dos indivíduos classificados como Urbanos SI no primeiro período a variedade de bens não é muito grande entre as tipologias estabelecidas, mas identifica-se que algumas delas são bastante importantes no período como os instrumentos de trabalho, itens de cozinha e mobiliário. Aparece também um valor considerável na tipologia joias, e alguns bens para os meios de transporte. Podemos dizer que havia o básico nos tipos de bens. No período seguinte não há muitas transformações e pode ser uma das ASE que menos investiu em bens móveis no fim do século. Além dos itens iluminação e beleza/higiene/saúde, que tiveram um acréscimo no segundo período o que podemos avaliar é que tal ASE pode ter tido mais dificuldades neste âmbito e, apesar do ambiente urbano se mostrar mais diversificado quanto mais ao fim do Oitocentos, não foi em bens móveis que aqueles indivíduos investiram mais (apesar de sempre os bens móveis serem uma parcela pequena do montante final dos inventários, dadas as diferenças nos valores dos bens de produção e consumo).

Para finalizar, os Comerciantes, os bens móveis eram parte da vida cotidiana, porém a parte mais expressiva dos seus bens eram sempre as mercadorias, neste caso, onde selecionamos apenas os itens de uso pessoal e familiar, percebemos que no primeiro período da análise não encontramos tipologias de bens em que os Comerciantes se sobressaíssem e para o segundo período há um crescimento razoável, demonstrando este incremento de bens no seu dia a dia, como instrumento de trabalho e mobília, mas mesmo assim em comparação com o crescimento de outras atividades socioeconômicas, nesta categoria de bens estes indivíduos investiram moderadamente, talvez por estarem em contato com produtos o tempo todo usufruindo vez ou outra desta mobilidade.

Vale recordar que não devemos pressupor aspectos sobre a vida cotidiana dos comerciantes. Compreendemos sua atividade socioeconômica e isso possivelmente inseria estas pessoas em contextos diversos de cultura e sociabilidade. Mas, devemos compreender também que os itens avaliados nos inventários *post mortem* na amostra pesquisada cumpriam principalmente a parte burocrática após o falecimento de um dos cônjuges e sendo assim muitos bens ficavam de fora por serem considerados de pouco valor pelos avaliadores. A diversidade de bens explorados por estas pessoas em sua atividade de comércio conectou-as a outros indivíduos e isso não cabe no âmbito desta análise. E sim em relação às mercadorias em geral. Além disso, essa categoria envolvia pessoas que desempenhavam atividades comerciais de diferente vulto econômico.

Para a verificação dos dados referentes às ASE's rurais temos a Tabela 10, que se refere aos grupos categorizados em Rurais e serão apresentados nas próximas páginas. Iniciamos com os Rurais SI. Esta categoria socioeconômica demonstrou pouca diversidade de bens entre 1846 e 1866. Apenas algumas tipologias de bens aparecem arroladas e o montante final é bem pequeno. Já no restante do período do nosso estudo (1871-1891) há um aumento considerável na quantidade de tipologias e valores finais, demonstrando por um lado um maior investimento em bens móveis, como percebemos em análises anteriores, por outro lado talvez, um pouco mais de interesse nestes bens dado o contexto de maior popularização do consumo. Aparecem novas tipologias de bens como armamento e Higiene/Beleza/Saúde, além disso, outras como Instrumento de Trabalho, Item de Cozinha e Móvel se apresentam mais para o fim do século como maiores focos dos bens desta ASE.

Os indivíduos categorizados como *Pequenos Criadores*, acabaram apresentando características assimiladas aos *Rurais SI*. No primeiro período, foram arrolados bens em até certo ponto, de variadas tipologias, e dando ênfase no que se referiu aos Instrumentos de trabalho, Itens de cozinha e Móvel compuseram o quadro geral de bens que mais predominaram nesta ASE. Há um inventário que arrola 1:000\$000 em ouro, mas uma análise deste bem isoladamente não beneficia nossa abordagem. Consideramos que alguns investimentos como este sejam de cunho mais atípico e não se refiram ao todo da sociedade no período. Entre 1871 e 1891, ocorreu uma mudança considerável bem como foi para a ASE anteriormente mencionada. Como já havíamos mencionado anteriormente, a ideia de um horizonte no qual os indivíduos se espelham e buscam as mesmas referências é um aspecto importante no Brasil desde o período Colonial. Katia Mattoso (1997), quando aborda a questão da opulência na Bahia, aponta elementos que norteavam as elites a sempre reiterarem seu poder simbólico ou efetivo. Desta forma, os indivíduos que buscando investir em mais bens para suas casas, para si próprios no uso privado ou social apresentam esta busca por aproximação de grupos menos favorecidos daqueles que em uma sociedade muito hierarquizada estão acima deles. Somando a isso, a nova relação das pessoas com o consumo no Brasil oitocentista pode ter influenciado este incremento de bens diversos. Verifiquemos então as demais categorias para compararmos também estes aspectos.

Os Médios Criadores se apresentaram com grandes mudanças de um período de análise para o outro. Entre 1846 e 1866 percebemos uma reduzida variedade de bens móveis, mas isso como já foi dito, não era uma exclusividade desta ASE e sim do local e período pesquisados. Instrumentos de trabalho, itens de cozinha, meios de transporte e móveis faziam as vezes dos bens mais importantes entre os inventariados. A partir de 1871 até 1891 este quadro se

transforma. Entram em cena outras tipologias de bens como entretenimento, armamento, beleza/higiene/saúde e ornamentais. Estes bens são a exposição da mudança no consumo ao longo da segunda metade do oitocentos e indicam alguns interesses que foram sendo incorporados ao cotidiano e que, de acordo com esta pesquisa, são grupos médios que apresentam maiores modificações quando comparamos os períodos estudados. Esta ASE modificou-se bastante, se analisarmos a Tabela 06, percebemos que após 1871 o investimento em bens móveis passou de 2% para 4% da amostra e que os indivíduos que compuseram esta atividade socioeconômica possuíam bens de raiz que passaram a valer mais já que o contexto do gado e da posse de escravos já não era o mais favorável. Isso pode indicar uma certa compreensão da ideia de civilização, comportamento e vida social que vinha se delineando no Brasil Império.

Quando chegamos aos mais abastados indivíduos da nossa amostra e percebemos que há algumas diferenças se pensarmos no contexto de elite ao qual estamos acostumados. Quando Norbert Elias apresenta sua concepção de civilização e processo civilizador, aponta que os grupos mais abastados buscavam reiterar sua posição por mecanismos como vida social, aparência e comportamento (ELIAS, 1994). Aqui percebemos que os elementos que apontam para as relações entre grupos podem adquirir contornos diversos. Como não concebemos uma ideia evolucionista, buscamos pensar que os indivíduos que compuseram cada ASE tinham aspectos norteadores que lhes indicavam quais as características que eram básicas em sua sociedade (a característica rural, a inclinação a pecuária e a fundamental ligação com a posse de terras), não estando cada ASE “evoluindo” para aquela que lhe era superior e sim a busca da incorporação de algumas características de grupos superiores aos seus. Vimos em análises anteriores a presença maior do consumo de bens móveis em grupos intermediários e mesmo urbanos, que na impossibilidade de aquisição de bens de produção, quando possível acabavam consumindo bens de consumo domésticos e duráveis. Mas os grupos mais abastados desta amostra reiteravam suas posições não por meio dos bens móveis e sim na posse de terras e animais que os demais buscaram reproduzir, como forma de manutenção no conjunto dos mais bem vistos daquela sociedade.

Ao analisar os Grandes Criadores sobre seus bens móveis para verificarmos que no período de 1846 a 1866 a variedade de bens era mediana do ponto de vista da ASE e do montante geral, entretanto compreendeu 11 das 13 categorias de tipologias de bens. Algumas de destacaram como Instrumentos de trabalho, a qual já percebemos como comum no cotidiano do período e perfazem todas as ASE's rurais, como já identificamos anteriormente. Outras tipologias de bens foram Item de cozinha, meio de transporte e mobília, podemos dizer que

estes foram os quatro pontos mais fortes nos investimentos dos grupos pois perfaziam os elementos mais básicos da vida cotidiana. Ainda encontramos um valor razoável para Joias que entre 1871 e 1891 não aparece mais. Além disso, neste período percebemos uma restrição nos bens, apenas pautados em 6 das 13 categorias de bens móveis. Algum armamento e bens de Uso geral fazem parte dos bens de menor expressividade. Os meios de transporte tiveram aumento de valor total bastante evidente, mas as outras categorias não cresceram ou diminuiram na soma final. Já quando comparamos com o investimento em terras, visualizamos de acordo com a Tabela 06, que este tipo de montante passou de 18% do total para 63% e representa talvez este interesse maior. Como aconteceu também com os Fazendeiros.

Os indivíduos categorizados como Fazendeiros mudaram, juntamente com a ASE anterior o contorno dos grupos anteriores, que vinham investindo um pouco mais em bens móveis mais ao fim do século XIX. Já esta, teve grandes valores para a análise entre 1846 e 1866, chegando a somar valores exorbitantes se comparados aos demais grupos. Os quatro tipos de bens móveis que sempre se sobressaem não foram diferentes para esta ASE, mas os valores ultrapassaram o conto de réis e apontaram o poder aquisitivo daqueles indivíduos. Mas entre 1871 e 1891, há apenas um inventário que aponta bens móveis e no valor de 1:000\$000 na tipologia Meios de transporte. Os inventariados desta ASE neste período, aparentemente não possuíam bens a serem inventariados pelos avaliadores ao menos não constando na parte da avaliação dos bens, mas tinham um investimento em animas, escravos e bens de raiz, principalmente terras (67%), como é possível verificar na Tabela 1. Os grupos mais abastados investiram mais em bens que poderiam mantê-los no topo da pirâmide social, e ao que indica na fonte não possuíam bens muito sofisticados ou na avaliação não foram arrolados, o que é menos provável. Talvez a dedicação ao mundo rural e da pecuária que rendeu a partir de 1850 um pouco mais do que em relação ao período anterior, com o crescimento das charqueadas tenha feito com que estas pessoas focassem seu consumo muito mais em bens duradouros que os reiterassem nos grupos mais ricos, a partir dos bens de produção.

Os aspectos até agora apresentados demonstram uma variedade de características que constituíram a sociedade alegretense na segunda metade do século XIX e seus consumos diversos. A ideia de que os grupos mais abastados consumiam mais bens de uso cotidiano e doméstico para diferenciar-se dos demais, como ocorrera na Europa Moderna não se configura como elemento desta análise. Na fronteira oeste, até onde demonstram nossas fontes, as escolhas sobre o consumo assumiam formas diferentes de acordo com as necessidades de cada grupo, mesclando o que era já básico na vida dos inventariados com influências vindas de outras cidades maiores ou mesmo de além mar.

Na Tabela 3, a seguir é possível perceber a transformação de um período para o outro e as taxas de crescimento e em alguns casos, o decréscimo dos bens móveis quando comparados os intervalos de tempo de 1846 a 1866 e 1871 a 1891. Esta tabela contribui para as análises anteriores de forma a explicitar os aspectos de crescimento que indicamos para algumas ASE's e decréscimo de outras, como os Urbanos SI e Fazendeiros e mesmo no caso dos Grandes criadores em que o crescimento foi de apenas 9% no fim do século XIX. Os Urbanos SI tiveram o maior crescimento dentre todas as atividades socioeconômicas, sendo seguida pelos Médio criadores e Rurais SI. Isso já corrobora o que apresentamos ao longo das páginas anteriores.

Tabela 10: Taxa de crescimento do consumo de bens móveis, comparativo entre períodos.

	ASE	1846-1866	1871-1891	Taxa Crescimento
Médias e taxa de crescimento	Urbano SI	37.826,20	45.587,23	121%
	Comerciante	45.453,00	67.225,00	148%
	Rural SI	13.581,40	5.460,00	40%
	Pequeno Criador	23.218,10	53.473,30	230%
	Médio	19.902,40	58.777,40	295%
	Grande	34.645,20	32.986,00	95%
	Fazendeiro	225.705,00	25.667,00	11%

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete (1846 - 1891).

No início do processo de pesquisa não sabíamos exatamente o que iríamos encontrar. Talvez os bens móveis pudessem representar menos ainda e com menos variedades, ou pelo contrário, tivéssemos muitas disparidades entre os grupos classificados nas atividades socioeconômicas. Mas nem uma hipótese nem outra se concretizou. Percebemos primeiro que não seria possível analisar qualquer processo histórico se não deixássemos a concepção de não civilização da região de lado. Procuramos a partir das bibliografias platinas e da antropologia elaborar um olhar que podemos denominar de “autêntico” para nosso objeto de pesquisa.

Assim, deixamos os dados se apresentarem aos poucos, e a partir dos exercícios metodológicos percebemos que cada região tem suas características fundamentais e que mesmo com um mundo cada dia mais capitalista e com mais oferta de bens, alguns elementos culturais se mantiveram, como os arreios e itens de montaria ou o chimarrão (mate) e também seus utensílios e, muitas vezes estes mesmo sendo caros ou exigindo uma organização nos recursos,

sempre tinham espaço no contexto do consumo. Percebemos por outro lado, que muitos bens novos foram se inserindo no cotidiano dos inventariados e apesar da diferença substancial de posses entre grupos urbanos e rurais e por sua vez de grandes proprietários e aqueles que tinham poucas possibilidades de reprodução de fortuna, quando se refere ao consumo de bens móveis não é possível identificar grandes disparidades. Temos uma região de fronteira em que o consumo em razão da atividade socioeconômica dos indivíduos não necessariamente os dividia entre grandes ou pequenos consumidores. As tipologias “Item de cozinha”, “Instrumentos de trabalho”, “Mobília” e “Meios de transporte” foram as mais presentes em todas as ASE’s e a partir daí é possível (a partir do capítulo anterior) visualizar os bens que faziam a composição dos espaços e residências. E por fim, apesar desta certa regularidade entre ASE e tipos de bens, é visível que os grupos mais pobres tinham mais dificuldades em acessar qualquer tipo de bem, seja de consumo ou produção, sendo os urbanos menos pobres do que os rurais.

2.2 A CASA

Dentre as discussões possíveis surgidas ao longo do trabalho, está a questão da casa como um aspecto que deveria ser abordado, mesmo que não fosse o tema central da pesquisa. O trecho da historiadora Elaine Abrahão (2008) citado a seguir pode resumir o motivo pelo qual decidimos investigar as questões que se referem às casas em Alegrete, na segunda metade do século XIX, ainda que este não seja o tema central do nosso estudo.

A casa desvenda, antes de mais nada, as manifestações cotidianas, os costumes de seus residentes, sejam eles unidos por laços de parentesco ou por outras formas de vínculo, onde cada um cumpre um papel definido segundo o seu sexo, idade ou hierarquia no quadro da estrutura familiar e social. Nas residências as pessoas descansam, comem, nascem, morrem e guardam objetos que compõe o palco cotidiano de todas essas cenas da vida privada e das aprendizagens mais pessoais. (ABRAHÃO, 2008, p. 74)

A seguir serão elencadas algumas proposições a respeito das residências indicadas nos inventários *post mortem* de Alegrete em seus diversos aspectos como estrutura, localização, tamanhos entre outros elementos menos corriqueiros, porém não menos interessantes. Além de trabalhar ideias das obras referência que colaboram para o estudo do consumo.

Ao buscarmos as obras platinas de Alba Mariani (2008) sobre cultura material nas capitais platinas (Montevideu e Buenos Aires) na segunda metade do século XIX, bem como

outros autores já apresentados anteriormente, podemos nos aproximar de alguns pontos mais gerais e que podem ser identificados ao longo desta pesquisa, característico de uma especificidade fronteiriça. Um deles é um padrão que abrangia diversas habitações e que possuía certa paridade de materiais e estruturas. Mariani ressalta que na região do Rio da Prata haviam três tipos de habitações que ela categorizou como militares, civis e religiosas. Em razão de nosso enfoque trataremos das residências civis e não abordaremos as outras. As casas eram realmente feitas de materiais mais simples, apesar de ao longo do século XIX terem-se provido de melhores materiais. Autores platinos salientam que as madeiras foram as mais utilizadas, resultando em construções com melhor qualidade, mas isso não exclui o uso do barro e da palha para construção das casas comumente denominadas “ranchos”. Por sua vez, no lado brasileiro fronteira a disponibilidade de madeira era bem pequena (Minuzzi, 2017, p. 44). Conforme este autor, baseando-se nos relatos de viajantes que percorreram o Pampa, a obtenção de madeira se dava pela aquisição em cidades perto de rios ou outras províncias, o que era bastante cansativo, demorado e pouco prático para as necessidades mais corriqueiras das pessoas.

Abaixo temos um quadro que demonstra as quantidades de residências com as categorias alocadas na coluna da esquerda e as informações na parte central. Em 103 processos são identificadas casas e em 84 destes estão indicadas informações a respeito destas moradias como tamanho, tipo de material das paredes e teto, se possuíam janelas ou portas e outras informações que foram retiradas dos inventários estudados e quantificadas de acordo com os dados a seguir. Então, o total apontado na coluna da direita se refere aos processos que, como já foi dito, possuem informações adicionais. Buscar compreender esta questão nos coloca diante de outras modalidades de análise do consumo, se há alguma caracterização específica ou se as moradias se transformam, além disso a partir desta busca podemos entender melhor o cotidiano na segunda metade do século XIX e, por fim possibilitam relacionar as casas, os móveis e utensílios com as pessoas que nelas viveram.

Ademais, como entendemos por *coisa* tudo aquilo que permeia a vida cotidiana, e neste caso a dos alegretenses, mesmo se relacionada a materialidade em maior escala como as residências, não podemos descartá-las da análise aqui pretendida. Mesmo outros autores platinos muito utilizados nesta pesquisa, como Laura Cabrejas (2000), aponta as residências como um aporte interessante para a compreensão mais ampla da vida cotidiana, mesmo quando nossas informações não são mais detalhadas ou em maior quantidade.

Isso não quer dizer, porém que o interesse por perseguir estes rastros diminua, pelo contrário, torna a análise minuciosa de cada aspecto encontrado mais importante quando pensado em um todo. Do mesmo modo é interessante atentarmos para as informações contidas

nos inventários *post mortem* e que dizem respeito às residências dos alegretenses na segunda metade do século XIX. Não existe um padrão das informações que devem ser colocadas na avaliação dos bens dos/as falecidos/as, o comum é a indicação do bem seja ele de qual categoria for (móveis, semoventes e de raiz) sem muitas outras características. Mas, algumas vezes os escrivães acabavam dando mais elementos do que o usual e possibilitam análises como esta que estamos buscando fazer agora. A seguir pretendemos explorar cada ponto relacionado às moradias buscando relacioná-los com outras fontes (jornais e relatos de viajantes) e a historiografia pertinente.

Quadro 3: Relação de categorias em residências de Alegrete na segunda metade do século XIX por inventários

<i>Categoria</i>	<i>Característica da residência</i>	<i>Total</i>
<i>Tamanho</i>	até 50 palmos	9
	de 50 a 90 palmos	3
	a partir de 90 palmos	3
<i>Teto</i>	Telha	31
	Palha	8
<i>Paredes</i>	Paredes de pedra	21
	Paredes de material	16
	Paredes de barro	6
<i>Tipos</i>	Casas tipo meia água	6
	Casas de pau a pique	6
<i>Benfeitorias</i>	Casas assoalhadas	10
	Forrada	9
	Janelas de vidro:	4
	Laranjais:	8
	Porta	2
	Cômodos:	1
	Atafona	3
	Forno	2
	Galpão	4
	Cozinha separada	1
	Arvoredo	6
	Currais, mangueiras	9
	Mangueira	9

Fonte: Inventários *post mortem* de Alegrete – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1846-1891, 84 inventários).

Nos inventários *post mortem* pesquisados foi possível visualizar uma certa variedade de materiais e tipos de casas dentro daquilo que já era indicado a respeito da região. Isso pode significar que os indivíduos não foram submetidos à uma nova ordem do consumo europeizado sem reação, adquiriam uma diversidade de itens que passam por alimentação, itens de cozinha e para a casa entre outros. Entretanto, utilizaram-se de suas próprias compreensões de mundo, entre o belo e o necessário inteirando elementos novos e tradicionais na construção de suas residências. Isto é, agregando e descartando o que era importante consumir de acordo com os valores simbólicos de cada agente social bem como suas possibilidades de aquisição. E, levando em consideração a interação que ocorre entre os indivíduos e seus objetos (incluindo suas casas) relacionada aos aspectos culturais, percebemos elementos essenciais nesta abordagem que pretendemos elaborar, corroborados pelas proposições de Grant McCracken (1982) a respeito da importância da análise do consumo relacionada à cultura. Ao mesmo tempo, como mencionamos, o interesse maior dos indivíduos e que lhes atribuía valor e status se dava pela aquisição de terras, animais, escravos e benfeitorias, como as residências. Porém estas, ao que parece, não receberam grandes modificações na segunda metade do oitocentos e, para além disso, a metodologia e objetivos desta pesquisa não permitiram que se conseguissem informações mais minuciosas.

Foi possível perceber nos inventários que os tetos de telhas eram os mais comuns pois representam 79% das indicações a respeito das coberturas das casas, sendo o de palha 8 das residências no período da pesquisa. Isso se conecta ao nosso capítulo anterior, onde é possível perceber que a quantidade de telhas e tijolos eram comuns em um inventário de 1861 e aparecem novamente em 1891 em outros dois inventários, de Moisés Rodrigues de Almeida, Pequeno Criador e João Gilberto Cabral, Urbano SI (este ainda possuía outros bens de construção e confecção de telhas e tijolos, podendo indicar sua atividade socioeconômica principal).

É preciso ter em conta a limitação da amostra a respeito dos materiais que cobriam as casas, pois dos 103 inventários, 31 inventários representaram 33% por cento do total de residências que aparecem nos documentos. Mas, para além disso, esta indicação das telhas como uma presença importante faz com que pensemos nas transformações ocorridas ao longo da segunda metade do século XIX. Assim, retomamos a premissa de que os inventários apenas abarcam uma parte da sociedade e, mais ainda, aquela parte que possuía bens a serem avaliados, temos que pensar que talvez a existência de casas com paredes de barro e palha fosse maior até mesmo em relação às telhas, porém estas informações não nos foram possíveis acessar até o momento.

O mesmo ocorre em relação às paredes. Há indicações de 6 moradias que misturavam barro e pedra em suas construções, todas estão no terceiro quarto do século XIX entre 1856 e 1866. Isso não quer dizer que este tipo de construção não mais existia, e sim que isso se deve ao já referido caráter lacunar dessas informações nos documentos consultados. Além disto, estes indivíduos foram categorizados como fazendeiros e apenas um como pequeno criador, com a casa de menor valor do conjunto analisado, demonstrando que para este tipo de combinação de material não havia um padrão de atividades socioeconômicas.

Diferentemente do que parece acontecer em outras cidades platinas, quando comparamos com obras de Laura Cabrejas (2000) e Alba Mariani (2008), por exemplo, casas de madeira são inexistentes na nossa documentação e talvez tivessem bem pouca expressividade real, o que se encontram são alguns currais de madeira, apenas. Já as paredes de pedra são bastante comuns na região de Alegrete e, conforme os inventários, somam boa parte das informações relacionadas a esta categoria. Este tipo de construção foi encontrado em todo o período estudado, o que talvez se refira à própria longevidade para as residências. Pois, cremos que pouco a pouco novas residências com paredes de material/tijolos foram sendo construídas, o que nos faz lembrar do capítulo anterior onde em alguns inventários foram encontradas telhas citadas a pouco, também tijolos. Significando, possivelmente, que havia uma produção destes itens na região a fim de suprir as demandas. As paredes de material aparecem pela primeira vez no ano de 1866 e perpassam todo o período estudado, já as de pedra tem sua maior predominância na primeira parte do período entre 1846 e 1856.

Em relação às estruturas das moradias, há na região do Prata, a modificação ao longo do século XIX, na qual os materiais eram de melhor qualidade, porém não identificamos pelas fontes expressivas mudanças que tornassem a análise diferenciada nos anos iniciais e finais da pesquisa. É perceptível a transformação geral do espaço público, principalmente o urbano, com a organização das ruas, praças, salubridade e iluminação. No Código de Posturas de 1848 aparecem algumas indicações sobre isso, nos artigos que se referem ao asseio da vila e aspectos da estrutura das residências como indicamos a seguir e que abordam desde o uso das ruas, limpeza das entradas das casas e circulação de animais no centro da vila. Ainda há outros códigos que proíbem a manutenção de animais como porcos, vivendo nas propriedades da sede do município.

Titulo 3º

Limpeza e despachamento de Praças, divagações de animaes ferozes e daninhos.

27§ Os moradores das villas e Povoações do termo serão obrigados a ter limpos os teltados de suas casas até o meio da Rua, sob pena de pagarem a multa de 2\$000 por

cada huma transgreção.

28§ Os moradores dos largos e Praças da Villa e povoações do termo, são obrigados a considerar limpas suas testadas, ou frente de suas casas quarenta palmos para o centro das mesmas praças e largos, sob as penas do paragrafo antecedente.

29§ Ninguém poderá depositar nas Ruas, Praças ou estradas lixos, aguas, animaes ou aves mortas, nem qualquer outro objeto imundo, sob pena de pagar a multa de 2\$000. Os donos dos animaes que morrerem nas ruas, Praças ou estradas, assim como os moradores em cujas testadas forem encontrados, incorrerão cumulativamente na mesma pena se as não mandarem enterrar, sem a diferença que o dono hé obrigado a fazer a sua outra, e o morador a custa da camara, apresentando ao Fiscal, conta razoável para ser pago.

30§ Hé prohibido ter animaes, aliás, cavallho ou outros quaesquer animaes atados nas Ruas às portas, janelas, ou argolas, de modo que privem o transito dos passeios, sob pena de 4\$000 reis de multa pagos da cadeia, quando repugne o contraventor.

[Transcrição conforme grafia de época] (Código de Posturas de Alegrete, 1848, Título 3º)

Por outro lado, os viajantes contribuem também para que se possa minimamente reconstruir como eram as moradias dos indivíduos, entre outros aspectos da vida cotidiana. Laura Cabrejas atesta isso em suas pesquisas e Alba Mariani utiliza viajantes para tratar também destas questões e por vezes os mesmos indivíduos que passaram pela fronteira oeste rio-grandense. Em alguns textos escritos por estes indivíduos fazem referência às casas em que se hospedaram, quando estes relatos são mais minuciosos é possível fazer comparações entre fontes diversas.

Um exemplo destas pequenas indicações sobre o passado, se referem à casa do botânico Aimé Bomplant, por onde Avé-Lalleminat passou em sua viagem pelo sul do Brasil, onde conheceu por intermédio do cônego francês Padre Gay a antiga residência do citado botânico e verificou-se a simplicidade do local. Duas hipóteses podem ser elencadas. A primeira de que ele buscava um modo de vida bastante simples procurando se afastar dos luxos do consumo e dos *status* a vida na Europa e a segunda de que ele intentava se aproximar dos moradores da região em que vivia e por isso cultivava este estilo de vida. O que nos faz pensar que ambas têm veracidade, porém a primeira parece ser mais contundente em proporção da segunda, pois como vimos apesar de uma vida cotidiana tendo como base itens gerais como catres, bancos, mesas e caixas, itens que mais apareceram no mobiliário dos inventários, as pessoas tinham consciência de ocorriam transformações no espaço onde viviam e o consumo era uma delas.

Esporas e aparelhos de montaria são exemplos que nos indicam que as pessoas buscavam adquirir bens que demonstrassem alguma espécie de diferenciação social, mesmo que este tipo de objeto possa ser utilizado em diversas atividades com significados diferentes para cada uma delas. O que nos faz lembrar que conforme já evidenciamos nas obras de Alba

Mariani (2008) e Laura Cabrejas (2000), moradias básicas não estão ligadas necessariamente a menos acesso a recursos. Em muitos casos, os indivíduos de mais posses preferiam investir em gado e terras, principalmente até 1870, e instrumentos de montaria do que em mobiliário ou utensílios, sendo estes itens de montaria feitos de prata e de alto valor para quem os adquiria (retomar os apontamentos anteriores que apresentam os valores e proporções de bens). Podemos pensar que estas questões são mais escolhas do que imposições culturais e, também que itens mais corriqueiros feitos de materiais locais suprissem suas necessidades básicas para o ato de alimentar-se ou beber líquidos como recipientes feitos de couro ou copos feitos de chifres de animais.

Mas alguns deles fizeram a escolha de itens diversos e nos deixaram algumas pistas. As janelas de vidro eram, provavelmente, uma destas *coisas* pouco usuais e até mesmo ousadas no período. Sabe-se que em muitas casas haviam janelas, porém estas eram apenas uma entrada para ventilação e geralmente cobertas por couro ou madeira e poucas delas tinham aberturas de vidro. Em nossas análises, foram encontradas apenas 4 indicações deste tipo de elemento em todo o período analisado. As residências a quem pertenciam eram o Marechal Bento Manoel Ribeiro e Manoel Alvares dos Santos. Os anos dos inventários são 1856 e 1846 respectivamente e o segundo indivíduo foi categorizado, de acordo com nossas especificações, como comerciante e suas mercadorias serão trabalhadas no último capítulo desta dissertação. Ambos os indivíduos citados anteriormente são figuras conhecidas na historiografia sobre a região, Bento Manoel era conhecido por sua história nas questões militares e políticas rio-grandenses e Manoel Alvares dos Santos, além de sua atividade comercial ainda era uma liderança local na política, segundo Luís Augusto Farinatti (2010).

O que nos faz pensar que diante de sua atividade comercial tivesse acesso mais facilitado a este tipo de item bem como, em alguns casos, a própria questão da urbanização que possibilitava este contato com novas tendências de consumo e civilidade advindas da Europa e que acabavam circulando nos centros das cidades. Já Bento Manoel Ribeiro sabe-se de longa data sua importante atuação e influência social e militar, o que corrobora para que tenha algumas diferenciações do restante dos inventariados da amostra, como o número de casas que possuía (sete ao total), o que o coloca muito distante dos demais inventariados (as)⁸⁶. Mas, dadas as datas em que este tipo de característica foi indicado façamos o exercício de pensar que talvez não fosse assim tão raro, apenas não foram possíveis de rastrear até o momento da

⁸⁶ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v15n29/1518-3319-topoi-15-29-00389.pdf>, Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844), de Jonas Vargas e Luís Augusto Farinatti, 2014.

pesquisa. O uso de outras variadas fontes pode colaborar para isto em futuros contornos desta temática, podendo compreender melhor este âmbito da vida privada na fronteira oeste da província. Por hora podemos indicar algumas suposições.

A existência de portas bem como as janelas eram partes bem pouco mencionadas nos inventários, porém se fosse neste momento o interesse da pesquisa, o uso de outra metodologia fosse uma possibilidade de encontrar outros elementos, na leitura de todos os inventários do período, mas ainda assim seria uma tentativa. O trabalho de Francesco Santini apontou um outro caminho possível (SANTINI, 2017): o trabalho com processos crime. Tais fontes apresentam em muitos eventos os depoimentos com descrições cotidianas dos fatos ocorridos e que em certos casos incluem a indicação do cenário em que ocorreram os supostos crimes. Em um dos casos apresentados pelo autor uma das testemunhas de um caso de estupro aponta o espaço da casa e nesta sua exposição um dos elementos é a porta da residência, que a mesma indica como sendo de couro, um material comum no período como matéria prima para diversos usos, como nos catres, confecção de adereços e neste caso como proteção para as residências.

Ao nos depararmos com esta indicação do autor foi perceptível a necessidade também de abrir possibilidades de estudo a partir de outras fontes. O uso de inventários *post mortem* no estudo do cotidiano e do consumo como fonte principal não é algo muito usual o que tem nos desafiado constantemente. Contudo para os processos crime ainda é algo a ser construído, o que pode contribuir e muito para este tema de pesquisa e neste caso para a região fronteiriça do Império, dito isto incentivamos outras iniciativas que se aventurem no uso de tal fonte para o estudo do cotidiano e do consumo.

Quando elaboramos este quadro, buscando reconstruir os mais diversos aspectos da realidade estudada pensamos também que as madeiras provavelmente eram os materiais mais utilizados para fabricação de janelas e portas em outros locais, porém a disponibilidade de madeira no Pampa era bastante restrita. Lembremos a proposição de João Davi Minuzzi (2017) apontando que “a busca por madeira era desgastante, mas aproximava os vizinhos que vivam em uma região pouco povoada em termos de densidade e mostrava todo o poder criativo desta população” (2017, p. 45), indicando que era uma questão pertinente ao cotidiano no período e local por nós estudado.

Estes diversos indícios apontam que os indivíduos no período estudado por nós utilizaram todos os materiais disponíveis em seus contextos e que isso não necessariamente estava relacionado com as atividades socioeconômicas exercidas por eles. O *status* como uma *coisa* comum em sociedades hierarquizadas como a estudada aqui, deve ser entendido no seu contexto específico. Para nós, não haveria contribuição historiográfica se colocássemos os

alegretenses do período estudado nas mesmas formas de análise de outras regiões já muito citadas nesta pesquisa. Dizendo isto, buscamos com o contexto e a historiografia compreender as especificidades do local em que o estudo é desenvolvido e, nos faz necessário lembrar o que foi apresentado anteriormente, quando demonstramos que a ASE Fazendeiros buscava muito mais investir em bens de raiz e isso se acentuou entre 1871 e 1891, apontando que a aquisição de bens de produção foi uma importante estratégia na reprodução dos patrimônios. Finalizando algumas destas especificidades sobre as residências, outro interesse era procurar saber como eram as estruturas de algumas das residências, se possuíam divisórias internas, cozinhas separadas ou quaisquer outras características.

Ao buscarmos nas pesquisas da arqueologia histórica apoio para pesquisar sobre as residências neste período em que estamos trabalhando, percebemos que nem mesmo esta área tão frutífera em pesquisas possui muitos resultados para podermos comparar. Muito isso se deve ao interesse, ao que parece, em maior medida em estudar artefatos como louças, vidros e metais, mas para além disso, a dificuldade em trabalhar com estruturas que facilmente se perdem no tempo, como casa de barro e materiais pouco duráveis como os utilizados na construção das residências e de acordo com o que foi apresentado anteriormente. Seria esta, uma ótima área de estudo para ampliarmos nosso entendimento do cotidiano na fronteira oeste ao longo do oitocentos em um âmbito ainda desconhecido na historiografia.

A apreciação de pesquisas de outros locais nos mostram como as realidades do Império na segunda metade do século XIX eram amplas e diversas. O estudo de Elaine Abrahão (2008) ao trabalhar com a mesma fonte principal que a nossa, consegue dar conta de apontar uma outra gama de detalhes a partir do cruzamento com fontes de famílias de Campinas (lembrando que seu estudo se refere apenas a indivíduos abastados e não uma amostra geral como a nossa), podendo a partir da relação de uma esfera mais ampla e outra mais particular, que diz respeito aos detalhes que abordagens quantitativas e seriais não conseguem dar conta em muitos aspectos. A autora disserta sobre a transformação das residências ao longo do oitocentos na Europa e seus reflexos nas cidades do Império, com especificidade para seu local de estudo, e afirma que

A criação de casas compartimentadas, quartos separados para pais e filhos, demarcações entre os locais onde se cozinhava e o local onde se comia, associado à ideia de um espaço diferente onde os homens trabalhavam, influenciaram na maneira de morar, com grande repercussão sobre as mobílias. Livros e guias orientavam as famílias europeias sobre o gosto burguês nas questões relativas a arquitetura e ao mobiliário. Essas transformações estruturais ocorridas nas residências europeias nos séculos XVIII e XIX, tiveram seus reflexos nas casas paulistas. (ABRAHÃO, 2008, p.78)

Os reflexos apontados pela pesquisadora se referem principalmente aos espaços de moradia ocupados por pessoas abastadas da sociedade do período, já que segundo seus resultados da autora, estes indivíduos tinham um destaque bastante definido na vida pública, o que se refletia na sua vida privada com as moradias. Nos parece uma realidade um pouco mais dicotômica do que a de Alegrete no mesmo período pelos indícios desta pesquisa, bem como da historiografia platina que faz parte do aspecto teórico. Elaine Abrahão aponta o que podemos denominar como o outro extremo das moradias, a casa da população pobre, que contrasta com o grupo principal da sua pesquisa, que são os mais abastados e que fornecem mais subsídios.

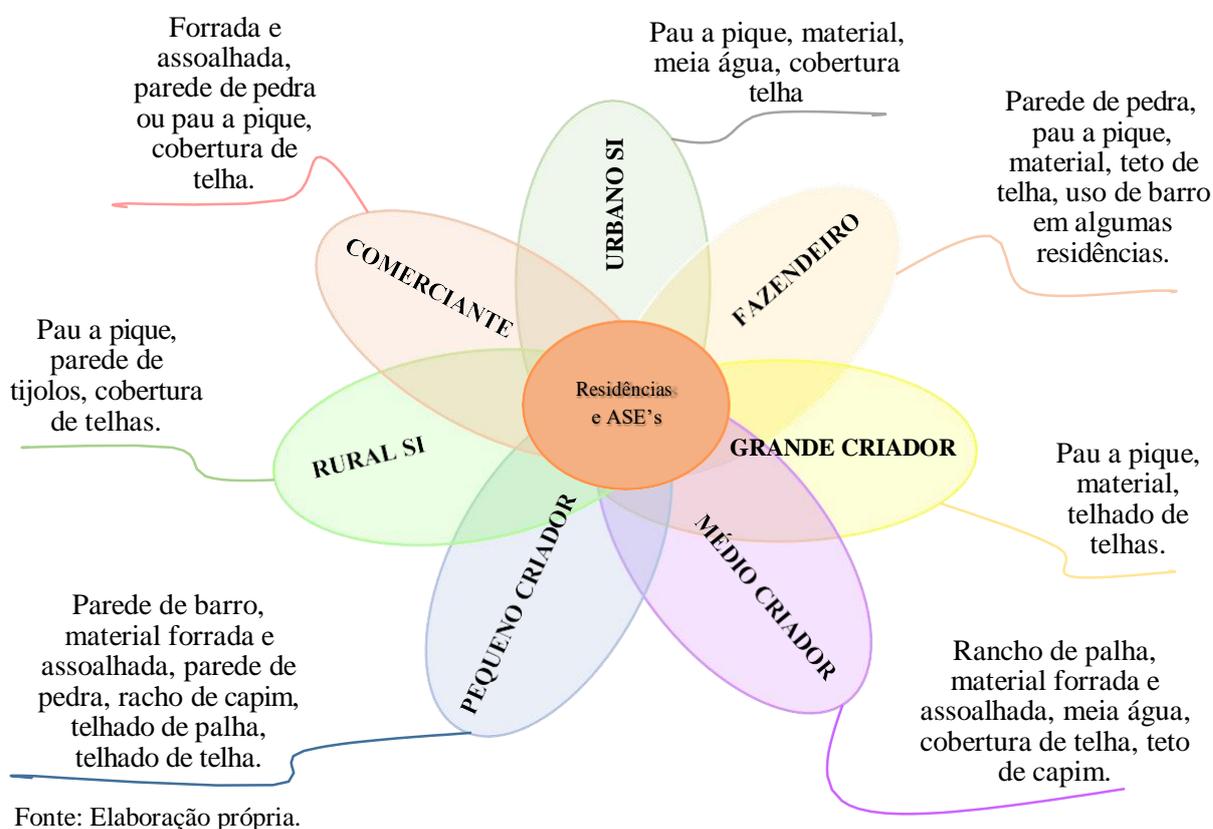
Segundo a mesma historiadora, a casa das populações mais pobres era composta de cômodos em menor número composto, geralmente de sala, dormitório, dispensa e cozinha (2008, p. 80). O que diferenciava este grupo dos abastados era em geral o desempenho de uma vida privada mais individualizada disponibilizada pela habitação em cômodos específicos, além disso “o gabinete ou escritório inexistia e em seu lugar eram utilizados móveis como caixas, canastras ou escrivaninhas com fechaduras e chaves, onde os proprietários guardavam cartas, papéis, contas. Nesse móvel também eram guardadas as roupas de cama e mesa da família” (2008, p. 80). Não sabemos ao certo a partir de quais fontes a autora chegou aos apontamentos anteriores, mas se os inventários *post mortem* foram os documentos que disponibilizaram tais respostas podemos dizer que há uma diferença importante na descrição de bens em relação à mesma atividade em Alegrete. Entretanto, para além da descrição destes dois espaços tão diversos encontrados na cidade de Campinas, nos despertou um questionamento.

Para a pesquisadora os dois ambientes eram bastante definidos. Os mais ricos possuíam casas maiores e mais aconchegantes, com muitos cômodos. Os mais pobres possuíam casas menores e com menos cômodos, onde as atividades individuais desempenhadas ainda eram realizadas conjuntamente. Tal proposição em uma perspectiva de História da Vida Privada, em concordância com a concepção de Michelle Perrot e Roger-Henri Guerrand (2009) na construção dos modelos de casas burguesas na Europa no século XIX complementa muitas análises quando o objeto ou local de pesquisa é uma cidade em expansão econômica, em conexão muito mais intensa com o velho continente do que a fronteira mais meridional do Império Brasileiro na mesma segunda metade do oitocentos, e que talvez tivesse em sua mobília e tipos de construção os elementos considerados suficientes para o conforto ou o considerado suficiente para a vida cotidiana.

Em relação à análise das residências quando comparadas às atividades socioeconômicas de seus possuidores percebemos que não há um padrão que defina cada ASE. Percebemos que

os tipos de casas se misturam e formam um catálogo de possibilidades que não apontam um tipo de casa para cada posição social. Por isso elaboramos o diagrama a seguir indicando a ASE em conformidade com as residências indicadas nas fontes. Identificamos também que os que possuíam mais de um tipo de residência, estas geralmente eram de diferentes estruturas tanto de paredes quanto telhados. Como as explicações ficariam repetitivas, as apontamos na Figura 5, a seguir:

Figura 5: Atividades socioeconômicas da amostra pesquisada e suas residências entre 1846 e 1891 (Alegrete, RS).



Esta diferença contextual nos faz pensar em quais elementos podemos utilizar para tratar da fronteira oeste da província, quando esta apresenta características tanto econômicas como culturais diferenciadas das apresentadas para outras cidades. A análise de Elaine Abrahão é plausível quando se trata de cidades urbanizadas ou mesmo localizadas perto de centros de distribuição (portos, ferrovias, capitais), não temos dúvidas. Porém podemos pensar a partir

disso e tentar complexificar a questão dos espaços e seus significados de cotidiano e status. Um exemplo desta necessidade de constante questionamento é a proposição de Carlos Symanski (1996), em seu trabalho de arqueologia histórica no Solar Lopo Gonçalves em Porto Alegre. O arqueólogo utiliza ambas abordagens, a arqueologia e a pesquisa documental e é justamente esta interlocução que faz com que o pesquisador possa compreender com mais precisão seu objeto de estudo. Symanski afirma que ao utilizar apenas os vestígios arqueológicos seus resultados dão a entender que o dono da residência por ele pesquisada pertencia à alguém que não tinha muitas posses, o que não procede quando comparado aos documentos escritos a respeito do proprietário da residência. Lopo Gonçalves era um comerciante e possuía o Solar como residência de descanso da família sendo a residência oficial na parte urbana de Porto Alegre.

A diferença de elementos de uma análise inicial para um cruzamento de informações foi importante nesta pesquisa, pois sendo ela circunscrita a um espaço específico todos os aspectos que permeassem aquele local eram fundamentais. O trecho a seguir aponta justamente a questão da mudança dos locais de moradia “entre 1845 e 1855 Lopo Gonçalves mandou construir sua casa de chácara, o solar que é objeto deste estudo. As casas de chácara foram um tipo característico de habitação durante o período colonial” (1996, p. 89) mas se estendendo pelo Império e ainda na República eram práticas comuns. O autor afirma ainda que “elas eram localizadas [as residências], geralmente, na periferia dos centros urbanos, e tidas como a solução preferida das famílias mais abastadas, pois dispunham de vantagens não encontradas nas residências da cidade, relacionadas, sobretudo, à higiene e produção de alimentos” (SYMANSKI, 1996, p. 89).

Para além disso, sendo uma das características por esta inserção de práticas burguesa de organização da vida cotidiana, o processo de urbanização intensa pelo qual passaram Campinas (Elaine ABRAHÃO, 2008), Porto Alegre (SYMANSKY, 1996; Fernanda TOCCHETTO, 2010) e Pelotas (VARGAS, 2013a) estimularam o que conforme os estudos em História da Vida Privada é a separação do espaço do trabalho e da moradia, no qual os indivíduos buscam mudar-se para outras casas afastadas dos centros urbanos para regiões rurais da cidade buscando o contato com a natureza e a preservação da vida familiar. Esta divisão tão estrita não pode ser percebida em Alegrete, pois nossas fontes não podem nos dar subsídios suficientes para questionamentos como estes.

O que podemos inferir até o momento é que, considerando as especificidades do local de pesquisa (a fronteira oeste) e seu contato com o mundo platino, sua distância de grandes cidades tanto do Império quanto argentinas ou uruguaias, estas características tiveram

contornos diferenciados em Alegrete, acentuando, por exemplo, a importância dos rios, principalmente o Uruguai, que possibilitou intenso contato com cidades fronteiriças e a troca cultural e econômica a partir do comércio nos portos de ambos os lados da fronteira, como nos apresenta Márcia Volkmer (2013a) para as cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja em relação à província de Corrientes e as vilas. Não conseguimos traçar as estruturas das casas rurais, porém consideramos que as casas urbanas, principalmente as mais centrais, procuraram seguir esta lógica burguesa de residência, mesmo que com adaptações, já que condições culturais que um grupo utiliza para se estabelecer social e economicamente leva em consideração não apenas aquilo que é novo em seu horizonte (o consumo pós Revolução industrial e a nova concepção de vida privada na Europa), mas sim uma interlocução destes aspectos com suas práticas já estabelecidas.

Porém, se os elementos mais específicos não estão disponíveis para esta pesquisa, alguns aspectos mais gerais são possíveis de serem acessados e algumas hipóteses podem ser consideradas. Tanto Tocchetto (2010) e Symanski (1996) apontam que em Porto Alegre era comum para alguns grupos mais abastados possuírem mais de uma residência, sendo uma na cidade e outra nas regiões periféricas, como atesta o trecho em que Symanski trata especificamente do seu estudo, o Solar.

As ampliações no solar referentes ao período de Joaquim Gonçalves parecem indicar, portanto, que esta edificação tinha deixado de ser simplesmente uma sede de chácara para se transformar no domicílio principal da família, seguindo, dessa forma, a tendência recém iniciada de afastar o domicílio do local de trabalho (1996, p. 96).

Por isso buscamos verificar nos nossos resultados de pesquisa se esta posse de mais de uma residência era comum e quais os pontos de conformidade ou negação da característica porto alegre em meados do oitocentos. Encontramos, de forma bem breve, os resultados apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4: Número de residências por inventário entre 1846 e 1891

Residência por inventário		Qtd.	Observações
Inventários com apenas uma		33	
Inventários com mais de uma moradia		30	
Outras informações	Inventários com 2 a 3 casas de habitação	27	
	Inventários com 4 a 5 casas de habitação	2	Inventários de Clara de Sá Brito (ASE)e Pedro Nagel
	Inventários com mais de 5 casas de habitação	1	Inventário de Bento Manoel Ribeiro

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete/RS (1846-1891 - APERS)

Nas indicações sobre as residências indicadas nos inventários *post mortem* analisados, foram identificadas as localizações de 8 casas na vila, em alguns casos é possível identificar a localização urbana destas casas com os nomes das ruas ou mesmo outras informações, no ambiente rural das residências, quando apontadas no conjunto dos bens rurais, isso também acontece, contudo, estas localizações neste momento da pesquisa não podem nos proporcionar outras abordagens. Mas poderia ser uma temática interessante de pesquisa e que sairia do escopo das cidades muito urbanizadas do período, já que destacamos a importância de pesquisas que tenham como *locus* outras regiões do Império. E se consideramos conforme as proposições de Daniel Miller, “coisas” como tudo aquilo que está nos nossos campos de análise, então as residências também são “objetos” para análise e suscitam também compreensões de contexto e possíveis hipóteses.

O contexto e, de forma geral, as fontes apontam que o centro urbano de Alegrete não teve um crescimento vertiginoso apresentado para cidades grandes ao longo do século XIX. Entretanto teve o incremento gradual de elementos característicos de um mundo capitalista em transformação e assim as localizações de residências e terrenos urbanos indicam o estabelecimento de pessoas na sede da Vila e das demais povoações, já que era uma cidade bastante importante na região, como apontam Thompson Flores (2007, 2012) e Farinatti (2010).

Com o estabelecimento das casas de comércio na cidade ou do seu incremento a partir de outras cidades como Uruguaiiana e Rio Grande⁸⁷, produtos importados e outros tipos de elementos externos passaram a ser aspectos da vida cotidiana em uma cidade fronteiriça. No jornal *Gazeta de Alegrete* é possível identificar diversos anúncios de casas de comércio, os trechos a seguir apresentam estes indícios:

Torrador alegretense: camarões superiores, cocos da Bahia, bacalhau imperial, fumo desfiado Cincinato, azeitonas novas, cha hyson superior, também tem folhas de noqueira que dizem ser boas para *destilhar* os humores *aquaticos* dos *cerebros* alagadiços (Alegrete. (*Gazeta de Alegrete*, Alegrete, 01/08/1889)

Empresa - Clarimundo Flores - Alegrete e *Uruguayana* - 1 passagem 20.000, encomendas *kilo* 250 (réis), assinantes: 1 passagem 15.000, encomendas *kilo* 200 (réis), ida e volta desconto de 5%. (*Gazeta de Alegrete*, Alegrete, 01/08/1889).

O primeiro anúncio do “Torrador alegretense” aponta a venda de itens bastante múltiplos e ao que parece não muito usuais na alimentação cotidiana, indicando esta interlocução cultural e comercial com outras cidades. O segundo anúncio é a respeito de uma empresa que fazia o trajeto Alegrete-Uruguaiiana, no nome de Clarimundo Flores com os devidos valores. Identificou-se na leitura dos jornais encontrados para o período, que houve uma movimentação significativa deste tipo de empresas de transporte de pessoas e cargas. Algumas pareceram bastante organizadas pois já tinham datas específicas para as viagens e informações de onde encontrar seus representantes. A existência deste tipo de serviço aponta a circulação de pessoas e coisas na região fronteiriça do Império conforme outras pesquisas já haviam apontado, como Mariana Thomspson Flores (2007) e Márcia Volkmer (2013a, 2013b), pesquisadoras que demonstram esta dinâmica de fronteira e, para além disso, o contato com as cidades estrangeiras vizinhas ao Império.

Quando mencionamos a diferença entre os mundos rurais e urbanos temos em conta as questões mais comuns ao contexto, como a extensão do município, suas características econômicas e sociais, suas influências culturais. Sendo assim, percebemos que Alegrete teve sua transformação ao longo do século XIX no sentido de tornar-se um espaço importante para a Província tanto no âmbito militar, político, mas também no que se refere à vida cultural (considerando todos os seus aspectos e não apenas o consumo de importados). Nos parece que o fim do período estudado trouxe algumas novidades para a cidade como as casas de comércio,

⁸⁷ Ver jornal os anúncios de outras cidades

teatros e os jornais, contudo isso é uma transformação pelo qual diversas cidades também passaram, demonstrando mais uma vez esta inserção de Alegrete neste contexto.

Para podermos entender este processo em sua conjuntura temos que colocá-lo em contato com outras experiências históricas, de cidades que tiveram formações diferentes daquela pesquisada. A cidade de Campinas pelo estudo de Elaine Abrahão (2008) é uma destas referências norteadoras. Já que o seu centro urbano era bastante evidente é um exemplo para contraste das características encontradas para Alegrete. Com um contato direto com a Europa as novidades eram recebidas com certa rapidez e volume, muito em função da ferrovia, o que facilitava este contato com os portos e o comércio em geral e, talvez essa movimentação tão rápida e inserção grande de novos elementos pode ter homogeneizado o consumo na região, ao menos para os grupos de elite, colocando-os muito mais em contato com novos produtos e influências.

Os viajantes que passaram pela província na segunda metade do século XIX não tiveram uma forma unânime de narrativa o que nos impossibilita comparações entre seus textos e nossas fontes. Em muitas partes nem mesmo apontaram elementos a respeito das residências daqueles que os hospedavam. O texto mais minucioso neste sentido foi o do Conde D'Eu quando relatou suas experiências na fronteira oeste da província, porém quando ficou em Alegrete, apenas destacou que havia uma vila em bom desenvolvimento, mas sem especificações e pudemos ter alguns entendimentos a partir de relatos de estadia próximos à sede.

A parte mais detalhada foi sua estadia na casa da Senhora Cunha, conforme apontamos no capítulo anterior, cuja experiência foi bastante diferenciada, já que a família daquela senhora era bastante abastada e cultivava hábitos bastante europeizados. Supomos que esta tenha sido uma das exceções da viagem do Conde pela região, já que considerando as fontes desta pesquisa, as diferenças cotidianas e de consumo de itens de uso pessoal e doméstico chegando até mesmo às moradias entre grupos médios e os mais ricos (Fazendeiros) não eram extremas como em outros locais da província. Claudia Martinez (2007) faz um questionamento a respeito das relações entre espaços urbanos e rurais na cidade de Bomfim, Minas Gerais, neste mesmo período e conclui que

A moradia urbana, como visto a seguir, trazia sempre referências às ruas, praças, lotes e terrenos. O campo, por sua vez, era delimitado pelos alqueires de terras, capoeira, matas, capões, rios, etc. No caso do subúrbio, era quase sempre marcado pela intermediação, ora delimitado por vales e alqueires de terra, ora por terrenos e logradouros por onde circulavam porcos e outros animais proibidos, mas sempre presentes nas partes menos habitadas dos centros urbanos (MARTINEZ, 2007, p. 86).

Neste apontamento da pesquisadora, podemos perceber que a região do Bomfim também tinha seus espaços e hábitos bem definidos e a própria documentação indica isso com o apontamento de informações diversas e detalhadas. Por isso se faz tão necessário o estímulo do estudo deste tipo de temática em cidades de pequeno e médio porte, para podermos complexificar a compreensão de outros locais que não as cidades mais urbanizadas focando em espaços historicamente pouco visados. O esforço todo em buscar a historiografia esbarrou nesta questão, já que todas as cidades as quais foram tema de pesquisa citadas anteriormente eram economicamente estabelecidas, localizadas perto de outros grandes centros e possuíam uma conexão atlântica mais intensa do que a região fronteiriça aqui pesquisada. Um exemplo desta grande disparidade entre Alegrete e outras regiões já estudadas é o trecho a seguir, no qual Elaine Abrahão demonstra a dinâmica econômica em que Campinas se inseria na segunda metade do oitocentos.

Campinas, devido a sua privilegiada localização, era um centro estratégico no sistema do transporte viário da província de São Paulo. Vários entroncamentos ferroviários a situavam como pólo regional, permitindo-a se comunicar com as cidades da região, Jundiaí, Mogi-Mirim, Casa Branca, sul de Minas Gerais, Poços de Caldas e com o porto de Santos, atraindo para a Cidade muitos dos consumidores do interior e mesmo da capital, e as casas de importação aqui sediadas transacionavam diretamente com a Europa. Esse incremento das ferrovias, em implantação desde 1865, fortaleceu a função comercial da cidade (ABRAHÃO, 2008, p. 52)

Entretanto, além desta conexão com outras cidades e províncias, a criação do Banco de Campinas em 1872 é um diferencial contundente, e como afirmou a autora, “o comércio estava em franca expansão incrementado pelas importações e vendas de artigos para a casa, gêneros alimentícios, e, principalmente máquinas e produtos que auxiliavam na lavoura ou nas indústrias em formação” (ABRAHÃO, 2008, p. 53). Em razão disso e da forma pela qual muitas vezes pensamos o passado, buscando englobar grupos e elementos culturais que ao nos depararmos com pequenas homogeneizações nas abordagens historiográficas é que compreendemos o exercício constante da antropologia em questionar padrões. O arqueólogo Carlos Symanski afirmou a partir de sua pesquisa sobre o Solar Lopo Gonçalves que, “uma análise mais aprofundada das fontes históricas revelou que em Porto Alegre e provavelmente em todo o estado do Rio Grande do Sul” era fato comum que

Grupos domésticos situados numa alta hierarquia social que mantinham residências na cidade e no campo optaram, em suas escolhas de consumo, por mobiliar suas residências rurais com bens materiais velhos e de baixo valor, não condizentes com os padrões de conforto doméstico que eles exibiam na urbe (SYMANSKI, 1996, p. 114).

Com isso, queremos não questionar a proposição do autor, mas sim a concepção que geralmente temos do status e de como os grupos socioeconômicos se organizam e neste caso um passado que não podemos alcançar a não ser por vestígios diversos que não respondem todas as perguntas que temos sobre nossos temas de pesquisa. Partindo do pressuposto de que não devemos estabelecer um olhar pré-determinado ao nosso objeto é que, considerando a análise do pesquisador anteriormente citado muito mais ligada a espaços já definidos como urbanos, não podemos concordar com a mesma plenamente. Isso ocorre em razão da própria proposta de nossa pesquisa e que já foram apresentadas, revendo as características mais gerais de uma região de fronteira.

Fernanda Tocchetto, ao longo de sua pesquisa faz reflexões bastante certeiras sobre o estudo do cotidiano no século XIX e afirma que “considerando que os sujeitos têm participação ativa na construção do mundo em que vivem através das ‘maneiras de fazer’ rotineiras e contínuas, o espaço da vida cotidiana torna-se privilegiado” e acaba por estimular pesquisas sobre as vivências e experiências dos sujeitos do passado. No caso do Brasil oitocentista, que estas ditas experiências eram diversas e não excludentes, sendo “relacionadas à construção de práticas pautadas pelos valores modernos e capitalistas ou pelas permanências de antigas condutas e saberes mútuos” (TOCCHETTO, 2010, p. 63).

Consideramos a esta interação como um dos aspectos que permearam a vida cotidiana e do consumo na região de Alegrete na segunda metade do século XIX, no qual as escolhas dos indivíduos em relação aos bens materiais, principalmente os bens móveis se relacionaram apenas aos grupos e atividades econômicas desempenhadas por seus compositores, e sim uma cultura anterior na qual a vida rural ainda era mais proeminente do que a urbanidade como apelo de status e como afirma Laura Cabrejas “partimos de la premisa de que la cultura material se relaciona con la cultura económica” (2015, p. 2) e na fronteira oeste outros elementos também fizeram parte deste contexto de consumo e cotidiano.

4. O CONSUMO DO DIA A DIA: BENS DE CONSUMO POUCO DURÁVEIS E PERECÍVEIS

Este capítulo tem como objetivo trabalhar a questão do consumo de bens pouco ou não duráveis em Alegrete, no período de pesquisa estabelecido por nós. Estes bens estão indicados nas listas com mercadorias, ou seja, os produtos dos comerciantes presentes nos inventários *post mortem*, que não se encaixaram na análise dos bens móveis, sendo produtos relativos às atividades comerciais daqueles indivíduos. Tratam-se de listas de mercadorias que existiam no estabelecimento comercial do inventariado quando da avaliação de seus bens, e que se destinavam à venda no mercado local. Sendo assim, essas mercadorias aportam informações valiosas sobre os bens de pouca duração que eram consumidos pela população de Alegrete e que, por seu caráter mais perecível, nem sempre estão presentes como bens móveis nos processos de inventário.

Este capítulo ainda tem por interesse relacionar-se com as análises anteriores, para de forma ampla, dar noções dos dois tipos de consumo de que tratamos aqui: um consumo de médio e longo prazo (capítulo 2 e 3) e outro de curto prazo (capítulo 4) o que nos dá mais noção do contexto ao intercalarmos todos os âmbitos da vida privada daqueles indivíduos pesquisados na amostra.

A leitura de obras da antropologia colaborou muito para que se pudesse ver em uma parte da fonte estudada, que inicialmente nem seria componente do estudo em si, possibilidades de compreensão do cotidiano da fronteira oeste da província. Além disso, pesquisas sobre a própria região demonstraram a necessidade de explorarmos todos os tipos de elementos relacionados ao tema em que se quer seguir trabalhando. Por isso resolvemos investigar as mercadorias nos inventários de comerciantes, um indício pouco trabalhado quando se analisa inventários *post mortem* e também usado com pouca frequência em estudos sobre o cotidiano.

Elaine Abrahão também aponta questões importantes diante das pesquisas sobre o cotidiano utilizando a necessidade de ampliar o leque de fontes de metodologias para tratar do tema. No seu caso, tratou-se da análise da cultura material. Bibliografias como esta têm demonstrado que é possível decodificar alguns elementos do passado, buscando reconstruir o cotidiano nas formas de morar, viver e também, consumir, refletindo, por exemplo, que “o aumento do mobiliário doméstico pode relacionar-se à dinamização da economia; na compreensão das atividades desempenhadas nesse ambiente – as maneiras de morar, de receber e de se alimentar; e, nas mudanças culturais, sociais e econômicas de uma sociedade”

(ABRAHÃO, 2008, p. 48), como buscamos também desenvolver para Alegrete, situando-nos no contexto das transformações do século XIX, principalmente a partir de 1850.

A metodologia de pesquisa para este capítulo seguiu o padrão dos capítulos anteriores, mas alguns ajustes foram feitos já que não foram as avaliações dos bens e sim um montante de outras informações que fizeram parte de todos os processos da amostra de pesquisa. Para estas listas de mercadorias dos comerciantes foi elaborada uma planilha com as mesmas informações básicas indicadas nos capítulos anteriores, com alterações nos campos das tipologias dos bens os quais se adequam ao tipo de fonte. Entram nesta análise todos os inventários de comerciantes com listas de bens.

Foram estabelecidas as “Tipologias” de acordo com o tipo de bem e função e assim uma maneira melhor de organizar o montante de informações, após isso foram formuladas as “subtipologias” em que se detalham mais os tipos das mercadorias visando aponta-las mais precisamente tanto temporalmente quanto diante das suas respectivas tipologias.

Outras bibliografias também apontam uma possibilidade variada de elementos nos interiores dos inventários, já que há uma quantidade interessante de outros documentos que apontam o cotidiano como “receituários médicos, relações de credores, notas fiscais de estabelecimentos comerciais, enfim, informações sobre casas comerciais e prestadores de serviços estabelecidos na cidade na segunda metade do século XIX” (ABRAHÃO, 2008, p. 30) como podemos perceber, nossa estratégia é uma possibilidade produtiva para pesquisas na temática do consumo e é o que intentamos fazer no decorrer deste capítulo.

3.1 AS MERCADORIAS NOS INVENTÁRIOS DE COMERCIANTES

Os primeiros resultados se referem aos produtos encontrados nos inventários *post mortem* dos comerciantes e que, por razões metodológicas e de análise não entraram na parte anterior deste trabalho. Os primeiros passos da pesquisa foram feitos com estes bens apontados no conjunto dos demais bens móveis, o que deixou os resultados distorcidos, parecendo que os tipos de bens alocados nestas categorias, como mercadorias, estavam distribuídos em todos os inventários. Sendo assim, a separação com uma apreciação específica, melhor encaixou as possíveis análises, fontes e bibliografias. E como aponta, Laura Cabrejas em um artigo seu,

Los inventarios y los libros de cuentas nos presentan un amplíssimo universo de productos que nos permiten reconstruir las pautas de consumo y la cultura material de los pobladores rurales tomando en cuenta la vestimenta, el calzado, los artículos de

limpieza y tocador, herramientas y otros bienes menos usuales. No consideramos los artículos de subsistencia es decir los alimentos y bebidas, rubros analizados en otros trabajos (CABREJAS, 2005, p. 3).

Esta realidade encontrada por Cabrejas na fronteira bonaerense também se aproxima do que estamos averiguando na fonte para Alegrete, na qual a variedade de produtos é bastante grande passando por alimentos, vestuário, itens para cozinha e uma diversidade de outros itens. Isso indica que, conforme o que apontamos nos capítulos anteriores, Alegrete uma cidade de médio porte no período, mas isso não a impediu sua inserção em circuitos mais alargados de comércio, refletindo-se no consumo, durante a segunda metade do Oitocentos.

Encontramos nestas listas de mercadorias algo de que não tínhamos indicação antes, informações sobre decoração de louças, em que aparecem alguns pratos decorados, contrastando com as informações anteriores, já que as louças descritas nas avaliações dos inventários são bastante básicas e não apontam muito mais do que o material do qual eram feitos os bens. Então, a presença de elementos de decoração identificados nestas listas aponta características mais específicas, demonstrando o possível interesse na aquisição de um tipo e não de outro ou mesmo formação de conjuntos de louça heterogêneos.

Em consonância com esta variedade de produtos, Márcia Volkmer afirma que muito do que seria consumido na província vinha principalmente dos portos do Prata, “através da alfândega de Uruguaiana, portos e coletorias de Itaqui e São Borja eram introduzidas mercadorias importadas de ultramar que abasteciam muitas cidades da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (2013b, p. 2). Isso colocava a região em contato com os estados platinos ligando também as novidades que vinham da mesma região ou desde a Europa, através do mar e, depois, dos rios da bacia platina. Além disso, ao que parece pelas fontes diversas, a atividade comercial se tornou algo comum também em Alegrete, e a instalação das casas comerciais não foi algo que passou despercebido pelas autoridades. Todo o processo foi organizado no Código de Posturas de 1848 e indica que o consumo em todos seus âmbitos era algo comum no cotidiano daquela sociedade, por exemplo os artigos que se referem ao comércio geral e de “boticas” e venda de produtos nas ruas da Vila, inclusive de alimentos e outros itens denominados de “gêneros comestíveis de primeira necessidade”, (Título 6º, Artigo 45), faziam parte do Título 6º do Código e nos aponta um âmbito de consumo muito difícil de rastrear, mas que deveria ser bastante comum, já que se refere à alimentação e medicamentos, itens perecíveis e não duráveis.

E, é assim que abordar os bens dos inventários de comerciantes pode conectar nosso trabalho a um outro tipo de consumo que podemos classificar como diário ou de curto prazo. De tal modo é possível compor um contexto mais amplo do cotidiano com o consumo para o dia a dia juntamente com aquele voltado ao contexto familiar e de médio prazo apresentado nos capítulos anteriores.

E, a importância deste tipo de abordagem ocorria tanto nas cidades platinas como apresenta Laura Cabrejas (fronteira bonaerense) e Alba Mariani (capitais do Prata) ou no Império do Brasil, como Elaine Abrahão (Campinas/SP), que indica no trecho a seguir uma das suas conclusões sobre:

A análise dos inventários dos comerciantes estabelecidos na cidade demonstrou a potencialidade de seu mercado. Os consumidores encontravam de tudo nos estabelecimentos comerciais, desde pregos, tecidos finos, porcelana inglesa, mobília austríaca, pianos até máquinas de beneficiamento, máquinas de costura e cadeiras e equipamentos de uso dos dentistas. Para as refeições as famílias, contavam com a oferta variada de produtos importados. Entre os comestíveis: bacalhau, salame, queijo e manteiga do reino, amêndoas, nozes, lata de figos, biscoitos, macarrão, especiarias e azeite fino. E para beber, vinho do porto, conhaque e licores (ABRAHÃO, 2008, p. 54)

Primeiramente, é importante sabermos a função dos bens no contexto dos inventários dos comerciantes, por isso, retomaremos a Tabela 11 apresentada no capítulo anterior onde constam as porcentagens dos tipos de bens dos inventariados e vamos inserir no que se refere aos comerciantes o montante das mercadorias. Vejamos a tabela seguinte:

Tabela 7: Porcentagem dos tipos de bens nos inventários dos comerciantes:

<i>Período</i>	Bens Móveis	Animais	Escravos	Bens de Raiz	Mercadorias	NP
<i>1846-1866</i>	6%	0%	16%	53%	27%	2
<i>1871-1891</i>	4%	10%	10%	43%	40%	3

Fonte: Inventários *post mortem* Alegrete.

Ainda que admitamos o pequeno número de processos referentes a comerciantes de que pudemos dispor dentro da amostra trabalhada, consideramos que eles podem trazer informações importantes para os fins propostos neste capítulo bem como incentivar este tipo de uso da fonte. De modo geral, identificamos que os comerciantes tinham em suas mercadorias uma parte

importante de seu patrimônio, no período 1846-1866 constam 27% dos valores em bens e no segundo esse valor aumenta para 40% tendo quase a mesma importância dos bens de raiz. Os bens indicados como mercadorias são fundamentais nos inventários dos comerciantes e, sabendo disso, analisamos as mercadorias dos inventários encontrados na amostra, e elaboramos a tabela a seguir, com os valores em libras e as porcentagens segundo as tipologias dos bens.

Na Tabela 12, identificamos os valores e porcentagens e formulamos uma tabela vertical para poder acomodar os dados que comparam os dois períodos, sendo o primeiro 1846-1866 e o segundo 1871-1891. Percebemos que os inventários dos comerciantes no segundo período, em seu conjunto, são mais volumosos e constam com 78% do valor total de bens em mercadoria da amostra, e apresentam uma maior variedade de tipologias de produtos, consideramos que isso possa ter ocorrido pelo incremento do comércio na segunda metade do Oitocentos, principalmente mais ao fim do século refletindo nas quantidades e variedades dos produtos.

As tipologias mais evidentes no primeiro período são o vestuário com 95% e a mobília com 3%. No segundo período evidencia-se novamente o vestuário, com 58% do valor geral, contudo outras tipologias aparecem com mais evidência do que no período anterior, temos os alimentos com 22%, beleza/higiene/saúde com 4% e por fim, joias e uso doméstico, ambas tipologias com 3%. O vestuário foi sem dúvida o tipo de mercadoria que se sobressaiu em ambos os períodos, indicando sua importante presença na vida social e de consumo da sociedade aleretense, ainda que perpassassem vários tipos de subtipologias que serão apresentadas em uma tabela posterior a esta. Devemos ter em conta, que apesar dos valores bastante elevados se destacando do restante da amostra de produtos, as demais tipologias menores apresentam suas importâncias pelo fato de estarem presentes nestas listas de mercadorias indicando sua circulação nos estabelecimentos da região, e a exemplo de uma análise serial, poderiam ser exploradas em maior quantidade, o que não é o objetivo neste momento. Com isso queremos dizer que, é necessário reconhecer a preponderância dos valores dos tecidos, porém considerando as outras tipologias. Em razão disso, buscamos abordar boa parte das tipologias categorizadas neste capítulo da pesquisa, demonstrando seus principais itens e comparando com outras fontes.

Tabela 8: Análise dos valores das tipologias de mercadorias.

TIPOLOGIAS	PERÍODO	1846-1866	1871-1891
		2	3
VALOR TOTAL	%	13%	87%
BELEZA/HIGIENE/SAÚDE	%	0,003%	3%
INSTRUMENTOS DE TRABALHO	%	0,002%	5%
ITENS DE COZINHA	%	0,005%	3%
JOIAS	%	0,002%	0,002%
MOBÍLIA	%	3%	0,005%
PAPELARIA	%	0,003%	1%
USO DOMÉSTICO	%	0,0006%	3%
ARMAMENTO	%	0%	0,002%
ALIMENTAÇÃO	%	0%	22%
ENTRETENIMENTO	%	0%	0,002%
ILUMINAÇÃO	%	0%	1%
VESTUÁRIO	%	95%	58%

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete.

E, para sairmos do âmbito da historiografia, nossos resultados indicam uma diversificação dos bens, mas encontramos alguns bens que dão a ideia de serem mais vendidos (e dada a dinâmica comercial, conseqüentemente mais consumidos). São estas “alimentos” e “vestuário” que englobaram uma outra variedade de subtipologias. Os alimentos derivados de grãos como massas, arroz, pães foram os mais presentes dentre os alimentos da mesa de todo dia, já sobre produtos mais utilizados em momentos de confraternização ou sobremesa temos uma importante variedade de bolachas e bolachinhas. No âmbito das qualidades dos produtos temos aqueles mais comuns e baratos até mais caros e requintados e que podem ser confirmados pelos anúncios do Jornal Gazeta de Alegrete ou nas apreensões de contrabando. Estas apreensões foram identificadas por Mariana Thompson Flores (2012) em sua tese, quando a mesma afirma que entre os itens apreendidos havia uma grande variedade de itens, “tais como utensílios domésticos (panelas, louças), bebidas, baralhos, chapéus, sapatos, cortes de roupas e objetos para senhoras como meias de seda e pregadores de cabelo, também iam de produtos acessíveis, ou comuns, aos mais refinados” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 153) não sendo abundantes em tipos, mas também em valores.

Para os itens da tipologia “vestuário” foi possível visualizar que o universo das roupas e calçados era realmente importante e foi usado inclusive como forma de pagamento e quem sabe outros tantos arranjos sociais que não podemos traçar. Luís Augusto Farinatti (2010, p. 390) apontou que muitos dos peões eram pagos com produtos e dentre eles estavam os tecidos. Das 27 das contas de pagamentos de peões analisadas pelo autor, em 18 aparecem tecidos e eles

representam mais de 82% dos valores pagos. Isso demonstra que este tipo de bem era muito apreciado na região, possibilitando a feitura de roupas, e no caso dos peões com família lhes dava possibilidade de prover suprimentos para os seus com maior facilidade do que o dinheiro em si, que demorava muito mais a lhes chegar às mãos em razão da dinâmica não tão capitalizada de organização das finanças nas propriedades.

Isso quer dizer que o “tecido” como subcategoria foi um dos principais produtos que circularam na região juntamente com “itens para costura” e “acessórios”. Aparecendo inclusive repetidamente nos jornais, no nosso caso, no *Gazeta de Alegrete*, indicando também uma variedade de tipos, valores e qualidade que inseria a cidade no contexto mais amplo das novidades do mundo pós revolução industrial, como um dos anúncios do jornal de 31 de agosto de 1890, que nos dá uma noção da diversidade de produtos comercializados em Alegrete.

Percebe-se que havia uma variedade bastante efetiva de produtos, bem como apresenta Laura Cabrejas (2005) o espaço onde se praticava a atividade comercial e a sua importância no abastecimento foram fatores que aproximam Alegrete da fronteira bonaerense estudada pela mesma autora, quando ela afirma que “el comercio al menudeo ha sido analizado tanto desde el punto de vista comercial - la pulpería como centro de abastecimiento de alimentos, bebidas, vestimenta, herramientas y demás efectos” que incluíam mesmo os grupos médios e menos favorecidos, bem como “desde el punto de vista social, es decir como centro de reunión de los habitantes del lugar” (2005, p. 2), já que as casas comerciais recebiam toda variedade que abrangia os mais diversos âmbitos da vida dos indivíduos.

Como percebemos, o vestuário (em suas variadas subtipologias) foi a tipologia de produtos que mais se destacou e do ponto de vista do consumo é possível dizer também que foi o carro chefe da exposição das transformações que aos poucos eram aderidas para outros tipos de bens de consumo.

A constatação de que as mercadorias dos comerciantes impreterivelmente tinham como objetivo tornarem-se bens de consumo deixa nossa análise alinhada ao resto do trabalho. Torna-se, assim, uma possibilidade de perceber o consumo como fato além da compra em si, conectando os diversos âmbitos da vida cotidiana na região fronteira da província. Ao mesmo tempo, os autores platinos que fazem parte da historiografia também apresentam alguns elementos que podem ser interessantes para nossa abordagem. Elaboramos o quadro a seguir para que se possa visualizar os itens que fizeram parte de cada subtipologia do que se refere ao Vestuário.

Figura 6: Itens da Tipologia “Vestuário”



Fonte: Inventários *post mortem*, autos 45 (1881), 39 (1876), 74 (1846), 1773 (1861) de Alegrete/RS. (APERS)

Laura Cabrejas nos ajuda a entender os aspectos relacionados ao vestuário na fronteira bonaerense, para a autora “el vestido siempre fue un medio para que el individuo se identificara socialmente” (2005, p. 4) e para o pesquisador(a) é um dos tipos de objeto de pesquisa que propõe a pensar outros elementos. Nesta pesquisa, o exercício de perceber a partir das fontes as características que caracterizaram a região sem forçar análises nem para o aspecto da *barbárie* ou mesmo considerar a adoção de produtos manufaturados como mera sobreposição de culturas proporcionou coletar diversos elementos para compreender a região como um amplo mosaico que foi sendo construído na segunda metade do século.

Además de las implicaciones sociales se puede relacionar a la indumentaria con prácticas culturales o estrategias económicas. Lo cierto es que a partir de la vestimenta nos formamos la primera impresión de nuestros semejantes. La ropa nos revela a través de la forma, el color, los materiales, la confección y la función, la condición social, los gustos, las posibilidades y las actitudes de quién la luce. Comida, vestido y habitación eran símbolos muy claros de posición social y de poder. Estas observaciones también comprenden a la indumentaria campestre (CABREJAS, 2005, p. 4).

Por isso abordar este tipo de consumo nos é tão interessante, além disso os tecidos de variedade e tipos que serviam para todo estilo de costura, perceptível alguns dados a este respeito apontando-os a seguir. Tecidos finos e importados representaram 56 % dos itens da amostra. Cortes de roupas e vestuário prontos perfizeram 16% dos tipos de itens encontrados. Os calçados somaram 7%, os cobertores 2% juntamente com os utensílios e por fim os acessórios representaram 13%. Os resultados demonstram a maior importância dos tecidos com mais da metade do valor total de todos os tipos de itens da tipologia. Mas consideramos que os 16% dos acessórios também representam uma proporção bastante significativa, já que eles ajudavam a construir o aspecto visual do vestuário a partir do uso de chapéus, luvas entre outras variedades de itens. O jornal Gazeta de Alegrete indica uma quantidade razoável de possibilidades para compra, como os anúncios a seguir:

"Jerseys para senhoras, grande sortimento, lisos e riscadinhos, receberão Freitas Valle & C." 31 08 1890

“Chales da cazemira a ponto de malha - esplendido sortimento receberão Freitas Valle & C.” 16 02 1890

Punhos e colarinhos - *ultima* moda - Freitas Valle

Cortes de casemira para trajes - Freitas Valle

Rendões brancos, cremes e de cores - Freitas Valle (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 16/02/1890).

Segundo Alba Mariani, em Montevidéu e Buenos Aires o vestuário mudou bastante na segunda metade do século XIX, com certeza com muitos mais incrementos e variedade, segundo ela “el ropaje se diversificó según lugares y las ocasiones: para estar en casa, para ir de campo, a los baños de mar, a fiestas y se adecuó a los cambios del almanaque”, assim já entendemos que a sofisticação nas capitais seria diferente da realidade alegretense e de outras cidades médias.

Em quesito de vestuário “en invierno era acompañado de chalés, capaz, sacos acampanados hasta debajo de la cintura o a los tobillos; en verano se utilizaban ligeros algodones: linón, musselinas, gasas, percales, zaracas” (MARIANI, 2008, p. 258). Estes em alguma medida também foram encontrados no *locus* da pesquisa, de modo que talvez os produtos que chegassem com mais rapidez às capitais e se espalhasse por outras cidades.

A importância dos tecidos em específico e dos itens do vestuário em geral é também percebida a partir das apreensões do contrabando nas quais aparecem diversas vezes e em anos diferentes, corroborando nossos apontamentos quanto às variadas tipologias destes bens e sua difusão no consumo. Isso se deve também à questão da facilidade do contato geográfico entre a fronteira do império brasileiro e os países platinos (THOMPSON FLORES, 2012, p. 139) em razão da já existente relação entre indivíduos na zona de fronteira e pelo ambiente sem muitas modificações em relevo que colaboraria para uma circulação sem grandes problemas. No contexto da prática do contrabando, segundo Mariana Thompson Flores (2012, p. 152), não se infringia a lei em razão de produtos ilegais e sim produtos comuns ao comércio tradicional, ocorrendo apenas a tentativa de burlar o pagamento dos impostos aumentando suas possibilidades de lucro com bens tão populares quanto os tecidos.

Contudo, nem só o vestuário compôs o cotidiano e seu contexto juntamente com os tecidos. Encontramos uma quantidade interessante, bem como variada, presença de cobertores nos inventários e também nos anúncios de jornal. Como o a seguir:

Produtos: cobertores de lã, grandes e pequenos, estampados e várias cores, 7.500, 9.500, 12.000, 20.000, 28.000 04 06 1889, Roupas para crianças, Calçados diversos, Sapataria de Francisco Lorenzo, novos sortimentos de madeiras de toda qualidade, especialmente em couros da Rússia, nacional, estrangeiro, verniz de 1 e 2 qualidades, bezerro, francês e nacional. (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 04/06/1889)

Os calçados eram fabricados de vários tipos e seu material refletia nos seus valores. A questão das roupas de cama se relacionam também com a mudança do mobiliário para aposentos. Em meados do século XIX, na região estudada, o móvel utilizado para dormir era

geralmente o catre, encontrado em muitos inventários, mas não considerado o tipo mais adequado de acordo com a concepção europeizada de moradia e cotidiano. O próprio Conde D'eu (1981, p. 37) aponta para uma “falta de roupas de cama” e inclusive de cobertores em suas estadias ao longo de sua viagem pela província, afirmando que “decididamente os cobertores parecem ser desconhecidos na Província do Rio Grande do Sul”. Embora indicasse ainda que os lençóis estavam sempre presentes feitos de seda e tecidos finos, e que o poncho fazia, de acordo com o costume popular “as vezes” de cobertores. Conde D'Eu ainda diz que se sentia aliviado de ter trazido alguns consigo depois de passar por Porto Alegre. Em relação a isto podemos buscar reflexões na antropologia cultural para entendermos algumas questões.

Uma delas é a ideia de funcionalidade dos bens. Temos as teorias funcionalistas, mas Daniel Miller (2013) nos apontou outra proposição. Nem sempre os indivíduos fabricam, adquirem e usam bens que fazem sentido em sua funcionalidade. Por exemplo, temos os cobertores e toda a questão das roupas de cama, as quais se formos considerar o clima, seriam um bem sempre necessário na região. Porém, em relação à funcionalidade, isso sinaliza algo mais: os itens podem modificar suas estruturas físicas. Por isso consideramos que, os cobertores de tecido e lã passaram a se popularizar no século XIX, principalmente na sua metade final, pois é possível que se usassem os couros e pelegos dos animais como cobertores, e talvez também os palas e ponchos, itens de vestuário, podiam desempenhar essa função. Podemos conjecturar também que possivelmente estes itens fossem usados no dia a dia, contudo não na presença de estrangeiros ou visitas importantes e por isso não tivessem uma quantidade de cobertores necessários nos modelos manufaturados de tecido que fosse adequada aos desejos de quem já estava acostumado com seu uso.

E, neste sentido, muitas foram as transformações na região ao longo do século XIX. Nas capitais platinas, segundo Alba Mariani (2008) já se viam em uma transformação significativa dos vestuários, hábitos e uma vida totalmente urbanizada e, cada dia mais se conectando com as novidades vindas da Europa. Mas esta não era a realidade das cidades do interior, Laura Cabrejas (2000) também aponta isso e nos faz indagar de que modo este mundo pós-revolução Industrial vinha modificando o cotidiano em Alegrete e na região fronteira e através de uma interlocução de hábitos. Misturaram-se os produtos manufaturados advindos da Europa com os arreios e objetos para montaria, o bacalhau e as bolachinhas com o mate (chimarrão) e a carne.

A incorporação de acessórios como luvas, lenços, xales e outros itens trouxeram novos elementos, pois, a saber, uso de chapéus para os homens já se concebe como algo comum, contudo a novidade eram as especializações dos bens e novas características, como apontam nossas fontes. Tais indicações também estão constantemente presentes nos anúncios da Gazeta

de Alegrete, como “Chapéus de sol para senhoras e homens - artigo moderníssimo” e, tal como indicado na imagem anterior (figura 7), percebemos uma variedade de itens classificados como acessórios. Estes termos fazem parte do vocabulário publicitário da época e indicam que os produtos apontam para um interesse dos consumidores da região em um consumo que viesse acrescido de ideias “modernas” e estrangeiras. Além da variedade de chapéus, para senhoras e para homens, temos ainda luvas de seda que certamente eram usadas apenas em atividades sociais específicas ou mesmo lenços delicados de seda ou linho. Estes itens provavelmente compunham uma parte da vida cotidiana que não era a do dia a dia, ao menos no espaço rural.

Sejam os tecidos, os cortes e roupas prontas ou os acessórios, o que se pode identificar é o interesse e a preocupação com a aparência. Os diversos autores citados até o momento indicam que o vestuário foi um dos formatos de maior influência nas transformações do consumo, são os itens que apontam os primeiros contatos visuais com o novo e com a popularização dos tecidos isso se intensificou. Certamente a realidade em Alegrete eram bem diferente, mas a seu tempo, estas mudanças também foram se inserindo nas atividades habituais dos indivíduos da região. Indubitavelmente este tipo de discussão não está finalizado aqui, o que pudemos abordar foi uma parcela da realidade que se apresentou nas fontes e que merece atenção individualizada, bem como todas as tipologias de produtos identificados neste capítulo. Dadas as proporções desta pesquisa não nos é possível pesquisar minuciosamente cada uma delas.

Para dar continuidade às nossas análises, elaboramos as subtipologias de outro tipo de item, e afim de atender a totalidade dos produtos classificados em “Itens de cozinha”. Desta maneira, investigamos que havia uma certa variedade de produtos, mas o que nos chamou atenção foi que, em alguns casos, há algumas indicações mais precisas de como eram estes bens, que as avaliações dos inventários não nos apresentaram. Estabelecemos então as subtipologias que consistiram em Pratos, Recipientes (travessas, sopeiras), Panelas, Chaleiras, Talheres, Xícaras/Pires/Bules, Copos/Taças e Utensílios.

De forma geral, antes de analisarmos mais detidamente cada uma delas, identificamos a presença de utensílios que apontam a interlocução entre as tipologias e a construção dos espaços domésticos. Entre estes estão os saleiros e açucareiros que também foram muito constantes nos inventários no geral e que quando percebemos a constância dos açúcares na parte de alimentos, notamos esta interação de itens de consumo de uma tipologia para outra em diversos âmbitos da vida cotidiana. Este intercâmbio entre fontes, tipologias e concepções de consumo que se inseriam a partir da segunda metade do Oitocentos foi identificada também para a subtipologia Xícaras/Pires/Bules, que preferimos não classificar de acordo com seu uso,

que deliberadamente se referia ao chá, mas como sabemos, os usos e a função de uma “coisa” não podem ser definidos universalmente e, assim as xícaras, pires e bules serviriam para toda sorte de bebidas, desde o chá, até o café ou mesmo o chocolate quente. No anúncio a seguir encontramos uma variedade de xícaras em dúzias que nos dão alguns detalhes de seus materiais como as lisas, temas floreados, com frisos ou brancas. Isto é, havia uma gama de possibilidades para consumo destes bens e que variavam de acordo com as necessidades, gostos que estavam se formando e quando possível, a capacidade de compra dos indivíduos. No trecho citado, vemos a variedade de xícaras indicada no anúncio do Jornal Gazeta de Alegrete e onde aparecem também outros tipos de bens:

A Favorita: esta casa chama a atenção do publico para os seus preços de varejo: 1 duzia de chcaras meia porcellana 9.000, 1 duzia de chicara floreada 9.500, 1 duzia de chcaras brancas lisas, 6.000, 1 duzias de chcaras grandes 10.000, 1 duzia de chcaras com (...) 12.000, 1 duzia de taças brancas para chá 7.500, 1 duzia de taças com frisos, 1 duzia de pratos floreados 7.500, 1 duzia de pratos com frizo 6.500, 1 duzia de pratos brancos 6.000 (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 04/06/1889).

Percebemos que os valores das listas de mercadorias presentes nos inventários *post mortem* variam para menos em relação aos anúncios de jornal. Isso se deve em razão da dinâmica do mercado e do lucro como também pelo uso dos bens arrolados nos inventários, nos quais acabam perdendo parte do valor quando do momento da compra. Algumas dúzias de xícaras custavam desde 1.000 réis até 4.500 réis enquanto no jornal os valores estavam bem mais altos, com isso podemos imaginar que a compra destes itens não estava disponível a todas as pessoas em razão das desigualdades sociais que, de forma geral, foram identificadas no capítulo anterior, onde muitas pessoas possuíam muito menos do que as duas primeiras faixas de fortunas da amostra. O mesmo ocorreu com os pratos, por exemplo, mas o que nos interessa de forma mais significativa são as indicações de decoração e materiais dos pratos e consequentemente de outras louças que não tínhamos nos inventários analisados nos capítulos anteriores, nos quais raramente apareciam os tipos de decoração dos objetos de louça. As decorações principais que aparecem são louça branca e pintada, louça com borda azul, estanhadas, louças chinesas, louça fina de pombinha e bronzeadas.

Nas leituras da arqueologia histórica percebemos que estes mesmos padrões eram muito comuns no período, principalmente os totalmente brancos, com bordas azuis e de pombinhas, indicando que nas avaliações dos inventários estes também fossem os padrões, porém como são apresentadas apenas informações básicas, não havíamos identificado.

Por fim, em relação aos itens de cozinha, trataremos algumas questões a respeito dos talheres. Nas nossas listas não encontramos uma variedade muito grande de tipos, embora apareceram alguns com características interessantes além dos talheres que já havíamos apresentado anteriormente, como aqueles com cabos de ferro ou colheres para chá (para acompanhar as dúzias de xícaras e montar conjuntos, por exemplo). Encontramos muitas facas com vários tipos de cabos, como facas para pão (facas americanas com cabo de pão), com cabos de osso, aço polido ou ainda algumas facas com bainha. Estes itens não haviam sido muito detalhados nos inventários e, por isso, nos faz pensar que o uso das facas deveria ser algo comum no cotidiano e muito devido à alimentação. O que se relacionado aos faqueiros nos dão dois panoramas diferentes da concepção de comportamento alimentar e “civilizado”.

Se analisarmos as facas, elas tiveram um caráter ao mesmo tempo individual e coletivo, já que, por vezes, o anfitrião poderia cortar a carne que seria consumida por seus convidados. O que é o oposto dos faqueiros, que de forma geral têm diversos tipos de talheres (garfos, colheres e facas) que são usados para variados tipos de refeições e são distribuídos entre as pessoas onde cada uma utiliza o seu. Isso nos demonstra que ambos os tipos de comportamento e compreensão do que era adequado vivenciavam os mesmos espaços e sem dúvida pelas mesmas pessoas da família e círculos sociais.

O mesmo certamente ocorreu com os alimentos. A carne foi o alimento mais consumido na região juntamente com o chimarrão (mate), mas a inserção de outros alimentos modificou e complexificou este quadro, trazendo ao cenário da comensalidade outros elementos. Do nosso ponto de vista estes diferentes elementos conviveram e proporcionaram às pessoas diferentes experiências. Alba Mariani (2008) aponta, para as capitais platinas, que as postas (composição das mesas e refeições) tinham muitas características que demonstravam pelos itens utilizados e pela forma como se serviam os jantares, esta interlocução de elementos culturais. Gilberto Freire (2003) aponta os costumes “à francesa” como os mais comuns no Brasil do século XIX, o mesmo faz a historiadora Elaine Abrahão (2008), mas também indica que algumas características *a la russe* foram sendo incorporadas na mesa dos indivíduos analisados por ela. Em relação a isso, temos os esclarecimentos de Elaine Abrahão:

Para o jantar no Brasil elegeu-se o sistema *a la française* de servir, que perdurou durante a primeira metade do século XIX, que consistia em pelo menos a adoção de 2 a 3 cobertas (serviços de mesa), além da sobremesa, no qual os pratos prontos eram colocados todos à mesa de uma só vez. A mesa era orquestrada de maneira a transmitir a impressão de opulência e abundância para os convivas. Os alimentos deveriam estar expostos nas travessas de prata ou de porcelana, a fim de fornecer uma fruição estética do arranjo. Em meados do século, foi introduzido o chamado serviço *a la russe*, “...

que revolucionou o comportamento à mesa, a estrutura da refeição, seu protocolo e as práticas culinárias. Nesse serviço de mesa os pratos eram servidos sucessivamente, as travessas de alimentos foram retiradas da mesa e colocadas em aparadores, para serem oferecidos pelos criados aos convivas. Esse modelo acarretou a necessidade de mais criados e os serviçais tinham que ser bem treinados, impecavelmente limpos e arrumados, causando boa impressão aos convidados. (ABRAHÃO, 2008, p. 143)

Infelizmente, não foi possível de rastrear a efetividade disso no caso aqui estudado, o que nos é possível dizer é que muito provavelmente esta sobreposição de características, como aponta Mariani fosse algo comum, pois como apresentamos anteriormente nesta pesquisa, nem sempre encontramos faqueiros completos, ou conjuntos de jantar e chá homogêneos. Além disso, não percebemos grandes diferenças nos tipos de composição dos itens de cozinha entre as atividades socioeconômicas explicitadas no capítulo anterior, corroborando as análises a respeito das casas, que demonstrou a mesma coisa. Isso pode significar que os hábitos que já eram comuns culturalmente e as novidades que começaram a se popularizar, a partir da segunda metade do século, convivessem nos mesmos ambientes e com os mesmos indivíduos, salvo grandes ocasiões como visitas de pessoas ilustres, em que se tentava executar os ritos de acordo com os modelos europeus (geralmente franceses).

Em relação aos alimentos que pudemos encontrar nas fontes, percebemos uma certa variedade de itens que não eram os consumidos diariamente, mas em momentos de confraternização social, temos no um anúncio da Casa “Freitas Valle” em 1890 apresentando alguns de seus produtos:

A CASA GRANDE RECEBEU: Queijo do reino fresco, Vinho D. Luiz 1834 [ou 1831], Vinho Andressen, Dito diversas marcas, Aniz Caraubachel, Tamaras, Amêndoas, Champagne, Cognac [Conhaque] Champagne fino, Ditos de diversas marcas, Licor padre Kermann, Doces do Rio, Azeite piagnol, dito doce em lata, Presunto, azeitonas em barris, Vendem *Freitas Valle & C.* (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 31/08/1890).

Identificamos neste anúncio, bem como em muitos outros a presença de alimentos e bebidas que despertassem o paladar e as novas concepções de alimentação como os queijos, amêndoas e tâmaras, os doces e as bebidas sempre muito cativantes, fazendo dos anúncios as propagandas dos novos hábitos alimentares. E como apontam Correa e Wibaux (2000, p. 82) para a fronteira bonaerense, “la lectura de los inventarios también arroja indícios acerca de cierta sofisticación y renovación em los hábitos de mesa, que se desarrolla e forma paralela a la introducción de nuevos productos, preferencias y gustos en las mesas rurales”. O que é interessante já que segundo estes pesquisadores isso era demonstrado a partir da “la presencia

creciente de tazas, platôs y cucharitas de café, además de máquinas y milinillos, copas y vasos de cristal, chocolateras, sartenes y salteros”, os quais em sua maioria também encontramos em nossas análises.

Contudo, no que concerne aos produtos que são bastante frequentes, temos macarrão, pão e até arroz. Estas presenças constantes nos fizeram questionar a disponibilidade de pão na região e considerar de onde poderiam vir estes alimentos. Não temos confirmação, mas imaginamos pudessem ser produzidos localmente ou também trazidos de outras cidades. Esta segunda hipótese nos é possível devido alguns hábitos de produção de alimentos que se modificaram ao longo do Oitocentos, uma destas transformações foi na utilização do bicarbonato de sódio, como identifica Alba Mariani (2008), ao afirmar que “la práctica industrial de la panificación que, al emplear bicarbonato de sodio evitaba la decomposición, permitió el transporte a lugares lejanos de las muy apreciadas, edulcoradas y mantecosas galletas y bizcochos de fantasia” (2008, p. 144) e isso pode nos dizer muito sobre não só pães como outros itens tais como as bolachinhas que também aparecem com bastante frequência, mas que podemos classificar como alimentos “recreativos”. Além de ser comum o consumo do pão em Montevideú e Buenos Aires, na fronteira bonaerense este alimento também era comum na mesa dos indivíduos pesquisados por Correa e Wibaux (2000, p. 77), ou seja, o pão se tornou alimento comum em toda região platina.

Outro tipo de alimento, ou categoria, que aproximou Alegrete do mundo platino foram os peixes e frutos do mar como camarão e bacalhau e, até mesmo, a sardinha. Segundo Alba Mariani, eram os pescados alimentos consumidos com muita facilidade nas capitais platinas (2008, p. 176). Encontramos ofertas destes tipos de produtos em muitos anúncios do jornal Gazeta de Alegrete onde aparecem “bacalhao fresco e goiabada cascão - Maciel e Irmãos” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 01/08/1889, grifo nosso) ou mesmo anúncios mais caricatos ou criativos, como este Torrador alegretense: “camarões superiores, cocos da Bahia bacalhau imperial, fumo desfiado Cincinato, azeitonas novas, cha hyson superior, também tem folhas de noqueira que dizem ser boas para destilhar os humores aquaticos dos cerebros alagadiços” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 01/08/1889). Identificamos como característica dos estabelecimentos comerciais de Alegrete a mistura de produtos para venda, como constatamos a pouco, além de um tipo de “propaganda” bem característico da época, os comparativos e termos combinados. A questão de pesquisa sobre as propagandas no século XIX ainda são uma grande possibilidade de trabalho, por isso julgamos que nossas análises a respeito são básicas, pois não encontramos bibliografia específica sobre isso para o Oitocentos, o que

temos em relação aos jornais e periódicos são análises das colunas e publicações, mas não dos anúncios em específico.

Para além dos jornais, consideramos que os livros de culinária fossem uma outra forma de disseminação destes novos elementos no consumo, e neste caso, ao menos em Montevideu e Buenos Aires eram algo bastante comum, segundo a autora Alba Mariani (2008, p. 144), contudo nossas fontes não nos proporcionaram os mesmos resultados, talvez uma pesquisa mais minuciosa em outras fontes ou em um maior número delas possa nos dizer em pesquisas futuras se estes itens eram também comuns na fronteira oeste da província.

Ainda no âmbito dos alimentos, temos as especiarias, que também são uma parte importante da amostra e apontam para uma integração com o consumo deste tipo de produto e que eram fundamentais para o cozimento e conservação dos alimentos. Mariani aponta o sal como um dos itens fundamentais, “la sal permitia conservar todo tipo de alimentos, desde manteca vacuna hasta embutidos de cerdo” (2008, p. 144), mas temos outros produtos também, como a canela, cravo, cominho, pimenta do reino. Apareceram ainda azeites, manteiga e banha, vinagre e os açúcares (branco, branco fino e mascavo).

Afora as especiarias temos muitas bebidas, como foi possível identificar no anúncio anterior, como champanhe, licores e vinho. O vinho pareceu ser uma bebida bastante apreciada, e isso os autores Correa e Wibaux (2000) também identificaram na fronteira bonaerense, podendo ser estes vinhos nacionais ou estrangeiros, principalmente vinho do Porto, temos nas apreensões por contrabando na região algumas outras bebidas que complementando este quadro, tais como kirschwasser, absintho e vermuth, bebidas importadas e que perfaziam o consumo de itens estrangeiros (THOMPSON FLORES, 2012, p. 329) juntamente com algumas das quais citamos demonstrando a variada possibilidade do consumo na região. Mas encontramos a cachaça, que também era bastante comum, sendo inclusive um dos produtos que o Império do Brasil exportava em grandes quantidades. Mas, em relação às bebidas nem todas eram alcoólicas. Temos o café e o chá (preto) além da comum erva mate, que fazia parte do cotidiano das casas na região.

Encontramos uma variedade grande de produtos que identificamos como alimentos para consumo excepcional, como as bolachinhas, bolachas “sortidinhas”, caixas de uvas passas, latas de frutas em conserva e doces. Imaginamos que estes produtos fossem adquiridos para serem consumidos com a visita de pessoas do círculo social ou em almoços de família, tornando o chá ou o café, bebidas que se inseriam neste contexto de novos hábitos, juntamente com a aquisição das xícaras próprias para esta atividade.

Imaginamos que todo este cenário da alimentação diária ainda se completasse com as frutas cultivadas na região, principalmente os laranjais, e que estas frutas trouxessem outros elementos relativos aos sabores e o frescor, dando outras características ao tipo de alimentação que era a base (com a carne), mas que começava a se diversificar, já que também faziam parte de muitos inventários da nossa amostra a avaliação de laranjais, pés de laranja ou pomares (sem mais especificações), dando a entender que eram comuns nas propriedades. E, de forma geral não conseguimos identificar nos inventários *post mortem* a presença de gêneros alimentícios produzidos localmente, mas considerando a experiência apresentada por Márcia Volkmer (2013a) ao indicar pelas fontes das câmaras municipais das cidades fronteiriças, que a produção de alimentos naquelas cidades eram insuficiente para a demanda local, este mesmo problema ocorresse com Alegrete, onde identificamos apenas inferências sobre isso no Código de Posturas e a partir das ferramentas arroladas nos documentos. Uma das possíveis soluções, podemos auferir que fosse a aquisição destes produtos no outro lado da fronteira demonstrando tanto a importância deste contato como comprovando a nossa ideia de um consumo impulsionado em boa parte pelo comércio feito com e através dos portos platinos, como aponta o trecho a seguir:

O que se destaca dessas ações é a necessidade que tinham as cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul de se suprirem de gêneros alimentícios vindos do “outro lado da fronteira”. Em toda a correspondência enviada pelas Câmaras Municipais, fica evidente a pouca produção agrícola existente nessas vilas, ou então a sua produção em pequena escala, insuficiente para suprir a demanda de toda a cidade. Nesse sentido, boa parte dos alimentos, especialmente os grãos, era enviada dos portos de Concórdia e Restauração e importada pela Alfândega de Uruguaiana (VOLKMER, 2013a, p. 140).

Outra tipologia de produtos, “Beleza/Higiene/Saúde” identificamos que o uso de medicamentos e produtos para tratamentos de saúde não são algo recente, houve sim a reconfiguração e aprimoramento de seus usos, efeitos e especialidades, e assim a presença destes na vida cotidiana no século XIX acabou sendo mais comum, e a disponibilidade destes itens também passou a fazer parte das possibilidades do consumo. Nas listas de mercadorias dos comerciantes percebemos os mesmos padrões das avaliações dos inventários *post mortem* apresentados no primeiro capítulo desta dissertação. São itens que perpassam medicamentos pastilhas e óleo de rícino e “garrafas de *prompto alívio*”.

Desta forma, encontramos nas mercadorias dos inventariados alguns dos produtos que se repetiram no jornal em diversas edições e mesmo a importância das questões medicinais passaram a fazer parte do contexto organizativo da sociedade a partir dos códigos de posturas.

Encontramos o “Farmaceutico Pedro Fernandes - possui uma farmácia na cidade” (GAZETA DE ALEGRE, Alegrete, 16/02/1890), que anunciou no Gazeta de Alegrete em 1890, mas outros produtos eram anunciados livremente sem serem indicadas casas ou farmácias onde seriam comercializados e disponíveis para consumo e que complementam o âmbito dos bens que viriam a tornar-se bens de consumo, como os que aparecem nas listas de mercadorias dos comerciantes, mas vejamos um exemplo de anúncio de medicamentos diversos, como os a seguir, presentes no Gazeta de Alegrete:

Vinho de peptone de Chapoteeaut: tratamento para doentes, anemia, esgotamento de forças, digestão difícil, repugnancia dos alimentos, febres, dabetes, tísica, desinterias, tumores, molestias do fígado e do estomago - paris

molestias as crianças - xarope do rabão iodado de Grimault - xarope antiscorbutico, excita o apetite, resolve engorgitamento das glandulas, combate palidez, torna firmes as carnes, cura maos humores e as crostas de leite das crinaças, e as diversas erupções da pele - Paris

Sabonetes medicamentosos de Grimault e cia, Sabonete sulfuroso- contra as borbulhas, as manchas e as diversas erupções que se manifestão na pelle, sabonete sufurosos-alcálico - chamado sabonete de Helmerick, contra a sarna, a finha malhas escamsas e a pityriase de couro cabeludo, saboete de alcatrão de nogueira - enpregado nos mesmos casos que o precedente, sabonete de acido phenico - presercativo e antiepidemico, sabonete de alcatrão com borax - contra as affecções cutaneas, chronicas ou ligeiras, crostas de leite, dertos, ecxema, em Paris

Elixir antinervoso polybromurado de Baudry - Paris

Capsulas de quinina de Pelletier – Paris (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 16/02/1890).

Capsulas de quinina de Pelletier contra enxaquecas, nevrálgias, acessos de febres, febres intermitentes e paludoas, a gota, rheumatismo, e (...)uores nocturnos, cada *capsula* da grossura de uma ervilha (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 01/08/1889).

Kananga do Japão [...] 8, Rue Vivienne, 8 PARIS A Agua de Kananga é a loção mais refrigerante, a que mais vigor dá a pelle, e que mais branquea a cutis, performando-a delicamente. Extracto de Kananga, suavissimo e aristocratio perfume para o lenço. Oleo de Kananga, thesouro dos cabelos que abrilhanta, faz crescer e impede de cair. Sabonêtes de Kananga, o mais agradável e macio, conserva á cutis sua nacarada (*sic*) transparencia. Pós de Kananga, branqueão a elegante côr mate e a preservão de (...)las. *Deposito nas principaes Perfumarias* (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 31/08/1890).

Percebemos neste anúncio diversos elementos relacionados à propaganda de medicamentos, e em específico um tipo muito comum segundo Nikelen Witter (2007, p. 127), os extratos, elixires e outros itens “expulsórios” que representaram boa parte dos tratamentos para as doenças no século XIX, indicando segundo a medicina da época os primeiros usos da

medicina no intuito de expulsar as mazelas do corpo e fazer sua limpeza. A mesma autora ainda aponta que este e outros tipos de anúncios e propagandas de remédios como os apontados acima e outros variados tipos eram comuns no Império e faziam parte do cotidiano das questões de saúde e doença (WITTER, 2007, p. 111), e como apresentando no primeiro capítulo, foram encontrados em alguns inventários itens que se referiam tanto à acomodações de lojas de departamento como também de uma farmácia, contendo toda a estrutura, as próprias drogas/medicamentos e aparelhos necessários ao tipo de estabelecimento.

Consideramos que a existência dos Códigos de Posturas demonstra um interesse das autoridades, mas também da sociedade em organizar seus aspectos mais gerais e não foi diferente com as atividades ligadas à saúde. Em Alegrete, o Título 13 das posturas se dedica quase todo a este âmbito e se relaciona a diversos tipos de questões: regulamentação da atividade dos farmacêuticos e/ou boticários, controle dos produtos e da comercialização dos mesmos, entre outros aspectos. E imaginamos, a partir das regulamentações, que os farmacêuticos como o citado no anúncio anterior, Pedro Fernandes, tinham que estar regularizados, como o artigo 92, que aponta que “hé prohibido botica sem licença da Camara Municipal. O contraventor pagará a multa de 10\$000” (POSTURAS MUNICIPAIS ALEGRETE, Artigo 92, transcrição original), indicando que havia interesse e preocupação pública em organizar estes estabelecimentos e regularizar seu funcionamento na cidade. Havia as juntas de higiene e comissões espalhadas por todo o Império do Brasil ao longo do século XIX e por vezes ainda disputas de interesses locais e provinciais ou federais na implementação destas regras (ou não) como aponta Nikelen Witter em sua tese.

A autora (WITTER, 2007) aponta os diversos caminhos pelos quais se pensou a questão da saúde no século XIX e demonstra o grande interesse público em regulamentar os aspectos referentes à saúde da população, e temos nas posturas municipais de Alegrete um exemplo deste tipo de preocupação em uma região fronteira apontando que este interesse ocorria em diversos locais da província. Além disso, há que se pensar que as pessoas possuíam suas próprias concepções do que era saudável ou doentio na segunda metade do século, nem sempre estas concepções se encaixavam nos modelos governamentais, mas temos nesta temática uma possibilidade de outras abordagens mais aprofundadas para o tema. Como percebemos a ideia de “modernidade” era um elemento constante nos anúncios de jornal, mas a ideia de progresso também permeava essas discussões (WITTER, 2007, p. 153) e a presença de profissionais no âmbito da saúde era essencial nessa execução, neste caso representados pelos farmacêuticos, que segundo Witter eram considerados fundamentais para questões da saúde pois sabiam além da parte teórica do exercício da medicina a produção dos medicamentos nos tratamentos das

doenças.

Ademais da presença dos farmacêuticos, temos os tratamentos odontológicos como um novo elemento a figurar nesse contexto. Os dentes e a saúde bucal passaram a fazer parte do contexto da vida cotidiana ainda que considerando as necessidades e concepções do período, bem diferentes das atuais. Há que se considerar que a inserção e transformação dos hábitos de higiene não denotam mais ou menos “status de civilização” e sim diferentes formas de lidar com o corpo e a inserção de hábitos não antes vivenciados e a reconfiguração de outros. Encontramos poucos itens para higiene e cuidado dentário nas mercadorias dos comerciantes arrolados na amostra, mas outros anúncios aparecem no jornal e podem apontar mais um elemento ligado à temática da saúde e da higiene no contexto pesquisado. Encontramos anúncios que se referem à produtos para limpeza dos dentes: “Odontine do Dr. Riedel: *O melhor preparado para conservação dos dentes*. Receberão, Freitas Valle & C.” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 31/08/1890). Até mesmo presença de cirurgiões dentistas como “Doutor Nicola Acquaviva - cirurgião dentista” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 04/06/1889).

Outros aspectos também foram identificados. Nas mercadorias aparecem vários tipos de produtos para higiene pessoal para além do que já mencionamos, como também demonstramos nas análises dos capítulos anteriores. São diversos tipos de águas floridas, águas de rosas, água de colônia, e sabões, nesta tipologia de bens percebemos que também se complementam aspectos, pois já havíamos encontrado este tipo de bem nos inventários em geral, demonstrando que seu consumo perfazia os diversos âmbitos desde a disponibilidade, escolha e aquisição. Porém, não podemos apenas nos basear nos bens encontrados, pois a higiene e a limpeza ou não dos corpos é de cunho privado (apesar de passar a ser de interesse público ao longo do século XIX, ao passo que as teorias médicas da virada do século XX estavam em ascensão). Nuances que não estão expostas efetivamente nas fontes, como os pentes. Estes aparecem nas listas e são de vários tipos como mármore, de chifre, encouraçados, de búfalo e até um de cabeleireiro, contudo não são o tipo de bem que aparece nos outros inventários da amostra da pesquisa, indicando que talvez fossem adquiridos e descartados mais facilmente ou mesmo não fossem avaliados no processo do inventário fazendo com que eles não aparecessem nesta parte das fontes.

A historiadora Alba Mariani (2008, p. 55) pesquisando Montevideu e Buenos Aires constatou que o mais comum e considerado adequado para higiene da população em geral era lavar as mãos, e aos poucos foi inserido o uso de bacias e jarros nos quartos privados ou “quartos de banho” que passaram a existir mais ao fim do século. Na segunda metade lavar as partes

visíveis do corpo era algo que se considerava o adequado para a limpeza corporal e higiene adequada (MARIANI, 2008, p. 226) e demonstra que aos poucos outros hábitos foram inseridos, mas as noções de higiene ainda se mantinham de acordo com as concepções pessoais do que era considerado correto, pois estas transformações foram sendo inseridas aos poucos, não ocorrendo, ao que parece, grandes transformações nas concepções de higiene. Nikelen Witter (2007) aponta que a ideia de higiene no século XIX era bastante diferente das concepções atuais, porém apresentou algumas leves transformações ao longo do século. A própria necessidade do banho higiênico não fazia parte do cotidiano das pessoas, segundo a autora isso não iria ocorrer pelo menos até metade do século XX. No Oitocentos o que era considerado adequado era a limpeza das partes visíveis do corpo como atestam outras pesquisas já apresentadas aqui. Alba Mariani (2007, p. 120) apresenta este quadro a seguir, com a troca das roupas “brancas” representando a higiene das partes íntimas e a lavagem de mãos, pés e rostos. Contudo não devemos confundir os termos higiene e limpeza, o que segundo Witter são termos que se aproximam (principalmente nas concepções atuais de higiene) mas para o período não podem ser concebidos como iguais (p. 182).

Neste contexto de transformações, percebemos de acordo com a ideia de difusão das concepções burguesas de sociabilidade advindas da Europa, há uma certa pressão para que as pessoas se adequassem aos novos hábitos. Podemos identificar os adjetivos nos anúncios de jornal como uma metodologia psicológica de conquista de mercado e difusão de conteúdos “civilizatórios”, alguns destes adjetivos são “*o que há de mais chic*”, “*artigo moderníssimo*”, “*qualidade superior*” entre muitos outros. Estes usos do que não podemos ainda chamar de “propaganda” (ao menos não temos as bases teóricas para tal), mas seus indícios, acabavam por corroborar estas modificações. Para Alba Mariani foi na metade do século em que começaram a ser usados de forma mais uniforme na sociedade rio-platense os sabonetes perfumados e perfumes e loções que antes eram considerados um exagero, no caso da autora, por parte da burguesia, mas que passaram a se tornar aceitáveis mas ainda não muito populares (MARIANI, 2008, p. 227). E a mesma autora identificou que os jornais eram uma destas fontes de difusão de ideias e concepções que acabaram se mesclando com os conceitos culturais estabelecidos. O próprio contrabando, estudado por Mariana Thompson Flores (2012) na fronteira oeste da província, aponta a importância de alguns destes itens, na listagem de bens apreendidos nos contrabandos encontrou em 1889 quase 1.000 kg de sabão, dentre tantas outras mercadorias, o que pode indicar que este tipo de item tinha bastante popularidade razão pelo qual se arriscariam a contrabandear-lo.

Esta discussão sobre higiene é importante pois não nos deixa analisar o passado pelo

consumo e o cotidiano a partir de uma lógica evolucionista, onde a inserção de bens importados trouxesse “o que era mais civilizado”, na verdade ocorreu a incorporação de novos conceitos aos anteriores e não apenas uma sobreposição de ideias “civilizacionais”. Ao compreender que o banho e a troca de roupas não podem ser analisados pelos olhos de hoje (com água encanada, máquinas de lavar roupa, eletricidade) abrimos os nossos horizontes no que tange o objeto da pesquisa. Alba Mariani indica que “estar limpio, en todos los casos y para todos los niveles sociales consistia en llevar ropa blanca, poseer modales correctos, cuidar el cabelo, los dientes, asear las uñas y lavarse com cierta frecuencia las manos” (2008, p. 244) ou seja mais do que isso era algo fora do conceito comum de limpeza, ademais “se es el caso lavarse la cara y, ya más adelante echarse agua de colonia” para que se pudesse dar a noção de que se estava devidamente limpo(a). Ou seja, quando consideramos os hábitos dos indivíduos podemos conjecturar melhor quais mudanças ocorreram em detrimento de sobrepor uma análise.

Mesmo a concepção de higiene apresentada por Alba Mariani ainda é bastante complexa e cheia de detalhes que certamente a maioria das pessoas seguia (ou não). Mas podemos pensar, para Alegrete e sua característica interiorana e de médio porte que algumas questões são interessantes de se indicar. Por exemplo anúncios de estabelecimentos para cuidado com a barba, “Barbearia oferece ao público seus serviços profissionais - Ramão dos Santos” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 04/06/1889) ou local para adquirir itens para higiene, “legítima perfumaria *extra-fina*, Casa Maciel e Irmãos” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 01/08/1889). Estes anúncios atrelados aos produtos encontrados como sabões, sabonetes, pentes e águas de cheiro indicam estas incorporações de hábitos de higiene e consumo, indicando que a região também se conectava aos novos conceitos de vida em sociedade, contudo concebemos que estas conexões tinham seus limites e adequações. Estes produtos juntamente com as navalhas encontradas em alguns inventários e indicadas no primeiro capítulo podem ter a ver com outro âmbito da mudança da relação das pessoas com seus corpos. Além dos cabelos, as barbas são outra forma de expor as mudanças da forma como as pessoas se compreendiam no século XIX, como apresenta Gilberto Freyre afirma, em Sobrados e Mucambos (2003), ao afirmar que há um

Desassombramento no rosto dos homens, por meio do corte com as tesouras e as navalhas inglesas de que se encheram as lojas brasileiras na segunda metade do século XIX, dos excessos das barbas chamadas de “mouros”, de “turcos”, de “nazarenos” – barbas ao mesmo tempo orientais e ortodoxamente patriarcais, que seriam aos poucos substituídas por suíças, peras e *cavainacs* burgueses ou semi burgueses” (FREYRE, 2003, p. 430).

Estes pequenos detalhes são mais facilmente rastreáveis em cidades grandes em razão da maior publicidade de informações e circulação dos novos costumes, mas para Alegrete temos neste momento apenas os apontamentos dos anúncios de jornais, embora mesmo com poucos indícios encontrados nas nossas fontes podemos conjecturar que a barba também foi um dos elementos destas modificações, inclusive pela presença de ao menos uma barbearia em Alegrete. Ao que tudo indica, foi de fato o fim do século o período em que estas mudanças na vida cotidiana e nas concepções de consumo (consumo não é apenas de itens materiais, mas também de serviços) o período mais agitado na região.

Alimentação e higiene sempre tiveram uma relação muito próxima e qualquer mudança nos hábitos de uma implicam na modificação da outra também, a ver, temos Norbert Elias, na obra “O processo civilizador” quando trata do uso de talheres individuais e louças, evitando contato com a sujeira dos demais da mesa, uso de lenços e de comportamentos que eram quase obrigatórios, além de uma diversificação dos utensílios de cozinha na composição das mesas, afastamento do cozimento dos alimentos das vistas públicas e todos os pequenos aspectos que se modificaram ao longo de séculos. E, temos que concordar com o autor quando este aponta que estas transformações todas não ocorreram da mesma forma e com as mesmas características em todos os lugares, apontamento que nos propõe a pensar fora de um padrão de evolução e aceitação que exclui a diferença.

Se por um lado algumas das categorias de bens e mercadorias encontrados nos inventários dos comerciantes se aproximam do que identificamos nas avaliações de bens dos demais componentes da amostra, temos algumas que, no âmbito do consumo de curto prazo não se fizeram muito evidentes. Uma delas é a “móvel”, que aparece em menos de 1% da amostra. Os itens que constam nas fontes são algumas cadeiras de madeira e de balanço, caixas, uma mesa de jantar, e alguns catres e colchões.

Nossa hipótese é de que este tipo de bem se enquadra mais no conceito de “bem durável” como aparecem no primeiro capítulo, onde permanecem na casa das pessoas por quase uma vida inteira. Esta característica de “bem durável” demonstra uma diferença para o consumo como ele vinha ocorrendo na Europa. Para Grant McCracken (1983), na Europa no século XIX já havia passado pelo seu grande crescimento, as lojas de departamento já não eram a grande novidade e o consumo de bens em todas as esferas já se caracterizava pela troca das coisas velhas ou usadas por novas.

Se antes, os móveis eram utilizados por diversas gerações em uma mesma família e suas marcas de uso representavam a história daquele bem e eram apreciadas quando adentra o século

XIX, o consumo já atingiu seu grande momento e já faz parte da vida cotidiana das pessoas, a moda é um dos elementos que faz as transformações ocorrerem com mais rapidez. Assim, trocar os móveis das casas era sempre adequado, para se seguir as tendências de modelos e estampas que surgiam de tempos em tempos. No Brasil, o consumo tem diferentes nuances e características e não apresenta a mesma expressividade apresentada por McCracken. Ademais, é a partir de 1850 apenas que a dinâmica do consumo toma contornos mais expressivos nas cidades maiores. Talvez nelas o tipo de prática que era comum em países da Europa fosse mais fortemente identificada, mas nas cidades médias e pequenas cremos que não ocorresse desta mesma forma.

Dizendo isso, pressupomos que um dos motivos pelo qual os móveis não eram muito expressivos nos inventários destes comerciantes é que a aquisição de novos itens não era algo feito no furor da nova tendência ou das novas influências da moda e sim da necessidade e possibilidade de compra. Além disso, a disponibilidade de escolha e quantidades não fosse muito grande, como o anúncio a seguir nos sugere algumas questões:

Moveis e outros

1 mobilia de 18 peças para sala, 1 Guarda-roupa de madeira polida, 1 Relogio grande, 2 cadeiras de balanço, 12 Quadros para sala, 1 caixa de musica, 1 mesa de Piano, 1 " pequeno, 1 " ferro, 1 " com armário, 1 cabeça louça "cão", 1 Talha pequeno e com banco, [...] Vende-se por preço baratissimo por tratar com José Antonio Alves. No Baratilho da Estrela Rua dos Andradas" [Grifo nosso]. (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 31/08/1890)

Entre os itens disponíveis para compra no estabelecimento de José Antonio Alves estão uma mobília completa para sala e um guarda roupa, além de cadeiras de balanço e mesas diversas. Imaginamos pelas poucas quantidades que a disponibilidade dos móveis não fosse tão grande e se adequasse à demanda local, fazendo com que os bens móveis duráveis permanecessem em uso por muito mais tempo do que em outras cidades mais urbanizadas, como Montevideu e Buenos Aires ou mesmo Rio de Janeiro, Campinas e Pelotas. Nestas cidades temos, a partir da historiografia, as diversas características de cidades urbanizadas e em constante transformação, o que evidencia a diferença entre Alegrete e estes locais, e nos incentiva a buscar compreender suas características de consumo sem comparações demasiadas.

Neste sentido outra tipologia de mercadorias é a de “Instrumentos de trabalho”, que nos capítulos anteriores foi uma das quatro mais importantes e segue sendo um conjunto que “coisas” que se fez importante na vida cotidiana e no consumo em Alegrete. Nesta tipologia incluímos desde itens de montaria, para trabalho no campo e materiais de construção. Com isso

elaboramos duas categorias: *construção* e *lida do campo* para podermos comparar suas importâncias nos inventários dos comerciantes e os resultados demonstram que os materiais de construção representaram 20% da amostra e para lida do campo 80%.

Imaginamos que isso ocorresse por dois motivos, um deles é, pois, os bens de uso no espaço rural são mais caros e assim acabavam representando uma boa parte da amostra, outro fator é a importância que o mundo rural imprimia naquela sociedade e torna o consumo um dos aliados nesse contexto. Os arreios e argolas, tesouras para tosar e machados, por exemplo, são itens que compuseram a parte que compete a lida do campo, em relação a isso podemos dizer que corrobora o que já tratamos e demonstra que o espaço rural também movimentava o comércio, desmitificando a concepção de que regiões muito rurais não se inserem no ambiente comercial. A questão que permeia este debate é compreender as características de cada espaço e a não imposição de concepções, neste caso de urbanidade e “civilização”.

Já para a parte de construção temos algumas mercadorias que despertam interessantes análises. No capítulo anterior abordamos as indicações das estruturas das residências a partir dos bens de raiz dos inventários da amostra, porém ponderamos que não tínhamos como afirmar sobre as portas e janelas pois estas informações não apareceram nas fontes, mas aqui temos algumas indicações de boa parte dos itens que estão na categoria construção são fechaduras em geral, fechaduras para porta, além de dobradiças que poderiam ser usadas nas portas ou nas janelas nos ajudando a identificar mais elementos relacionados às residências em Alegrete. Outros itens também são interessantes como as tintas e vernizes, além de parafusos, ferros, lápis de carpinteiros e serras. Estes bens podem indicar a movimentação do consumo para reformas nas residências e outras benfeitorias e na existência de trabalhadores que se dedicavam à trabalhos na carpintaria e na construção, o que antes não havíamos encontrado.

Já quando falamos da tipologia “papeleria” percebemos que alguns contornos são passíveis de análise. Um deles é a presença de muito papel e itens para escrita. Isso indica a utilização para elaboração de documentos pessoais, cartas e contas de pagamentos, compras e dívidas, fato que era comum também na região platina da fronteira bonaerense, pesquisada por Laura Cabrejas (2005, p. 14). A autora também aponta o papel em suas diversas materialidades como um dos bens mais consumidos, os mais refinados usados para escrita de cartas e outros mais comuns utilizados para envolver e guardar coisas.

Contudo, além de papéis em branco, resmas de papel tipo almaço, lápis e tinteiros ainda encontramos os livros como itens que aparecem em alguns dos inventários dos comerciantes. Em sua maioria estes livros se referem ao quesito educação, moralidade e concepção de civilização. Nos comércios de Alegrete encontramos anúncios deste tipo de itens para consumo

“F. Valle & C. à casa de varejo acaba de chegar um grande sortimento de Livros em brancos riscados e sem riscos 1ºs 2ºs e 3ºs livro de Hilario e cartas abc. que vendem a preços baratissimos” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 04/06/1889).

Entre alguns dos títulos no âmbito da educação inicial temos “cartas de alfabeto”, “a arte de aprender a ler”, “primeiros livros de leitura”, entre outros e se referem aos primeiros aprendizados da leitura, no que chamaríamos de educação primária e acabam corroborando o anúncio acima citado. Nos Relatório de Presidente de Província aparecem as indicações de escolas, professores e instituições e a interlocução destes dois elementos indica que a educação das primeiras letras era assunto tanto público quanto privado, porém sabemos que a extensão do ensino era bem restrita, mas que provavelmente estes livros eram comercializados para as classes na região.

Ademais, temos outros livros interessantes que perpassam a questão da educação, todavia em relação ao seu sentido moral e civilizatório, o que parece ter sido muito comum no século XIX. Elaine Abrahão identifica também a presença de uma certa variedade nos títulos que se referem muitas vezes à regras de comportamento, romances e livros de culinária, sendo estes últimos os mais prestigiados pelas mulheres em Campinas:

Os livros de etiqueta e de receitas eram importantes aliados das senhoras da elite campineira. Neles elas encontravam informações de como escolher o cardápio de acordo com a quantidade de convidados, ensinavam como decorar a mesa de jantar, qual toalha de mesa deveria ser usada, como fazer dobraduras nos guardanapos. Enfim, vários detalhes e regras de como servir um banquete ou um jantar mais simples (ABRAHÃO, 2008, p. 140).

Nos inventários da amostra no que se referiam aos livros encontrados nas avaliações dos bens havíamos encontrado apenas dois inventários com livros e os títulos variavam entre romances e livros de administração e direito. Mas estes títulos podem ter uma variedade um pouco maior quando cruzamos estas diversas fontes. Encontramos, por exemplo, o livro “A carvalha grauda por Julio Lermina⁸⁸ - romance *historico* 1 volume em brochura 2.500 - vende-

⁸⁸ A pesquisa realizada na *internet* nos apresentou um personagem de nome Jules Lermina, um francês nascido em 27 de março de 1839 e falecido em 23 de junho de 1915, inicialmente escritor de romances, novelas e outras obras de cunho político, também foi jornalista e se posicionou ao lado dos socialistas sendo inclusive preso em razão de suas posições. Porém não temos certeza da identidade do autor da obra citada e deste indivíduo serem a mesma, apesar de considerar muito possível, além do mais não encontramos entre suas obras o título acima citado, o que pode ser um problema de tradução. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Jules_Lermina, acesso em dezembro de 2018, e <http://www.isfdb.org/cgi-bin/ea.cgi?133605>, acesso em dezembro de 2018.

se no *tropadeiro* Candido Mallmann” ou mesmo outros tipos de obras e itens como mapas e até um barômetro⁸⁹,

1 Barometro, 1 Mappa do Imperio do Brazil, 1mapa da provincia do Rio Grande, 13 V. da Historia universal - por Cant, 4 V. de Philosophia Fundamental, 1 V. Diccionario Geographico, “Tudo em perfeito estado”, Vende-se por preço baratissimo *por* tratar com José Antonio Alves. No Baratilho da Estrela Rua dos Andradas” [Grifo nosso]. 31/08/1890

A divulgação destes itens estava diretamente relacionada com a possibilidade de acessar elementos culturais estrangeiros tidos em alguns casos como mais adequados ao aprendizado social. Em Campinas isso era fato comum, Elaine Abrahão afirma que sua “análise dos inventários *post mortem* revelou que os homens e mulheres da elite, procurando seguir os padrões de comportamento europeus, adquiriam livros com títulos que variavam do romance a culinária, além da mobília, objetos de decoração, roupas” (2008, p. 131) além de alimentos e bebidas. A vida cultural campineira era bastante ativa em razão da economia cafeeira em expansão e do retorno financeiro que proporcionava à cidade o incremento de novidades muito mais rapidamente incorporadas no cotidiano da região do que em outros locais menos urbanizados, como Alegrete.

Contudo, ao que parece, algumas das ideias vindas da Europa em relação aos comportamentos, vida social e moralidade acabavam por circular na região de Alegrete e muito disso se deveu às concepções cristãs geralmente impressas em livros como alguns dos títulos encontrados nas listas de mercadorias dos comerciantes da amostra.

Dentre os livros relacionados à civilidade temos os títulos “Carta de civilidade Christã”, ou mesmo “Simão de Nantua (ou O Mercador de feiras)”. Estas obras tem um cunho muito mais ligado à ideia de moralidade, e ainda que fossem utilizados no ambiente escolar, por exemplo, tinham um objetivo maior que entra no escopo das obras cristãs. Sobre Lourenço Pedro de Jussie, não sabemos muito e todas as pesquisas apontam apenas seus títulos, mas o cunho da sua obra também indica a ideia da moralidade e da civilidade, sendo usado nas escolas juntamente com as “Fábulas de Esopo” de Claudio Fleury ou “Tesouro dos meninos” de Pedro Blanchard. A utilização deste tipo de livro no ambiente escolar nos remete à ideia de que o ensino era um processo amplo, em que o aprendizado da leitura e da escrita também perpassava aprender os comportamentos aceitos na sociedade. Encontramos no Jornal Gazeta de Alegrete

⁸⁹ Barômetro - instrumento científico usado em meteorologia para medir a pressão atmosférica, a altitude e prováveis mudanças do tempo.

de 1893 um anúncio do “Colégio Alice”, onde constam o programa obrigatório escolar e uma parte referente à “moral” onde constam informações sobre os assuntos a serem tratados nas aulas, como “ensino pratico das regras de civilidade e de moral por meio de exemplos dados a todas as classes, especialmente à 5ª e 6ª”, se enquadrando na estrutura destes textos de cunho civilizatório e com ênfase na moralidade (é possível visualizar o anúncio completo no Anexo 1)⁹⁰.

As cartas de civilidade, de João Batista La Salle é outro exemplo, já que o sacerdote La Salle escreveu outras obras com conteúdo educativo. As cartas em específico tratam de respostas que o autor enviava aos outros sacerdotes de forma a lhes corrigir erros e educar suas atitudes de acordo com o modelo cristão (CORBELLINI, 2006). Em outras de suas obras apontam mais profundamente estes pressupostos civilizatórios como “As regras de cortesia e civilidade *christã*” em que se efetivam os elementos da lógica cristã de ensino, escrito em 1700 corrobora obras utilizadas para “educar” as pessoas demonstrando tipos de comportamento aceitos tais como os indicados por Norbert Elias que eram literaturas comuns na Europa e acabaram sendo inseridos no contexto educacional do Brasil Império. Porém este tipo de leitura era comum desde o século XVIII nos ambientes escolares, como aponta o estudo de Thais Lima e Fonseca (2009), que incluem, por exemplo, a obra de La Salle, “As regras de cortesia e civilidade *Christã*”, que inclusive podem ser acessadas na internet pois seu texto está digitalizado na íntegra.

Mas há ainda um esclarecimento a ser feito. São muitas as vertentes que se referem ao tema da “civilização”, civilidade e moralidade. Algumas destas obras tinham como foco maior o ensino da vida política, outras, concepções mais iluministas e algumas com tendências mais cristãs ou religiosas. Em alguns casos as diversas concepções se misturam. Nosso interesse neste momento não é avaliar a efetividade de cada um destes modelos no cotidiano de Alegrete, a partir do consumo destas obras e sim apontar algumas características, já que este tipo de temática ainda carece de análise particularizada. Sobre a obra de La Salle, é possível considerar suas peculiaridades e mesmo a diferença para com outras do mesmo período, e ainda com obras anteriores, como a de Erasmo de Roterdam que fizeram muito sucesso nas cortes europeias. A pesquisadora Maria Cecília Barreto Pilla, afirma que La Salle

⁹⁰ Este foi o único exemplar arquivado e parte do acervo de alguma instituição de guarda encontrado. Faz parte do acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e já se encontra bastante deteriorado e dividido em várias partes, em razão de sua fragilidade por ser um material do século XIX bem como do ambiente que carece de reformas estruturais. Como já havíamos dito, os demais exemplares da Gazeta de Alegrete (e outros jornais) foram encontrados no interior dos inventários *post mortem* da cidade de Alegrete.

Se diferencia da obra de Erasmo em dois pontos: primeiro, porque não desejava orientar as crianças a partir de preceitos gerais necessários de sociabilidade; segundo, porque, sendo um manual prescritivo, valoriza uma aprendizagem que se efetua essencialmente na escola e não em família. Tornando a aprendizagem sistemática, o livro de La Salle passa a ser uma das bases da formação escolar. Esse modelo pedagógico encarnado no ensino das civilidades persiste até o século XIX. (PILLA, 2003, p. 12)

Entre os tipos de conselhos dados nesta obra de La Salle, temos uma grande diversidade de regras que permeavam a vida em seu amplo espectro, desde o corpo e como ele deveria se “comportar”, como mexer as mãos, não mexer nas orelhas enquanto falasse com outras pessoas, maneira de comer, de vestir, de se relacionar com as demais pessoas que fazem parte do cotidiano, as visitas, das formas de falar (o que era adequado e o que não era). Ou seja, toda a vida do indivíduo era a obra que deveria ser cuidada e lapidada de acordo com as regras da cristandade. Abaixo temos parte do índice da segunda parte do livro, onde aparecem alguns dos elementos que indicamos anteriormente:

Capítulo I - Do levantar e do deitar, Capítulo II - Da maneira de se vestir e desvestir, Capítulo III- Do vestuário [...] Capítulo IV- Da alimentação: Artigo I: Do que se deve fazer antes de comer; do lavar as mãos; da bênção da mesa e da maneira de se sentar à mesa, Artigo II: Das coisas que se usam quando está à mesa, Artigo III: Da maneira de convidar, pedir receber ou comer quando se está à mesa, Artigo IV: Da maneira de cortar e servir as carnes, e de se servir a si mesmo Artigo V: Da maneira de comer honestamente, Artigo VI: Da maneira de tomar a sopa Artigo, VII: Da maneira de se servir, tomar e comer o pão e o sal, Artigo VIII: Como se comportar com os ossos, o caldo e as frutas, Artigo IX: Da maneira de pedir a bebida e de beber, quando se está à mesa, Artigo X: Da saída da mesa e da maneira de servir e limpar a mesa. Capítulo V - Das Diversões: Artigo I: Do recreio e do riso Artigo, II: Do passeio, Artigo III: Do jogo Artigo IV: Do canto Artigo, V: Das diversões não permitidas [...] (LA SALLE, p. 213/214).

Este tipo de obra, tais como encontramos nas listas de mercadoria na nossa amostra, indica que o interesse por uma educação moralizadora e civilizadora europeia, o que pode nos dizer que alguns indivíduos em Alegrete estavam buscando se inserir nos modelos de comportamento vigentes. Mas não podemos fazer disso mais que uma hipótese. O que a corrobora são alguns dos bens encontrados como os relacionados à higiene, apontando que o cuidado com o corpo era um dos caminhos que os indivíduos percorriam para tentar seguir a lógica vigente.

E, como afirma Lilia Schwarcz (1997) no prefácio da obra “O código do bom-tom”, que em paralelo a este processo de padronização dos comportamentos “toma força [...] um novo

gênero literário dedicado às boas maneiras e comportamentos” (ROQUETTE, 1997, p. 11) e neste sentido o mercado editorial, pelo menos na corte, popularizou este tipo de obra que eram escritas “de forma clara e didática” e dedicavam seus argumentos na educação sobre civilidade, o que podemos apontar como um dos aspectos que permeiam um consumo de ideias além dos bens materiais, e a educação passou a ser um interesse público onde a pesquisadora Fabiana Viana identificou que:

As crianças deveriam tornar-se, pela ação da escola, agentes civilizatórios em seus meios de origem. Sendo assim, os conhecimentos básicos de leitura, escrita, aritmética e catecismo, fundados na transmissão de valores morais, eram considerados fundamentais para garantir a moralização e instrução delas e, possivelmente, de suas famílias (VIANA, 2016, p. 348).

Outros autores da historiografia já apontaram a educação (aprendizado seja formal ou pela leitura) como aspecto comum ao seu cotidiano. Elaine Abrahão (2008) percebeu que o uso de livros de comportamento era algo que passaria a ser comum no cotidiano da elite campineira juntamente com outras obras de culinária que paralelamente faziam o caminho de uma educação à mesa. Jonas Vargas (2013a), por outro lado, não consegue identificar o uso destes materiais nos inventários pesquisados por ele para Pelotas de forma explícita, contudo a presença de estantes e outros bens apontaram para uma atenção dos charqueadores para a leitura e também nos apresenta uma mudança interessante no panorama da elite charqueadora, ele aponta que há uma mudança geracional em relação aos livros em geral e à educação formal. Se antes os charqueadores não tinham muito apreço pela leitura agora seus filhos se formam em universidades para diversas profissões os colocando em contato direto com as transformações da Europa através de suas formações os aproximando de novos hábitos. Se Vargas não encontrou efetivamente em suas fontes indícios do consumo de livros, é possível ainda assim pressupor a sua aquisição principalmente por uma geração que estudou no exterior e passa a trazer novos elementos para o cotidiano o que ocorreu também por outros meios. Neste caso de Alegrete, apenas temos estes indícios encontrados em fontes diversas que apontam também este interesse no ensino, ainda que privilegiado e restrito, de aspectos que se referem ao entendimento de mundo, o que possivelmente trouxe novos aspectos de comportamentos em geral e mesmo de consumo.

Identificamos no contexto dos produtos encontrados nas listas de mercadorias dos comerciantes uma grande variedade de itens, que poderiam ser pesquisados separadamente em tipos, usos, materiais, procedências entre outros, mas para a análise geral que buscamos fazer

não pudemos nos deter. E, no intuito de averiguar o consumo de bens de duração média e de perecíveis os elementos apresentados anteriormente se encaixam em nossa proposta de análise para o momento e podem inspirar abordagens mais detidas e particularizadas.

3.2 QUANDO DISSEMOS QUE NEM SÓ DE COURO E OSSO SE VIVEU NA FRONTEIRA

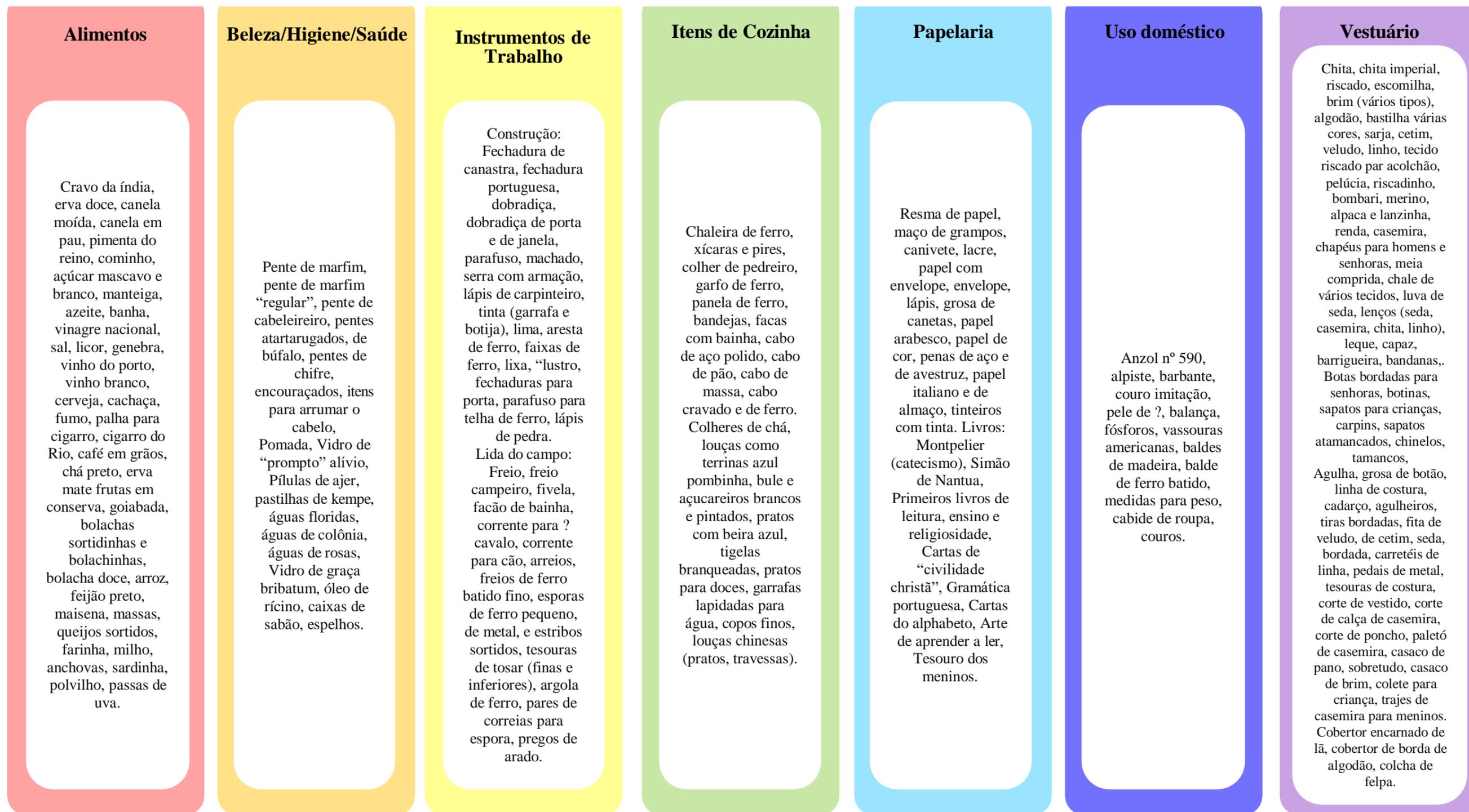
Consideramos que as pesquisas sobre consumo e cotidiano entram em um âmbito maior que é o estudo da cultura e da cultura material, todos estes conceitos se remetem à uma questão: o interesse em descobrir sobre a vida comum das pessoas e quando possível de todas as pessoas, não apenas as mais abastadas. Neste sentido até o momento desta pesquisa seguimos as bibliografias que se referem ao tema, porém não podemos indicar as definições do nosso conceito de cultura material já que “há uma diversidade de trabalhos e diferentes concepções e formas de elaborar o conceito de cultura material. A imprecisão teórico-metodológica nos estudos de cultura material não ocorre apenas no Brasil, mas também no âmbito internacional” (ABRAHÃO, 2008, p. 41). Contudo, entendemos que o estudo da cultura material tem nos guiado para a compreensão dos aspectos culturais relativos ao consumo e ao cotidiano a partir dos bens de consumo duráveis e pouco duráveis encontrados em nossas fontes.

Neste ínterim, começamos a nos interessar por estas questões mediante a aproximação com as leituras sobre História Cultural e o que foi denominado posteriormente como “Nova” História Cultural, que proporcionou esta aproximação da História com outras áreas do conhecimento (ABRAHÃO, 2008, p. 45) e que, como percebemos até aqui, é a partir desta aproximação que temos a nossa proposta de trabalho.

Estas interações entre as áreas das Ciências Sociais também ocorreram em boa parte pela nossa bibliografia, seja nacional ou estrangeira, e através deste contexto conseguimos perceber elementos que nos aproximaram e afastaram dos resultados de muitos autores utilizados até o momento. Quando Laura Cabrejas (2005), em um artigo sobre comércio e mercadorias, afirma que “es indudable que las mercaderías extranjeras abundan cada vez más en la campaña bonaerense”, o que é uma proposição que nos aproxima mediante os resultados de nossa pesquisa, ela aponta ainda que “pero junto a los ponchos, camisetas, chaquetones, fajas, mantas y pañuelos ingleses siguen encontrándose ponchos calamacos o fajas pampas, y que además los productos locales, en algunos casos, seguían siendo más económicos” (CABREJAS, 2005, p. 8). Sendo assim, em diversos locais não tão urbanizados como as

capitais platinas, por exemplo, os tipos de bens se misturavam em um mesmo contexto de consumo. Elaboramos então, uma figura com as indicações de produtos encontrados nos inventários dos comerciantes

Figura 7: Itens avaliados e classificados em tipologias.



Fonte: Inventários *post mortem*, autos 45 (1881), 39 (1876), 74 (1846), 1773 (1861) de Alegrete/RS. (APERS).

Identificamos isso para Alegrete e podemos dizer que as cidades de pequeno e médio porte são uma fonte importante para podermos pesquisar o século XIX sem cairmos nos mesmos contextos, ao estudarmos as cidades urbanizadas do Oitocentos. Não é uma crítica às pesquisas sobre as grandes cidades, mas sim um incentivo para novos olhares à espaços que tiveram sua importância e que para além disso, tiveram suas próprias configurações culturais e neste caso, de consumo.

Quando Laura Cabrejas faz esta constatação conseguimos expandir nossas abordagens sobre esta questão e termos um apoio historiográfico que não é sempre fácil de agregar, já que muitas das cidades pesquisadas são muito mais urbanizadas ou localizadas em regiões de grande circulação. Mas, identificamos que os elementos culturais relativos às possibilidades de consumo se interligam, temos nas lojas de varejo um tipo de espaço que é muito parecido em todas as pesquisas. São estabelecimentos que tem todos os tipos de produtos e preços e que segundo as mercadorias dos comerciantes apresentadas neste capítulo bem como os anúncios de jornal, do *Gazeta de Alegrete*, é um tipo de loja comum em Alegrete. E, por isso que novamente, Cabrejas é um comparativo fundamental, uma vez que sua pesquisa permite conhecer algumas similaridades no âmbito do comércio de bens em geral. A autora afirma que

Además de los productos que hemos mencionado en los distintos rubros, las pulperías y almacenes rurales vendían otros de la más diversa índole. Los devotos podían comprar rosarios, imágenes en yeso de la Virgen o La Novena de San Antonio; los niños figuritas de juguete; los adolescentes cohetes y artículos de pirotecnia y los pescadores líneas y anzuelos de fabricación local o inglesa (CABREJAS, 2005, p. 15).

Em comparação ao trecho anterior, temos a Figura 10, a seguir que apresenta um dos anúncios do jornal *Gazeta de Alegrete*, no dia oito de agosto de 1889, onde constam os produtos e como se pode ver, são de toda sorte e variedade. Com o título de “É o que todos querem?! Barato, baratinho!”, José Antônio Alves anuncia seus produtos que passam por alimentos como farinha, erva mate, café, fumo e finaliza com uma lista vasta de tecidos de tipos e valores variados, como é possível visualizar na imagem.

Figura 8: Recorte de anúncio no Jornal Gazeta de Alegrete, 08 de agosto de 1889.

Recebeu o paraficho dos
Pis...

Vende-se uma...
José A. Alves.

bachão
fresco e g'hada escada
Regração
Mac & Irmãos.

Calçados para sen.
A todo pro — venien
Mac & Irmãos

100
1 collete... para senl
ra vende
José Antonio Alves

Chapéose só para
mens senhoras
encontrae na casa
Mac & Irmãos

MHA
de lá... para
recobrua um...
Rita Valle

Carreta
Vende-se duas ca
sendo um fechada,

...da d'A...
...da verdade — uma visita ao Elegante Sapato,
Rua dos Andradas n. 5.

OLIVIANO MALLEMANN

N. 161.

QUE TODOS QUEREM ?!!!
Barato, baratinho!

É por demais, os preços abaixo todos duvidão ?
Venham com o cobre e tudo comprarão !! Econo-
mia para os consumidores e para quem gosta.

Assimil. de bom bom secco	320	lilas	380 metro
Assimil. de cap. rior secco	440	Chitas muito boa	200 "
Assimil. fabricado superior	600	Satinetas muito boas	400 "
Bovas extra	200	Ditas ditos	360 "
Café extra 1ª classe	1.100	Mucis muito fina	360 "
Café comum	1.000	Gasiminas para vestida	480 "
Leão 1º e 2º	1.200	Gasiminas de cores	360 "
Fabricado de trigo superior	380	Ditas ditos	380 "
Pimenta superior	480	Lãis e seda	500 "
Sabão Alifas superior	300	Setas de todas cores	1.400 "
Sabão comum 1ª classe	320	Mens prola para vestida	1.300 "
Amendoim torado	1.200	Boluntinas cores finas	1.500 "
Formica vela	2.000	Ditas cores pretas	1.200 "
Nozes toradas	800	Casinetas	500 "
Cast. 1ª e 2ª	700	Molesquitas italiana	1.200 "
Xarope de quercia	400	Ditas ditos	700 "
Capa de seda branca	1.200	Vap. de lã finos	250 "
Capa de seda 1ª	2.000		
Pão	1.100		

É muitas outras artigos de molhados para a vista dos frequentes. Tudo muito baratinho, porém nada de fadinho.

Os preços acima, só a dinheiro de contado sendo fiado, custa mais 30—40—50— %.

José Antonio Alves

RUA DOS ANDRADAS

Ninguém pode competir!

...Italianna de Antonio Grilli

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Jornal Gazeta de Alegrete, 08/08/1889.

Conseguimos entender uma variedade de produtos, tanto no anúncio destacado quanto nos anúncios menores indicados nas laterais deste mesmo exemplar. Esta variedade nos faz pensar que em consonância ao que temos pesquisado e à bibliografia, identificamos que as rotas principais de entrada de produtos se dava não só pelo leste, desde Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, como também e em importante medida pela fronteira oeste, seja por Uruguaiana como nos apresentou Mariana Thompson Flores (2007) e Márcia Volkmer (2013a), seja de outras cidades da fronteira como São Borja e Itaqui. Toda a região fronteira era um espaço em que circulavam todos os tipos de bens que se aproximam daqueles encontrados nas fontes da pesquisa como “quase totalidade dos tecidos e roupas de algodão, seda e lã; linhas de pescar; cal; vinhos e cachaças; azeite; couros vacuns” (VOLKMER, 2013b, p. 7) e “de Corrientes chegavam panos e lenços de algodão, alfinetes, botões, talheres, pás e enxadas; cal; feijão, milho e rapadura; a grande maioria dos couros vacuns importados, cabelo de cavalo, carretas, sebo e sabão; e da República do Paraguai: fumo, couros vacuns e carretas” (2013b, p. 7). A

partir destes apontamentos percebemos como a conexão entre Alegrete e as cidades fronteiriças era grande, tornando a ideia de uma fronteira manejada bastante eficiente. Quando apontamos anteriormente a presença do contrabando na região não mencionamos os pequenos contrabandos, mas sim alguns eventos que indicaram esta atividade para fins comerciais, mas Mariana Thompson Flores também indica que algumas destas infrações eram destinadas ao consumo dos próprios praticantes, como indica a lista a seguir, encontrada pela autora em uma de suas fontes,

1 sorrão de farinha, ½ barrica de afsucar – 6@, 29@ de Erva Mate, ½ resma de papel sortido, 1 duzia de tamancas, 1 rolo de fumo - 2@, 1 panella, 1 ourinol, 1 caneca de louça, 1 prato de folha, 1 par de arreios, 1 bahu pequeno, 1 corte de ponxo e pala con todos preparos, 2 gorras p^a menino, 1 pefsa de chita, 2 ditas de morim, 2 pares de sapatos p^a Snr.^{as}, 5 lenços d'Algodam, 1 duzia de carretéis de linhas, 1 jaquetão de brim riscado, 1 par de serdas crivadas, 1 chapeo de “pello”, 4 embrulhos com remédios, 3 anéis d'ouros. (THOMPSON FLORES, 2012, p. 180)

Segundo Thompson Flores (2012), as quantidades dos itens indicam que eram para uso próprio e não para venda, demonstrando o tipo de consumo na região, com variados produtos que perpassam alimentos, calçados, móveis, tecidos e itens para costura o que nos dá um panorama razoável do que fazia parte do cotidiano, se aproximando muito do que aparecem nas mercadorias dos comerciantes da amostra e dos anúncios de jornal. como apresenta Márcia Volkmer, ao propor que tanto o contrabando quanto o contato intenso via fluvial faziam parte de um mesmo contexto comercial, intensificado pela livre navegação após 1852, onde, por exemplo, pelo Rio Uruguai chegavam nas cidades do oeste da província “toda a espécie de mercadorias importadas da Europa, principalmente manufaturados, bebidas e alimentos” (2013a, p. 143) e por ali também “as cidades de São Borja, Itaqui e Uruguiana supriam-se de boa parte dos produtos alimentícios não produzidos nas vilas, e exportavam os produtos locais” (2013a, p. 143) e que este contato tenha incrementado o comércio em toda a região para além destas cidades. Mariana Thompson Flores (2007) nos apresenta uma intensa relação entre as cidades de Uruguiana e Alegrete na segunda metade do século XIX, o que relacionado ao proposto por Volkmer mostra a rede traçada na região que proporcionou uma maior entrada de produtos manufaturados fabricados nos países vizinhos ou vindos da Europa para a província, alavancando a mas também da (re)criação de hábitos de consumo cotidiano que não puderam ser rastreados até o momento.

Depois dos anúncios de produtos alimentícios ou de vestuário ainda identificamos no Gazeta de Alegrete outros tipos de anúncios para consumo, como o do Hotel Alegretense,

“Hotel Alegretense quartos para famílias ou pessoas sozinhas, dispõe de dois bilhares para passa tempo dos amadores, *muito asseio*, tem finas bebidas e [...]” (GAZETA DE ALEGRETE, Alegrete, 16/02/1889, grifo nosso) nos chamou a atenção o termo “muito asseio”, que além do ambiente recreativo ainda indicava a dedicação para com a ideia da limpeza/higiene e organização dos espaços e como aponta, era um ambiente indicado tanto para pessoas sozinhas ou famílias, ou seja, a noção de comportamento correto e “decente” era um fator importante.

Retomando a questão da civilidade apontada anteriormente, temos que ter em mente a variedade de elementos que permeiam a questão. Se os ambientes como o hotel são propícios para a circulação das famílias e a ideia de um consumo de “coisas” não materiais que oferecem comodidade e/ou de um lazer considerado adequado também são possibilidades de análise. Não temos neste trabalho as indicações de outros espaços de lazer como teatros e bailes. Sabemos que estes eventos eram muito comuns nas cidades urbanizadas do período, mas para Alegrete ainda são indícios a serem averiguados, apenas podemos confirmar pelos Relatórios de Presidente de Província da segunda metade do século a existência de escolas no município, indicando o interesse em promover a educação de forma mais generalizada. O que ocorria a partir das doutrinas cristãs no âmbito das primeiras letras também parece aproximar o formato de educação no Brasil Império com o português, segundo apontam alguns resultados em razão desta interlocução entre as concepções cristãs e novos modelos burgueses.

Um exemplo de urbanização diferente do que identificamos em Alegrete é Campinas, como já apresentamos em outros capítulos, era uma cidade movimentada com uma conexão muito grande com o mundo atlântico e a Europa, onde os trilhos do trem propiciaram uma rapidez ao contexto do consumo e das novidades. Na cidade, como afirma Elaine Abrahão, “já existiam doceiras, confeitarias e padarias prontas a atender a demanda de festas da sociedade campineira. [...] As confeitarias eram em número de duas e as padarias eram oito” (ABRAHÃO, 2008, p. 145). Segundo a autora, “A atmosfera cultural estava também presente na Campinas da segunda metade do século XIX” (2008, p. 64) significando que uma variedade de novos elementos acabou por fazer parte do dia-a-dia campinense.

Por seu turno, Campinas é um exemplo que pode ser citado juntamente com Porto Alegre era uma cidade bastante movimentada com diversos estabelecimentos comerciais e atividades culturais, apontadas inclusive por Conde D’Eu em sua viagem à província. E Pelotas, com certeza, era a cidade com mais espaços de lazer nos moldes europeus, na província. Jonas Vargas (2013a) afirma que Pelotas além das festividades e bailes “também possuía outras opções de lazer e a análise dos jornais demonstram que os charqueadores e os seus familiares

estavam diretamente ligados ao gerenciamento de clubes, associações e companhias diversas” (2013a, p. 428).

Não temos muitas informações concretas sobre este tipo de atividade para Alegrete, mas certamente que eventos ocorressem, a exemplo da estadia de viajantes, especialmente Conde D’Eu, e ao que parece havia um teatro na cidade, porém ainda não conseguimos rastrear estas informações em fontes oficiais analisadas nesta pesquisa. Contudo temos no contato entre as cidades fronteiriças tanto do Império quanto dos demais países platinos outros elementos específicos da região. O afastamento das cidades da fronteira oeste da capital da província acabou por contribuir nesta interação e também no desenvolvimento da região, também a conectou. Alguns tipos de bens podem ter sido pouco analisados com este olhar, como as cuias, materiais de couro ou outros restos de animais, porém ao considerarmos o montante de aspectos (diversos entre si) que foi necessário abordar atrelado à historiografia utilizada ao longo da pesquisa conseguimos demonstrar que o estudo do consumo em Alegrete não parte da ideia de que a cidade era menos desenvolvida ou menos civilizada e sim, que era constituída de especificidades e elementos próprios.

Quando Daniel Miller (2013) escreveu que gostaria de se questionar em que medida as coisas fazem as pessoas, e não apenas o contrário, colocou este apontamento em constante presença nas reflexões feitas até o momento. Com isso, consideramos que todo o enlace que se deu entre as atividades cotidianas em todo o período estudado, com as transformações do consumo e da elaboração de um hábito de consumir que perpassa o século XIX no Brasil tem no fim do século seu auge nas cidades mais distantes da Corte, se deu também a partir da forma como as coisas fizeram as pessoas.

Caso houvesse uma substituição muito grande no consumo de bens estrangeiros em detrimento de bens do cotidiano cultural da região poderíamos dizer que as concepções ocidentais (europeias) de vestuário e hábitos de comportamento seriam a regra geral regente, mas isso não ocorreu de forma homogênea, nem mesmo na concepção de Elias (1994) sobre a transformação dos hábitos ou em outras grandes cidades europeias do período. A exemplo disso, Elaine Abrahão aponta que

Muitos móveis e objetos que remontam ao período colonial coexistiram com as novidades oferecidas à população da época. Um exemplo de simultaneidade entre o antigo e o moderno seriam os catres, camas de madeira com treliças de couro sobre as quais eram colocados os colchões de palha, conviveram durante algum tempo com as camas francesas com cúpula e cortinas sobre leito ou enxergão, com colchões de pena ou de crina de animal. (ABRAHÃO, 2008, p. 157)

Este apontamento é bastante interessante, pois além de apresentar um aspecto a respeito dos bens em si, demonstra uma questão importante na pesquisa sobre cultura: não tentar padronizar os resultados e omitir aqueles que podem dar impressão de inconsistência. Ao contrário disso, mostrar que elementos culturais se entrelaçam e se misturam, por vezes realmente se sobrepõe e em outras não há uma mudança significativa. Laura Cabrejas faz uma análise pertinente à esta nossa discussão final, onde afirma que “la costumbre de tomar mate fue patrimonio de todos los habitantes, pero si bien se tasaron muchas bombillas no se encontraron en stock muchos mates o recipientes para prepararlo” como nós também não encontramos, tendo em maior parte a presença das bombas de prata e muito poucas cuias. O que ela afirma a seguir complementa nosso entendimento da questão, visto que “podemos suponer que la clásica calabaza usada para contener la infusión se adquiría de otra manera y no se compraba en las pulperías o almacenes rurales” (CABREJAS, 2005, p. 13). Alguns hábitos cotidianos permanecem com as mesmas características. Elementos do consumo registrado nas documentações oficiais nem sempre refletem os detalhes menos evidentes e por vezes mais privados daquilo que as pessoas consumiam, podem dar indícios da prática e suscitar ainda mais questionamentos.

Fica evidente neste capítulo que o consumo em Alegrete se refere à diversos âmbitos da vida cotidiana, interagindo com a questão comercial apontada por Volkmer (2013b), no cotidiano dos contrabandos pesquisados por Thompson Flores (2007, 2012), no contato com outras cidades da província, como Pelotas em razão das atividades socioeconômicas complementares e um comércio também importante entre as regiões. Mas, por fim ao que tudo indica, que Alegrete mantinha contato com diversas regiões, mesmo que com proporções diferentes. E, de qualquer forma, ao que parece segundo as fontes, ocorreu a inserção destes elementos, na região de Alegrete com mais ênfase na segunda metade do século XIX e nas capitais platinas desde o início do século.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não tínhamos, é verdade, ne mesa nem cadeiras de molas. A grama verdejante do campo e nossos *ponchos* estendidos na relva substituíram-na. A sala do banquete era uma imensa planície dos *pampas* e sobre nossas cabeças, em um céu azul sem nuvens, brilhava um magnífico sol dos trópicos. O indispensável facão, e um pouco também nossos cinco dedos, faziam as vezes de garfo. A taça de champanha consistia em um chifre de boi enchido de água em um riachinho” (BAGUET, ([1845] 1997, p. 69).

Nosso objetivo foi elaborar uma investigação referente ao consumo de itens com diferentes durabilidades e usos cotidianos na vida dos habitantes do município de Alegrete, na segunda metade do século XIX. Concluimos que o consumo é uma temática ampla e que necessita outras leituras para além da historiografia. Por isso a busca por referências da antropologia logo no início da pesquisa proporcionou a reflexão para além do ato de consumir, há a ideia da necessidade, as possibilidades financeiras para o consumo, a inserção no comércio, a oferta e a propaganda para o consumo. Consideramos retomar as perguntas indicadas na introdução deste trabalho para avaliarmos os resultados da pesquisa e a primeira se referia ao panorama geral do consumo em uma região de fronteira, no qual identificamos algumas questões apontadas a seguir. Constatamos que apesar de ser uma cidade afastada de grandes centros e mesmo ser um local com grandes extensões territoriais aumentando o tempo dos deslocamentos, o que permanece até os dias atuais, e lhe dificultava uma mobilidade comercial mais eficiente, a cidade de Alegrete se inseria no contexto do consumo e do comércio com as proporções de uma cidade de médio porte no período estudado.

Os bens encontrados nos inventários *post mortem* foram variados e apontaram para esta inserção no mundo pós-Revolução Industrial, em que itens para higiene também faziam parte do cotidiano, ainda que de forma limitada. Comparamos os períodos de 1846-1866 e 1871-1891 e percebemos algumas mudanças, alguns itens passaram a ser inseridos no cotidiano dos inventariados, ainda que com menos expressividade que em outras cidades. Foi possível entender que algumas tipologias de bens podem ser consideradas as mais comuns, como itens de cozinha, instrumentos de trabalho, mobília e meios de transporte. Estas quatro tipologias de bens faziam parte da maioria dos inventários e nos dão uma noção do cotidiano, que era muito pautado pelo mundo rural e pela atividade pecuária. Dentre os instrumentos de trabalho também inserimos os arreios e itens de montaria em geral, mas estes bens poderiam ainda ser inseridos na tipologia Joias, já que muitos deles eram feitos ou tinham adereços de prata, mas de acordo

com nossas referências teóricas, os bens podem e devem de certa forma circular entre tipologias, pois se referem a diferentes usos que muitas vezes perpassam uma funcionalidade específica ou mesmo elementos relacionados ao próprio *status* do indivíduo na sociedade.

Os itens de cozinha apontaram para uma mescla entre o básico e o sofisticado sem que, ao que parece, houvesse uma necessidade de adequação a novos padrões, ou seja, não são identificados conjuntos de jantar completos ou mesmo faqueiros ou conjuntos de chá. O consumo se dá mais pela adequação do consumo à necessidade e assim se avaliavam pratos de tipos diferentes em quantidades diversas, aparecendo louças, mas que infelizmente não continham identificação de seus padrões e decorações.

Além disso, no fim do século XIX, a partir de 1871, como apresentamos no capítulo 1, começam a aparecer alguns bens como roupeiros, máquinas para massa e carros diligência que apontaram para uma maior modificação da vida cotidiana e do consumo na parte final do nosso período de pesquisa. Estas inserções, analisadas no contexto de uma cidade de médio porte para o período apontam uma posição de Alegrete nos circuitos comerciais mais avolumada ao fim do século XIX, o que acaba pode indicar que acabasse se replicando as modificações vistas em outras cidades maiores como a questão da iluminação em Porto Alegre, ou da vida cultural e de consumo de Pelotas. A própria existência de carros de transporte de passageiros ao fim do nosso período aponta esta modificação e quem sabe um maior contato entre as cidades da região. Os itens de ornamentação se mostraram outro elemento compositor desta modificação, mediante a gradual inserção destes itens no consumo de bens, temos como exemplos os espelhos, quadros e aparadores em alguns dos inventários, itens que não tem função fundamental mas contribuem na composição de ambientes e na transmissão das novas ideias, misturadas ao ambiente rústico das residências.

As faixas de fortuna estabelecidas no segundo capítulo apontaram para uma estratificação social bastante evidente, com as faixas mais elevadas acumulando a maior parte do montante final em cada tipo de bens, com ênfase nos bens de raiz e semoventes. Identificamos uma grande quantidade de atividades socioeconômicas intermediárias compondo a faixa e apontando para uma composição heterogênea com médios e pequenos criadores e urbanos SI com pouco acesso à bens de produção e mais equilibrados quanto aos bens móveis. A faixa mais pobre conta principalmente com rural SI e urbano SI indicando que estes grupos possuíam menos acesso aos bens em um contexto mais amplo.

Em relação aos tipos de bens consumidos pelos indivíduos das atividades socioeconômicas temos um padrão de consumo que se estende a todas as ASE's, não identificamos grandes diferenças entre os grupos mais abastados e mais marginalizados quanto

aos tipos de bens, salvo algumas tipologias que contém itens como lavatórios, sofás, joias etc. Há uma diferenciação quanto à quantidade de bens em cada atividade socioeconômica, os grandes e médios criadores parecem adquirir mais bens móveis do que outras ASE's pelo fato de serem dentro das possibilidades de investimento o que se encaixa em suas rendas. Isso demonstra que o acesso a bens de produção era restrito o que acabava por reiterar as posições sociais e manter o *status quo* da sociedade em Alegrete. Estes resultados indicam que o consumo de bens móveis não estava ligado necessariamente ao poder econômico, e a ideia de civilidade e consumo popularizado como ocorria nas cidades grandes do período não eram de forma geral um pré-requisito dos grupos mais abastados.

É possível dizer que a aquisição de bens do cotidiano rural se misturava com a aquisição de novos produtos como louças, talheres e móveis com funções específicas, além de carros e alguns itens de decoração. Constatamos que os maiores crescimentos entre os dois períodos (1846-1866 e 1871-1891) se deu entre os grupos intermediários e urbano SI, além disso foi possível rastrear alguns elementos do espaço urbano que até então não havia ficado muito claro e, segundo os resultados a porção de urbanidade em Alegrete era de cerca de 17%, sendo aproximada do que ocorria em outras regiões do Império.

As residências mostraram-se um eficiente meio de análise. Nestas as construções eram feitas de diversos tipos de materiais não havendo um padrão de uso, misturaram-se casas de pedra, de pau a pique, de barro e demais materiais tanto nos espaços urbanos e rurais. As atividades socioeconômicas não determinaram o tipo de casa do indivíduo, mesmo os fazendeiros. Os mais abastados da nossa amostra não apresentaram uma diferenciação estrutural para com as outras ASE's, o mais marcante foi a quantidade de casas, que geralmente possuíam mais de uma. E a existência de janelas de vidro, porém as demais estruturas mantiveram-se, de forma geral, com as mesmas características. Além disso, há muitas semelhanças entre as residências em Alegrete e em outras regiões, como a fronteira bonaerense. O aspecto da rusticidade das residências não representou pobreza em muitos dos casos, apontando que não há relação direta entre requinte e poder econômico.

Em relação aos bens pouco duráveis e perecíveis temos uma gama de possibilidades de análise. Fica evidente a inserção de produtos manufaturados nos comércios locais tanto em razão das listas de mercadorias dos comerciantes quanto pelos jornais. Os itens da tipologia "vestuário" são os mais numerosos e que mais somam nos valores finais, mas dentre os produtos que fazem parte da amostra como itens de costura (agulhas, linhas, fitas), roupas e calçados prontos, os tecidos são os mais variados em tipos, nacionalidades, cores e qualidades. O que pode indicar sua importância tanto para comerciantes quanto para consumidores, uma vez que

o vestuário é a forma pela qual os indivíduos demonstram suas concepções de mundo bem como sinônimo do aspecto do dia-a-dia em que as mudanças acontecem com mais rapidez.

São encontrados além de calçados e roupas prontas (ou cortes) muitos acessórios como luvas, meias, coletes e xales de diversos materiais, tanto finos quanto mais comuns, indicando que este tipo de produto era adquirido e vendido de forma a tornar-se em boa medida parte do dia-a-dia, o que comparado com a historiografia torna notória a maior circulação deste tipo de “coisa” ao longo do século XIX com maior amplitude ao fim do século. A historiografia platina apontou também estas transformações que permitiu comparar nossos resultados e compreender essa inserção destes produtos no consumo local.

Constatamos também elementos diversos que apontam para um interesse crescente na concepção de civilidade, moralidade e comportamento a partir das diversas obras com estes temas como apresentamos no capítulo anterior, ainda que não houvesse um montante grande de elementos os indícios apresentados até o momento abrem as possibilidades de se investigar mais a fundo esta temática, o que comprova nossa hipótese de que, ainda que de forma peculiar, havia a preocupação com a ideia do “civilizado”.

Por fim, consideramos que havia a preocupação da aquisição de bens duráveis e com pouca duração, além de produtos de uso diário como alimentos, bebidas e itens para saúde e higiene. A realidade da região mesclava as características de um mundo rural em processo de urbanização com os elementos estrangeiros que adentravam o Império com mais ênfase no fim do século XIX, por isso, algumas lacunas permanecem, principalmente no que se refere à pesquisar sobre bens de uso diário que não constam nos inventários e demais fontes, como dar maior atenção a itens de couro (característicos da região e importante produto para a economia). Os quais podem proporcionar análises ainda mais aprofundadas sobre o consumo, juntamente com itens tais como os arreios, para confecção do chimarrão entre outros. Estes elementos juntamente com a proposta de um espaço fronteiriço que tinha características próprias da região em seus hábitos cotidianos e de consumo ainda merecem maior atenção e investigação, já que sabemos que tanto com as pessoas menos abastadas como os bens não hegemônicos reconstruir o passado daquilo que não está explícito é tarefa complexa, mas não menos necessária. Então, consideramos que o objetivo principal de caracterizar o consumo na região de Alegrete e da fronteira oeste tenha se efetivado demonstrando que as questões relacionadas à estudos sobre cultura e concepções de civilização apresentam nuances diversas e que merecem atenção, certamente nos restam muitas perguntas sobre questões que não puderam ser trabalhadas no momento, mas que possibilitam a continuidade da pesquisa e exploração de mais fontes e elementos para o futuro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida Privada e Ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: Volume V – Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

BLEIL DE SOUZA, Susana. Fronteira, poder político e articulações comerciais no Brasil Meridional do final do século XIX. *Anuário IEHS*, v. 23, p. 305-333, 2009.

CABREJAS, Laura Leonor. Vida material en la frontera bonaerense. In: MAYO, Carlos. *Vivir en la frontera: la casa, la dieta, la pulpería, la escuela (1770-1870)*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

CARREÑO, Aída Martínez. La vida material en los espacios domésticos. In: CARVAJAL, Beatriz Castro. *História de la vida cotidiana en Colombia*. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DUART, Diana. Cien años de vaivenes. La frontera bonaerense. In: MAYO, Carlos. *Vivir en la frontera: la casa, la dieta, la pulpería, la escuela (1770-1870)*. Buenos Aires, Biblos, 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *O Processo Civilizador: Formação do estado e civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

_____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90 (UFRGS. Impresso)*, v. 15, p. 57-72, 2008.

_____. Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários *post mortem* (1800-1860). *Trabajos y Comunicaciones - Departamento de História (La Plata)*, v. 35, p. 149-171, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FELIZARDO, Julia Netto. *Evolução Administrativa do RS*. Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De terra de ninguém à terra de muitos: Olhares viajantes e imagens fundadoras (dos séculos XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa. (Dir.) *Colônia*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). vol. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

FONSECA, Thais Nivia Lima de. *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828 - 1860). *História Unisinos*, v. 19, p. 83-94, 2015

FONTELLA, Leandro Goya. Um rio chamado Uruguai: dinamismo comercial entre a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro e a Região do Prata em meados do século XIX (Notas de Pesquisa). APERS. *XI Mostra de pesquisa: produzindo História a partir de fontes primárias*. V. 1. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 181-195.

FRAGOSO, João L. R.; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla - inventários *post mortem*. *Revista Arrabalde*, Ano 1, n. 2, set/dez 1988, p. 29-52.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, editora, 1968.

FURET, François. O quantitativo em história. In: _____. *A oficina da História*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, s/d.

KUHN Fábio. A prática do dom: Família, dote e sucessão. In.: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa. (Dir.) *Colônia*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Vol. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, p. 129-191, jan/dez 1995.

MARIANI, Alba. *Vivienda, Alimentación y Vestimenta en el Río de la Plata (1850-1890)*: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2007.

MARTINS, Rui Luís Vide de Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: Perrot, M. *História da vida privada.: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A Opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da Vida Privada o Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. Brasil y Argentina: fronteras y circuitos comerciales en el Plata (siglos XIX y XX). *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Profesor Carlos S.A. Segreti"*; Córdoba Ed.1, 2001, p. 283-300.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINUZZI, João Davi Oliveira. *Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus (1818-1858)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZELLI, Cesar Augusto B.; NEUMANN, Eduardo do S. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 75-90.

PES, Jaqueline Ferreira. *Sítio arqueológico ruínas da Estância Santa Cruz: uma unidade doméstica na fronteira oeste/RS*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

PERROT, Michele. *História da Vida Privada no Ocidente: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PILLA, Maria Cecília Barreto. A. . Manuais de Civilidade, Modelos de civilização. *História em Revista (UFPel)*, Pelotas, v. 9, n.2, p. 105-134, 2003.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ÀRIES, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada. Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ROQUETTE, J. I. Código do bom-tom ou Regras de civilidade e de bem viver no século XIX. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.) São Paulo. Cia das Letras, 1997.

SCHMIT, Roberto. La construcción de la frontera decimonónica en la historiografía rio-platense. *Mundo Agrario*, vol. 8, n. 6, primer semestre de 2008.

SILVA, Jeremyas Machado. *Achados do imaginário: o consumo da faiança fina em Uruguaiana no final do século XIX*. São Borja: Faith, 2013.

SOUSA FILHO, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *Sociabilidades*, São Paulo/SP, v. 2, p. 129-134, 2002.

STAROBINSKY, Jean. A palavra “civilização”. In: STAROBINSKY, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SYMANSKI, Luís Cláudio. P. Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: o Caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, n.2, p. 81-120, 1997.

THOMASI, Diele Ilha. *O cotidiano através da cultura material: os metais da Estância Velha do Jarau*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

THOMPSON, Edward. Intervalo: A lógica Histórica. In: THOMPSON, Edward. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas da Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Release Date: October 14, 2007. ISO-8859-1.

XAVIER, Angela; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). *História de Portugal – Antigo Regime*. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013a.

_____. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: APERS. *XI Mostra de pesquisa: produzindo História a partir de fontes primárias*. V. 1. Porto Alegre: CORAG, 2013b, p. 155-180.

VIANA, Fabiana da Silva. A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX. *Percurso Acadêmico*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, jun./dez. 2016

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

VOLKMER, Márcia Solange *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)* Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013a.

_____. O comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. In: *XXVII Simpósio Nacional de História (Anais Eletrônicos)*, Natal, 2013b.

7. FONTES

7.1 INVENTÁRIOS *POST MORTEM* – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1846-1891).

AUTO	MAÇO	ESTANTE	ANO	NOME
33	2	67	1876	Antonio Alves Ferreira
234	19	65	1876	Agapito Joaquim Peres de Cuiajaba
309	24	65	1871	Alexandra Coelho de Moraes
205	11	145	1861	Anna Duarte do Amaral
610	45	65	1891	Anna Fernandes da Silva
311	24	65	1871	Anna Ferreira Bicca
3	1	68	1846	Anna Josephina de Abreu
206	17	145	1861	Anna Ribeiro de Mello
462	36	65	1881	Antonia Maria do Sacramento
95	4	68	1876	Antonio Jose da Cunha
609	45	145/5	1891	Antonio José Ignacio
207	17	65	1861	Athanasio Gonçalves Leal
235	19	65	1866	Bárbara Santa Anna de Araujo
152	11	11	1856	Bento Manoel Ribeiro (Marechal)
78	3	68	1871	Bernardo José Coelho
463	36	65	1881	Carlota Joaquina Ribeiro
612	45	65	1891	Cecília de Souza Goulart
237	19	63	1866	Christalino Gonçalves dos Santos
153	11	65	1856	Clara Alves da Cunha
614	45	11/65	1891	Clara de Sá Brito
613	45	65	1891	Clara Gularte
542	41	65	1886	Claudina Maria do Carmo
511	41	65	1871	Constança Severo de Abreu
464	36	65	1881	Constancia Abrêu de ?
543	41	65	1886	Daniel Ferreira dos Santos
397	32	65	1876	Delfino Alves Gavião
132	4	68	1891	Deolinda Perpétua Lisbôa
55	2	68	1866	Dinarte Jacintho da Luz
615	45	65	1891	Dinarte José Goulart
544	41	65	1886	Dona Francisca Antonia de Lima
819	45	65	1891	Dr. José Gonçalves Marques
155	11	65	1856	Emerenciana Maria de Oliveira
312	24	65	1871	Emilia Justina do Nascimento Menezes
4	1	68	1846	Esmeria Clara de Jesus
62	3	67	1891	Felisbina Dorneles da Costa
466	36	nov/65	1881	Felisbina Ferreira Saguy?
69	5	65	1846	Floriana Maria de Jesus
55	3	67	1886	Florinda Joaquina de Araujo Carvalho
616	45	65	1891	Francisco Borges da Silveira
42	2	68	1861	Francisco da Luz
314	24	64/145	1871	Francisco Gonçalves Vieira e s/m Amélia Dorothea Muniz
465	36	11/65	1881	Francisco Ortiz Telles
209	17	11	1861	Francisco Telles de Souza
315	24	65	1871	Gaspar de Souza Trindade
156	11	65	1856	Germana Maria do Nascimento
237	19	63	1866	Ignacio Antonio da Rosa
70	5	65	1846	Januaria Leonor dos Reis
320	25	65	1871	Joama? Alves de Castro
318	25	65/145	1871	João de Barros Leite
158	11	65	1856	Joao Ferreira Martins
618	45	65	1891	João Gilberto Cabral

160	11	65	1856	Joao Vieira do Amaral
133	4	11	1891	Joaquim Antonio da Silveira
435	10	67	1881	Joaquim Gomes de Souza
5	1	68	1846	Joaquim Nunes Miranda
159	11	65	1856	Joaquina Coutinho da Rocha
161	11	65	1856	Jose Borges do Canto
546	41	65	1886	Jose da Costa Ourives
57	2	68	1866	Jose Pereira de Souza
16	1	68	1851	José Rodrigues da Costa
319	25	65	1871	Justiniano Gomes de Menezes
239	19	65	1866	Loureço carneiro Lobo e Maria Jacintta Bueno
321	25	65	1871	Luis Antunes de Moraes
71	5	65	1846	Luiz Jose Rodrigues e sua esposa Maria
400	32	65	1876	Joaquina da Silva
25	1	67	1846	Luiz Manoel de Quadros
74	5	65	1846	Major Rogerio Lopes
548	41	65	1886	Manoel Alvares dos Santos
44.28	2	67/83	1881	Manoel Antão de Oliveira e Joaquina Prado de
473	11	67	1881	Oliveira
96	4	68	1876	Manoel Basílio
541	41	65	1886	Manoel José Schimit
241	19	65	1866	Manoel Luiz Vieira
121	4	68	1886	Manoel Luiz Vieira
58	2	68	1866	Manoel Pereira Bastos Rodrigues
324	25	65	1871	Manuel Silveira da Luz
45	2	67	1881	Marcos Antonio Gonçalves da Silva
109	8	65	1851	Maria Alexandrina
474	36	11	1881	Maria Amalia Krug
240	19	65	1866	Maria Antonia
73	5	65	1846	Maria Candida de Abreu
120	4	68	1886	Maria do Rosario
17	1	68	1851	Maria Innocencia Ferraz
242	19	65	1866	Maria Joaquina Gomes
547	41	65	1886	Maria Justina de Souza
326	25	65	1871	Maria Rodrigues da Luz
323	25	65/145	1871	Mariana Ferreira Severo
325	25	65	1871	Mariana Justina do Nascimento
2.091	93	66	1891	Matildes Carolina de Abreu
243	19	65	1866	Mauricia Francisca Rodrigues
402	32	65	1876	Moisés Rodrigues de Almeida
6	1	68	1846	Oliverio Antonio da Silveira
46	2	67	1881	Oliverio Antonio Guterres
1773	52	81	1861	Patricio de Chagas
210	17	63	1861	Patricio José Gomes
152	11	11	1846	Pedro Marcelo Prim
134	4	68	1891	Rita Dornelles Branqui
122	4	68	1886	Rosa Victorina de Oliveira
76	5	65	1846	Salustiano? Medina
244	19	65	1866	Senhorinha de Lima Bica (Dona)
245	20	65	1866	Senhorinha Theodora de Jesus
478	37	65	1881	Serafim José de Oliveira
327	25	65	1871	Timotheo Vargas da Silveira
				Vasco José de Abreu Filho
				Victor Antonio Guterres

7.2 LISTAS DE MERCADORIAS (Inventários *post mortem* de Alegrete – APERS).

AUTO	MAÇO	ESTANTE	ANO	NOME
397	32	65	1876	Delfino Alves Gavião
74	5	65	1846	Manoel Alvares dos Santos
45	2	67	1881	Maria Amalia Krug
1773	22	81	1861	Pedro Marcelo Prim

7.3 JORNAL GAZETA DE ALEGRETE (anexados à inventários *post mortem* de Alegrete – APERS).

GAZETA DE ALEGRETE. Alegrete. 01/08/1889 (Inventário de Barão de Sant'anna de Livramento, inventariante Baronesa de Sant'Anna de Livramento, Auto 109, Maço 4, Estante 68, Ano do inventário 1883).

GAZETA DE ALEGRETE. Alegrete. 04/06/1889. (Inventário de Pio Antonio dos Santos, inventariante D. Virgínia Carlota dos Santos, Auto Maço, Estante, Ano do inventário 1885).

GAZETA DE ALEGRETE. Alegrete. 12/02/1890 (Inventário de Alexandrina Xavier Agacha, inventariante Marcos Araújo de Carvalho Auto 480 Maço 37 Estante 65 Ano do inventário 1882).

GAZETA DE ALEGRETE. Alegrete. 17/07/1884 (Inventário de Floriano de Aguiar e sua mulher Anna Maria Espinosa, inventariante Manoel Rodrigues dos Santos Auto 507 Maço 38 Estante 65 Ano do inventário 1883).

GAZETA DE ALEGRETE. Alegrete. 23/01/1890 (Inventário de Leandro de Souza Trindade e sua mulher Amelia Maciel Trindade, inventariante Scipião de Souza Trindade Auto 555 Maço 41 Estante 145 Ano do inventário 1887).

GAZETA DE ALEGRETE. *Anúncios*. Alegrete. 19_10_1889

GAZETA DE ALEGRETE. *Anúncios*. Alegrete. 31_08_1890

7.4 CÓDIGO DE POSTURAS DE ALEGRETE (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

ALEGRETE, *Código de Posturas da Comarca Municipal da Villa de Alegrete*, Alegrete, 1848. Posturas da Câmara Municipal de Alegrete, com data de 09 de junho de 1848, aprovada pela Assembleia na Lei 192 de 22 de novembro de 1850.

7.5 RELATOS DE VIAJANTES

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Bertold. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul*. EDUNISC; Florianópolis: PAROLA, 1997.

CONDE D'EU, Luís Felipe Maria F. G. de O. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade Federal de São Paulo, 1981.

APÊNDICE A: POPULAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DE ACORDO COM OS CENSOS.

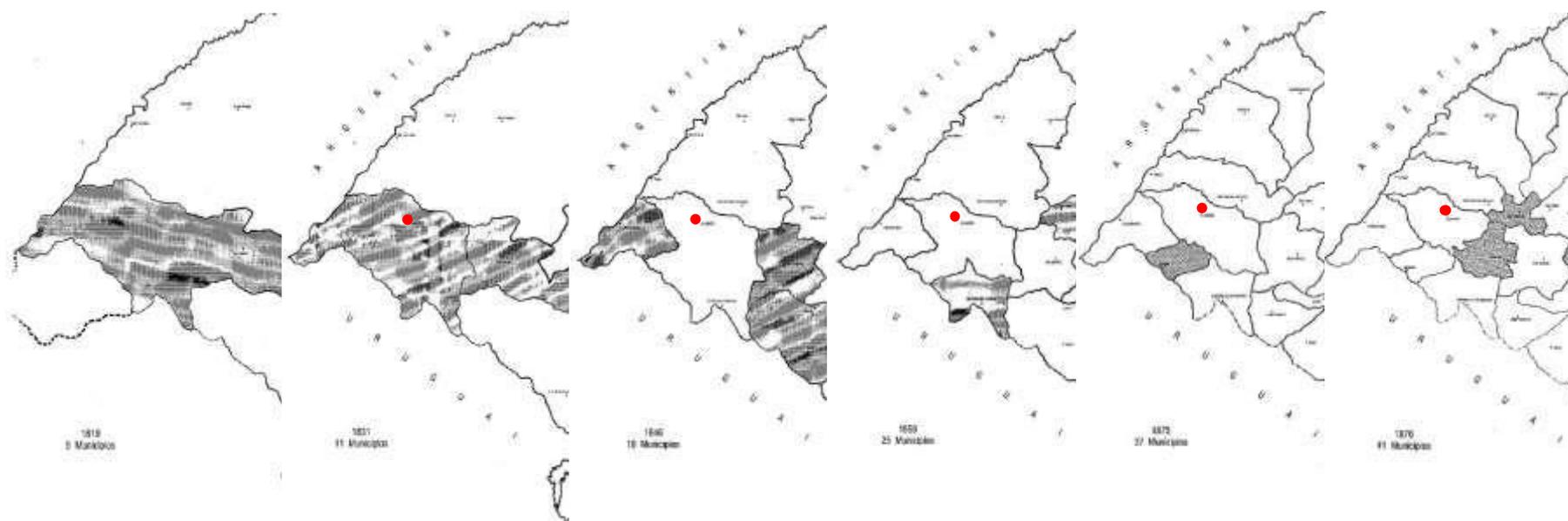
CIDADES E POPULAÇÃO NOS CENSOS OITOCENTISTAS

CIDADE/ANO	1858	1872	1890
ALEGRETE	10.699	13.392	16.250
PELOTAS	12.893	24.503	41.591
PORTO ALEGRE	31.199	43.998	52.421
SÃO LEOPOLDO	16.772	22.750	23.042
URUGUAIANA	3.233	-	11.352
LIVRAMENTO		10.233	17.167
ROSÁRIO			9.431
QUARAÍ			8.333

Fonte: Elaboração própria a partir de FEE – Fundação de Economia e estatística, disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>. Acesso em 2018.

APÊNDICE B: TRANSFORMAÇÃO DA MUNICIPALIDADE DE ALEGRETE ENTRE 1819 E 1876.

Transformação territorial do município de Alegrete, RS



1819: Criação do município de Cachoeira do Sul, 1831: Criação município de Alegrete, 1846: Emancipação de Uruguaiana, 1857: Emancipação de Santana do Livramento, 1875: Emancipação de Quaraí, 1876: Emancipação de Rosário do Sul.
Áreas marcadas em cinza: criação de novos municípios. Ponto vermelho: Sede de Alegrete.

Fonte: Adaptação da autora baseado em FELIZARDO, Julia Netto. *Evolução Administrativa do RS*. Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

APÊNDICE C: RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE DR. JOSÉ GONÇALVES MARQUES, VALORES E QUANTIDADES

Bens móveis do Inventariado Dr. José Gonçalves Marques, Médio Criador no ano de 1891 ⁹¹	
Dr. José Gonçalves Marques	Salsa pequena, 30.000 (1); Par de castiçal de prata, 12.000 (2); Meio faqueiro de prata, 100.000 (1); Jarro e bacia, 127.000 (1); Móvel de palhinha, 100.000 (1); Aparador com tampa, 32.000 (2); Piano, 200.000 (1); Mesa e ? De jantar, 40.000 (1); Guarda louça, 60.000 (1); Armário envidraçado, 20.000 (1); Comoda com tampa de madeira, 40.000 (2); Bidê, 16.000 (1); Lavatório, 60.000 (1); Carrinho, 80.000 (1); Carreta, 60.000 (1); Carroça grande ferrada, 50.000 (1); Carroça pequena, 32.000 (1); Estante fosca?, 24.000 (2); <i>Vade mecum</i> , 1.000 (1); Código comercial, 4.000 (1); Direito? Material, 1.000 (1); Direito? Prático, 1.000 (1); Raças cavaleares, 1.000 (1); Du Baeuf?, 1.000 (1); La messiade, 1.000 (1); Provencias – Batro, 1.000 (1); <i>Modellos de eloquência</i> , 1.000 (1); Corpus Ferris, 10.000 (1); Economia <i>politica</i> , 4.000 (2); Manual do Procurador, 5.000 (1); Direito romano, 1.000 (1); Gazeta <i>jurídica</i> , 4.000 (10); <i>Litteratura</i> – Mendonça, 2.000 (1); Nanetti Teyer, 1.000 (1); Manual dos aspirantes ao bacharelado, 1.000 (1); Medicina legal, 2.000 (1); <i>Consolidação</i> das leis civis, 2.000 (1); Código philippino, 20.000 (1); Código <i>commercial</i> de Rongron, 1.000 (1); Economia <i>politica</i> Rossi, 2.000 (1); <i>Diccionario Commercial</i> Borges, 2.000 (1); Direito <i>commercial</i> Borges, 2.000 (1); Direito administrativo, 2.000 (2); <i>Codigo civil explicado</i> , 2.000 (1); <i>Principios</i> de direto, 1.000 (1); Estudos <i>praticos</i> pelo Visconde do Uruguay, 2.000 (1); Direito <i>comercial</i> , 5.000 (1); Tratado das provas?, 2.000 (1); <i>Jurisprudencia comercial</i> , 1.000, (1); Tratado de posse, 4.000 (1); Pena de morte, 1.000 (1); Economia politica – Chisollier, 1.000 (1); Estudos administrativos, 2.000 (1); Economia <i>politica</i> – Albuquerque, 2.000 (1); Direito <i>eclésiástico</i> , 500 (1); Espirito das leis, 1.000 (1); Obras (Potier), 10.000 (10); <i>Theoria</i> de código penal, 6.000 (6); Direito penal (Belgi), 2.000 (2); Direito e obrigações, 4.000 (4); Direito civil aplicado, 6.000 (4); Tratado pratico e compendiais, 1.000 (1); <i>Sobão?</i> , 3.000 (3); Mafra <i>jurisprudencia</i> dos tribunais, 1.000 (1); T. Alves <i>anotações</i> , 1.000 (1); P. de Souza - Processo civil, 1.000 (1); Ramalho instituições <i>orphanologia</i> , 4.000 (1); Código civil da republica oriental do Uruguay, 1.000 (1); Doutrina das ações, 1.000, (1); Manual de <i>apelações</i> , 1.000 (1); <i>Additamento</i> da Consolidação das leis civis, 2.000 (1); Processo civil comparado com o <i>comercial</i> , 1.000 (1) Praxe forense, 500 (1); Rebouças Consolidação das leis civis, 1.000 (1); Linhas <i>orfanológicas</i> , 1.000 (1); B. Carneiro - Direito civil, 5.000 (3); Direito civil – Teixeira, 3.000 (1); Interdição, 1.000 (5); Executivo intermediário, 1.000 (1)

Fonte: Inventário *post mortem* (Auto 819, maço 45, estante 65, ano 1891, cartório Orphãos e Ausentes, cidade de Alegrete, nome Dr. José Gonçalves Marques). Elaboração própria.

⁹¹ Auto 819, maço 45, estante 65, ano 1891, cartório Orphãos e Ausentes, cidade de Alegrete, nome Dr. José Gonçalves Marques.

APÊNDICE D: TIPOLOGIAS DE BENS DA AMOSTRA E SUAS RESPECTIVAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

Organização geral das tipologias de bens															
Tipologias/Década	1846-1851			1856-1861			1866-1871			1876-1881			1886-1891		
	Qtd..	NP	\$	Qtd..	NP	\$	Qtd.	NP	\$	Qtd.	NP	\$	Qtd.	NP	\$
Armamento	1	1	0	1	1	640	2	2	48.000	9	3	208.900	3	1	31.000
Educação	11	2	20.000				0	0		6	1	18.000	105	2	167.500
Entretenimento	1	1	20.000	9	2	15.120	4	2	201.000				4	2	203.000
Beleza/Higiene/Saúde	1	1	3.000	6	2	38.000	6	4	78.180	6	4	47.000	13	5	361.500
Iluminação	35	3	78.780	28	5	251.380	22	5	371.040	1	1	3.000	23	6	115.200
Instrumentos de Trabalho	2.263	6	1.805.360	718	8	2.181.780	55	14	1.294.980	122	11	1.089.840	22.624	9	968.250
Item de cozinha	281	10	1.782.060	406	8	3.826.620	307	14	1.132.480	132	10	477.880	211	9	1.020.990
Jóias	26	6	3.643.200	6	2	398.000	18	6	1.001.500	5	4	124.000	1	1	8.000
Meio de Transporte	28	9	1.881.00	23	7	1.672.000	22	13	1.606.000	15	8	982.000	35	13	3.377.000
Mobília	234	9	1.649.200	268	11	1.377.960	239	17	1.686.500	108	12	571.900	193	13	1.365.700
Ornamentais	1	1	1.000	5	2	50.000	12	4	129.400	8	3	115.000	23	2	171.400
Religiosidade	5	1	150.000	3	3	48.000	3	3	48.000						
Uso Geral	23	3	126.000	9	3	49.000	7	4	80.000	1	1	1.000	9	6	49.500

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete (1846-1891, APERS).

APENDICE E: ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA COMPOSIÇÃO DA PARTE URBANA DA AMOSTRA

A elaboração da Tabela 06 foi feita a partir da análise de cada inventário separadamente para composição de uma tabela base com os montantes de cada tipo de bem (bens móveis, animais, escravos, bens de raiz). Para os classificados como urbanos (Urbanos SI e Comerciante) foram verificadas as posses de animais e bens de raiz para avaliarmos os tipos, se rural ou urbanos e tivemos as seguintes considerações que corroboram os resultados da tabela. Para Urbanos SI entre 1846-1866 identificamos que Major Rogério Lopes possuía 6 bois mansos e 1 cavalo, além de terras em outros locais da província sem identificação da vila, mas mesmo somadas não representavam o valor total de uma residência em nome do mesmo na vila de Alegrete, por isso considerado urbano. Além disso, alguns de seus escravos possuíam profissões, uma quitandeira, um principiante na alfaiataria, um de serviços da casa e um campeiro, indicando que este indivíduo circulava entre os espaços rural e urbano e que provavelmente os escravos o ajudavam a cuidar das terras que o mesmo possuía. Já Maria Innocencia Ferraz tinha dez cavalos, dois bois mansos 3 éguas, e 2 mulas mansas e todas suas propriedades eram na parte urbana, uma morada de casas no centro da vila próximo à Igreja, outra morada próxima e uma chácara nos subúrbios da Vila, atestando sua residência exclusivamente no espaço mais urbanizado. Para Manoel Pereira Bastos Rodrigues (1866) encontramos sua casa na Rua dos Pacíficos, que presumimos ser na vila, ainda que no subúrbio pois o inventariado não tinha muitos bens e nenhum animal. E, o comerciante Pedro Marcelo Prim era provavelmente um comerciante de pequeno porte pela composição de seu inventário, e sem bens raiz ou semoventes.

No período de 1871-1891 temos o inventariado João Gilberto Cabral que só tinha cavalos e muitos moldes de tijolos e telhas e, por mais que tivesse tantos cavalos poderia pagar para deixá-los em terreno ou terras de alguém, pois só tem 1 casa na cidade, na Rua General Bento Manoel. Em 1871 Mariana Justina do Nascimento possuía uma casa e um terreno na cidade, em 1881 a comerciante Maria Amalia Krug tinham avaliadas em seu inventário casas em Alegrete e parte de sobrado em Porto Alegre e Manoel Basilio apenas casas na cidade e duas mulas. Para o ano de 1886, Floriana Joaquina de Araujo Carvalho também só tinha uma casa na cidade e por fim, em 1891 Anna Ferreira da Silva possuía como bem apenas uma máquina de costura e uma casa na Vila indicando, talvez, sua fonte de renda e local de residência e, Clara de Sá Brito possuía só cavalos e diversas casas diferentes e de diferentes tipos na cidade. Estes inventariados todos foram revisados e considerados todos classificados como urbanos de acordo com as características estabelecidas no início deste capítulo.

APÊNDICE F: Tipologias de bens por quantidade em relação às décadas e valores por década.

QUANTIDADE - DÉCADAS - GERAL															
Tipologias de bens	1846-1851			1856-1861			1866-1871			1876-1881			1886-1891		
	Qtd.	NP	\$	Qtd.	NP	\$	Qtd.	NP	\$	Qtd.	NP	\$	Qtd.	NP	\$
Armamento	1	1	0	1	1	640	2	2	48.000	9	3	208.900	3	1	31.000
Educação	11	2	20.000	0	0	0	0	0	0	6	1	18.000	105	2	167.500
Entretenimento	1	1	20.000	9	2	15.120	4	2	201.000	0	0	0	4	2	203.000
Beleza/Higiene/Saúde	1	1	3.000	6	2	38.000	6	4	78.180	6	4	47.000	13	5	361.500
Iluminação	35	3	78.780	28	5	251.380	22	5	371.040	1	1	3.000	23	6	115.200
Instrumentos de Trabalho	2.263	6	1\$805:360	718	8	2\$181:780	55	14	1\$294:980	122	11	1.089.840	22.624	9	968.250
Item de cozinha	281	10	1\$782:060	406	8	3\$826:620	307	14	1\$132:480	132	10	477.880	211	9	1\$020:990
Jóias	26	6	3\$643:200	6	2	398.000	18	6	1\$001:500	5	4	124.000	1	1	8.000
Meio de Transporte	28	9	1\$881:000	23	7	1\$672:000	22	13	1\$606:000	15	8	982.000	35	13	3\$377:000
Mobília	234	9	1\$649:200	268	11	1\$377:960	239	17	1\$686:500	108	12	571.900	193	13	1\$365:700
Ornamentais	1	1	1.000	5	2	50.000	12	4	129.400	8	3	115.000	23	2	171.400
Religiosidade	5	1	150.000	3	3	48.000	3	3	48.000	0	0	0	0	0	0
Uso Geral	23	3	126.000	9	3	49.000	7	4	80.000	1	1	1.000	9	6	49.500

Fonte: Elaboração própria a partir de inventários *post mortem* de Alegrete (1846-1891).

